

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FÁBIO LUCENA: UM SENADOR AMAZÔNIDA (1940-1987)

GIOVANNY AMARAL

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós

Manaus, agosto de 2017

GIOVANNY AMARAL

FÁBIO LUCENA: UM SENADOR AMAZÔNIDA (1940-1987)

Linha de Pesquisa: Migrações, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de conhecimento: Migrações, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia. Orientador: Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós.

ORIENTADOR: PROF^o DR. CÉSAR AUGUSTO BUBOLZ QUEIRÓS

Manaus, agosto de 2017

Dedico à Thaís por me inspirar todos os dias a seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Quero aqui expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente na elaboração deste trabalho:

Ao Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós que desde o início me incentivou e orientou em todas as etapas da pesquisa, contribuindo com sua vasta biblioteca e que nos momentos mais difíceis da pesquisa me conduziu para caminhos corretos. Agradeço ainda por me apresentar a obra do sociólogo Pierre Bourdieu. Faltam-me palavras para expressar toda minha gratidão, professor César.

Ao Prof. Dr. Auxiliomar Ugarte, de quem fui aluno da graduação em História na UFAM, que participou da minha Banca de Qualificação do Mestrado e fez comentários, críticas e sugestões importantes para minha pesquisa.

Ao Prof. Dr. Glauber Biazo pelos diálogos e sugestões valiosas para minha pesquisa e que me ensinou a importância das fontes orais.

À minha filha Thaís, que mesmo atarefada com seus estudos de Biologia, sempre encontrou tempo para me auxiliar, dar sugestões, incentivar e fazer comentários importantes sobre minha pesquisa

A minhas irmãs Gláucia e Valéria que, lá de Montes Claros, Minas Gerais, me ligavam e diziam: “Moço, como tá este trabalho?”

À secretária Cinthia, da SEDUC-AM, que se empenhou ao máximo para minha liberação do magistério para que eu pudesse me dedicar em tempo integral à pesquisa.

Ao professor Roberto, colega de trabalho na rede estadual de ensino do Amazonas, hoje diretor de escola, pelo apoio no início da pesquisa.

Ao amigo e colega do Mestrado Sérgio Lima, juntos compartilhamos as angústias e preocupações da pesquisa.

À Professora Martha, colega de trabalho na rede estadual de ensino do Amazonas, que ficou contente por meu ingresso no Mestrado e me incentivou desde o início.

Aos amigos do Mestrado Carlos Cunha e Carlos Renha pelo apoio e amizade que fizemos ao longo do curso.

Ao vereador de Manaus, Sr. Mário Frota, que me recebeu gentilmente em seu Gabinete na Câmara Municipal de Manaus, lembrou Fábio Lucena e todos aqueles anos de luta pela democracia.

Ao advogado e professor Sr. Antonio Lucena, que me recebeu respeitosamente em sua residência e lembrou a trajetória de seu pai.

Ao jornalista e escritor Carlos Costa, que me contou “Os bastidores da política amazonense” e me indicou fontes valiosas para a pesquisa.

Ao amigo e professor Edmar, que não se cansava em ouvir minhas histórias e preocupações com a pesquisa.

À Martha Macbeth, da DDC-Comunicações, que me forneceu obras importantes para minha pesquisa.

E esta pesquisa é dedicada à memória do grande político que foi Fábio Lucena, sempre comprometido com os valores democráticos. Não o conheci pessoalmente, mas teríamos sido amigos, teríamos tomado umas cervejas no Bar do Caldeira, falado sobre Rui Barbosa, liberdade, política, democracia, persistência, coragem e honradez. Obrigado, Fábio Lucena.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO INTELECTUAL E POLÍTICA DE FÁBIO LUCENA.....	19
1.1. Escola e Trabalho	19
1.2. Início da Carreira Política: Lucena e a Câmara de Vereadores de Manaus.....	33
1.3. A Caminho do Senado Federal	44
CAPÍTULO II – LUCENA NO SENADO FEDERAL.....	51
2.1. A eleição para o Senado Federal em 1982	53
2.2. A Chegada ao Senado Federal.....	67
2.3. Lucena e a Redemocratização do Brasil.....	70
CAPÍTULO III – O EPÍLOGO DE FÁBIO LUCENA	96
3.1. A polêmica eleição de Fábio Lucena ao Senado em 1986	99
3.2. Lucena e a Constituinte.....	119
3.3. Lucena: Lar, trabalho e botequim	125
3.4. O repouso do guerreiro.....	131
CONCLUSÃO	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
JORNAIS:.....	151
FONTES ORAIS:	152
ANEXOS:	153
ANEXO I:	154
ANEXO II:	180
ANEXO III:	193
ANEXO IV:.....	210
ANEXO V:.....	211
ANEXO VI:.....	212
ANEXO VII:.....	213
ANEXO VIII:.....	214
ANEXO IX:	215
ANEXO X:	216
ANEXO XI:	217

RESUMO

Esta dissertação aborda a biografia do bancário, jornalista e político Fábio Pereira de Lucena Bittencourt (1940-1987), e propõe-se a refletir sua atuação política no contexto histórico e no campo político em que atuou. Nosso propósito foi o de buscar, em sua atividade jornalística e política no período estudado, uma compreensão da conjuntura brasileira durante a ditadura militar e seu lento processo de redemocratização. Nosso objetivo central tem como foco a análise da trajetória política de Fábio Lucena. A atuação política de Lucena coincide com o processo de transição da ditadura militar no Brasil (1964-1985) para um regime democrático. Nesse sentido, a análise de sua trajetória poderá contribuir para a compreensão desse momento emblemático da História do Brasil.

Palavras-chave: Trajetória Política; Biografia; Ditadura Militar; Jornalismo.

ABSTRACT

This dissertation approaches the biography of the banker, journalist and politician Fábio Pereira de Lucena Bittencourt (1940-1987), and proposes a reflection regarding his political practice in the historical context, and in the political field in which he acted. Our purpose was to seek in its journalistic and political activity during the period studied, an understanding of the Brazilian conjuncture during the military dictatorship and its slow process of redemocratization. Our main objective is to analyze the political trajectory of Fábio Lucena. Lucena's political practice coincides with the transition from military dictatorship in Brazil (1964-1985) to a democratic regime. In this sense, the analysis of its trajectory can contribute to the understanding of this emblematic moment of the History of Brazil.

Keywords: Political Trajectory; Biography; Military dictatorship; Journalism.

Em política, os aliados de hoje são os inimigos de amanhã.

Na medida em que o soberano legítimo tem menos necessidades de ofender seu súditos, é natural que seja por estes mais querido; e, se não tem defeitos extraordinários que o tornem odiado, é perfeitamente natural que o povo lhe queira bem.

Niccoló di Bernardo dei Machiavelli

INTRODUÇÃO

A priori, o objetivo de nossa pesquisa era analisar a atuação política do bancário, jornalista e parlamentar Fábio Pereira de Lucena Bittencourt (1940-1987), em seu mandato como senador da República (1983-1987). Entretanto, no desenrolar da pesquisa, nas disciplinas cursadas do Mestrado, nos diálogos com os professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM) e, principalmente com meu orientador, Prof.Dr. César Augusto Queirós, optamos por escrever a biografia de Fábio Lucena.

Nosso objetivo central, então, teve como foco a trajetória política de Fábio Lucena, dentro da conjuntura pesquisada. A atuação política de Lucena coincide com o processo de transição da ditadura militar no Brasil (1964-1985) para um regime democrático. Nesse sentido, a análise de sua trajetória poderá fornecer subsídios para a compreensão desse momento emblemático da História do Brasil.

Nosso estudo buscou compreender a trajetória política de Fábio Lucena inserida na conjuntura micro e macrossocial do período analisado. Buscamos superar uma biografia positivista, focada no sujeito como capaz de conduzir os rumos dos acontecimentos, procurando entender os limites e limitações da personagem estudada no jogo político do período analisado.

Assim, como afirma o intelectual russo do final do século XIX George Plekhanov:

Graças às particularidades de sua inteligência e de seu caráter, as personalidades influentes podem fazer variar o aspecto individual dos acontecimentos e algumas de suas consequências parciais, mas não podem fazer variar sua orientação geral, que é determinada por outras forças (...) os indivíduos exercem frequentemente grande influência sobre o destino da sociedade. Mas esta influência é

determinada pela estrutura interna daquela e por sua relação com outras sociedades. (*apud* MELLO & COSTA, 1999, p.161)

Em todo o trabalho, a personagem central é Fábio Lucena, os eventos políticos giram em torno da personagem. A pesquisa acompanha a trajetória de Fábio Lucena, de Barcelos, Amazonas, em 1940, até Brasília, DF, em junho de 1987.

Destacamos de sua primeira eleição a vereador mais votado da cidade de Manaus, em 1972, aos 32 anos de idade, sua reeleição em 1976 e sua inédita eleição a senador da República em 1982, aos 42 anos, derrotando o então governador do Amazonas, José Lindoso, num pleito em que só havia uma vaga em disputa. Lucena realizou uma façanha, saiu da condição de vereador para o mais alto posto do Parlamento Federal, fato só superado, no Amazonas, pelo vereador Jeferson Peres, 12 anos depois.

Em 1986, surpreendeu a todos ao se candidatar novamente ao Senado, em pleno mandato, e saiu-se vitorioso. Destacamos sua breve participação na Assembleia Nacional Constituinte e, por fim, seu inexplicável suicídio em junho de 1987.

Nosso estudo não pretendeu escrever uma hagiografia de Fábio Lucena, mas procurou entender seus ideais, sua atuação jornalística e político contexto histórico e no campo político em que atuou. Buscamos mostrar como se deu sua formação intelectual e política, com destaque para sua oratória e retórica poderosa. Também procuramos mostrar como seu temperamento instável gerou inimigos pessoais e políticos ao longo de sua vida.

A documentação utilizada em nossa pesquisa compreendeu seus discursos na Câmara Municipal de Manaus, seus artigos na imprensa da época, matérias de jornais sobre os eventos políticos ligados a Fábio Lucena (Jornal A Crítica, A Notícia, Jornal do Comércio, Jornal do Brasil, Correio Braziliense, entre outros). Durante seu mandato de senador (1983-1987), utilizamos como fonte primária para a pesquisa seus pronunciamentos e proposições disponíveis no Diário do Congresso Nacional, além da bibliografia sobre o período estudado.

Além das fontes citadas, utilizamos os recursos da História Oral como complemento fundamental para nossa pesquisa. Entrevistamos pessoas que conviveram com Lucena e foram seus contemporâneos. As entrevistas com os colaboradores foram essenciais para nosso estudo, na medida em que esclareceram pontos importantes da vida da nossa personagem, como sua personalidade, seus ideais, sua atuação política e a conjuntura pesquisada.

Gwyn Prins (1992, p.191), diretor de Estudos da História e membro do Emmanuel College, ao discorrer sobre a importância das fontes orais e a veracidade dos testemunhos, afirma:

A bioquímica da memória é ainda muito pouco compreendida. Mas testes sobre diferentes tipos de memória tendem a concordar que a memória de longo prazo, especialmente em indivíduos que entraram naquela fase que os psicólogos chamam de "revisão da vida", podem ser notavelmente precisos. As pessoas adquirem um "poço de informações" preenchido pelo relacionamento pessoal. É circunscrito a seu contexto social, obviamente forma a identidade pessoal e tem uma incrível estabilidade.

Segundo Prins, a reminiscência pessoal pode proporcionar uma atualidade e uma riqueza de detalhes que de outra maneira não poderiam ser encontradas. É justamente o uso de tal reminiscência que tem sido até agora a maior contribuição de historiadores dedicados à história oral, como Paul Thompson.

Prins destaca que "os historiadores que se utilizam dos dados orais, são historiadores sociais que procuram dar voz àqueles que não se expressam no registro documental (...)". Como diz Thompson, em *The voice of the past*, "toda história depende finalmente de seu propósito social e a história oral é a que melhor reconstrói os particulares triviais das pessoas" (PRINS, 1992, p.192).

Para José Carlos Meihy (1996, pp.24-25), a História oral tem um importante papel social:

A História oral responde à necessidade de preenchimento de espaços capazes de dar sentido a uma cultura explicativa dos atos sociais vistos pelas pessoas que herdaram os dilemas e as benesses da vida do presente. Sua versão do processo, porém, deve ser um legado de domínio público.

Em todos os quadrantes da vida individual ou coletiva despontam investidas que se completam com registros de experiências familiares, institucionais, de pessoas comuns ou ilustres. Fatos notáveis e acontecimentos corriqueiros mostram que a noção de vida social apreendida pela História oral é relevante em sua plenitude.

Segundo José Carlos Meihy, há uma variação da História oral de vida conhecida como "narrativa biográfica" na qual:

Cuida-se mais do roteiro cronológico e factual das pessoas, o que deve ser aliado a particularidades que remetem a acontecimentos materiais e concretos julgados importantes. Neste caso, a participação do entrevistador como interlocutor pode ser um tanto mais presente e ativa (...) (MEIHY, 1996, p.150).

Meihy destaca as características peculiares da biografia:

Na narrativa biográfica, torna-se possível admitir o esforço de reconstrução de outras pessoas. Nessas situações, troca-se o subjetivismo por um objetivismo muito mais evidente (...) quando se trata de reconstituição biográfica, datas, lugares e indicações de pessoas são motivo de atenção. Os julgamentos sobre as vidas dos indivíduos contemplados fazem parte da vida dos narradores e não da de quem narra (MEIHY, 1996, p.152).

A historiadora Vavy Pacheco Borges (2010, p.16) polemiza a biografia de um indivíduo:

O cientista social, com o desenvolvimento do método da História Oral não mais depende, unicamente, dos textos escritos para estudar o passado. Registrar os depoimentos em fitas ou equipamentos digitais, imagem e som, é também registrar as experiências vividas pelos sujeitos sociais que contribui para a compreensão do passado recente.

Segundo Marieta de Moraes Ferreira (2012, p.171), “o uso sistemático do testemunho oral possibilita à História Oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma”.

Jose Carlos Meihy destaca a diferença entre memória individual e coletiva, afirmando que:

Toda narrativa tem um conteúdo de passado, contudo é preciso distinguir a memória individual da coletiva ou grupal. A memória pessoal é biológica e psicológica, enquanto a grupal é essencialmente cultural e transcendente.

O passado contido na memória é dinâmico como a própria memória individual ou grupal. Enquanto a narrativa da memória não se consubstancia em um documento escrito, ela é mutável e sofre variações que vão desde a ênfase e a entonação até os silêncios e os disfarces. (MEIHY, 1996, p. 61)

Meihy distingue ainda memória e história:

Pode-se afirmar que, enquanto a disciplina história se baseia na oficialização das análises feitas geralmente com base em documentos grafados, estabelecidos e “confiáveis” porque passíveis de exames objetivos, a memória tem sido considerada um espaço no qual o repertório das versões sobre o passado ainda não ganhou a dimensão escrita possibilitada pela história oral.

(...)

É fundamental que se distinga a memória individual da grupal. A primeira só tem sentido nos exames individuais, das pessoas isoladamente. A segunda, em função dos mecanismos sociais, comunitários, que explicam as atitudes individuais. Para a história oral, a memória individual só interessa na medida em que permite o conhecimento do fenômeno social. (MEIHY, 1996, pp. 62-64)

Para Gwyn Prins (1992, p.194), os relatos orais contribuem para definir o historiador no sentido mais amplo: um historiador que pode extrair os materiais de fonte adequada para estudar toda a variação de escalas e problemas na História Contemporânea. Assim,

Nenhum historiador da alta política moderna, tendo base nos registros públicos, pode esperar ser lido com confiança, se as fontes orais (e, pode-se acrescentar, as fontes fotográficas e de filmes) não tiverem sido empregadas, de algum modo mais do que se poderia esperar de um historiador social dos ciganos. Como declarou Vansina, os dados orais servem para confirmar outras fontes, assim como as outras fontes servem para confirmá-los.

Nosso estudo utilizará as fontes orais como fontes de informação complementares à pesquisa a que nos propomos, como forma de esclarecer fatos, passagens da vida da personagem estudada, seu cotidiano familiar, seus relacionamentos pessoais e políticos, para termos uma visão clara de como se processa seu pensamento político.

Marieta de Moraes Ferreira (1996, pp.171-172) destaca a importância das fontes orais para a pesquisa histórica:

Na História oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular, isto é, são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo, o que leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas em uma rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa e a buscar caminhos alternativos de interpretação. A pesquisa com fontes orais apoia-se em pontos de vista individuais expressos nas entrevistas, que são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico), incorporando, assim, elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas, porque tradicionalmente relacionadas apenas a indivíduos como a subjetividade, as emoções ou o cotidiano.

Nosso objetivo é construir uma biografia crítica de Fábio Lucena, assim, como enfatiza Ângela Gomes (2004, p.214): O tipo mais completo de uma biografia seria aquele em que o biógrafo realiza um "mergulho na alma" do seu biografado, por meio dos documentos da 'escrita de si' ou de 'produção de si' que podem revelar a intimidade do biografado. Seriam esses:

- A memória ou a tradição oral familiar;
- Memórias, autobiografias, ego-história, correspondência (ativa e passiva), diários.

- Entrevistas na mídia (orais, escritas ou em filmes, vídeos);
- Objetos da cultura material: fotos, objetos pessoais, a biblioteca etc, que alguns chamam de “Teatro da memória”. A própria vida do biografado fornecerá pistas para outras fontes, como sua produção no campo da arte, da política (...)

Buscaremos compreender qual a relação de Lucena com o contexto social, econômico e político de sua época. Quais foram suas escolhas no campo social e político. Vavy Pacheco Borges indaga: “Qual a relação indivíduo/contexto?”, “como estabelecer os laços indivíduo/sociedade?” E responde: “O ser humano existe somente dentro de uma rede de relações: deve-se atentar para os condicionamentos sociais do biografado, o grupo ou grupos em que atuava, enfim, todas as redes de relações pessoais que constituíram seu dia-dia. Qual é nosso verdadeiro grau de liberdade, de escolha? Perceber as razões das escolhas feitas em nossa própria vida já não é fácil, imagine na dos outros!”. Assim, relata Borges (2008, p. 222):

É a diversidade de tipos individuais que quebra a ideia de determinação e de necessidade, de unidade de certo grupo social. Não há um tipo de comportamento “normal”, um padrão para quem faz parte de um tipo de grupo social em determinado momento. Mas como dizem os franceses, *L'air du temps* marca as pessoas (...)

Do mesmo modo, Annie Olivier afirma que “não se deve interpretar uma vida buscando-se uma unidade, uma racionalidade, uma linearidade (...) em vez de escrever uma vida, procurar reconstituir um ‘projeto existencial’, reduzindo essa vida a essa fórmula, a um projeto que se realizou ou não” (*apud* BORGES, 2008, p.226).

Escolhemos como temática de nosso estudo a biografia de Fábio Lucena porque acreditamos que a análise de sua história de vida pode fornecer subsídios para a compreensão do contexto histórico do processo de transição da ditadura militar para a democracia brasileira.

Pierre Bourdieu e Norbert Elias ao abordarem a importância do estudo das histórias de vida dizem que “a análise das trajetórias de vida é capaz de nos fornecer uma nova visão do social, que é apenas possível de ser atingido na articulação entre as esferas micro/macrossocial. Durante a análise de um indivíduo, somos capazes de perceber como em si exala todo o nível social” (NORONHA & ROCHA, 2007, p.57).

Benito Schimdt (2012, p.187) enfatiza que o interesse pela biografia acentuou-se na atualidade, as pessoas possuem uma curiosidade em conhecer as particularidades dos

outros, o aumento vertiginoso do número de narrativas biográficas e autobiográficas difundidos na forma de livros, filmes, minisséries televisivas, blogs etc, mostra a reabilitação da biografia. Considerada um gênero menor e antiquado, mais afeito aos amadores do que aos profissionais, e pouco capaz de possibilitar uma compreensão efetiva do passado, voltou a ocupar o primeiro plano da cena historiográfica.

Para Vavy Borges (2008, p.222):

A razão mais evidente para se ler uma biografia é saber sobre uma pessoa, mas também sobre a época, sobre a sociedade em que ele viveu. O ser humano existe somente dentro de uma rede de relações: deve-se atentar para os condicionamentos sociais do biografado, o grupo ou grupos em que atuava, enfim, todas as redes de relações pessoais que constituem seu dia-a-dia.

Nossa pesquisa se propõe a desenvolver uma biografia crítica de Fábio Lucena, por isso buscamos superar uma biografia centrada no sujeito sem relação com seu contexto. Assim, concordamos com a crítica de Bourdieu (*A Ilusão biográfica*, 1996), ou seja, de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto, ideia que se expressaria no uso de expressões como ‘já’, ‘desde então’, ‘desde pequeno’, ‘sempre’, comuns em biografias e nas histórias de vida.

Nosso trabalho pretende compreender a trajetória de vida do político Fábio Lucena dentro do contexto micro/macrossocial do período estudado. Dessa forma, concordamos com Pierre Bourdieu quando critica a produção de uma história de vida sem relação com o campo social do sujeito analisado:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com o significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja a constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô, sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (BOURDIEU, 1989, pp.189-190).

A biografia teve papel de destaque na historiografia mundial: Na França, alguns membros da chamada “Terceira Geração dos Annales, ou da Nova História”, como Georges Duby, Jacques Le Goff e Michel Vovelle, antes voltados às pesquisas sobre o imaginário e as mentalidades coletivas, dedicaram obras importantes a personagens

individuais (O cavaleiro medieval Guilherme Marechal, de George Duby). Esses autores, fiéis à noção de História-problema dos Annales, encontraram no estudo biográfico outra forma de compreender os contextos sociais nos quais viveram os personagens enfocados. Sobre isso, diz Duby (1993, p.137-38):

(...) Eu podia ser acusado de trair o “espírito dos Annales”. Eu era com efeito, o primeiro dentre os epígonos de March Bloch e Lucien Febvre a aceitar escrever a biografia de um “grande homem”. Mas, na realidade, não me desviava nem um milímetro de meu percurso (...) continuava atendo-me à História-problema, História-questão. Minha pergunta continuava sendo a mesma: que é a sociedade feudal.

Janeth Malcolm e Richard Holmes dão definições irônicas da biografia: “O biógrafo é um voyeur, um ‘arrombador’ ou um ‘linguárudo profissional’. Uma espécie de vagabundo permanentemente batendo na porta da cozinha para se convidar para o jantar” (*apud* BORGES, 2008, p.218).

Os historiadores marxistas britânicos, como E.P. Thompson e Christopher Hill, também se dedicaram à pesquisa de trajetórias singulares. Hill dedicou um livro a Oliver Cromwell, líder da Revolução Inglesa do século XVII (HILL, 1988). Nesse caso, o interesse principal parece ser resgatar o papel da ação individual nos processos históricos como forma de se questionar o determinismo do marxismo estruturalista. Verifica-se o interesse dos autores em estabelecer uma relação dialética entre indivíduo e sociedade.

Como cita Hill (1988, p.194):

Nelas, a figura preponderante é Oliver Cromwell. Qualquer estudo sobre sua pessoa, por consequência, não será apenas a biografia de um grande homem. Deverá incorporar os acontecimentos da época em que ele viveu e que se revelaram cruciais para o posterior desenvolvimento da Inglaterra e de seu Império. Espero sugerir, neste estudo, algumas das implicações que decorrem dos atos de nosso biografado.

Quanto ao roteiro que conduziu este trabalho, seguimos a presente ordem:

No primeiro capítulo (Escola e Trabalho), enfatizamos a formação intelectual e política de Fábio Lucena, sua atuação jornalística e sua participação na Câmara Municipal de Manaus (1973-1983), com destaque para seus artigos contundentes na imprensa amazonense e seus discursos inflamados na Câmara Municipal de Manaus, combatendo a demagogia e a corrupção de políticos e empresários do período. Assim, nosso estudo se propõe a compreender a trajetória política de Fábio Lucena dentro da

conjuntura micro e macrossocial do período analisado. Tivemos como objetivo compreender o campo político em que atuou Lucena.

No segundo capítulo (Lucena no Senado Federal), refletimos sobre as dificuldades enfrentadas por Fábio Lucena para se eleger a senador em 1982 (em 1982, apenas 1/3 do Senado seria renovado, ou seja, apenas uma vaga estava em disputa), ao derrotar o governador José Lindoso. O capítulo também destaca a volta do ex-governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, após 15 anos, para a política partidária do estado, suas alianças políticas e o papel de Lucena nesta composição, articulada por Mestrinho.

Nosso objetivo foi buscar compreender as ideias políticas e a atuação de Lucena no Senado Federal, através da análise de seus pronunciamentos, proposições, projetos e artigos produzidos por ele e/ou sobre ele neste momento. A reflexão sobre suas ideias e de sua atuação política frente à conjuntura do período estudado pode contribuir para a compreensão do processo de redemocratização do Brasil. Delimitamos o capítulo de sua eleição a senador em 1982 até sua polêmica eleição para o Senado, em pleno mandato, em 1986.

No terceiro capítulo (O epílogo de Fábio Lucena), analisamos a conjuntura política das eleições de 1986 e a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da Constituição que será promulgada em 1988, o papel de Fábio Lucena como senador constituinte e seu inesperado suicídio em junho de 1987.

Neste capítulo, procuramos esclarecer várias questões: Por que Lucena se candidatou novamente ao Senado Federal, já que tinha sido eleito em 1982 e ainda tinha mais quatro anos de mandato? Por que a aliança política com Carlos Alberto Di Carli, já que eram inimigos políticos e pessoais, e Lucena sempre o acusou de ser um empresário desonesto e corrupto? Por que o rompimento político e pessoal com seu grande amigo Mário Frota? Carlos Di Carli realmente fraudou a eleição de 1986 e derrotou Mário Frota de forma escusa? Como foi a atuação parlamentar de Lucena como senador constituinte? A delicada questão do seu alcoolismo e como esse vício interferiu em suas atividades jornalísticas e políticas. Quais as causas de seu inexplicável suicídio em junho de 1987 e quais as consequências sociais e políticas de seu ato? Procuramos tentar responder a essas questões na análise da documentação coletada e nos depoimentos dos colaboradores.

CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO INTELECTUAL E POLÍTICA DE FÁBIO LUCENA

Nossa Pesquisa tem como foco a construção da biografia de Fábio Pereira de Lucena Bittencourt (1940-1987). Sua trajetória política coincide com o período da Ditadura Militar (1964-1985) e com o processo de redemocratização do Brasil.

A partir do governo do general-presidente Ernesto Geisel (1974-1979), o Brasil caminhará lentamente para a abertura política e para a transição da Ditadura/Democracia. Fábio Lucena terá um papel importante nesse processo de transição, primeiro como vereador de Manaus e mais tarde como Senador da República pelo Amazonas. Seus discursos na Câmara Municipal de Manaus e no Senado Federal mostram um político comprometido com a ética e com a redemocratização do país. Dessa forma, a análise de sua trajetória poderá fornecer subsídios para o entendimento desse importante período da história brasileira.

Através de pesquisas em jornais, revistas, livros, seus discursos na Câmara Municipal de Manaus e no Senado Federal, publicações de Lucena e sobre ele, buscamos construir sua trajetória política dentro da conjuntura micro e macrosocial do período analisado.

Neste capítulo, enfatizamos a sua formação intelectual, sua atuação jornalística e sua participação na Câmara Municipal de Manaus (1973-1983), com destaque para seus artigos contundentes na imprensa amazonense e seus discursos inflamados na Câmara Municipal de Manaus, combatendo a demagogia e a corrupção de políticos e empresários do período. O objetivo é compreender o campo político em que atua Lucena.

1.1. Escola e Trabalho

Fábio Lucena nasceu em 11 de julho de 1940, em Barcelos, Amazonas, e faleceu em Brasília, DF, em 14 de junho de 1987. Era filho de Antônio de Lucena Bittencourt e de dona Otília Pereira Bittencourt. Tinha 9 irmãos. Mudou-se para Manaus aos 10 anos, após conquistar uma bolsa de estudos, em concurso promovido pelos padres salesianos, para estudar no Colégio Dom Bosco de Manaus.

Transferiu-se para o Gymnasio Amazonense Pedro II, o popular Colégio Estadual. Quando deixou o Gymnasio, Lucena foi trabalhar no Banco da Lavoura, mas não demorou muito, logo em julho de 1961, mediante concurso público, entrou no

Banco do Brasil, um dos empregos mais cobiçados pelos jovens de então, pela estabilidade e excelente remuneração garantidas. (LOPES, 2013, p.53)

O Sr. Antonio Lucena, filho de Fábio Lucena, fala sobre a passagem de Lucena no Banco do Brasil:

Ele na verdade, pelo que me recordo, antes dele ser aprovado no Banco do Brasil, ele fez um concurso no Banco da Lavoura, e tem até uma história interessante que envolve o meu pai e o finado prof. Nilton Lins na época desse concurso, pois sou professor na Faculdade Nilton Lins há 20 anos. Ele disse que ele e meu pai estudaram juntos para fazer esse concurso, o prof. Nilton Lins passou em primeiro lugar e o meu pai em segundo. Meu pai ficou chateado com isso. Chegou com o prof. Nilton Lins e disse: “Essa história é injusta (meu pai era uma figuraça), tu não sabia matemática, eu te ensinei e você passou em primeiro lugar”. Ele fez depois o concurso do Banco do Brasil, acho que nem chegou a assumir esse Banco da Lavoura.(Entrevista realizada em 04/03/2016 p.1)

O vereador Mário Frota¹, amigo pessoal e político de Fábio Lucena, fala sobre o trabalho de Lucena no Banco do Brasil:

Eu não me lembro qual a função do Fábio no Banco, mas ele era uma pessoa muito conceituada, um funcionário muito conceituado no Banco do Brasil, possivelmente porque, ele como jornalista, ele adquiriu um certo nome na sociedade, respeitabilidade, ele escrevia muito bem, brilhante oralista, um orador extraordinário, grande cultura. (Entrevista realizada em 12/01/2016, p.1)

Em 1963, casou-se com Maria do Perpétuo Socorro de Carvalho Bittencourt, dessa união nasceram seis filhos: Antônio, Alessandra, Fábio Filho, Michele, Tatiana e Fabiola.

No Sindicato dos Bancários, Lucena se destacou como grande tribuno e defensor de sua classe. Devido à ditadura, sofreu todo tipo de perseguição: foi intimado diversas vezes para comparecer ao Exército, foi preso em outras oportunidades. Em virtude dessa perseguição, Fábio Lucena foi punido com sua transferência, da agência Banco do Brasil de Manaus para Jequitinhonha em Minas Gerais, no período de 1969 a 1971. Sobre isso relata o Sr. Antônio Lucena:

¹ José Mario Frota Moreira (1943). Nascido no município de Grana (CE). Muito jovem veio com a família para o Amazonas, Mário Frota, como ficou conhecido nos meios políticos. Advogado, professor e escritor. Ingressou na política partidária em 1973, a convite do amigo Fábio Lucena. Elegeu-se deputado federal em 1974 pelo MDB sendo reeleito por duas vezes consecutivas, sendo a primeira, em 1978 e a segunda em 1982 pelo PMDB. Em 1986, rompe sua amizade e aliança política com Lucena e filia-se ao PSB. Eleito à Câmara Municipal de Manaus, em 1988, pelo PSDB, deputado estadual de 1998 a 2002. Eleito vice-prefeito de 2003 a 2007 pelo PDT, na chapa do prefeito Serafim Corrêa. Atualmente (2016) é vereador em Manaus pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS) (ANTONACCIO, 2006, pp. 529-531).

Foi o período da ditadura, ele foi punido, pois era militante do Sindicato dos Bancários, militante estudantil. Ele foi mandado para trabalhar numa agência do interior de Minas Gerais, Jequitinhonha, se não me engano. Aí ele retorna pra Manaus e trabalha até 1972, quando se elege vereador. (Entrevista realizada em 04/03/2016, p.1)

Sobre esse afastamento e sobre a perseguição de Lucena pela ditadura, Mário Frota afirma que ele foi afastado do Banco do Brasil e que, sem remuneração, sua família era sustentada pela cooperação dos funcionários do Sindicato dos Bancários do Amazonas e da ajuda do presidente do Sindicato José Dutra:

Foi perseguido pela Ditadura, foi afastado do Banco do Brasil, depois retornou ao Banco. O Fábio passou uma temporada boa afastado do Banco do Brasil. Sabe como o Fábio era alimentado? A família do Fábio? Pelo pessoal do Sindicato, ele não recebia um centavo. Ele foi afastado do Banco e o José Dutra², que foi presidente do Sindicato, o ajudou muito, ia levar o dinheiro lá pra ele, fazia uma cota lá pra ele. (Entrevista realizada em 12/01/2016, pp.21-22)

Frota destaca que, anos depois, na eleição de 1978, Lucena reconhecia a gratidão que tinha por José Dutra:

Logo na campanha de 1978, o Fábio chegou comigo e disse: “Mário, vou te pedir um favor, devo muitas finezas ao Dutra, ele me ajudou muito, ele que ia levar o dinheiro que recolhia dos nossos amigos, ia levar na minha casa, pra ajudar minha família, eu não recebia um centavo do Banco. Eu queria que voce não passasse em Itacoatira, deixa eu ajudar o Dutra no Baixo Amazonas”. Eu disse: “Mas eu tive uma boa votação em 1974, em Itacoatira, fui um dos mais votados lá”. Lucena diz: “Não Mário, não vai não, faça isso não, eu te ajudo no Solimões, eu vou pra comício com você no Solimões, em qualquer lugar, menos em Itacoatira, Itacoatira pra lá, que ali é o Baixo Amazonas, é área do Dutra, Barreirinha, é Parintins, Nhamundá etc, deixa aquilo ali com o Dutra, eu quero ajudar o Dutra lá”. Eu atendi esse pedido, e eu aceitei, mas mesmo assim o Dutra perdeu a eleição. (Entrevista realizada em 12/01/2016, pp.21-22)

Mário Frota destaca a gratidão que Lucena tinha por José Dutra, que ajudou sua família quando foi afastado do Banco do Brasil. José Dutra tinha sua base eleitoral no

² José Cardoso Dutra: (1937) Nascido em Barreirinha, Amazonas. Bancário, professor e pecuarista. Em 1963, ingressou na Faculdade de Direito do Amazonas, pela qual se bacharelou em 1967. Ingressou na vida política concorrendo no pleito de 1970, quando se elegeu deputado estadual no Amazonas, na legenda do MDB, partido de oposição ao Regime Militar. Reeito em 1974. Em novembro de 1978, concorreu a uma vaga de deputado federal, mas conseguiu apenas uma suplência. Em 1982, voltou a se elegeu deputado estadual no Amazonas e, em 1986, elegeu-se deputado federal constituinte pelo PMDB. Reelegeu-se nas eleições de 1990, sempre na legenda do PMDB, obtendo a maior votação do Partido no Estado. Em outubro de 1992, concorreu à Prefeitura de Manaus, mas foi derrotado por Amazonino Mendes. No pleito de 1998, voltou a disputar uma cadeira no Legislativo Federal na legenda do PTB, mas só obteve uma suplência. (Disponível em www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-cardoso-dutra. Acesso em 24/9/2016).

Baixo Amazonas e Lucena pediu que Frota não fizesse campanha lá. Este fato demonstra que Lucena sabia reconhecer os verdadeiros amigos em sua vida.

Lucena estudou Direito e Economia na Universidade do Amazonas (1965-1967), mas não os concluiu, licenciando-se do Banco do Brasil para exercer a atividade política partidária em 1972. Sobre essa passagem de Fábio Lucena pela Universidade do Amazonas e por que ele não concluiu Economia nem Direito, assim relata seu filho Antônio Lucena:

Rapaz, olha, o meu pai era, ele tinha uma inteligência acima da média. Eu quero crer que em razão da atividade política e jornalística dele, e também dessa inteligência acima da média, quero crer que por isso ele deixou a UFAM em segundo plano. Ele tentou voltar depois, quando ele já era Senador.

Ele tinha 9 irmãos, e um dos irmãos dele, que é o tio Azi, casado com uma moça lá de Brasília, sofreu, foi perseguido, e acabou morrendo em razão dos problemas que teve numa das Forças que servia lá, não sei se era Marinha ou Aeronáutica, acho que foi Aeronáutica, uma coisa assim. Ele ficou abalado, razoavelmente abalado. Como ele era muito inteligente, ele meio que assim desprezou a Academia. (Entrevista realizada em 4/3/2016, p.2)

O vereador Mário Frota relata assim a passagem de Fábio Lucena pela Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas (A Jaqueira):³

Eu sempre tive uma grande admiração pelo Fábio, eu inclusive votei nele, na época da Faculdade. Eu quero adiantar a você que, no segundo ano, o Fábio deixou a Faculdade. Ele não concluiu nem Economia nem Direito. O Fábio ficou muito perturbado em razão da morte de um irmão dele e perdeu o estímulo, e aí desapareceu da Faculdade, já pra ir pro terceiro ano. Mas ele era uma referência nossa. (Entrevista realizada em 12/01/2016, p.01)

No entanto, Antônio Diniz (2014, p.11) expõe outra razão para a saída de Lucena da universidade:

Ao saber que uma das disciplinas do curso de Direito seria ministrada pelo procurador público Antonio Alexandre Pereira Trindade⁴, Lucena trancou a matrícula e avisou que “Nunca mais colocaria os pés na Faculdade enquanto aquele cidadão fosse professor do seu curso”. Cumpriu a palavra.

O vereador Mário Frota destaca um fato, ocorrido na Faculdade de Direito, que

³ Nome dado pelos estudantes de Direito à Faculdade de Direito do Amazonas. Um apelido carinhoso dado por eles.

⁴ Antonio Alexandre Pereira Trindade- Era promotor público, presidente da Comissão de Inquérito e Diretor da Penitenciária do Estado. Fábio Lucena havia sido preso pelo DOPS, em 1964, acusado de ser comunista e de receber dinheiro de Moscou e Havana por uma Comissão de Inquérito presidida por Antonio Trindade (apud DINIZ e PESSOA, 2014, pp.14-15).

ênfatiza o caráter de Lucena:

(...) E o professor Ariosto Rocha, certa vez, a primeira prova de Direito, eu não me lembro qual a matéria dele, sabe. Mas foi uma prova muito difícil, a prova que ele passou para os alunos, e a maior nota foi 5, eu tirei 4, o Fábio tirou 5, foi a maior nota, foi uma prova difícilíssima. Aí ele pediu as notas lá da Secretaria, o que não podia pelo regimento da casa, da Faculdade, o professor não podia trazer as notas da Secretaria, o aluno tinha que ir na Secretaria saber as notas dele. Mas ele conseguiu trazer, ele era juiz federal do Estado, só tinha um juiz federal no Amazonas, e muito poderoso, em plena Ditadura Militar.

O professor entrou, e começou a ler as notas, aí tinha uma colega nossa, ela tirou 2 na prova, o professor disse: “Se a senhora tirou 2, seu marido, seu pai é um grande advogado, pá, pá, pá, seu pai é um grande advogado, aí a senhora tira 2”. Era uma senhora casada. “A senhora devia”, era um cara grosso, grosseiro, primitivo, né, mal educado, esse Ariosto Rocha. Ele continuou: “Olha, a senhora deveria é estar fazendo bolinho, fazer um frango pro seu marido. A senhora é casada?”. Ela disse: “Sou”. Ele: “fazer uma farofa, um bom arroz, essas coisas é que mulher tem que aprender”. Então, voce pode imaginar a cabeça daquele animal. “É isso que mulher tem que aprender, não é pra tá em Faculdade não”.

Aí o Fábio, rapaz, deu um esporro no cara, ele era aluno: “Professor, o senhor deveria ter mais respeito pelos seus alunos, é uma senhora, apesar de jovem, uma senhora, o senhor não deveria tratá-la dessa forma, o senhor está humilhando um ser humano”. O professor disse: “Quem és tu?”. O Fábio disse: “Eu sou funcionário do Banco do Brasil”. O professor rebateu: “Grande coisa, grande coisa. Olha, eu sou juiz federal no Amazonas, se eu mandar prender o senhor, eu mando jogar a chave no meio do Rio Negro e ninguém vai tirar o senhor de lá, só eu posso tirar o senhor de lá, então saia da minha sala”. Aí nós corremos lá e tentamos segurar o Fábio, e o Fábio tentou rapaz, reagindo. Aí agarramos o Fábio e saímos levando porta afora, e levamos o Fábio. (Entrevista realizada em 12/01/2016, pp.20-21)

Mário Frota destaca que Lucena correu um grande risco ao repreender o professor Ariosto Rocha, que era Juiz Federal, pois ele poderia sair da sala preso. E a situação do Fábio era pior, porque ele tinha sido preso pela Ditadura, tinha sido afastado do Banco do Brasil.

Em 1968, Lucena foi contratado como jornalista do jornal *A Crítica*, por Umberto Calderaro Filho, no cargo de redator, às vésperas do AI-5. No ano seguinte, passou uma temporada no Jornal *A Notícia*, de propriedade de Manoel Andrade Netto,⁵ onde permaneceu até fins de 1971. Fábio Lucena trabalhou no jornal *A Notícia*,

⁵ Manoel José de Andrade Netto (1933-2008) – Natural de Manaus, jornalista e político. Foi deputado estadual pelo Amazonas. Casado com a Sra Elizabeth Fink, filha do Comendador Felix Fink, dono das Drogarias Fink e fundador do Jornal *A Notícia* em 1969. Com o falecimento do Comendador no mesmo ano, Andrade Netto assume a direção do Jornal.

de Andrade Netto, entre 1969 e 1971. Como grande polemista que era, em artigo publicado em 17/11/1971, ele faz duras críticas às mordomias do presidente do BASA (Banco da Amazônia), Sr. Babot de Miranda, cuja sede era em Belém do Pará, por suas constantes viagens Belém-Porto Alegre, onde residia sua família:

O Jornal do Brasil, edição de 12/11/1971, na coluna ‘informe JB’, publicou o seguinte: Como tem filhos ainda em idade escolar, o novo presidente do BASA, Sr. Babot de Miranda, foi obrigado a conservar a família em Porto Alegre. Em consequência, todo fim de semana ele faz uma viagem de ida e volta que não é sopa (sic): sai de Belém e vai a Porto Alegre e na segunda-feira retorna à capital paraense. Hoje, Babot de Miranda está em Porto Alegre, cercado da família e dos amigos, para festejar o seu aniversário.

A justificativa é interessante: todo fim de semana o presidente do Banco da Amazonia vai de Belém a Porto Alegre porque “tem filhos em idade escolar”. E como se na capital paraense não houvesse escola para que o ilustre Sr. Babot trouxesse sua digna família para a Amazônia. Gaúcho de nascimento, não conhecendo a Amazônia senão pelo mapa, e olhe lá, o Sr. Babot de Miranda, no dia 12 deste mês, estava em Porto Alegre, festejando seu aniversário.

Pobre Amazônia! Os atrativos da saudade de Porto Alegre impedem o presidente do BASA de ficar em Belém (...) enquanto o Acre está pedindo pelo amor de Deus que o BASA humanize a sua política financeira, adaptando-se às exigências do produtor e corrigindo as distorções que estão asfixiando a economia da borracha, o presidente do importante órgão de desenvolvimento entrega-se a passeios semanais “que não são sopa”, porque sopa também não é o que o produtor da borracha está amargando na luta contra desumanidade das condições em que é mantido na hinterlandia amazônica (Jornal A Notícia, 17/11/1971, p.5)

Percebe-se aqui que Lucena, através da imprensa escrita, combatia as mordomias de um servidor público que ao invés de permanecer na sede do BASA, em Belém, fazia constantes viagens para visitar a família em Porto Alegre.

Em 1972, voltou para *A Crítica*, onde ficou até 1973, ano em que iniciou sua carreira política como o vereador mais votado da cidade de Manaus.

A trajetória política de Andrade Netto registra apoio ao Golpe Militar de 1964, como líder do governador Arthur Reis. Em 1965, para ser candidato ao Senado, se transferiu para o MDB. Apesar da vitória na capital, o emedebista perdeu a disputa para os arenistas José Lindoso e José Esteves. Esse resultado é um dos mais escabrosos crimes eleitorais do Amazonas.

Inconformado com a derrota, no dia 18 de março de 1971, Andrade publicou a polemica manchete: “Empatada a partida: Revolução 1 x 1 Corrupção”, a qual tentava impedir que o candidato eleito José Esteves, fosse diplomado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

Andrade Netto foi um dos mais polêmicos proprietários de jornal em Manaus, sempre envolvido em algumas disputas, em que demonstrava truculência e deselegância, quer com o público leitor, quer com seus desafetos, segundo fontes extraoficiais. A Notícia foi líder de vendas por um determinado tempo. Em 29/01/1983, o jornal foi adquirido pelo grupo Coencil, do empresário José de Moura Teixeira Lopes. No mesmo ano, em 6 de setembro, Francisco Garcia Rodrigues e seu irmão José Anselmo compraram A Notícia. Por fim, em 17 de junho de 1990, o jornal circulou sua última edição (DUARTE, 2015, pp.19-20).

Entre os anos de 1973-74, voltaria a colaborar no jornal *A Notícia*, a convite do Diretor de Redação, Bianor Garcia. Foi demitido do rol dos colaboradores, por ordem expressa do jornalista Andrade Netto, porque, na tribuna da Câmara Municipal de Manaus, havia elogiado os 25 anos de fundação do jornal *A Crítica*. Este fato gerou uma inimizade entre Lucena e Andrade Netto, que teria graves consequências⁶.

Sobre este episódio, que resultou em uma das tantas disputas e rivalidades protagonizadas por Lucena, em 18 de abril de 1974: o então vereador Fábio Lucena foi à tribuna da Câmara Municipal de Manaus a fim de parabenizar o jornal *A Crítica* pela passagem dos 25 anos desse matutino, que seria comemorada no dia seguinte. Em seu discurso, o líder do MDB na Câmara Municipal de Manaus rasgou elogios ao periódico onde já havia trabalhado como redator-editorialista:

Há 25 anos (...) aparecia nas ruas de Manaus um modestíssimo jornal com quatro toscas páginas compostas à mão sumamente pobre de recursos mas que já se pronunciava ao nascer, uma esperança, pois reunia a equipe valorosa da época que, ao lado de Umberto Calderaro se dispunha a realizar, custasse o que custasse, um jornal que espelhasse a grandeza de nosso Estado e do nosso povo (*A Crítica*, 19 de abril de 1974,p.4).

Segundo Durango Duarte (2015, pp.50-51):

Tudo seria normal, a não ser pelo fato de que, nessa época, Fábio era jornalista de *A Notícia*, cujo proprietário era o Sr. Andrade Netto, que recebeu como uma afronta aquele pronunciamento lisonjeiro em favor de seu principal concorrente. A partir daí, ambos travaram uma batalha, com ofensas de parte a parte, expressas publicamente em seus artigos publicados nos dois jornais.

No dia 6 de janeiro de 1975, em artigo publicado no periódico *A Crítica*, Lucena atacava duramente Andrade Netto:

Traidor, covarde, desonesto, vilão, porco, hiena, coiote, onidário(para que ele não vá ao dicionário, onidário é um animal que usa o mesmo orifício para comer e expelir os dejetos fecais), celenterado (sinônimo de onidário), velhaco, hipócrita, fariseu, chantagista, brejeiro, patife, pérfido, etc(...) na baba de um epilético há mais dignidade que no caráter do Andrade Netto. Um leproso é mais sadio que ele. Qualquer deformado tem mais honra que ele. O coração de uma pulga é maior que o dele. Os imundos não chegam nem aos pés da imundície dele. Imundície com a qual vive amancebado, já que a mancebia com a traição e com a velhacaria, não lhe basta no seu permanente coito com a intriga (*A Crítica*, 6/01/1975, p. 01).

⁶ Procuramos pessoas próximas ao jornalista Andrade Netto para colaborar com a pesquisa, mas infelizmente não quiseram contribuir com suas memórias sobre a personagem estudada.

No dia 7/01/1975, Andrade Netto rebatia os ataques sofridos do jornal *A Crítica*, pela pena de Lucena, num longo artigo que criticava o Sr Umberto Calderaro, acusando-o, entre outras coisas, de ter montado seu jornal com verbas públicas e um empréstimo do Banco da Amazônia, conseguido de forma escusa:

O matutino *A Crítica*, em suas duas últimas edições, primeira página, sob inspiração direta e responsabilidade pessoal de seu diretor, Sr. Umberto Calderaro Filho, fez publicar matéria em termos que até mesmo as páginas policiais se recusam a publicar, e que lembraram época em que a falta de argumentos, a ausência de razão, destocava os debates públicos para o terreno do insulto pessoal, destituído de oportunidade e grandeza, mas prenhe de ódios recalques e desespero. Diz o artigo encomendado pelo Sr. Calderaro, que cheguei ao jornal por herança, e esta é a única verdade de seu amontoado pornográfico (sic), mas herança legítima, passada em cartório com escritura e tudo (...) Com um patrimônio que não foi feito na base da chantagem, da venda de opinião, do rastejo aos pés de quem governa, ou erguido como *A Crítica* numa antiga garagem da Prefeitura Municipal de Manaus, quem sabe como preço do silêncio, de omissão, e jornal estou fazendo nestes quase seis anos sem saquear banco oficiais, sem depender do erário público para saldar contas, sem calotear e sem precisar intimidar os caloteados com notícias fabricadas, sem carecer da mentira para sobreviver.

Graças a Deus eu hoje consegui, mais uma vez, defender-me sem usar a lama (...) Não nego que tenha tido o desejo, no primeiro instante, de furar o tumor por inteiro; de fazer fluir a podridão de seu caráter; de contar a história da nova *A Crítica*, a que foi feita na garagem que fora construída com os dinheiros públicos de cuja máquina impressora foi resultante de um empréstimo que o Banco da Amazônia lhe concedeu após uma sórdida campanha que o Sr. Calderaro moveu contra a diretoria daquela organização creditícia; de explicar ao povo que o Sr. Calderaro está contra o atual governo não é por patriotismo mas porque deixou de fazer os papéis impressos do Estado na sua gráfica; de anunciar à cidade que a “bravura” atual é porque o governo não lhe está facilitando novos empréstimos para reformular os que nunca pagou (...) Que Deus ilumine o Sr. Calderaro, o conduza a um caminho mais sadio, mais limpo do que o alcançado nas duas últimas edições do seu jornal. (*A Notícia*, 7/01/1975, p.01)

As hostilidades entre os dois jornais continuariam nos meses seguintes. Entretanto, no dia 15/2/1975, Fábio Lucena sofreria uma tentativa de homicídio quase fatal. Assim, noticiava o jornal *A Crítica*:

Na noite de sábado, dia 15, ao final do seu expediente na redação de *A Crítica*, Fábio Lucena saiu em direção a sua residência. Em seguida, por volta das 20h, foi para a esquina da Rua Aprígio com Beco da Indústria, onde iria tomar uma injeção (...) na calçada da mercearia do português José Augusto, situado na esquina do Beco da Indústria com a Rua Wilkens de Mattos, parou para uma conversa com amigos, sentado de costas para a rua, não percebeu a aproximação de dois homens. A poucos passos do vereador, um deles sacou uma arma e desferiu-lhe uma coronhada. Em razão dos golpes que levava, Lucena

caiu da cadeira em que estava e levou mais uma coronhada, sendo, em seguida, alvejado com um tiro à queima roupa, que passou de raspão em sua cabeça.

Os pistoleiros fugiram em fusca azul, de placa AM-5402, que os aguardava de porta aberta e motor ligado (...) Lucena foi para sua residência e de lá saiu para o Pronto Socorro São José, onde foi considerado sem perigo de morte às 23h.

No dia 17, descobriu-se que o fusca azul utilizado para a fuga dos homicidas havia sido alugado dois dias antes pelo gerente da Distribuidora de Medicamentos Fink, o alagoano Durval Dourado de Souza Carvalho. O veículo pertencia à Locadora Lídice e seria devolvido pelo locador no dia 19 de fevereiro.

Em seu depoimento à polícia, numa tentativa de retardar as investigações e ocultar possíveis mandantes do crime, Durval Dourado afirmou ter sido o responsável pelo disparo que atingiu o vereador, e que foi ele próprio quem contratou os dois homens que, supostamente, o haviam ajudado na empreitada sinistra. Segundo o gerente da drograria, o motivo era se vingar de Fábio em razão de uma discussão que ambos tiveram meses antes. (A Crítica, 16/02/1975, pp.3-5)

No entanto, em artigo intitulado “A mão de Deus e a mão assassina”, Lucena dizia, com todas as letras, que Andrade Netto era o mandante do atentado por ele sofrido:

O mandante do criminoso Dorval Dourado e de mais dois pistoleiros ainda não identificados jamais imaginou pudesse eu escapar da cilada assassina. Mas as mãos de Deus desviaram do meu corpo as balas que me teriam levado ao cemitério.

Se é que há motivo para matar alguém, assim de modo premeditado e covarde, nenhum haveria para que o criminoso Dorval Dourado, gerente da “Importadora Fink”, planejasse assassinar-me. Não me lembro sequer de tê-lo visto algum dia. Dourado é um pau-mandado. E o interessante, em tudo isso, é que está ligado às “Organizações Fink”.

(...) Se motivo há para matar-me –repite – , um outro homem, ligado à memória de Fink e fruto também de sua herança, este o teria de sobra: chama-se Andrade Netto, dono do jornal “A Notícia”.(A Crítica 18 de fevereiro 1975, p. 3)

No dia seguinte, num longo artigo publicado em *A Notícia*, intitulado “Cabra de Peia”, Andrade Netto contra-atacava Fábio Lucena:

Cabra de Peia

(...) Mas convenhamos, como lidar com Fábio Lucena qualquer, que faz da lama um repasto permanente sem descer às sarjetas onde ele habita moralmente todos os instantes e fisicamente muitas vezes usa como leito, nos seus fins de bebedeiras?

Fábio Lucena no dia de ontem não se conteve mais. Não lhe bastou o anonimato de que se tem servido, SEMPRE para agredir-me. Veio a público para legitimar ofensas anteriormente feitas sob a responsabilidade de terceiros e aproveitou, na cegueira do seu ódio,

para insinuar, e até mesmo declarar, que sou, ou posso ter sido, mandante de um atentado por ele sofrido na noite do último sábado. Quem me conhece – e todos me conhecem nesta cidade – sabe que não sou dos que mandam fazer, mas faz, e que se quisesse sujar minhas mãos na cara desmoralizada de um leproso moral não usaria o ódio de um pobre cidadão, com quase sessenta anos (Durval Dourado) que por ele diz ter sido ofendido na via pública, num dos seus conhecidos arroubos de valentia e constantes propósitos de agressão. Eu teria batido no vagabundo sem precisar de tocaias, de capangas, de tiros. Ponham-nos aos dois no meio da rua, sem armas e sem capangas e todos verão que não se precisa de muito para fazê-lo transformar a tão decantada valentia em míseras súplicas de desculpas, rastejos que os que o conhecem de perto sabem que ele consegue praticar com igual maestria, como insulta um velho na rua (..) e artigos estes de preferência sob o anonimato. (A Notícia, 19 de fevereiro 1975, p.01)

Nessa passagem, Andrade Netto acusa Lucena de escrever sob anonimato e de acusá-lo injustamente de ser o mandante do atentado por ele sofrido. Andrade diz que Lucena é um bêbado, covarde e que, não mandaria ninguém atacá-lo se quisesse, mas o faria ele mesmo com as próprias mãos.

Andrade Netto continua o artigo com duras críticas à honra e ao comportamento de Lucena:

(...) é o tipo, para só apanhar os últimos dez anos de sua carreira sinistra, que foi preso nos primeiros dias da Revolução, e no cárcere, dizem os que com ele foram recolhidos, DEDUROU seus próprios companheiros, no desejo de melhorar sua própria situação, renegando princípios dos quais se preconiza defensor das famigeradas CGT. (A Notícia, 19 de fevereiro 1975, p.01)

Aqui, Andrade Netto, se refere ao Golpe Militar de 1964 como “Revolução”, acusa Lucena de dedurar (com letras maiúsculas) seus companheiros de prisão e se refere às organizações dos trabalhadores, CGT, de famigeradas. Andrade Netto continua suas críticas a Lucena:

Desde aí, passou a querer vestir a pele de cordeiro, aqui e acolá fazendo elogios a gerais e autoridades revolucionárias, mas sempre criando problemas aos jornais onde trabalha, por colocar nos textos, sempre da responsabilidade do diretor, fraseado guardado de seus discursos inflamados, quando pretendia para o Brasil aquela república sindicalista que o Exército conseguiu sufocar, e sufocou com meu apoio público e ostensivo, declarado em pleno governo Goulart, como deputado à Assembleia Legislativa do Estado. (A Notícia, 19 de fevereiro 1975, p. 01)

Andrade reafirma seu apoio à Ditadura Militar e acusa Lucena de ter apoiado a criação de uma “República Sindicalista” no Brasil, possivelmente em virtude das ligações de Lucena com o Sindicato dos Bancários. Ao mencionar que Lucena sempre

causou problemas nos jornais em que trabalhou, Andrade Netto critica a passagem de Lucena no jornal *A Notícia*, de sua propriedade:

(...) Foi posto fora do jornal onde hoje trabalha e ficou aguardando um abrigo. Veio para cá trazido sem que eu o conhecesse quando *A Notícia* foi aberta, e aqui montou seu esquema de agressão, nem sempre contido por mim e outros companheiros.

Aqui chegando, ele que agora agride o nome Fink com o ódio que devota aos nascidos judeus, sensibilizou a mim e minha família, escrevendo longo artigo de elogios ao meu sogro, por ocasião de seu falecimento. O safado até se ofereceu para fazer um discurso no cemitério de onde saiu lacrimando para entregar-se a uma enorme bebedeira, que ele justificou como resultado de sua profunda tristeza, pois naquela época ele ainda procurava explicar seus porres. Agora ele vive bêbado sem qualquer razão por mero vício. (*A Notícia*, 19 de fevereiro 1975, p.01)

Nessa passagem, Andrade afirma que Lucena só causou problemas em *A Notícia*, que agiu como um hipócrita no falecimento do seu sogro, Felix Fink, e que já era um bêbado dissimulado. Percebe-se que, neste momento, o alcoolismo de Lucena já era motivo de observações e represálias (trataremos do alcoolismo de Fábio Lucena nos capítulos II e III da dissertação). Além de acusá-lo de antisemita. Andrade continua suas críticas à passagem de Lucena em *A Notícia*:

Deu-nos, entre outros aborrecimentos, dois processos por infringência à Lei de Segurança Nacional, que eu respondo, pessoalmente com o verme escondido para não se comprometer, pois tinha pavor que num julgamento desse fosse lembrada sua prisão nos primeiros dias da Revolução. Aqui falava mal de seu atual patrão sem a menor reserva, a quem se referia usando palavras ou adjetivos impubescíveis, sempre querendo levar-me a uma briga que não aceitei, mas que ele acabou fazendo no outro jornal. Aqui ele elaborou um famoso suelto contra um diretor de uma emissora de rádio, externando a podridão de seus ódios. Finalmente considerado irrecuperável para o serviço de *A Notícia* foi posto na rua por ter DELATADO um segredo interno, tentando comprometer um companheiro de trabalho, o colunista Mário Antonio, que começava a lhe fazer sombra como editorialista, aliado ao fato de ser descendente (o Mário Antonio) de judeus.

E foi rastejar aos pés do outro proprietário de jornal, até convencê-lo a readmitir (...) e até conseguiu armar sua candidatura à vereança (...) certa manhã encontrei-o à porta de *A Notícia* indagando-me se eu o receberia como correligionário, pois integramos o mesmo partido político. Já na minha sala rastejou pedindo-me apoio, implorando-me que fosse à tv, o que acabei fazendo para ajudar o partido, cujo reconhecimento posterior foi externado em ofício que guardo com muita honra. (*A Notícia*, 19 de fevereiro 1975, p.01)

Andrade Netto afirma que a passagem de Lucena por *A Notícia* só lhe causou problemas. Que Lucena usou o jornal para seus próprios fins, que falava mal de Umberto Calderaro, mas que logo depois foi trabalhar em *A Crítica*. Diz que Lucena foi

um ingrato, mesmo com toda a ajuda que lhe deu. Andrade Netto finaliza o artigo com ofensas veementes a Lucena:

Bêbado contumaz, é figura obrigatória dos botecos, onde habitualmente apanha na cara, quando se torna inconveniente. É no álcool que se inspira para ser valente, onde busca o maléfico brilho de suas orações e de seus artigos. No álcool encontra a tranquilidade que na sobriedade não tem, porque nesta, necessariamente, é obrigado a sentir o forte cheiro de toda a podridão que exala.

Um tipo deste é que se julga o condutor da cidade. E como tal prefere pairar acima do bem e do mal. Condena e perdoa, agride e se acovarda, diz e desmente, promete e não cumpre, mente e se humilha. Um trapo na sarjeta, um monte de esterco, uma porcária que não vale uma agressão, um desclassificado que não merece um tapa, uma pena de aluguel sem escrúpulos, um político ambicioso e desleal(...) Não pense esse alcoólatra que vai transformar isto numa polêmica, porque eu não tenho tempo para isto e nem sei discutir com um tipo dessa ordem (...) tudo farei para não descer `a lama.

Saiba o POVO que não mandei agredir ninguém. Não sou mandante de coisa alguma. Tenho dignidade bastante para assumir meus próprios atos e sei, como sei, que o Fábio não é de bala, mas cabra de peia. Um monte de fezes, apenas. (A Notícia, 19/02/1975, p.01)

Andrade Netto finaliza o artigo novamente enfatizando o alcoolismo de Lucena, sua incoerência política, sua ambiguidade moral, terminando por afirmar que não foi o mandante do atentado a Lucena. A troca de ofensas entre Lucena e Andrade Netto continuaria por todo o ano de 1975, sem solução para os reais mandantes do atentado sofrido por Lucena.

Diniz e Pessoa (2015, p.180) relatam que Fábio Lucena, da tribuna da Câmara Municipal, continuava com sua “metralhadora giratória” contra Andrade Netto e a ARENA em 1976:

No dia 8/11/1976, durante uma reunião ordinária na CMM, Fábio Lucena se defendia das acusações contidas numa nota oficial da ARENA, publicada na imprensa, com o título “O MDB e o homicídio”, em que lança um repto ao orador sobre sua aproximação com o jornalista Andrade Netto. Depois de fazer várias acusações aos homens que dirigem a ARENA, notadamente ao vice-governador João Bosco e ao deputado federal Raimundo Parente, chamando este de ex-terrorista, e àquele de haver abandonado a esposa e ter deixado os filhos na miséria, diz em resposta à indagação feita pela nota arenista, que não fez as pazes com o jornalista Andrade Netto, acrescentando que “Prefiro perder a paternidade de meus filhos a apertar a mão desse assassino”.

Segundo Durango Duarte (2015, p.73):

No dia 19 de junho de 1980, Durval Dourado foi inocentado pelo Tribunal do Juri Popular por 4 votos a 3. O julgamento foi presidido pela juíza Maria das Graças Prestes Figueiredo, tendo como

representante do Ministério Público, o promotor Lupercino de Sá Nogueira. Em seu depoimento, Durval insistiu em não revelar os nomes dos outros envolvidos no crime.

A troca de ofensas entre Lucena e Andrade Netto chegou ao seu ápice em 1977. Em artigo publicado na coluna “Pinga-Fogo”, no jornal *A Notícia*, Lucena era desafiado para um “desforço pessoal” com Andrade Netto em local e hora que ele determinasse:

A Câmara Municipal ficou ontem cheia de populares que ali foram saber se o vereador do MDB, eterno ébrio, toparia ou não toparia o desafio que o jornalista Andrade Netto lhe lançou, ontem, através desta coluna, para um desforço pessoal, em dia, lugar e hora previamente marcados pelo aludido vereador cachacista do MDB, dentro até da conveniência deste. Andrade, por antecipação, revelou logo os nomes de suas duas testemunhas: Augusto Lacerda Filho (o “Cutinho”) e Stenio Neves.

(...) Na última terça-feira, porém, o vereador cachacista do MDB voltou a ofender e voltou a teatralizar, babando cachaça (ele mesmo confessou depois que tinha vindo de um aniversário, certamente regado a cocal). E danou-se a dizer que ia matar, ia atirar, ia esmurrar, ia triturar, ia estraçalhar. Terminou mandando recado (gravado pelo nosso repórter à sua frente, na bancada da imprensa) para Andrade Netto que ia fazer tudo aquilo, onde o encontrasse, como se Andrade Netto fosse visto, também, em rodadas de botequim de quinta classe, onde o vereador ébrio do MDB tem cadeira cativa.

Andrade Netto resolveu, então, “pagar para ver”. E lançou o desafio. O vereador cachacista do MDB não queria isso? Não era isso que ele vinha ameaçando há tanto tempo? Então Andrade Netto fez-lhe a vontade. Topou a parada (...) Claro que todos foram certos de que ele, que era o desafiante há mais de dois anos, iria aceitar o desafio para uma luta aberta, a tapa e a murros, sem a covardia de revólver. Teria que aceitar aquilo que estava pedindo há dois anos (*A Notícia*, coluna Pinga-Fogo, 25/11/1977, p.12).

Nesse artigo, Lucena é chamado várias vezes de “vereador cachacista e de ébrio” que Andrade Netto, não suportando mais as agressões de Lucena, desafia-o para um confronto, sem armas, em local e data que Lucena determinasse. O jornal *A Crítica* publicava no dia 26/11/1977, a resposta de Lucena ao desafio de Andrade Netto:

O vereador Fábio Lucena, aceitou ontem, o desafio que lhe fez o Sr. Andrade Netto, no sentido de que a rixa pessoal existente entre os dois seja tirada em local e hora que seria marcado pelo vereador. Diante disso, Lucena, disse: “Se Andrade Netto for o pai de seus filhos, que compareça amanhã, hoje, às 8h, na Praça da Igreja São Sebastião, pois lá estarei para enfrentá-lo do jeito que ele vier (...) à bala ou de qualquer jeito, perante os pés e o testemunho de nosso senhor Jesus Cristo. Juro pela vida dos meus filhos que, se o encontrar em qualquer parte da cidade, um de nós dois morrerá, não o faço em nome de Deus, porque seria uma profanação, mas se for necessário o faço em nome de satanás”. (*A Crítica*, 26/11/1977, p.11)

O vereador Mário Frota, amigo pessoal e político de Lucena, testemunhou o quase duelo fatal entre Lucena e Andrade Netto (o duelo foi marcado para 26/11/1977):

(...) Foi, eu inclusive, tentei conter o Fábio. Eu estava em Manaus, eu era deputado federal, e o Fábio num discurso na tribuna da Câmara de Manaus, ele chamou, lançou um repto, um desafio ao Andrade Netto, para que ele se encontrasse com o Fábio para um “Duelo de vida ou morte na Praça São Sebastião”, o Fábio tinha essas tiradas assim, meio alopradas.

(...) Eu fui lá com o Sr.Umberto e disse: “Sr.Umberto, diz pro Fábio não fazer isso, não vai pegar bem pra ele, porque o Andrade não vai, não deu uma palavra pelo jornal até agora, e em verdade, é só o desafio feito pelo Fábio (...) o Fábio vai se expor, na minha opinião, a uma situação vexatória, eu acho que ele não deveria ir”, mas o Fábio tava irredutível. A população compareceu no dia.

Durante a entrevista, indago se Lucena foi armado para o Duelo:

Ele foi com dois revólveres, armado, no coldre, com direito a tudo. E aí, 6h30 da manhã, eu cheguei na casa do Fábio, ele tinha marcado para as 8h o duelo na Praça São Sebastião. Cedo eu cheguei, naquele prédio que ele morava, ali na Praça do Congresso, aquele alto, Maximino Correa. Aí eu subi, já tinha tomado café, quando eu subi, logo chegou um delegado de polícia, foi até meu colega de Faculdade, saiu dois anos depois de mim, ele foi lá também tentar contemporizar com o Fábio, pra ele não fazer aquilo, mas o Fábio não deu a menor questão pra ele, aí ele foi embora. Aí chegou o coronel Galvoso, que era um coronel aposentado do Exército, que foi levar as armas pro Fábio, dois revólveres de cano longo, era um coronel meio doido, meio doidão. Aí o Fábio botou aquele negócio, se aprontou, botou um paletó que nunca vou me esquecer, quadriculado, assim marrom, preto e marrom, tava na moda aquilo, e botou no pescoço um lenço vermelho, nunca vou me esquecer. E aí ele disse: “Vou enfrentar aquele canalha, vou matá-lo”. Aí, descemos a escada (...) e tava a multidão lá fora, o Fábio era muito querido.

Indago se a população foi acompanhando e como tudo terminou:

Foi, a multidão lá fora esperando o Fábio, tratando o Fábio como um herói, um cara que teve a coragem de desafiar o Andrade Netto (...) chegamos lá, aí o Fábio entrou na Igreja São Sebastião, orou, ele disse: “Eu quero entrar sozinho”, se ajoelhou, com as mãos postas, ele era muito católico, ele rezou, orou, na saída, o jornalista Mário Jorge, que foi prefeito em Presidente Figueiredo, indagou o Fábio Lucena: “Vereador, o que o senhor veio fazer mesmo agora, que o senhor se ajoelhou e orou? O senhor foi pedir a Deus pela sua vitória agora no duelo? E o Fábio respondeu: “Não, eu orei a Deus neste momento, eu entreguei minha alma a Deus e o corpo a satanás”. O Fábio tinha umas tiradas assim, geniais.

Mário Frota continua seu relato de como Lucena ficou lá na Praça esperando o Andrade Netto:

Aí foi passando, ele foi pra Praça. Então ele diz: “Agora, que ninguém me acompanhe, em razão do perigo das balas”. A multidão ficou ali em cima, no Teatro, eu fiquei ali perto da Igreja, todo mundo esperando o Andrade. O Andrade morava ali perto, na Rua D. Libanea, uma casa bem de canto, um casarão bem bonito. O Fábio achava que ele viria daquela ruazinha, foi a casa, no passado, do J.G.Araújo.

Frota relata como o clima estava tenso, Lucena se comportava como um pistoleiro num filme de Farwest, esperando o sino da Igreja badalar 8h (lembrei-me do filme “O Homem que Matou o Facínora”, com James Stewart):

O Fábio ficou andando, ele olhava pro relógio, rapaz, a Globo mostrou. Aí o Fábio botou pra trás o paletó, mais parecia filme de bang-bang mesmo, com dois revólveres, andando pra lá e pra cá, e olhava pra cima, aí o sino bateu 8h, tum, tum, tum, o Fábio virou pra D. Libanea, para aquela rua, na posição de sacar viú, quando o sino bateu 8h, porque ele tinha marcado 8h, esperando que o Andrade fosse sair dali, e o Andrade não apareceu. Ele ficou lá uns 10 min, lá esperando, a Imprensa toda correu pra lá. Aí o Fábio disse: “O poltrão não apareceu! O poltrão não apareceu!”. Aí a multidão desceu lá do Teatro, ali na frente do Teatro, gritando o nome dele, um herói, o Fábio virou um herói (entrevista realizada em 12/01/2016,pp.3-5).

O quase “duelo de vida ou morte” entre Fábio Lucena e Andrade Netto, na Praça São Sebastião, presenciado pelo atual vereador de Manaus Mário Frota, evidencia o temperamento de Lucena que, muitas vezes, transformava suas rivalidades políticas em inimizades pessoais, chegando a situações extremas, como no ‘duelo’, que felizmente não aconteceu.

Após sua demissão do Jornal A Notícia por Andrade Netto em 1975, Lucena voltaria a trabalhar no Jornal A Crítica, de Umberto Calderaro, lá permanecendo até sua derradeira hora.

1.2. Início da Carreira Política: Lucena e a Câmara de Vereadores de Manaus

Nas eleições para a Câmara de Vereadores de 1972, Fábio Lucena foi eleito o vereador mais votado de Manaus, com 8.442 votos. Dos 11 vereadores eleitos, 6 eram do MDB e 5 da ARENA. Foi empossado em 1º de fevereiro de 1973.

No dia 18/11/1972, o Jornal do Comércio publicava o resultado das eleições para a Câmara Municipal de Manaus com o título: “A Câmara é da oposição”:

Na capital o MDB disparou e venceu por maioria absoluta. Mas tal não aconteceu no interior onde a ARENA fez maioria dos prefeitos e vereadores só que de maneira discreta, com diferença mínima. O

MDB, entretanto, conseguiu colocar 6 vereadores na Câmara Municipal, e ainda se deu ao luxo de ter os 4 primeiros mais votados.

Os 11 mais:

Fábio Lucena (MDB)	8.442 votos
Damião Ribeiro (MDB)	4.759votos
José de Aquino (MDB)	4.195 votos
Manuel Diniz (MDB)	3.298 votos
Gama e Silva (ARENA)	3.132 votos
Domingos Sávio (ARENA)	3.042 votos
Correa Lima (ARENA)	2.957 votos
Raimundo Sena (ARENA)	2.957 votos
Vinicius Conrado (ARENA)	2.826 votos
Aloísio Oliveira (MDB)	2.759 votos
Ruy Adriano (MDB)	2.746 votos
Legenda	
MDB	38.469
ARENA	32.424

(Jornal do comércio, 18/11/1972, p.01)

Entretanto, uma hora depois de sua diplomação, o Sr. Antônio Alexandre Pereira Trindade, representante do Ministério Público perante as Zonas Eleitorais, interpôs recurso com base na Lei das Inelegibilidades (art. 1º), pedindo a anulação da diplomação do candidato do MDB. Lucena era acusado de subversivo em épocas que antecederam a “Revolução” de março. Conforme matéria do *Jornal do Comércio* de 24/12/1972:

(...) No recurso interposto, o Sr. Antonio Trindade denuncia o vereador Fábio de Lucena como elemento subversivo, anexando documentos comprobatórios fornecidos pela Superintendência da Polícia Federal e dando conta de atividades exercidas pelo candidato impugnado em épocas que antecederam a Revolução de Março (...) (Jornal do Comércio, 24/12/1972, p.3)

Os motivos da perseguição impetrada pelo promotor Antonio Trindade contra Fábio Lucena, remontava a anos anteriores. Em 1967, o diretor de *A Crítica*, Umberto Calderaro Filho, recebeu uma denúncia de que um preso de nome Mizael Parada fora chacinado na Penitenciária do Estado, cujo diretor era Antônio Trindade. Lucena descobriu que o preso Mizael fora torturado nas dependências da prisão e que durante 52 dias deram-lhe água e sal por alimento.

Lucena apurou que o detento Mizael Parada, armado de uma faca, invadiu o gabinete do diretor da Penitenciária do Estado, Antônio Trindade, matou um guarda e tentou também matar Trindade, mas foi contido. Cinquenta e dois dias após esse fato, Mizael foi encontrado morto por inanição.

Encontramos evidências sobre o detento Mizael Parada em um artigo publicado no Jornal do Comércio de 9/3/1967 com o título: “Mizael tentou contra a vida dentro de cela”:

Mizael Parada Peixoto: o autor do bárbaro crime ocorrido no dia 1º do mês em curso, no interior da Penitenciária Central do Estado; em que tombou sem vida o guarda civil Ruy Gomes e saiu gravemente ferido o inspetor de vigilância Hindemburgo Santa; teria tentado por fim a sua vida na madrugada de ontem; pendurando-se nas grades de sua cela e, lançando-se de cabeça ao solo; o que resultou-lhe um ferimento no coro cabeludo.

Este acontecimento; foi verificado cerca de 2,30 horas, quando o carcereiro Macário Alberto, ao passar naquele momento junto a cela de Mizael ouviu um barulho em seu interior; Macário em seguida comunicou o fato a direção do presídio, tendo o diretor da PCE, dr. Antonio Trindade acompanhado do carcereiro e de mais dois policiais; seguido para a cela do criminoso e ao abrirem; encontraram Mizael inconsciente, com um ferimento na cabeça.

O dr. Trindade determinou que fôsse feito o curativo na cabeça do criminoso, que logo em seguida foi conduzido à sua cela. Diante desse fato: A direção da PCE, determinou que fôsse mais rigorosa a vigilância em torno da cela de Mizael. (Jornal do Comércio, 09/03/1967, p.8)

Em artigo publicado no jornal *A Crítica*, no dia 26/12/1972, intitulado “O Perfil do Hipócrita”, Fábio Lucena esclarece o porquê da tentativa de impugnação de sua diplomação de vereador, por Antônio Alexandre Pereira Trindade, em 1972. Lucena assim relata a história:

É o hipócrita Antônio Pereira Trindade, esse monumento de desonra ao Ministério Público, que vem me assacar acusações levianas e que serão, não tenho dúvida, destruídas pelo delegado do meu partido, o MDB, na órbita do Poder Judiciário.

Como não pode dar-me água e sal até que eu morra de inanição, como fez com o desgraçado Mizael, aponta-me a Justiça Eleitoral como

comunista, no afã de obter, do Poder Judiciário, a cassação do diploma de vereador que me foi entregue por suprema, una, indivisível, intangível e soberana vontade do povo de Manaus!

Há 8 anos, senhores do povo, há 8 anos que Trindade me persegue. Criminoso moral, apontava-me o dedo na polícia em 1964, como quem me desejasse ver a caminho da forca. Eu, então com 23 anos, era forçado a suportar todos os ataques do Inquisidor hidrófobo, do Torquemada vil dos miseráveis inquéritos que fizeram com que eu passasse, eu, minha esposa e meus filhos, dias inenarráveis.

Antonio Alexandre Pereira Trindade, os restos de Mizael te saúdam! (Jornal A Crítica, 26/12/1972, pp.2-3).

O pedido de impugnação da diplomação de Fábio Lucena foi julgado pelo Juíz Candido Honório por duas vezes. No dia 28/12/1972, o Jornal do Comércio publicava a matéria: “JUIZ INDEFERE RECURSO CONTRA FÁBIO LUCENA”:

“As leis não servem senão por sua exata e rigorosa aplicação”. Citando este trecho de uma obra do jurista Pimenta Bueno, o juíz Candido Honório Soares Ferreira, da 2ª Zona Eleitoral, iniciou o parecer em que indeferiu o recurso interposto pelo Sr. Antonio Alexandre Trindade contra a diplomação do vereador Fábio Pereira de Lucena Bittencourt (...) o juíz Candido Honório afirma que o recurso do Sr. Antonio Trindade “deveria ser oferecido ao tempo em que o recorrido e o MDB postulavam o registro de sua candidatura, estando nestas condições PRECLUSO o seu direito de obstacular o excitamento pelo recorrido, do mandato popular que lhe fora outorgado na pugna eleitoral de 15 de novembro pretérito. (Jornal do Comércio, 28/12/1972, p.02)

Na mesma matéria sobre o julgamento da impugnação da diplomação de Lucena, assim relata o jornal: “Queiróz já esperava por essa decisão do juíz Candido Honório”. O deputado estadual Francisco Queiróz, líder do MDB e também defensor de Fábio Lucena, faz uma interpretação da decisão do juíz Candido Honório:

“Quanto a increpação de subversivo aplicado ao jornalista e vereador (continuou o parlamentar opositor) não é de estranhar, porque o grande Ruy Barbosa, que fora deportado como subversivo do Brasil, durante o governo do Marechal Floriano Peixoto, já apontara esse sacrifício a todo jornalista de imprensa militante ou de opinião”. E, em seguida, citou um exemplo da Bíblia, no evangelho de São Lucas, fazendo referencia ao episódio: “Os judeus quando levaram Jesus Cristo à presença do indeciso Poncio Pilatus tiveram estas palavras: Aqui tendes este homem que encontramos pervertendo a nossa nação”. (Jornal do Comércio, 28/12/1972, p.02)

O Jornal do comércio publicava no dia 16/01/1973, o segundo e decisivo julgamento do processo de Fábio Lucena sobre o pedido de impugnação de sua diplomação de vereador com o título: “Candido Honório considera válido o diploma de Fábio”:

O Juíz Candido Honório, voltando a julgar o recurso do promotor Antonio Alexandre Trindade, contra a diplomação do vereador Fábio Lucena, ratificou seu despacho anterior “palavra, por palavra, linha por linha” como enfatiza em sua nova sentença. O Dr. Cândido Honório considerou válido o diploma expedido ao Sr. Fábio Lucena, eleito pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro.

Indigência

No seu despacho proferido ontem, o Juíz Cândido Honório afirmou que, “Não obstante o esforço hercúleo dispendido pelo Ministério Público (...) Os fatos insertos nos documentos que lhe foram fornecidos pelo Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional no Amazonas – Em que pese sua Cultura, nada, absolutamente nada logrou provar pela indigência de que se revestem ditos documentos para serem considerados como prova inconcussa de que o recorrido, Sr. Fábio Pereira de Lucena Bittencourt, “Ostensiva ou veladamente, faça parte, ou seja adepto de partido político (comunista) cujo registro tenha sido cassado por decisão judicial, transitado e julgado”.

Segundo a argumentação do juíz: “Trata-se de uma documentação em que apenas registra e dá notícia mais de conjecturas do que de fatos de subversão, ou, pelo menos mais raciocínios do que evidências. É curioso que, com tal índice de periculosidade, segundo o Ministério Público, para a ordem política e social, até hoje, os órgãos de Segurança Nacional não tenham molestado o recorrido, daí perguntar-se, de duas uma, ou êstes órgãos não funcionam e são desidiosos, o que não acreditamos, absolutamente, ou apenas se atribui, sem provas, ao recorrido, esta qualidade de comunista e subversivo, pela maneira e linguagem contundente que usa nos seus pronunciamentos”. (Jornal do Comércio, 16/01/1973, p.5)

Julgado duas vezes pelo juiz Candido Honório, Lucena foi absolvido em ambas. No segundo e decisivo julgamento, em 1973, Candido Honório confirma sua decisão anterior, afirmando que o recurso interposto pelo promotor Antonio Trindade, não se sustentava. O juiz ironiza os órgãos de Segurança Nacional de acusarem Lucena de comunista e subversivo ao dizer, “ou estes órgãos não funcionam e são desidiosos, ou Lucena era prejudicado pela linguagem contundente de seus discursos”. Esta foi a primeira das batalhas vencidas por Fábio Lucena ao iniciar sua carreira política.

Gaitanno Antonaccio (2006, p.451) dá seu depoimento sobre a defesa e vitória de Lucena contra a tentativa de impugnação de sua diplomação de vereador em 1972:

Dividindo sua atividade como homem da imprensa, começou assim sua carreira política, com uma batalha judicial das mais ferrenhas, a fim de transformar o processo de impugnação de seu mandato, em eleição efetiva. Inicialmente, segundo o próprio Lucena, em artigo em que homenageou o saudoso Juiz Dr. Luiz Augusto Santa Cruz Machado, intitulado “Cruz Santa a Menos”, ao analisar o processo contra a eleição do vereador, Dr. Candido Honório, juiz da primeira zona eleitoral, percebendo a injustiça pretendida não acolheu a impugnação e recorreu de ofício ao Tribunal Eleitoral, tendo sido nomeado o desembargador da mesma forma, recomendou ao Tribunal,

a confirmação do despacho do juiz. Foi quando entrou em cena, relatando o processo, o juiz Luiz Augusto Santa Cruz Machado, que num voto contundente, sentenciou a favor do vereador eleito, Fábio Lucena.

No dia 9 de março de 1973, o vereador Domingos Sávio, líder do prefeito na Câmara Municipal de Manaus estava defendendo a administração municipal dos ataques feitos no dia anterior pelo vereador Damião Ribeiro, que reclamava da quantidade de buracos existentes nas ruas da cidade e da falta de asfaltamento nos conjuntos residenciais populares entregues pela Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB-AM). Domingos Sávio, era irmão do deputado João Bosco Ramos de Lima, presidente da ALE, que havia trocado o MDB pela ARENA, alvo dos constantes ataques de Lucena⁷.

Domingos Sávio dizia:

Manaus é uma cidade pobre, carente de recursos para solucionar todos os seus problemas, que são inúmeros. O que não podemos esquecer, nobre vereador Damião Ribeiro, é que nenhum de nós tem o poder de mandar asfaltar as ruas, mas todos nós temos obrigação de quando fizermos apelos daqui desta Câmara (...) de procurar onde estão os recursos necessários para a execução dessas obras.

Fazer apelos e dizer que existem buracos não é a solução (...) e aqui eu faço uma profissão de fé, é que o poder público não tem a obrigação de fazer tudo. Nós temos que mudar nossa mentalidade; nós que formamos agora uma Câmara jovem, então temos de trazer uma mentalidade jovem para cá (...) (apud DINIZ e PESSOA, 2014, p.99)

Na ocasião, Fábio Lucena pede um aparte e rechaça o discurso de Domingos Sávio:

Muito me satisfaz o nobre vereador Domingos Sávio manifestar uma mentalidade completamente nova dentro do partido oficial. Eu quero lembrar à V. Ex^a que quando o Presidente Castelo Branco inaugurou o Conjunto Residencial de Flores, ele perguntou simplesmente “Isto aqui é para morar gente?”.

V. Ex^a diz que o poder público não tem obrigação de fazer tudo. Eu discordo de V. Ex^a. Se o poder público não tem obrigação, quem então terá? (...) Porque uma vez o conjunto entregue à coletividade, cabe ao poder público zelar por ele, como patrimônio da cidade. O que ocorre, Sr. Vereador Domingos Sávio, é que a prefeitura vem deferindo plano de habitação sem o necessário fornecimento do projeto de infraestrutura (...)

Há poucos dias estando eu com o prefeito municipal visitando o bairro da Raiz, ele perguntou pateticamente de um morador: “Quanto é que o

⁷ Não conseguimos ter acesso aos discursos de Fábio Lucena na Câmara Municipal de Manaus. Utilizamos como fonte secundária a obra “O templário de Barcelos”, de DINIZ e PESSOA (2014), que contém vários pronunciamentos de Lucena.

senhor paga ao município?” Ora, Sr. Vereador Domingos Sávio, o morador às vezes não tem dinheiro nem para pagar as prestações da casa, como é que vai pagar o município para tapar os buracos? Eu peço à Vossa Excelência que reflita um pouco a respeito dessa minha pergunta (apud DINIZ & PESSOA, 2014, pp. 99-100).

No debate com Domingos Sávio, Lucena critica a falta de coerência deste. Domingos Sávio afirmava que Manaus é uma cidade pobre, carente de recursos, e que o poder público não tem a obrigação de fazer todas as obras de infraestrutura para a cidade e que os vereadores não deveriam cobrar estas obras, mas mostrar onde encontrar os recursos para fazê-las. Sávio afirmava que a Câmara precisava é de uma ‘mentalidade nova’.

Lucena ironiza a ‘nova mentalidade’ defendida por Sávio e diz que o governo tem construído conjuntos habitacionais sem a necessária infraestrutura. Lucena conclui que, o poder público, tem sim, a obrigação de fazer as obras de infraestrutura que a cidade necessita.

A atuação de Lucena na Câmara Municipal foi marcada por polêmicas e ataques ao Poder Executivo Municipal.

Em 15 de abril de 1973, o vereador Fábio Lucena criticava a isenção de impostos concedidos a vários estabelecimentos comerciais de Manaus:

O Imposto Predial Urbano é de maior importância para a receita tributária de Manaus porque é através da receita tributária, estou recitando o óbvio, que se realizam as grandes transformações para melhorar a nossa cidade. Tomar conhecimento assim de que vários bens patrimoniais, particulares, são isentos por lei e aqui estou com uma mensagem do Dr. Paulo Nery que isenta de todos os impostos e taxas municipais, pelo prazo de 10 anos, o Lord Hotel. No art. 2º a isenção do artigo é extensiva aos hotéis construídos e por construir, etc. Ora, Senhores Vereadores, admitamos que o grupo Hilton, que tem dinheiro para comprar o território inteiro do Continente Sul Americano, resolva construir um hotel em Manaus, então ele, o Grupo Hilton, como o Grupo Tadros, como o Grupo Vasques, do Hotel Amazonas, não pagam o seu imposto predial. Então, eu acho isso da maior injustiça e da maior iniquidade, porque um trabalhador de indústria e de fábrica é obrigado a pagar taxa de limpeza pública a fim de que o caminhão da prefeitura vá recolher o seu lixo e o Hotel Amazonas não paga esta taxa, mas os caminhões da prefeitura ali comparecem para recolher o lixo do Hotel Amazonas (apud DINIZ & PESSOA, 2014, p. 109).

Lucena elaborou um projeto de lei que objetivava revogar as leis que garantiam as isenções de impostos para estes estabelecimentos comerciais.

No artigo “O Conde Drácula”, publicado em 7/8/1979, em *A Crítica*, Fábio Lucena fazia críticas severas ao ex-governador Plínio Coelho⁸, acusando-o de defender uma gerontocracia para o Amazonas e o Brasil:

(...) Durante o segundo governo do Sr.Plínio Coelho, eu integrei as fileiras sindicais que a ele se opuseram. Com exceção de mim e de poucos, essas fileiras estão hoje na ARENA. Fiz-lhe ainda oposição na área estudantil. Guardo imorredoura recordação do governador Plínio Coelho: no dia 11 de abril de 1964, ele ingressou, com sua guarda de elite, isto é, com suas SS, no velho prédio da polícia na Rua Marechal Deodoro, onde eu me achava preso. O governador, então, demonstrou ser um homem “corajoso”: perante mim e mais de dez estudantes, afirmou o seguinte: “Eu sou o executor desta Revolução e vou trocar a taça de sangue que vocês queriam do meu corpo pela taça de lágrimas das mães de vocês”.

O Sr. Plínio Coelho dava início a um comportamento indigno: bajular os militares vitoriosos para manter-se no poder. No dia 31 de março de 1964, ele estava no Palácio das Laranjeiras, ao lado de João Goulart. Naquele dia, discursou pelo rádio. Chamou de golpistas os generais que estavam começando a depor o Presidente da República. Pouco menos de dez dias, disse o seguinte: “Eu supunha que se tratasse de mais uma indisciplina. Primeiro tinha sido a dos sargentos. Agora , a dos generais. Mas me enganara: o que estava acontecendo no país era uma autentica Revolução”. E no mesmo dia o Sr.Plínio Coelho mandou prender os “comunistas”, os “subversivos” e os “corruptos”. Na AvenidaEduardo Ribeiro, sol a pino, foi preso pela polícia do Sr.Plínio Coelho um homem que fora, não fazia muito, seu secretário de fazenda: O Sr.Aldo Moraes! Pouco menos de dois meses depois de se haver intitulado “Executor da Revolução”, o Sr.Plínio Coelho era preso pelo Exército sob a mesma acusação, aliás, assinada por seu grande amigo Coronel Alípio de Carvalho (...) bem que ele poderia ter caído de pé...

(...) Ao defender a tese da gerontocracia, o Sr.Plínio Coelho não lança nenhuma ideia nova: buscou-a nos preceitos do Conde Drácula. O vampiro que entendia que só ele, por séculos e séculos, tinha direito de ser o rei da vampiragem.

Estando renascendo a Democracia brasileira, é possível que o Sr.Plínio Coelho chegue ao governo, mas só que, desta vez, encontrará adversários cuja espada ele não pode nem imaginar de que metal é forjada. Dele, por conseguinte, é que depende a exumação do Conde Drácula (*A Crítica*, 7/8/1979, pp.5-7)

⁸ Plínio Ramos Coelho (1920-2001) Nascido no município de Humaitá, no Amazonas. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Amazonas, foi um emérito advogado na área do Direito trabalhista, além de jornalista e perito contador.Em 1954, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), vencendo a eleição para governador contra o velho cacique Álvaro Maia, por uma pequena margem de votos, tornando-se um dos governadores mais jovens do Brasil. Em 1962, foi reeleito governador. Empossado em 31/01/1963, ficou apenas pouco mais de um ano, ou seja, até 14/6/1964, sendo o seu mandato cassado pelo governo militar implantado com o Golpe Militar de 1964. (ANTONACCIO, 2006, pp.375-379)

Neste artigo, “O Conde Drácula”, Lucena crítica Plínio Coelho, um dos políticos mais influentes do Amazonas, acusando-o de ser um hipócrita, de estar ao lado de Goulart `as vésperas do Golpe Militar e, uma semana após o Golpe, estar bajulando os militares para se manter no poder. De prender amigos e intimidar estudantes acusando-os de comunistas, corruptos e subversivos. De ter sido preso, ele próprio, pelos militares a quem bajulava. De ser como o Conde Drácula, o vampiro que devora seus inimigos e amigos. De defender uma gerontocracia para o Amazonas e o Brasil.

Lucena estava sempre criticando a falta de coerência dos políticos da ARENA e do seu próprio partido, o MDB. Destaco aqui algumas dessas críticas. Em discurso proferido em 23/11/1973, Lucena elogiava a administração do jovem prefeito Frank Lima; o deputado estadual Francisco Queiroz, presidente do Diretório Municipal do MDB, informado desse elogio, achou que Lucena estava se bandeando para a ARENA. Lucena rechaçou Queiroz e aproveitou para alfinetar o governador João Walter:

Em vez de ficar dando ouvidos para fofoqueiros de plantão, os deputados do MDB deveriam era estar fiscalizando o governador João Walter e denunciando o abandono em que se encontra o nosso interior, onde centenas de crianças morrem como moscas, diariamente, por falta de assistência médica. (apud DINIZ e PESSOA, 2014, p.109)

No dia 12/12/1973, o jornal *A Notícia* publicava a matéria “Fábio Lucena define: Joel gosta de fazer eterno jogo duplo”:

O deputado Joel Ferreira⁹, presidente do Diretório Estadual do Partido, já deveria estar em Manaus há muito tempo, mais precisamente no dia imediato ao da explosão da crise, a fim de, como presidente maior do partido, tentar a solução para o problema. Ele fez precisamente o contrário, porque é de seu costume ficar

⁹ Joel Ferreira da Silva (1925-2015)- Nascido em Manaus. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Amazonas. No pleito de outubro de 1954, elegeu-se deputado estadual na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1958, foi reconduzido à Assembleia, dessa vez na legenda do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Ocupou na nova legislatura a presidência da Casa, afastando-se em 1961 e em 1962 para exercer interinamente o governo estadual durante a gestão de Gilberto Mestrinho (1959-1963).Reeleito em outubro de 1962, ainda na legenda do PSB. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº2 de 27/10/1965, e a posterior instalação do bipartidarismo, foi um dos fundadores do Partido Oposicionista, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).Em novembro de 1966, foi eleito deputado federal pelo Amazonas na legenda MDB. Reeito em 1970. A partir de 1974, tornou-se presidente do Diretório Regional do MDB no Amazonas e, nesse mesmo ano, participou da equipe de campanha do candidato a Senador Evandro Carrera.Nas eleições de novembro de 1974, obteve pela terceira vez consecutiva, um mandato para a Câmara Federal. Filiou-se em 1980 ao Partido Democrático Social (PDS), agremiação governista que sucedeu a ARENA. No pleito de 1982, concorreu mais uma vez a reeleição, na legenda do PDS, conseguindo apenas uma suplência. Radicado em Brasília (DF), foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, aposentou-se em 1994. No pleito de 1998, candidatou-se a deputado distrital pela legenda do PMDB, mas não conseguiu êxito.(Disponível em www.fgv/cpdoc/acervo/dicionario/verbete/biografico/joel-ferreira-da-silva.Acesso em 22/9/2016)

sempre dos dois lados, sem nunca se definir, pois o seu grande problema é a própria reeleição.

Quando o promotor Trindade impugnou o meu diploma de vereador, Joel declarou que o promotor Trindade era um homem de bem e como tal não queria prejudicar-me. Ora, o tal “homem de bem” queria simplesmente a anulação de minha votação, o que, em última análise, representaria a inversão do resultado das urnas, com a ARENA fazendo a maioria na Câmara. Joel é assim mesmo, sempre fica dos dois lados (...) (A Notícia, 12/12/1973, p.5)

A atuação de Lucena na Câmara Municipal foi marcada por polêmicas e ataques ao Poder Executivo Municipal. Tais críticas, como as relativas à cobrança de IPTU pela prefeitura aos moradores da COHAB-AM, provocaram atritos e inimizades que Lucena teve que carregar ao longo de sua carreira política. Segundo Antonaccio (2006) e Lopes (2013), a contenda entre Lucena e o prefeito à época, Frank Lima¹⁰, foram decisivas para que, em 1974, Fábio Lucena fosse impedido de disputar as eleições para deputado federal. Na ocasião, tanto ele quanto o deputado estadual Francisco Guedes Queiroz, que pleiteava sua reeleição foram impugnados, pois tanto o TRE-AM quanto o TSE, julgaram procedente o pedido. Sobre isso, Júlio Lopes (2013, p.66) afirma que:

Lucena defendia a tese de que a Prefeitura de Manaus cobrava ilegalmente o IPTU dos moradores dos conjuntos habitacionais da COHAB-AM (...). O prefeito, por seu turno, dizia não existir lei que isentasse as casas da COHAB-AM. O que a Lei prescrevia, continuava o prefeito, era isenção quanto a bens, serviços e contratos daquela Companhia, e não às casas (...), Lucena, em discurso pronunciado da tribuna, assim como pela imprensa, sugeriu aos moradores dos conjuntos construídos pela COHAB-AM que não pagassem o IPTU, instruindo-lhes a rasgar os respectivos carnês. Dessa forma, Lucena foi processado com base na Lei de Segurança Nacional¹¹ e impedido de disputar a eleição para deputado federal.

Impedido de disputar a eleição, Fábio Lucena contra-atacou. Naquelas eleições, apoiou um jovem desconhecido estudante de Direito chamado Mário Frota. Com o

¹⁰ Frank Abraham Lima (1940) Eleito prefeito de Manaus em 1972. Substituiu o prefeito Paulo Pinto Nery. Economista formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFAM. Tendo assessorado a SUDAM durante vários anos. Nomeado pelo Coronel João Walter pra dirigir o IPASEA. cursou a Faculdade de Direito do Amazonas, sendo aluno do Sr. Paulo Nery, na cadeira de Direito Penal. (Jornal do Comércio, 17/11/1972. P.01)

¹¹ Lei de Segurança Nacional de Setembro de 1969 – Autorizava o Governo Federal a intervir em virtualmente qualquer nível de atividade social se julgasse que a Segurança Nacional havia sido violada. Em Outubro, o Presidente Médici promulgou (o Congresso estava em recesso forçado) uma longa emenda à Constituição de 1967 que dava ao Executivo vastos poderes para proteger a Segurança Nacional (foi expedida na sequência do sequestro do Embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrik). Ao mesmo tempo a emenda restringia (e às vezes suspendia) as liberdades civis e os direitos de organização política (SKIDMORE, 1994, pp.219-220)

apoio e prestígio de Lucena, Frota foi eleito deputado federal pelo MDB, com votação expressiva. Frota reelegeu-se deputado federal por duas vezes, em 1978 (MDB) e 1982 (PMDB), em 2004, foi vice-prefeito de Manaus pelo PDT e, atualmente (2016), é vereador em Manaus pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS).

O vereador Mário Frota confirma o atrito de Lucena com o prefeito de Manaus Frank Lima, sobre a cobrança do IPTU sobre as casas da COHAB, a impugnação da candidatura de Lucena em 1974 e o apoio que recebeu de Lucena para se eleger deputado federal:

(...) O Fábio achou que era uma ilegalidade. Os cidadãos não eram os donos das casas, o proprietário ainda era o Estado do Amazonas, das casas. E o Fábio foi e denunciou da tribuna e aconselhou as pessoas que haviam recebido aquele documento a rasgar: “rasga este documento, não tem valor jurídico nenhum, isso é uma injustiça, é uma violência”. Quem fez aquela história toda, armou aquela perseguição contra o Fábio, foi o então governador João Walter¹², coronel João Walter, era um coronel do Exército. Ele tinha mágoas profundas do Fábio, em razão das críticas que o Fábio fazia a ele pela imprensa. E ele não perdeu e enquadrou o Fábio na Lei de Segurança Nacional. Em razão disso, o Fábio, veja o absurdo, a nebulosidade do momento que vivíamos nesse país, um momento de trevas nesse país, sem ser julgado, nada, apenas porque ele foi enquadrado na LSN, foi impedido de sair deputado federal. (Entrevista realizada em 12/01/2016, p.4)

Mário Frota comenta como foi sua indicação para suceder Lucena na eleição para deputado federal em 1974 (Frota tinha 28 anos):

Eu estava em São Paulo quando minha mãe me telefonou e falou: “Mário, vem pra cá, porque tudo indica que tu vai ser candidato a deputado federal, até os documentos vieram buscar aqui em casa, pra levar pro Tribunal”. Eu falei: “Mas ninguém conversou comigo, isso é um absurdo da minha mãe, quem tinha que sair era o Evandro Carreira e o Fábio Lucena”. O que consta, os dois vieram aqui em casa, o Fábio não podia sair candidato porque ele foi enquadrado na LSN e o Partido não tem candidato, as pessoas tavam com medo. Era o MDB, o candidato com maiores chances era o Joel Ferreira para deputado federal, ele saiu da ARENA pro MDB, o nosso grupo tinha mais condições. (Entrevista realizada em 12/01/2016, p.4).

A impugnação da candidatura de Fábio Lucena a deputado federal e seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional mostram que nesse momento da história

¹² João Walter de Andrade (1919-2008), natural de Aracaju (SE), foi militar e político. Ocupou o cargo de superintendente da SUDAM e foi chefe da Comissão de Obras do Exército na Amazônia. Era Coronel do Exército quando foi nomeado governador do Amazonas pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici, em 1970 pela ARENA, para o mandato de 1971 a 1975. (ANTONACCIO, 2006, pp.281-283)

brasileira, uma pessoa, um político, que criticasse o governo em todas as esferas, poderia sofrer uma perseguição política e ser impedido de seu legítimo direito constitucional de disputar uma eleição, ou seja, a sua liberdade de expressão e de se candidatar a um cargo eletivo seriam tolhidas pelo poder estabelecido.

1.3. A Caminho do Senado Federal

Em 1978, Fábio Lucena se candidatou a Senador pelo Amazonas, pelo MDB,(Lucena havia sido reeleito vereador em 1976) numa eleição disputadíssima, em que havia suspeitas de fraude na contagem de votos no interior do estado, perpetrada pela ARENA. No dia 23/11/1978, o *Jornal do Comércio* noticiava o resultado parcial da eleição para Senador no Amazonas, faltando a contagem de votos de alguns municípios:

Na reta final Bosco passa Fábio
Segundo o resultado parcial da eleição para o Senado de 1978 no Amazonas, Fábio Lucena obteve 60.030 votos na capital, Manaus, enquanto João Bosco obteve 28.164, uma diferença considerável. Entretanto, João Bosco venceu no interior, com 37.921 votos, contra 16.223 votos de Fábio Lucena. No cômputo geral, a Arena obteve, até este momento, 108.003, e o MDB 107,966. Uma diferença de apenas 37 votos.(Jornal do Comércio, 23/11/1978, p.01)

O vereador Mário Frota dá seu testemunho da eleição de 1978, para Senador, relatando as dificuldades que Lucena enfrentou e afirma que houve, sim, fraude no interior do Estado, em especial, no Alto Solimões, no município de Atalaia do Norte. Segundo Frota, Lucena foi vergonhosamente “roubado”, nesta eleição:

(...) Não, em 1978, você não sabe da história. O problema é o seguinte, a eleição foi tomada do Fábio, a última urna aberta, até então ele tava na frente, contra o João Bosco, e a eleição foi tomada dele lá no Alto Solimões, lá em Atalaia do Norte. A prova disso é que anos depois, o rapaz, o pilantra lá, também chamado Bosco, João Bosco, esse cara trabalhou lá no cartório, ele disse: “Eu sou o fraudador oficial do Alto Solimões”, e contou a história, e tomou a eleição do Fábio, tomaram lá, a diferença foi de 126 votos (...) aquilo foi uma vergonha, 126 votos. Naquele livro, que um General escreveu, brigou com a Ditadura “Os Pilares do Poder”, um General da época, ele rompeu com o Geisel e escreveu “Os Pilares do Poder”, ele foi da Casa Militar. Ele diz o seguinte no livro, ele tava com o Presidente, quando chegou o governador do Amazonas, logo depois da eleição, era o Henoch Reis, aí o Henoch Reis chegou e o Geisel perguntou: “E aí, governador, como foi a eleição no Amazonas?” O Henoch diz: “Presidente, nós ganhamos no tacape, na porrada”, tá lá no livro “Os Pilares do Poder”, contado por um General que era chefe da Casa

Militar do governo Geisel, e tomaram a eleição do Fábio em 1978, vergonhosamente (Entrevista realizada em 12/01/2016,p.7).

Frota comenta as dificuldades de Lucena nessa eleição:

O Fábio não tinha um centavo. Vou te contar um episódio. Nós atravessamos o rio, nós íamos fazer um comício em Manacapuru, eu e o Fábio, eu deputado federal e o Fábio do meu lado, já tava com meu nome, nessa época. Quando a balsa atracou, tinha um outdoor do João Bosco caído, acho que foi uma tempestade que derrubou. O Fábio, olha a grandeza do Fábio, ele chamou um moleque, aquela molecada toda, um rapazinho lá, e disse: “Olha, eu quero que vocês consertem esse outdoor”, e deu o que seria o equivalente a 50 reais pra eles. Veja, foi um ato de grandeza, ele poderia dizer: “Deixa essa porra aí, acaba de quebrar”, não, não, ele deu o dinheiro na minha frente para que os rapazinhos colocassem o outdoor no lugar dele, do Bosco, que era adversário dele.

E a eleição foi isso. A prova é que o Fábio ficou como vítima. O Fábio foi o vencedor daquela eleição, sem um centavo no bolso, e mais, os empresários não nos ajudavam, porque tinham medo. O Calderaro ajudava com propaganda, dava uns cartazes também, eu tinha um dinheirinho porque era deputado federal, e a turma na rua, né.

Quando o Fábio foi candidato, já tinha a Lei Falcão¹³, não falava mais não, foi proibido, a Lei Falcão botava só o curriculum, aparecia só a fotografia. Em Manaus, o Fábio era imbatível, aquilo foi uma porrada seca. Atalaia foi decisivo. O Tabelião falou: “Eu sou o fraudador do Alto Solimões, eu sou o fraudador-mor do Alto Solimões, e contou a história (Entrevista realizada em 12/01/2016,p.7)

O Sr. Antônio Lucena comenta a eleição de 1978 no Amazonas e as suspeitas de fraude no interior:

É, eu lembro disso. Ele teve uma votação aqui na capital estrondoso, mas naquela época a votação no interior era demorada, os votos do cômputo geral demoravam a chegar na capital. Mas deu um problema num município chamado Atalaia do Norte, foi nesse município, parece, que os arenistas lá, fizeram uma recontagem, o que deu a vitória ao João Bosco (...) Meu pai não se cansava de falar que aquilo foi armação da ARENA. Houve investigação, inclusive, eu tinha cópia da peça, houve mandado de segurança, a cópia da peça foi parar no TSE, mas a investigação não deu em nada, foi arquivada, e a eleição foi validada pelo TRE local (Entrevista realizada em 4/3/2016,p.3).

No dia 12/12/1978, o *Jornal do Comércio* divulgava o resultado final da eleição para Senador com o título “TRE divulga resultado oficial: ARENA elege Senador, 4 Federais e 11 à ALE”:

¹³ Lei Falcão- Em 1976, para controlar a mídia Geisel pediu e obteve do Congresso uma lei (Lei Falcão, para estigma do ministro da Justiça), proibindo o uso para fins de campanha política do rádio ou televisão, onde só poderia aparecer a imagem sem som do candidato (medida extensiva aos dois partidos). (SKIDMORE, 1988, p.167)

João Bosco Ramos de Lima teve 71.110 votos, menos do que o candidato opositor Fábio Pereira Lucena, com margem de 79.181 sufrágios, mas foi eleito através da legenda de seu partido, que conseguiu a soma de 115.048 votos contra 114.827 do MDB. A diferença de legenda foi de apenas 221 votos (Jornal do Comércio, 12/12/1978, pp.1-5).

O resultado final, de certa forma, corrobora os depoimentos do vereador Mário Frota e de Antonio Lucena. João Bosco Ramos de Lima¹⁴ foi eleito, mas faleceu em 1979, assumindo Eunice Michiles¹⁵, a segunda mais votada da legenda ARENA. O outro Senador, indicado pelos militares, foi o Senador biônico¹⁶ Raimundo Parente.

Em 1979, Lucena subia à tribuna da Câmara Municipal de Manaus para denunciar o empresário Carlos Alberto Di Carli,¹⁷ envolvido no empreendimento Raymond/Fazendas Unidas¹⁸. Lucena acusava Di Carli de ser um empresário desonesto,

¹⁴ João Bosco Ramos de Lima (1936-1979)-Nascido em Manaus foi advogado, jornalista e político amazonense. Foi funcionário da Secretaria Municipal de Finanças em Manaus, Secretário Municipal de Administração e presidiu o Conselho Regional da Fundação Rondon. Cronista esportivo treinou o Nacional de Manaus. Derrotado ao disputar um mandato na Assembleia Legislativa do Amazonas pelo PRT em 1962, elegeu-se vereador no ano seguinte e como presidente da Câmara Municipal foi prefeito interino de Manaus em 1965. Com o fim do pluripartidarismo, foi eleito Dep. Estadual pelo PMDB em 1966 reelendo-se pela ARENA em 1970. Foi indicado vice-governador do Estado na chapa de Henocho Reis em 1974 e, em 1978 eleito Senador numa disputa duríssima contra o udenista Fábio Lucena. Entretanto, veio a falecer em maio de 1979, sendo substituído por sua suplente Eunice Michiles, que se tornou a primeira Senadora do Brasil (ANTONACCIO, 2006, pp.407-409).

¹⁵ Eunice Michiles (1929) - Nascida em São Paulo. Foi professora e política, foi a primeira mulher a ocupar um lugar no Senado Federal depois da princesa Isabel. Após casar-se se mudou para Maués, Amazonas. Foi eleita deputada estadual em 1974 e candidata a senadora em 1978 por uma sublegenda, sendo eleita primeira suplente de João Bosco Ramos de Lima. Com a morte do titular assumiu a Cadeira no Senado. Eleita deputada federal pelo PFL em 1986, integrou a ANC que elaborou a Constituição de 1988. Não conseguiu sua reeleição pelo PDC em 1990. Escolhida conselheira do Tribunal de Contas do Amazonas, foi vice-presidente do Colegiado até aposentar-se por idade em 1999 (ANTONACCIO, 2006, pp.331-333).

¹⁶ O Senador biônico era eleito indiretamente, por um Colégio Eleitoral, de acordo com a Emenda Constitucional nº8 de 14/4/1977. Os Senadores biônicos foram eleitos em (01/09/1978) para um mandato de oito anos (1979-1987). A EC nº15 de 19/11/1980 extinguiu tais figuras, respeitando os mandatos vigentes. (Constituição do Brasil, Brasília, Equipe Tecno-Jurídica, s.d.).

¹⁷ Carlos Alberto Di Carli (1941)- Nascido em Campinas (SP). Industrial e administrador de empresas formado em 1961 pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, foi diretor industrial da Sissatex, na mesma cidade, entre 1965 e 1967. Tornou-se gerente de produção da Manufatura de Brinquedos Estrela em Guarulhos (SP), onde permaneceu até 1969. Transferiu-se para Manaus neste mesmo ano. Em 1981, aproximou-se de Gilberto Mestrinho, ex governador do Amazonas (1959-1963) e novamente candidato ao Executivo Estadual, filiando-se ao PMDB. Em 1982, foi eleito deputado federal pelo Amazonas com 96 mil votos, a maior votação do Estado. No pleito de novembro de 1986, após uma campanha milionária, foi eleito Senador Constituinte pelo Amazonas, na legenda do PMDB, contando com o apoio ostensivo do governador Gilberto Mestrinho (1983-1987).(Disponível em www.fgv/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carli-carlos-alberto-di. Acesso em 24/9/2016)

¹⁸ Em 1969, Carlos Alberto Di Carli em sociedade com seu irmão Carlos Antonio Di Carli, instalou uma fábrica de roupas no Amazonas, a Raymond Comércio e Indústria S/A, da qual seria diretor-superintendente durante dez anos. Em 1972, tornou-se simultaneamente, diretor-superintendente da Agroindustrial Fazendas Unidas S/A, em Itacoatiara (AM), pertencente a Agropecuária Capemi Indústria e Comércio, na qual permaneceu até 1980. Di Carli comprou a Agroindustrial Fazendas Unidas em fevereiro de 1983 da Agropecuária Capemi Indústria e Comércio, empresa ligada a Caixa de Pécúlio dos

de criar projetos empresariais para obter financiamento de bancos públicos de forma escusa.

Os empreendimentos, segundo Lucena, eram iniciados, mas nunca terminados, sempre com o objetivo de continuar retirando dinheiro dos bancos oficiais, sobretudo do Banco do Brasil. Em discurso proferido na Câmara Municipal de Manaus em 17/8/1979 (e em discursos seguintes), Lucena denunciava o escândalo financeiro e o enriquecimento ilícito do Sr. Di Carli:

Sr. Presidente, Srs. vereadores, eu hoje desejo falar sobre um escândalo financeiro de proporções amazônicas e denunciar o mar de lama que encobre as atividades das Fazendas Unidas do Sr. Carlos Alberto Di Carli, que acaba de anunciar a paralisação definitiva do empreendimento. Numa propaganda paga com dinheiro do governo, com dinheiro da nação, a empresa diz que, já em 1977, era responsável por 49% da produção do guaraná brasileiro. Srs. vereadores, isto foi dito em março de 1977, apenas para arrancarem dinheiro do governo, porque eles disseram que até dezembro de 1977 estariam produzindo 120 mil litros de álcool, que seriam destinados à preparação de gasolina esquematizada. Isso é mentira deslavada, mas não é só mentira, é também desonestidade da melhor qualidade... Se esses homens não forem presos, Sr. Presidente, se esses homens não forem para a cadeia (...).

São mais de um bilhão de cruzeiros que estão empregados naquele empreendimento. E por que faliu? Onde está o álcool que eles prometeram? 120 mil litros para dezembro de 1977 e vale salientar que já estamos em agosto de 1979, dois anos depois... E por que o banco, por que o Governo suspendeu o financiamento? Suspendeu pelo seguinte: O Banco do Brasil exige determinados critérios para a liberação de seus financiamentos e esses critérios findam sendo vetados pelas Fazendas Unidas. O Banco do Brasil está com um sem número, um número incalculável, de títulos e duplicatas protestadas simplesmente por falta de pagamento que esta empresa está devendo na praça de Manaus. E onde está o dinheiro? (apud DINIZ e PESSOA, 2014, pp.199-200).

Lucena destaca o padrão luxuoso de vida do Sr. Di Carli como prova de seu enriquecimento ilícito:

Eu pergunto a V. Ex.^a se é possível em sete anos um homem que era balconista de uma casa comercial ter tudo isso? Eu pergunto como é possível em apenas sete anos esse homem construir na Flórida uma mansão que custou 10 milhões de cruzeiros, mansão luxuosíssima,

Militares, antes que a justiça decretasse a falência desta. Quando isso ocorreu, em abril, Di Carli, autor do pedido e grande credor da empresa, da qual teria que receber (em valores da época) 151 milhões de cruzeiros pela venda de uma destilaria de álcool, foi nomeado pelo juiz síndico de sua massa falida. Só viria a ser afastado da Capemi pela justiça após o desaparecimento de cinco tratores e três grupos de geradores pertencentes a empresa e encontrados na Agroindustrial Rio Negro, de sua propriedade. (Disponível em www.fgv.br/acervo/dicionários/verbete-biográfico/carli-carlos-alberto-di. Acesso em 26/9/2016)

coisa que não foi conseguida nem pelo Xá do Irã nas costas praianas da República dos Estados Unidos da América.

(...) Transmudaram-se para as Fazendas Unidas e enriqueceram. Aqui está o Sr. Di Carli dentro de um helicóptero. Nesta foto, ele está tomando uísque em uma cadeira aquática na piscina de sua mansão, que custou 10 milhões de cruzeiros, com seus pobres empregados de “falcão”. Outra foto do Sr. Di Carli tomando uísque... Sr. Presidente, eu que sou vereador, que fui o candidato mais votado para o senado, às vezes não posso, por absoluta questão financeira, tomar uma dose de uísque e tenho eu de apelar para a Tatuzinho.

(...) O trofozoito Carlos Di Carli, desembarcou em Manaus, faz dez anos, sem nenhum centavo, uma fábrica de bonecas (entenda-se: bonecas de plástico) em que ele trabalhava em São Paulo pegou fogo. Em Manaus, o fogo tomou conta da Raymond – e ele, o episporo Di Carli, lá na Raymond, ex-fábrica de roupas, já se encontrava. Vi Di Carli uma só vez: na sala de audiências da 12ª Vara Criminal. Ele tem a aparência de um misto de homem e pólvora. Talvez isto explique o seguinte: onde ele aparece, o fogo surge. E depois do fogo, como aconteceu com o incêndio da Raymond, vem o dinheiro do seguro, E O SALVA DO INCÊNDIO! (apud DINIZ e PESSOA, 2014, pp.200,213-214).

O jornalista e escritor Carlos Costa, em entrevista concedida em 14 de janeiro de 2016, fala sobre o caso Raymond/Fazendas Unidas. Costa havia feito uma matéria no jornal A Notícia, a pedido de Di Carli, que desagradou Lucena:

(...)Ele fez uma réplica dizendo o seguinte “À minha santa mãezinha”, eu chorei quando li essa crônica, porque eu não sabia que o Fábio era tão apegado à mãe dele. Porque quando ele fez isso aí, ele disse que a minha mãe tinha sido, que eu tinha sido parido nas matas do Parque Dez, que era onde ficava a Raymond da Amazônia, a Raymond não, a Fábrica Duque, onde hoje fica o DETRAN.

Por que ele descobriu que fui eu que tinha feito toda a defesa do Di Carli na denúncia que ele fez contra as Fazendas Unidas.

Eu não defendi o Di Carli, eu mostrei fatos. Ele dizia que as Fazendas Unidas não existia. Aí o Di Carli me contratou. Porque eu era bom pra assessoria de comunicação. Eu cheguei com o Di Carli e falei pra ele o seguinte: “Di Carli, se você me der um ônibus, eu consigo colocar vários jornalistas aqui e eles, vão escrever o que quiserem”. Você topa fazer isso? Ele disse: “Topo”.

Aí ele fez colocar um ônibus com ar condicionado, tudo à disposição dos jornalistas. Aí quem foi, não foram todos, mas quem quis foi. Quando chegaram nas Fazendas Unidas, viram aquela imensidão, tinha tudo: plantação de cana, já quase no ponto de ser tirado, os galpões, todos para ser feito álcool, enfim, tinha tudo lá, tinha refeitórios dos funcionários, enfim, tinha tudo.

O que Lucena alegava?

Que não existia o projeto, que o projeto era fanto, que nada que tinha no projeto era verdadeiro. Aí só pra contrapor, eu fui *in loco* pra provar que existe, e constatei que existia. O Fábio não gostou e agrediu a minha mãe, dizendo que eu tinha sido parido nas matas do Parque Dez. Ali era uma mata, não tinha UTAM, não tinha nada.

Aí quando eu fiquei puto da vida, eu tinha 23 anos, cheguei com o Andrade Netto e disse: “Andrade, olha o que o Fábio escreveu contra mim”. O Andrade disse: “Faz o seguinte, publica a mesma crônica, só tira o teu nome e põe o dele”. Eu fiz isso, as mesmas palavras que ele usou conta mim, eu usei contra ele. Aí ele veio, no dia seguinte, com uma réplica em A Crítica “À minha santa mãezinha”, essa crônica é emocionante se você a encontrar...

A Raymond S/A dominou o mercado de calça Jeans em Manaus, ficava onde hoje funciona o DETRAN/AM. As Fazendas Unidas, segundo o engenheiro Guerra, chegou a produzir e exportar açúcar e álcool por duas safras seguidas, ficava depois do Rio Preto da Eva, parou porque foi muito perseguido pelo Fábio Lucena. A Fábrica de Joias Duque, junto com a Beta, dominavam o mercado de joias de luxo em Manaus na época. (Entrevista realizada em 14/01/2016, pp.8-9)

Lucena continuaria acusando as falcaturas de Di Carli por anos, protagonizando novas polêmicas. Em 1982, Di Carli se elegeria Deputado Federal com o apoio de Mestrinho. Em 1982, exercendo seu mandato de vereador, Lucena novamente disputou a eleição para senador derrotando José Lindoso¹⁹ e assumindo seu primeiro mandato como Senador da República pelo Amazonas. Entretanto, em sua polêmica “reeleição” a Senador, em pleno mandato (1986), Lucena faria uma aliança política incompreensível com Di Carli, que prejudicou Mário Frota, elegendo Lucena e Di Carli para o Senado. Esses fatos, serão esclarecidos no terceiro capítulo da dissertação.

No primeiro capítulo, enfatizamos a formação intelectual e política de Fábio Lucena. Buscamos refletir sua atividade jornalística, como articulista dos principais jornais de Manaus, com destaque para seus polêmicos artigos publicados.

Destacamos o início de sua carreira política, ao se eleger o vereador mais votado de Manaus, em 1972. Ao analisarmos sua atuação política na Câmara Municipal de Manaus, percebemos que Lucena foi um vereador atuante, um tribuno combativo, denunciando e combatendo as irregularidades da administração municipal, a incoerência dos políticos da ARENA e de seu próprio partido (PMDB), dos empresários sonegadores de impostos da cidade de Manaus e, sobretudo, da Ditadura Militar.

Durante sua atuação como vereador, Lucena sofreu várias perseguições políticas e processos, mas enfrentou-os com hombridade, coragem e altivez. Por anos tentou se

¹⁹ José Bernardino Lindoso (1920-1993). Advogado e político amazonense. Membro da Academia Amazonense de Letras. Foi deputado federal (1967-1971), Senador (1971-1979) e governador do Amazonas (1979-1983) (ANTONNACIO, 2006, pp.355-357).

eleger para o Parlamento Federal, só conseguindo seu intento em 1982, quando derrota o governador José Lindoso, por ampla margem de votos.

CAPÍTULO II – LUCENA NO SENADO FEDERAL

O ano de 1982 representa um ‘divisor de águas’ no processo de redemocratização do Brasil. Em novembro de 1982 realizaram-se as primeiras eleições diretas para governador, além de deputados federais e estaduais, e vereadores em dezesseis anos (não houve eleição para a escolha dos prefeitos nas capitais dos estados, que seriam indicados pelos governadores eleitos, e referendados pelas Assembleias Estaduais). O PDS saiu vitorioso em 12 estados e a oposição em 10, embora os partidos oposicionistas tivessem 25 milhões de votos e o partido situacionista, 18 milhões.

Costa e Mello (1999, p.384) enfatizam que, nos estados mais populosos e de economia mais desenvolvida a oposição foi vitoriosa, com exceção de Pernambuco e Rio Grande do Sul²⁰, onde o PDS conquistou o poder por pequena margem de votos. No Congresso Nacional o governo perdeu a maioria na Câmara dos Deputados, embora tenha mantido sua liderança no Senado graças aos senadores “biônicos”. A vitória dos oposicionistas ampliou o espaço de atuação das forças que exigiam a redemocratização do país.

Embora a oposição tivesse conquistado a maioria na Câmara, não conseguiu fazer maioria no Congresso Nacional (considerando as duas Casas juntas) ou no colégio eleitoral, que devia escolher o sucessor de Figueiredo. Na Câmara dos Deputados a oposição (reunindo todos os quatro partidos: PMDB, PDT, PTB e PT) agora ultrapassava o PDS por 240 a 235, mas no Senado a situação tinha uma vantagem de 46 sobre 23 da oposição. No colégio eleitoral (formado por ambas as Casas do Congresso mais seis representantes do partido majoritário em cada estado), o PDS tinha uma maioria de 356 sobre um total de 330 das oposições reunidas.

Thomas Skidmore (1994, pp.454-457) destaca como o resultado das eleições de 1982 alterou o quadro político no Brasil:

Primeiro, o partido do governo perdera a maioria absoluta na Câmara dos Deputados. Se a oposição votasse unida podia vetar qualquer lei proposta pelo governo (embora o Planalto contasse com o decurso de prazo se não houvesse votação). Segundo,

²⁰ Os dois principais estados que, segundo as previsões, votariam no PMDB para governador-Rio Grande do Sul e Pernambuco- não o fizeram por diferentes razões. No Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que tinha influência em seu estado natal, cindiu a oposição apoiando seu próprio candidato Alceu Collares (PDT) e não Pedro Simon (PMDB), venceu Jair Soares (PDS) que ganhou por pequena margem de votos. Em Pernambuco, em compensação, o vitorioso candidato do PDS beneficiou-se do velho clientelismo eleitoral no interior e de uma hábil campanha difamatória contra Marcos Freire, o candidato do PMDB que enfrentou divisões em suas próprias fileiras (SKIDMORE, 1994, p.457)

mesmo para manter sua relativa força no Congresso e no colégio eleitoral, o governo tinha de depender fortemente dos estados menos populosos e menos desenvolvidos, onde os governos podiam colocar a máquina de favores públicos a serviço do PDS para a obtenção de votos.

O fenômeno mais interessante na política partidária foi o Partido dos Trabalhadores (PT). Embora tivesse conseguido menos votos do que os seus entusiastas esperavam, representou uma força política nova e importante. O partido registrou-se em todos os estados brasileiros, formando núcleos de voluntários locais que podiam ser da maior importância em futuras batalhas eleitorais.

Thomas Skidmore (1994, p.457) ressalta ainda que, a oposição agora tinha o controle de estados-chave, mas o governo detinha firmemente o Executivo Federal. Os governadores opositoristas Franco Montoro (PMDB-SP), Leonel Brizola (PDT-RJ), Tancredo Neves (PMDB-MG) e José Richa (PMDB-PR), não tinham condições de empreender experimentos radicais. Assumindo o poder em meio à pior recessão do Brasil (1981-1983) desde a década de 1930, eles precisavam muito da ajuda financeira e de outras formas de cooperação de Brasília.

Na ocasião, o partido de Lucena (PMDB) teve uma votação significativa: dos 22 governadores eleitos, 9 foram do PMDB, 12 do PDS e um (Leonel Brizola) do PDT. A composição do Senado mostra o avanço do PMDB no Congresso Nacional: dos 23 senadores eleitos, 9 são do PMDB, 13 do PDS e um do PDT (Saturnino Braga, do Rio de Janeiro). (LEONI, 1997, p.214)

No Amazonas, era eleito para governador Gilberto Mestrinho e para o Senado Federal Fábio Lucena. O PMDB se transformara numa força política considerável. Se ainda não possuía a maioria no Congresso Nacional, o PMDB conquistou estados importantes: Franco Montoro (SP) e Tancredo Neves (MG).

A mudança no quadro eleitoral era um recado aos generais e a direita reacionária de que significativas parcelas da sociedade estavam dispostas, pelo menos através das urnas, a contestar o autoritarismo militar. A ditadura caminhava para seu epílogo.

Neste capítulo, abordaremos as dificuldades enfrentadas por Fábio Lucena para se eleger a senador em 1982 (em 1982, apenas 1/3 do Senado seria renovado, ou seja, apenas uma vaga estava em disputa), ao derrotar o governador José Lindoso. O capítulo também destaca a volta do ex-governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, após 15 anos, para a política partidária do estado, suas alianças políticas e o papel de Lucena nesta composição, articulada por Mestrinho.

Nosso objetivo é buscar compreender as ideias políticas e a atuação política de Lucena no Senado Federal, através da análise de seus pronunciamentos, proposições, projetos e artigos produzidos por ele e/ou sobre ele, neste momento. A reflexão de suas ideias e de sua atuação política frente à conjuntura do período estudado pode contribuir para a compreensão do processo de redemocratização do Brasil. Delimitamos o capítulo de sua eleição a senador em 1982 até sua polêmica eleição para o Senado, em pleno mandato, em 1986.

2.1. A eleição para o Senado Federal em 1982

A eleição de 1982 foi precedida de uma série de disputas políticas e negociações partidárias cuja compreensão é essencial para podermos analisar os rumos e desdobramentos políticos daquela eleição. Em junho de 1981, Gilberto Mestrinho²¹, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), resolveu ingressar no Partido Popular (PP), formado por ex-arenistas e ex-emedebistas, liderados por Magalhães Pinto e Tancredo Neves. Mestrinho achava o PTB inviável naquele momento, devido a uma cláusula de barreira (o partido teria de obter um determinado percentual de votos em um determinado número de estados e municípios, sob pena de não obter a legenda e todos os seus candidatos eleitos perderem o mandato)²².

Segundo Diniz e Pessoa (2014, p.250), Mestrinho tentou levar Plínio Coelho junto com ele, mas Plínio não aceitou, pois afirmava que não iria trair a memória de

²¹ Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo (1928-2009) - Governou o Amazonas já no ventre de sua mãe, conhecido como vice-rei do Amazonas, imperador da selva, Boto-Tucuxi, Pai dos Pobres, caudilho do Amazonas entre outros. Esteve no centro do poder do Amazonas e do Brasil enquanto viveu. Gerou toda uma geração de políticos, seguidores de suas práticas populistas e corruptas de governar (de Amazonino Mendes a Eduardo Braga). Consta que teve mais de 20 filhos. Muitos tornaram-se políticos e/ou exerceram cargos importantes na administração do Estado do Amazonas (João Thomé, Luís Carlos Mestrinho) e seguiram sua “Escola Política”. Foi prefeito de Manaus (1956-1958), governador do Amazonas por três mandatos (1959-1963), (1983-1987), (1991-1995) e Senador pelo Amazonas (1999-2007). Ver Márcio Souza. *A Resistível Ascensão do Boto Tucuxi*. Marco Zero, 1982. Iraildes Torres Caldas. *Arquitetura do Poder: Memória de Gilberto Mestrinho*. Manaus, Edua, 2009. Gaitano Antonaccio. *Políticos Influentes no Amazonas (1889-2005)*. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 2006.

²² Cláusula de Barreira – A Constituição de 1967, no art: 149, inciso VII, estabelecia a extinção dos partidos políticos que não atingissem: a) 10% dos eleitores votantes na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em 2/3 dos estados, com o mínimo de 7% em cada um deles; b) 10% de deputados em pelo menos 1/3 dos estados; c) 10% dos senadores.

Com a Emenda Constitucional nº 11/1978 a regra foi novamente modificada, limitando para 5% do eleitorado que houvesse votado para a Câmara dos Deputados, distribuído em pelo menos nove estados, devendo, em cada um deles, ser atingido no mínimo 3%. (Disponível em www.senado12.leg.br e www.tre-sc-br/ questão da cláusula de barreira. Acesso em 14/2/2017)

Getúlio Vargas e preferiu organizar o PTB no Amazonas. O grupo de Mestrinho ocupou todos os espaços do PP no Amazonas e todos os diretórios montados para o PTB se mudaram para o novo partido. No Amazonas, o principal membro do PP era o jornalista Andrade Netto, Mestrinho lhe ofereceu a candidatura ao Senado.

Em artigo publicado em *A Crítica*, no dia 5/7/1981, intitulado “*Aos Trabalhistas Históricos*”, Fábio Lucena fez severas críticas a esta articulação política de Mestrinho, acusando-o de trair a memória de Getúlio Vargas:

Vocês foram enganados. Há quase dois anos, os líderes que vocês acreditavam lhes prometeram, insistentemente, fazer renascer o PTB, o Partido de Getúlio Vargas, que se suicidou, conforme está escrito em sua carta, “para que o povo de quem fui escravo não seja mais escravo de ninguém”. Agora, o principal líder do PTB no Amazonas, Sr. Gilberto Mestrinho, propõe à senhora Ivete Vargas a dissolução do PTB, afirmando, categoricamente, que o Partido é inviável.

Ele tem razão: o PTB é inviável, mas vocês, trabalhistas históricos, que foram enganados, não o são. Pelo contrário, vocês são homens e mulheres de fibra extraordinária. O Amazonas e o Brasil precisam de vocês.

(...) Agora, o Sr. Gilberto Mestrinho, principal líder do PTB, pede a dissolução do Partido de Vargas e anuncia que, juntamente com vocês, vai ingressar no PP, isto é, no Partido que forçou Vargas ao suicídio! E anuncia que vocês, os trabalhistas históricos, vão acompanhá-lo nesse ato de traição à memória de Getúlio Vargas!

(...) Reflitam: não são vocês os traidores. Vocês são os traídos, pois, se ainda acreditavam que o principal líder do PTB no Amazonas era fiel à memória de Vargas, vocês não podem ter mais dúvidas (...) Reajam contra aqueles que agora estão aderindo à “campanha subterrânea dos grupos internacionais”, aliada “às dos nacionais” (observem, trabalhistas autênticos, que esses “grupos internacionais aliados a grupos nacionais”, denunciados por Getúlio Vargas, estão hoje todos no PP em que o Sr. Gilberto Mestrinho quer afundar todos vocês), reajam à campanha “que tenta bloquear o regime de proteção do trabalho. (Jornal *A Crítica*, 5/7/1981, pp.4-5)

Entretanto, a conjuntura macropolítica se altera quando o Congresso Nacional lança, em novembro de 1981, novas regras eleitorais que proíbem as coligações e obrigam o voto vinculado em candidatos do mesmo partido, conhecido como o Pacote de Novembro²³. Com isso, o Partido Popular, que não chegou a disputar eleições, foi

²³ Lei 6978/1982- Em novembro de 1981, um novo “Pacote” é enviado ao Parlamento (sendo aprovado em janeiro de 1982, em regime de urgência por “decurso de prazo”), tomando forma de lei nº 6.978; O principal da lei: proíbem-se as coligações partidárias e se impõe o voto vinculado. A proibição das coligações não só fomentava a disputa no interior do campo oposicionista, estimulando a pulverização dos votos contrários à ditadura- ela inviabilizava em muitos estados candidaturas de partidos que ainda não tinham reunido todas as exigências legais. A vinculação dos votos obrigava todo eleitor a sufragar para todos os cargos em disputa, nomes de um mesmo e único partido- sem o que o voto seria anulado;

incorporado ao PMDB, em 20/12/1981. Seus líderes tomaram a decisão de extinguir o PP porque as novas regras eleitorais (aprovadas e tornadas lei em janeiro de 1982 por decurso de prazo para regular as eleições de 1982) tornavam difícil a atuação dos pequenos partidos (COSTA e MELLO, 1999, pp.383-384). Tancredo Neves, candidato a governador de Minas Gerais, passa a integrar o PMDB e o outro cacique do PP, Magalhães Pinto, pré-candidato ao Senado, filia-se ao PDS para disputar uma vaga a deputado federal.

Essa nova situação política transforma Fábio Lucena e Gilberto Mestrinho em correligionários, dividindo o espaço político no interior do PMDB. Diniz e Pessoa (2014, p.250) enfatizam que, no Amazonas, Gilberto Mestrinho chegou a uma aliança com Fábio Lucena:

Lucena continuaria presidente do Partido e coordenaria a eleição em Manaus, Mestrinho organizaria a eleição no interior do estado. Os diretórios municipais do PP simplesmente absorveram os diretórios municipais do PMDB. Quem não aceitou a situação, foi obrigado a procurar outro Partido. Inimigo de Fábio Lucena, o jornalista Andrade Netto pediu pra sair e se filiou ao PTB. Inimigo de Gilberto Mestrinho, o senador Evandro Carreira pediu pra sair e filiou ao PT.

Assim, ainda exercendo seu mandato de vereador²⁴ de Manaus (Lucena se licenciou do cargo para se candidatar), Lucena novamente disputou a eleição para senador, na coligação que elegeu Gilberto Mestrinho governador do estado. Gilberto Mestrinho (PMDB) foi eleito governador com 201.182 votos, tendo como vice Manoel Ribeiro, em segundo lugar ficou Josué Filho (PDS) com 164.190 votos, como seu vice, Mário Haddad.

Para o Senado, Lucena derrota o então governador do Amazonas, José Lindoso (PDS), obtendo 186.448 votos (51.12 %), contra 87.504 votos (23,99 %) de Lindoso. Como 1º suplente, Lucena teve Leopoldo Péres (PMDB) e, como 2º suplente, Áureo Melo (PMDB) (conforme a composição das sublegendas, o candidato mais votado teria como suplentes os companheiros de chapa).

O PMDB elegeu ainda quatro deputados federais: Carlos Alberto Di Carli (o mais votado, com 96.383 votos), Mário Frota (35.224 votos), Artur Virgílio Neto

essa providência favorecia abertamente o PDS que, herdando a estrutura da ARENA e com o respaldo governamental, dispunha de aparatos na maioria dos municípios. (PAULO NETO, 2014, p.252)

²⁴ Lucena foi reeleito vereador de Manaus em 1976, para o mandato (1977-1981). Entretanto, a Emenda Constitucional nº 14 de setembro de 1980, mudou as regras constitucionais, prorrogando os mandatos dos eleitos em 1976 até 31/01/1983 (SKIDMORE, 1994, p.432). Assim, Lucena ganhou mais dois anos como vereador até 1983.

(23.488 votos), e Randolfo Bittencourt (16.399 votos). O PDS elegeu os outros quatro: José Fernandes (33.138 votos), Vivaldo Frota (19.520 votos), Josué Pai (18.957 votos) e José Lins (18.538 votos). (apud DINIZ e PESSOA, 2014, p.257)

Mário Frota relembra a eleição de Fábio Lucena e destaca o episódio ocorrido na eleição anterior, salientando o favoritismo de Lucena no pleito. Para ele:

O Lindoso não tinha como disputar com o Fábio, apesar dele ter sido um ótimo governador. Foi ele que criou o Projeto Dendê, abriu a Cidade Nova, ele fez uma boa administração no Amazonas.

(...) Ninguém, naquele momento, era páreo para o Fábio Lucena, ninguém. Quem se metesse, seria triturado por ele, porque ele tava como vítima da eleição passada (Frota se refere aqui à eleição de 1978, em que Lucena foi derrotado por João Bosco, numa eleição sob suspeitas de fraude da ARENA) e há uma tendência em se votar na vítima. (Entrevista realizada em 12/1/2016, p.9)

No entanto, a vitória não mascarou o fato de que, ao integrar a chapa de Mestrinho, Lucena enfrentava uma situação contraditória uma vez que, em um passado recente, acusara Mestrinho de trair a memória de Getúlio Vargas, quando este deixou o PTB para se filiar ao PP e, na sequência, articular a fusão do PP ao PMDB no Amazonas. Entretanto, logo em seguida, Lucena ‘beija as mãos’ de Mestrinho e pede para ser candidato a deputado federal na coligação articulada por este no Amazonas.

Na obra *“Arquitetura do Poder: Memória de Gilberto Mestrinho”*, da escritora Iraídes Torres, Mestrinho dá seu depoimento sobre este momento e diz como Lucena se tornou candidato ao Senado:

Nesse tempo, o Andrade Netto chegou comigo e disse: “Olha, presidente, o senhor sabe que eu não me dou com o Fábio Lucena. Não posso ficar num Partido com gente desse jeito”. Naquele tempo ele era o candidato ao Senado porque o Plínio tinha saído. Bem, um dia, em Brasília, onde estávamos reunidos, o Fábio chegou, sentou na cadeira, na minha frente e falou: “Gilberto, o senhor sabe, essa fusão, e tal, eu gostaria de ser deputado federal na chapa do Tancredo”. Eu olhei pra ele e disse: “Não, tu não pode ser candidato a deputado pelo PMDB”. Ele ficou branco. Eu disse: “Tu vai ser Senador pelo PMDB. Como? Senador, eu disse. O Andrade Netto já abriu mão da candidatura e disse que eu achasse um nome melhor. E o melhor que a gente achou és tu. O Plínio saiu antes, agora és tu! Ah, está ótimo e tal, disse o Fábio”. Aí começamos a campanha, o Fábio Lucena era vereador e ele também não se dava com o Di Carli. O Carlos Alberto Di Carli foi candidato a deputado federal e Fábio Lucena ao Senado. Corremos o Amazonas inteiro e ganhamos a eleição. (TORRES, 2009, p.208)

Fábio Lucena era inimigo pessoal e político tanto do Jornalista Andrade Netto, dono do Jornal A Notícia, como do empresário Carlos Alberto Di Carli, como relatado

no capítulo I da dissertação. Plínio Coelho decidiu não ingressar na coligação de Gilberto Mestrinho, pois afirmava que “não iria trair a memória de Getúlio Vargas” e decidiu permanecer no PTB. Havia o pedido de Lucena para ser candidato a deputado federal na coligação articulada por Mestrinho, com a fusão do PP com o PMDB, mas Mestrinho, ao contrário, o indica como candidato ao Senado, pode ser um relato inventado por Mestrinho.

O Sr. Antônio Lucena, filho de Fábio Lucena, fala sobre este momento:

Meu pai vence a eleição para Senador na Coligação do Gilberto Mestrinho, que é o retorno do Gilberto para Manaus. O ex-governador, hoje falecido Gilberto Mestrinho, logo depois que o Governo Federal determinou a Anistia, da turma que ficou exilada, o Mestrinho recebeu autorização para voltar para o país [Na verdade, Mestrinho, não foi exilado, ele se estabeleceu no Rio de Janeiro].

Voltar para a política, porque ele tinha sido cassado. O meu pai na época, por volta de 1980, era a principal liderança da oposição aqui, eu lembro, porque eu tava presente quando o prof. Gilberto voltou para Manaus, ele teve lá em casa, no Maximino Correia, fizeram uma reunião lá (a turma que vinha com o Gilberto), todas aquelas forças que apoiavam o Gilberto. Mas, na verdade, a aliança do meu pai com o Gilberto, se deu em decorrência de uma fusão partidária que houve na época, que incorporou o PMDB ao PP e aí surgiu o PMDB.(Entrevista realizada em 4/3/2016, p.4)

Em entrevista realizada no dia 14/01/2016, o jornalista e escritor Carlos Costa descreve a trajetória política de Gilberto Mestrinho e Amazonino Mendes:

(...) Inclusive, a vinda de Gilberto Mestrinho para o Amazonas foi articulada pelo Andrade Netto, dentro do Jornal A Notícia, em 1982. Porque em 1982, o Monteiro de Lima, jornalista, foi pro Rio de Janeiro fazer uma entrevista com o Mestrinho, aí o Andrade Netto publicou em página dupla, com uma foto bem no meio, o Gilberto escorado numa árvore, eu lembro dessa foto até hoje, e dando a entrevista pro Monteiro de Lima. Aí, depois que o Gilberto chegou, tinha tudo montado e foi carregado em carreta do Aeroporto Eduardo Gomes até o centro da cidade.(Entrevista realizada em 14/1/2016, p.13)

Mestrinho havia sido governador do Amazonas de 1959-1963, logo em seguida foi eleito deputado federal pelo estado de Roraima (1963-1964), quando foi cassado pelo Golpe Militar de 31/3/1964. Estabeleceu-se na cidade do Rio de Janeiro, após sua cassação, só retornando ao Amazonas em 1982, para disputar a eleição para governador, com o processo de abertura política do Brasil (ANTONACCIO, 2006, pp.347-352). Carlos Costa diz:

(...) Não, ele foi pra Roraima, foi pra deputado federal lá. O Gilberto, que eu sei, ele foi casado com a filha do dono do DB (rede de supermercados), inclusive, veio o DB pra cá, pro Amazonas, digo CB,

Casas da Banha, é uma portuguesa, Maria Emília.
O Gilberto não podia voltar pro Amazonas. Os militares tinham falado pra ele, ele tinha empresas lá no Rio, não sei de que. (Entrevista realizada em 14/1/2016, p.13)

Gilberto Mestrinho representava as forças políticas conservadoras: era um político populista que se elegia com um programa assistencialista de doação de brinquedos para crianças carentes. A aliança política de Lucena com Mestrinho era uma situação inusitada, já que Lucena condenava tais práticas populistas-assistencialistas.

A escritora Iraíldes Torres (2009, p.116) diz que a política assistencialista de Gilberto Mestrinho visava às massas empobrecidas do Amazonas. Em seu governo, os pobres tiveram maior relevo, porque eram eles que o sustentavam no poder, por isso, a aliança com estas camadas sociais é bem delineada, embora as políticas assistencialistas continuem com caráter residual e fragmentário.

Em entrevista à escritora Iraíldes Torres, Gilberto Mestrinho relata como era sua administração, nelas é possível perceber suas práticas assistencialistas. Mestrinho diz:

Fiz tudo o que pude fazer e fizemos uma porção de coisas, demos aumento de salário, antecipava o pagamento, nunca atrasou. Quem colocou o calendário de pagamento do funcionalismo fui eu (...) eu dava audiência pública no Palácio semanalmente. Eu atendia o povo individualmente, aparecia problema de todo jeito e resolvíamos os problemas dentro das possibilidades. Eram pedidos de pernamanca, madeira e até alcova. Certa vez eu estava no Palácio e chegou um casal, mandei eles entrarem na sala do Governador, aí eu disse: o que há com vocês? O rapaz respondeu: “Não, professor, é o seguinte: é que nós vamos nos casar na outra semana, mas não temos cama”. Eu respondi: então eu é que tenho que arranjar uma cama para vocês! Dei a cama. (TORRES, 2009, pp.117-118)

Sobre a doação de brinquedos a crianças carentes do Amazonas, Mestrinho justificava estas ações:

Bem, as crianças eram as minhas diletas. Eu nunca tive brinquedos, então, eu prometi a mim mesmo que um dia quando tivesse condições, iria dar brinquedos para as crianças. Eu tive uma infância muito pobre, por isso, não tenho saudades dela. Eu distribuía bonecas, bolas e muito brinquedos por ocasião do Natal. A festa de Natal, conhecida como Prece de Natal, era um estrondo, um colosso. Eu me sentia muito bem com isso, ia para o beiradão distribuir brinquedo e onde eu não chegava, naqueles interiores muito distantes, eu falava com o prefeito para fazer a festa e olhar para as crianças, eu mesmo mandava os brinquedos. (TORRES, 2009, p.122)

Mestrinho justificava suas práticas assistencialistas-clientelistas como resultado de suas origens humildes, como uma forma de retribuir aos mais carentes o que ele não teve em seu passado.

Iraildes Torres enfatiza que essa imagem de Gilberto Mestrinho, salvador dos pobres e amigo das crianças ficou gravado no imaginário popular. Para ela, apesar da forte resistência de setores refratários ao assistencialismo, sobretudo de intelectuais que dirigem críticas ao clientelismo, as práticas de Mestrinho ganhou lugar no imaginário social como uma prática humanitária de relevo.

Sem desmerecer os argumentos de Iraildes Torres, práticas assistencialistas e clientelistas, de qualquer governo, não resolvem as questões estruturais da sociedade, como educação, saúde, geração de empregos etc, apenas são um paliativo momentâneo e, muitas vezes, são usadas por políticos populistas para se perpetuarem no poder.

O Sr. Antonio Lucena fala sobre a aliança política de Fábio Lucena e Gilberto Mestrinho:

Rapaz, olha, no início, ele fez essa composição porque não tinha mais opção, ele era um homem de partido. Quando houve a decisão nacional de fusão, o Gilberto vem como candidato ao governo, como liderança natural, já que ele tinha sido ex-governador, e o meu pai vem pro Senado. Foi uma aliança ali, das forças políticas que se encontraram naquele momento pra derrotar o governo lá da ARENA (José Lindoso) que depois fundou o PDS.

(...) Qual a opção dele? Sair do Partido, do PMDB? Ele, Mário Frota, Arthur Neto, Felix Valois, toda essa turma eram membros do PMDB, e fizeram parte dessa aliança em 1982.

Eu me recordo dessa fusão nacional. O meu pai viajou pro Rio de Janeiro pra se encontrar com o Leonel Brizola, porque ele teria a intenção de sair do Partido, e ele recebeu do Leonel Brizola as credenciais pra fundar o PDT aqui. Eu, sinceramente, não sei porque a coisa não foi adiante. Aí, fecharam a Aliança, todo mundo fechou a Aliança, aí saiu aquela cabeça de chapa: Gilberto e meu pai pro Senado. (Entrevista realizada em 4/3/2016, p. 4).

Mário Frota,reeleito deputado federal pelo Amazonas em 1982, faz uma auto-crítica de sua participação na chapa que elegeu Mestrinho governador, ao mesmo tempo em que critica o populismo de Mestrinho:

Eu também não gostava muito do Mestrinho, sabe. Eu acho que nós íamos sair de uma ditadura militar para uma ditadura populista, de dar brinquedinho pra menino, brinquedinho de plástico, e aquilo me deixava preocupado. Eu não sou populista, eu achava que ia ser um atraso muito grande pro Amazonas, a eleição do Mestrinho, também eu não podia torcer pro Josué Filho, que era delegado aqui, candidato da Ditadura, não podia torcer por ele, mas tinha que ficar com o Mestrinho mesmo, mas contrariado. Ele não fazia a imagem do político que eu gostaria que tivesse chegado ao governo do Amazonas naquela eleição,

não era o Gilberto. Nós tínhamos outros candidatos, mas o povo achava que tinha que ser ele, pois tinha sido escorraçado pela Ditadura, cassado pela Ditadura, estava voltando, tinha a imagem de ter sido um bom governador no passado, coisa que ele não repetiu depois, duas vezes depois, foi péssimo governador, indicou o Amazonino Mendes como prefeito biônico em 1982.(Entrevista realizada em 12/1/2016, p.13)

Ademais, Frota critica o silêncio de Mestrinho durante a Ditadura Militar e diz que ele nunca apoiou a oposição no Amazonas. Segundo Frota:

(...) Quando o Mestrinho voltou do exílio, exílio não, ele não ficou exilado, ficou lá no Rio de Janeiro. Ele não vinha aqui porque não queria, era papo, ele não foi impedido de vir aqui não. Ele foi exilado lá em Copacabana, morava lá. O Mestrinho não apoiava a oposição aqui, o Mestrinho apoiava o Vivaldo Frota²⁵, que era compadre dele, e tinha sido Secretário de Estado quando o Mestrinho foi governador, inclusive mandando cartas pros amigos dele, apoiando o candidato da ARENA, que era o Vivaldo Frota. O Vivaldo Frota foi da ARENA, depois PDS e era o candidato dele, compadre assim.

O Gilberto nunca nos apoiou, no auge da porrada, da Ditadura aqui, eu e o Fábio na briga, depois teve a Beth Azize²⁶, aquelas confusões todas contra os militares aí da Ditadura, dos governantes daqui, o Gilberto nunca nos deu apoio, zero. E era um homem rico, tinha uma fábrica de tintas lá em São Cristóvão. Nunca deu um centavo, todas aquelas campanhas que nós távamos enfrentando aqui, ele nunca deu um centavo pra ninguém, apoiava o Vivaldo Frota, mandando cartas, pedindo votos pro Vivaldo, que era o candidato da ARENA. O

²⁵ Vivaldo Barros Frota (1928-2015). Natural de Boca do Acre, Amazonas. Bacharel em Direito pela Universidade do Amazonas. Nomeado para diversos cargos públicos, em 1955, ocupou a Secretaria do Diretor da imprensa Oficial do Amazonas, passando a Diretor em 1957. Em 1961, retornou à Corregedoria do Departamento Estadual de Segurança Pública. Em 1962, assumiu a Delegacia de Roubos e Falsificações, galgando o posto de Chefe de Polícia. Logo em seguida, assumiu a Secretaria do Interior e Justiça e exerceu a chefia de Gabinete do governador Gilberto Mestrinho (todas as nomeações foram de iniciativa de Mestrinho). Filiado à ARENA, foi eleito primeiro suplente de deputado federal em 1974 e deputado federal em 1978, reelegendo-se em 1982, pelo PDS. Na Câmara Federal, votou contra a Emenda Dante de Oliveira e em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral. Eleito vice-governador do Estado do Amazonas na chapa do Dr. Amazonino Mendes, em 1986. Foi governador em exercício, nos impedimentos do titular, assumindo definitivamente o cargo, a partir de 15 de março de 1990 a 2 de abril de 1991. (ANTONACCIO, 2006, pp.383-385)

²⁶ Elizabeth Azize (1945)- Natural de Manaus, Amazonas. Filha de imigrantes sírio-libanês, conhecida como Beth Azize nos meios políticos. Advogada e professora. Formou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas, onde se tornou a primeira mulher a presidir o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito.

Com o Golpe militar de 1964, aliou-se a alguns amigos de valor, entre os quais, Fábio Lucena, José Cardoso Dutra e Francisco Queiróz. Depois de formada foi nomeada a primeira juíza do Tribunal de Justiça do Amazonas. Ingressou na política partidária na década de 1970, elegendo-se vereadora à Câmara Municipal de Manaus em 1976 (MDB). Foi deputada estadual na legislatura de 1979 (PMDB), reelegendo-se em 1982, até alcançar a Câmara Federal em 1986, pelo PSB. Afastou-se da política partidária em 1991, após cumprir seu mandato de deputada federal.

Quando houve a eleição para governador do estado do Amazonas em 1982, viu-se obrigada a apoiar Gilberto Mestrinho, obedecendo à fidelidade partidária e acordos políticos de seu partido, que ela discordava, tanto quanto a indicação de Amazonino Mendes para prefeito “biônico” de Manaus, por Mestrinho. Isto lhe causou perseguições políticas tanto de Mestrinho como de Amazonino. (ANTONACCIO, 2006, pp.441-444)

Gilberto nunca foi ideológico, nunca teve nada na cabeça, esquerda, direita, nesse sentido. Ele tinha o projeto dele, pessoal, de governo. (Entrevista realizada em 12/1/2016, pp.8-13)

Lucena escreveu várias cartas²⁷ à sua filha caçula Fabíola Lucena (nascida em 1977), como um monólogo para a posteridade, depois conhecidas como “Epístolas de Fábio a Fabíola”. Nessas cartas, Lucena contava seu cotidiano, suas lutas políticas, seus sucessos e fracassos. Em carta para Fabíola de 14/12/1982, Lucena elogiava a volta de Gilberto Mestrinho para o Amazonas e sua vitória na eleição para governador. Lucena destacava os valores morais de Mestrinho, lamentava seu triste exílio de 15 anos no Rio de Janeiro e que, ele seria o homem que derrubaria as oligarquias do Amazonas e poria fim da Ditadura no estado:

Querida Fabíola,
Faz alguns meses, em carta que te dirigi, afirmei que estava empenhado numa guerra para derrubar, pelo voto popular, o sistema de poder implantado no Amazonas, sem o consentimento do povo, ao longo de 18 anos.
(...) Meu depoimento é a respeito do Governador eleito do Estado, Professor Gilberto Mestrinho. Sempre chamei de Professor, com P maiúsculo, e vou continuar chamando-o do mesmo modo.
Eu não o conhecia. Ouvira falar que ele fizera realizações monumentais em seu governo, no período 1959-1963. Quando ingressei na política, no início dos anos 70, os jornais eram proibidos de publicar o nome dele. Ele era um cassado, um proscrito. O mesmo ocorria com as rádios e as televisões. Durante 15 anos, foi proibido de vir ao Amazonas, sob pena, inclusive, de seus amigos serem presos.
(...) Depois do dia 2 de março deste ano, quando o Tribunal Superior Eleitoral declarou legítimo e legal o processo de incorporação do Partido Popular, que era presidido no Amazonas pelo Professor Gilberto Mestrinho, e o PMDB, criado e presidido por teu pai, entramos no mesmo barco. Viajamos ao interior inteiro de todo o Estado. Foi, então, que conheci o Professor Mestrinho.
Durante as viagens, conversei muito com ele. É um homem simples, de incrível simplicidade. Inteligente, astuto, digo-te, recordando Péricles de Moraes em relação à Heliodoro Balbi, que ele cavalga por sobre precipícios, sem neles se precipitar.
(...) E o barco não afundou, minha filha. Vieram as eleições e o Professor Mestrinho não foi apenas eleito governador do Estado: ele tomou o poder. Tens cinco anos de idade. Quando tiveres vinte e cinco, relê esta carta. Até lá, ninguém arremata o poder das mãos do Professor Mestrinho. Viverás e verás.

²⁷ As “Cartas”, escritas numa linguagem bíblica, na verdade, foram vários artigos escritos por Fábio Lucena e publicados no Jornal “A Crítica”, no início dos anos 1980, que depois ficaram conhecidas como “Epístolas de Fábio à Fabíola” (conforme depoimento do colaborador Sr. Antonio Lucena). Algumas dessas “cartas” foram publicadas na obra “O Templário de Barcelos” de Diniz e Pessoa, 2014, ver bibliografia da dissertação.

Muito tempo passará até que possas compreender a luta que travei para chegar ao Senado. Tu, que já sabes rezar, reza por mim, reza por nossa Pátria. Que Deus te abençoe, minha filha, que Deus te proteja. Do teu pai, Fábio Lucena. (“Quarta Epístola de Fábio a Fabíola”, 14/12/1982, apud DINIZ e PESSOA, 2014, pp.357-358)

Nesta carta para sua filha Fabíola, Lucena destaca o retorno do ex-governador do Amazonas, lamentando seu triste exílio de quinze anos, elogiando sua vitória ao governo do Amazonas e dizendo que ele “será o homem que derrubará a Ditadura no Amazonas”. Uma das incoerências de Lucena, pois, anteriormente ele havia criticado a saída de Mestrinho do PTB e sua articulação que aglutinou o PP com o PMDB no Amazonas. Agora, com Mestrinho já eleito governador, Lucena enaltece seus valores morais e políticos.

Em 1982, não houve eleição para prefeito em Manaus, assim como em outros 26 municípios do país, devido ao AI-3 que determinava que os prefeitos das capitais estaduais não fossem eleitos e sim indicados por nomeação pelos governadores, mediante aprovação prévia da Assembleia Legislativa. Mestrinho nomeou Amazonino Mendes²⁸, prefeito biônico de Manaus.

Sobre as razões da indicação de Amazonino Mendes para a prefeitura de Manaus, Gilberto Mestrinho relata em entrevista à escritora Iraildes Torres:

A prefeitura coitada, era uma tristeza! Chamei o Amazonino que eu conheci no passado e botei na prefeitura de Manaus. Amazonino tomou um susto quando eu disse que ele ia ser o Prefeito. E começamos a trabalhar.

(...) Ele era líder estudantil da UESA, do PC do B. Eu o conheci como estudante, depois tornou-se advogado e foi funcionário do DER-AM. Ele tinha uma construtora e então depois que veio a revolução, eu não vi mais o Amazonino, apesar de procurá-lo por todo canto. Somente dias antes do término da minha campanha é que o reencontrei. (TORRES, 2009, pp.238-240)

Mestrinho conta as expectativas que tinha de Amazonino Mendes:

Olha, eu vou te contar uma história, uma lição do povo. Eu considero que o Amazonino foi o melhor aluno-político que eu tive. Eu conheci o Amazonino no tempo de estudante no meu primeiro governo, e vim vê-lo no final da minha campanha em 1982. Então, botei o Amazonino na Prefeitura, mirando 20 anos atrás porque eu não estava a par daquele momento, mas o

²⁸ Amazonino Mendes (1939) – Nascido em Eirunepé, Amazonas. Formado em Direito pela Universidade do Amazonas. Foi Prefeito Biônico, indicado por Gilberto Mestrinho (1983-1987). Eleito Senador pelo Amazonas, mas renunciou para se eleger novamente prefeito de (1993-1994) e (2009- 2013). Governador do Amazonas por 3 mandatos: (1987-1991), (1995-1999) e (1999- 2003) (ANTONACCIO, 2006, pp.389-394)

Amazonino estava. Ele ia sempre ao Palácio e tal, então fi-lo Prefeito. Eu me lembro que iria ter um evento num domingo, então no sábado convidei o Amazonino para ir lá, porque eu sabia que no final de semana ele bebia cerveja, ia passear de barco porque ele tinha uma lanchinha (...) ele disse, está bem. Tinha muita gente e então eu comecei a falar nesses termos: é obrigação do homem público ter responsabilidade, exercitar o mandato em nome do povo, tem que abrir mão de certos hábitos, de certos confortos. Não pode viver de passeios, férias, passeando de barco nos finais de semana. Dei uma lição no Amazonino na frente do povo. Ele conta isso. E o povo desconfiava que era pra ele, o povo não é besta. Enfim, acabou o discurso e nunca mais ele faltou aos compromissos públicos.(TORRES, 2009, p.239)

Mestrinho destaca o temperamento e o caráter de Amazonino:

Ele aprendeu muita coisa comigo, mas em termos de temperamento e formação cada um tem a sua. Ele é de temperamento diferente do meu, os valores dele são outros, diferente dos meus. (Amazonino transparece um cinismo em suas falas): Sem dúvida. O Amazonino tem dupla personalidade, quando ele está dentro do poder é uma coisa, quando está fora é outra. O Amazonino cidadão é ótima pessoa, mas quando Governador ele se transforma. Mas cada um é cada um. Eu nomeei o Amazonino Prefeito e o Eduardo (Eduardo Braga, ex-prefeito e ex-governador do Amazonas) era vereador pelo PDS.(TORRES, 2009, pp.239-240)

Gilberto Mestrinho e Amazonino Mendes (criador e criatura) foram dois dos políticos mais influentes do Amazonas e do Brasil. Revezaram-se no comando do governo do Amazonas e na prefeitura de Manaus por décadas. Os dois políticos tiveram papel importante na trajetória política de Fábio Lucena (SOUZA,1982; ANTONACCIO, 2006; TORRES, 2009; DINIZ & PESSOA, 2014).

Numa carta dirigida a Fabíola, em 11 de janeiro de 1983, Lucena elogiava o prefeito biônico, Amazonino Mendes, nomeado pelo governador Gilberto Mestrinho, destacando suas virtudes intelectuais e morais:

O governador Gilberto Mestrinho está sendo coerente e firme na escolha do seu secretariado. Constitui competência exclusiva do governador do Estado a indicação de seus auxiliares diretos. (...)E avalizo, de público, a indicação do advogado Amazonino Mendes para o cargo de prefeito de Manaus.

Conheci Amazonino nos idos de 1951, no Colégio Dom Bosco de Manaus. Ele, filho de seringalistas do Juruá; eu, o mais pobre dos alunos do Colégio, bolsista das Missões Salesianas de Barcelos. Encontramo-nos depois no Colégio Estadual do Amazonas, onde concluímos o curso então chamado científico. Fui para o Rio de Janeiro tentar estudar Engenharia, Amazonino ingressou na Faculdade de Direito do Amazonas. Passamos alguns anos sem nos encontrarmos.

(...) Até hoje não consegui entender, não se encontra no Congresso Nacional, ou como deputado, ou como senador. Ele deve ter tido

motivos para optar por outras rotas, mas o poderoso orador que ele é, dos maiores e melhores que conheço, sempre me deu a impressão de que, ao ingressar na Faculdade de Direito, o caboclo do Juruá iria, com seu imensurável talento, assombrar a República com o tonitruar de sua voz. De fato, em 1962, ele candidatou-se a deputado estadual. Não foi eleito. O mesmo aconteceria comigo em 1970. Ao que parece, o resultado de 1962 desiluiu Amazonino da política partidária. (O novo prefeito e o triunvirato do cárcere, em “Epístolas de Fábio a Fabíola”, 11/01/1983, *apud* DINIZ & PESSOA, 2014, pp.365-366)

Fábio Lucena deixa a entender que a indicação de Amazonino para prefeito biônico por Mestrinho foi uma decisão acertada. Lucena sediz surpreso por Amazonino não estar representando o Amazonas no Congresso Nacional, naquele momento. Ele supõe que a não eleição deste em 1962 para deputado estadual no Amazonas (Amazonino disputou a eleição para deputado estadual em 1962; em 1982, ele não disputou a eleição, ele foi indicado prefeito biônico de Manaus pelo governador Gilberto Mestrinho, não houve eleição para prefeito neste ano em todas as capitais do Brasil), o fez desiludir-se com a política partidária (mas aceitou ser prefeito biônico).

Vem o movimento de 1964, que derruba o regime constitucional do Brasil. Os líderes de nossa geração são imediatamente presos pelo Exército. E quem está na cadeia? Eu, Amazonino e Erasmo Linhares. Há outros, mas de gerações anteriores.

(...) Avalizo, pois, como Senador da República, a escolha de Amazonino Mendes para o cargo de Prefeito de Manaus. E é até com certa emoção que o faço. Mas, nem mesmo o governador o nomeia, ou submete, como determina a Constituição Federal, o seu nome à aprovação da Assembleia Legislativa, o guerreiro do Juruá começa a ouvir o uivo dos lobos, que tentam denegrir-lhe a imagem e a honra. Não te preocupes, pois, Prefeito Amazonino Mendes! Sei que te basta a ti próprio para esfrangalhar a vilania. Mas faço questão de ficar contigo. Governa Manaus com o teu talento, a tua garra. Mas formalizo-te uma súplica, uma vez que não trilhastes os tenebrosos precipícios por sobre os quais cavalguei para chegar ao Senado. Se, na tua gestão, não souberes tratar com os ratos, deixe-os comigo! (Ibid, pp.365-366)

Lucena presta total apoio a Amazonino Mendes e diz que seus críticos enfrentarão a fúria de seu amigo:

E, assim, numa homenagem aos outros duunviros do cárcere, Erasmo Linhares, Diretor da Rádio Rio Mar, e Amazonino Mendes, novo Prefeito de Manaus, peço ao povo de Manaus que dê um crédito de confiança ao prefeito Amazonino Mendes, filho de Juruá, irmão do porvir e incorrigível amante da liberdade. (O novo prefeito e o triunvirato do cárcere, em “Epístolas de Fábio a Fabíola”, 11/01/1983, *apud* DINIZ e PESSOA, 2014, pp.365-366)

Os elogios de Fábio Lucena a Gilberto Mestrinho e Amazonino Mendes, quero acreditar, foram uma interpretação histórico-política equivocada de Lucena sobre estas duas personagens. Mestrinho e Amazonino foram dois políticos populistas e demagogos do Amazonas. Em 1982, Mestrinho já era uma “raposa política” que estava voltando para a política partidária do Amazonas; Amazonino era um desconhecido advogado e empresário nomeado prefeito biônico de Manaus, pelas mãos de Mestrinho. Lucena, não viveu para ver a ascensão dos dois corruptos.

Para Carlos Costa, o governador Gilberto Mestrinho “tirara do bolso” a indicação de Amazonino Mendes para prefeito bionico de Manaus. Costa ressalta que, naquela ocasião, teria se iniciado uma especulação em torno de um possível retorno do ex-prefeito Frank Lima ou da manutenção do prefeito interino João de Mendonça Furtado²⁹. Costa relata como foram as circunstâncias da indicação de Amazonino Mendes para prefeito biônico de Manaus, pelas mãos de Mestrinho. Para ele:

Tem uma história, eu não sei se é verdadeira, dizem que é, o Ezio Ferreira³⁰, no final da campanha, todo mundo precisava de dinheiro, o Ezio chegou com ele e, que costumava ostentar, junto com o Amazonino: “Vamos fazer um projeto”. O Amazonino era acostumado a costurar, os dois criaram esse projeto aí. “Vamos pegar a ‘fundo perdido’ um dinheiro, voce detalha o projeto, vamos a Brasília e conseguimos esse dinheiro a ‘fundo perdido’. Porque ‘fundo perdido’ é aquele dinheiro que voce não tem que prestar conta, que existia na época. Aí trouxeram e entregaram nas mãos do Mestrinho, uma maleta de dinheiro, pra quando terminar a campanha dele, no final da campanha era mais importante ter o dinheiro.(Entrevista realizada em 14/1/2016, p.14)

Carlos Costa conclui dizendo, que foi dessa forma escusa, conseguindo um dinheiro de forma fraudulenta em Brasília e repassando a Mestrinho, que Ézio Ferreira indicou Amazonino para Mestrinho, destacando seu comportamento amoral, quando ainda era empresário da construção civil em Manaus:

Com isso, o Ezio Ferreira teria indicado o Amazonino pro Gilberto, como prefeito de Manaus, biônico. O Amazonino tava no Paraná na

²⁹ Carlos Costa quis se referir a José de Oliveira Fernandes como prefeito interino. Na realidade, José Fernandes renunciou ao cargo em 1981 a fim de concorrer a Deputado Federal pelo PDS.

³⁰ Ézio Ferreira de Souza (1940-2016)- Natural de Benjamim Constant, Amazonas. Industrial e empresário da construção civil. Iniciou sua carreira política filiando-se ao Partido da Frente Liberal (PFL). Em 1986, se elegeu deputado federal constituinte pelo Amazonas, tendo sido o candidato mais votado no seu partido, com 37.466 votos, e o segundo no seu estado. Fez parte da Assembleia Nacional Constituinte. Reeleito deputado federal em 1990, pelo PFL, obtendo 41.073 votos, a maior votação em todo o estado. Votou contra o Impedimento do Presidente Fernando Collor (1990-1992). Em 1993, foi denunciado como participante do escândalo, conhecido como a “Máfia do orçamento”, mas acabaria inocentado. No pleito de 1994, concorrendo a nova reeleição, foi o último colocado com pouco mais de 8 mil votos, ficando assim com a última suplência, não voltou a concorrer no pleito de 1998. (Disponível em www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-acesso em 26/01/2017)

época. Agora, a fama do Amazonino era terrível aqui, ele era acostumado a dar 'cheque sem fundo', eu cheguei a ter 'cheque sem fundo' dele. Ele era advogado, mas vivia de fazer maracutaia. Existe uma lenda, que um funcionário dele ganhou na loteria e ele teria ficado com o dinheiro. Ele tinha uma construtora, a Arca, construiu o primeiro conjunto que eu morei, o Xingu, depois construiu o Ayapuá. Ele vivia passando 'cheque sem fundo', comprava material com 'cheque sem fundo'. As pessoas que recebiam os cheques sabiam que ele era acostumado a fazer isso, já recebiam de gozação, ele sempre inventava uma desculpa. (Entrevista realizada em 14/1/2016, p.14)

Gilberto Mestrinho formou uma oligarquia política que se mantém no comando da política no Amazonas desde tempos imemoriais. Só pra citar alguns nomes, coincidentemente da cidade de Eirunepé, Amazonas: Dissica Tomaz (presidente da Federação Amazonense de Futebol há anos), José Melo (atual governador do Amazonas), Amazonino Mendes (ex-prefeito de Manaus, ex-governador do Amazonas), Pauderney Avelino (deputado federal do Amazonas, ocupou cargos importantes na administração do Amazonas). Neste ponto, Costa destaca como Mestrinho agia para intimidar e impedir a reeleição de seus desafetos políticos:

O Gilberto nunca foi professor, eu acho que ele só tinha a 4ª série, mas muito esperto pra composições políticas. Teve um vereador que, inclusive, fez uma greve de fome na Câmara, aí o Gilberto chamou ele, que ele tava atrapalhando o governo do Amazonino, porque ele era adversário do Amazonino, não lembro mais nem o nome dele, que era fotógrafo, ele deitou na Câmara, num colchão que tava lá, só pra ele ficar fazendo a palhaçada dele. Depois tentou gravar um CD, não conseguiu, gravou, mas não vendeu nada e saiu distribuindo, pintou o cabelo, meio louro, meio preto, ou seja, fez mecha no cabelo. Aí o Gilberto chamou ele no Palácio e disse: “Meu filho, voce tá atrapalhando a administração do Amazonino Mendes, e ele é meu aliado político, se voce não parar com essa palhaçada, ficar gravando CD, ficar gastando o seu dinheiro à toa, pode esquecer que esse vai ser seu primeiro e último mandato de vereador”, e confirmou. (Entrevista realizada em 14/1/2016, pp.13-15)

Carlos Costa afirma que Mestrinho intimidava seus desafetos políticos, pois a Assembleia Legislativa do Amazonas era subserviente a ele:

O Gilberto tinha três grandes adversários na Assembleia Legislativa: Valdir Barros, Samuel Peixoto e o outro não lembro agora, ele disse: “Esses três não se elegem pra mais nada enquanto eu for governador”, e o Carrapeta (José Costa de Aquino), que era deputado estadual, que era oposição ao Gilberto. O Carrapeta, foi o último mandato dele, não conseguiu mais se reeleger, ele teve um programa no rádio e na TV, mas por pouco tempo. A composição do Mestrinho (1982) foi tão bem feita que, ou se era a favor ou contra. A oposição mesmo eram três na Assembleia Legislativa. O pai da Yara (esposa do Sr. Carlos Costa), Francisco Queiróz, foi deputado estadual por 26 anos, e não quis ser

deputado federal, sabe por que? Ele recebia convite direto do moralista lá do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, ele era muito amigo do Pedro Simon, do Ulysses Guimarães, eles convidavam direto ele. Porque ele dizia que não queria ficar longe da família, ele era muito apegado à família dele (Entrevista realizada no dia 14/01/2016, pp. 13-15)

Neste ponto da pesquisa, ressaltamos a importância das eleições gerais de 1982 no processo de redemocratização do Brasil. Era a primeira eleição direta para governadores dos estados desde 1966, também seriam escolhidos os deputados federais, estaduais e vereadores (os prefeitos das capitais seriam nomeados pelos governadores eleitos).

No plano macropolítico, a oposição (considerando os quatro principais partidos: PMDB, PDT, PTB e PT) conquistaram a maioria na Câmara Federal, apesar de que no Senado, a situação mantinha a maioria devido aos senadores biônicos.

No Amazonas, era eleito Gilberto Mestrinho (PMDB), que nomeou Amazonino Mendes prefeito biônico. Disputando novamente a eleição para o Senado (em 1978, Lucena perdeu a eleição, pois houve suspeitas de fraude no pleito) o vereador Fábio Lucena derrota o governador José Lindoso (numa eleição que só havia uma vaga em disputa), este feito de Lucena foi único, um vereador que sai da Câmara Municipal direto para o Senado Federal, este feito só seria superado no Amazonas, pelo vereador Jeferson Peres 12 anos depois.

A princípio, Lucena se mostrou reticente em aderir a coligação articulada por Mestrinho no Amazonas, e até criticou este por ter abandonado o PTB e se filiado ao PP e, na sequência, articular a fusão do PP ao PMDB, mas depois de acordos políticos Lucena presta fidelidade ao PMDB e se candidata ao Senado nesta coligação.

Neste período, Lucena se mostra um político reticente e ambivalente, numa hora critica as práticas políticas de Mestrinho, noutra faz elogios veementes ao mesmo.

2.2. A Chegada ao Senado Federal

Lucena iniciou sua atuação política no Senado Federal entrando numa polêmica: o Senador Mário Maia³¹ (PMDB-AC) indagou ao plenário (3/3/1983) por que fora

³¹ Mário Maia (1925-2000)- Natural de Rio Branco, Acre. Graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina de Niteói, Rio de Janeiro. Especializou-se em cirurgia geral e anestesiologia. No pleito de outubro de 1962, candidatou-se a deputado federal pelo Acre, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), obtendo a primeira suplência e assumindo o mandato em março de 1963. Após o Golpe

cassado e qual crime cometera. Fábio Lucena afirmou que ele havia sido cassado pelo ex-presidente da casa, Senador Jarbas Passarinho³² (PDS-PA) que não conseguira se reeleger. Lucena foi atacado por outros Senadores, entre eles, Lomanto Junior, chamando-o entre outras coisas de caluniador

No dia 4/3/1983, Lucena foi à Tribuna, pela primeira vez, pronunciar seu discurso “Jarbas Passarinho, O Campeão das Cassações”. Nele, Lucena afirmava com documentos comprobatórios que Passarinho fora a pessoa que mais assinara cassações durante a ditadura militar.

Assim, comenta Fábio Lucena:

O ex-governador Carlos Magalhaes, chamou-me de caluniador, de injuriador, de difamador apenas por um aparte sem maiores pretensões (...) Ora, Sr Presidente, vamos ver se caluniei, se injuriei, se difamei essa figura indiscutivelmente ilustre por todos os títulos que existe na República, que é o ex-Senador Jarbas Passarinho, que tanta falta faz nesta Casa (...), gostaria de saber por que S.Ex^a (Passarinho), durante anos no poder, consentiu que nesses 18 anos a Amazônia sofresse, como vou provar, o maior processo de empobrecimento de que se tem notícia na História de nossa grande Nação.

(...) Assinado pelo ex-Ministro Jarbas Passarinho, que cassou o mandato de V.EX^a (Mário Maia). Está aqui o decreto, Sr

Militar de 1964, e a instalação do Ato Institucional nº 2 (27/10/1965), que estabeleceu o bipartidarismo, filia-se ao Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição ao regime militar. No pleito de 1966, elegeu-se deputado federal pelo MDB, dois anos depois, foi punido pelo Ato Institucional nº 5 (13/12/1968) tendo o mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Após recuperar seus direitos políticos em 1979, filiou-se no ano seguinte ao PMDB, nesta legenda foi eleito senador em 1982. Em 1986, transferiu-se para o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e disputou o governo do Acre, mas foi derrotado pelo candidato do PMDB Flaviano Melo. Concluiu seu mandato de senador em 1991 e retornou a suas atividades de médico. Disputou uma vaga para a Câmara dos Deputados em 1998, pelo Partido da Frente Liberal, mas não conseguiu se eleger. (Disponível em www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo/verbetes. Acesso em 15/8/2016)

³² Jarbas Gonçalves Passarinho (1920-2016). Nasceu em Xapuri (AC), no dia 11/01/1920. Cursou a Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre. Mudou-se para o RJ em 1940, ingressando no ano seguinte, na Escola Militar de Realengo. De 1956 a 1957 foi chefe da seção do Quartel-General do Comando Militar da Amazônia e, em 1958, foi nomeado superintendente-adjunto da Petrobrás na região Amazônica, tornando-se seu superintendente em 1959. Com a posse de Emílio Garrastazú Médici, assumiu a pasta de Educação em 1969. Passarinho implantou sistema de créditos, ciclos básicos de disciplina e um novo regime de cátedras, na reforma universitária brasileira conhecida como MEC-USAID, por causa do apoio do governo norte-americano. Em 1977, três anos após ter voltado ao Senado, defendeu na tribuna a substituição do AI-5 por um instrumento que garantisse ao Estado sua defesa contra minorias subversivas e atribuição ao STM de julgamentos políticos. Em 1980, Passarinho foi eleito presidente do Senado, Casa que deixou três anos depois após perder a eleição no Pará para o candidato do MDB. No mesmo ano, assumiu o Ministério da Previdência e Assistência Social no governo João Baptista Figueiredo. Foi Senador Constituinte, Ministro da Justiça do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) e presidente da CPI que investigou a “Máfia do Orçamento”. Em manifestações recentes sobre o pagamento de indenizações relativas ao período militar, Passarinho se posicionou publicamente contrário ao pagamento a perseguidos pelo Regime. Para ele, se fosse feito o pagamento, que houvesse o mesmo tratamento com as famílias de militares mortos pelo movimento armado de esquerda. Foi de Passarinho a fala: “Às favas, Senhor Presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência”, foi dita durante reunião do AI-5, em 1968 (disponível em www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo. Acesso em 20/09/2016).

Presidente, publicado no Diário Oficial do dia 13/2/1969. Com base no art. 4º do AI-5, com assinatura do Ministro Jarbas Passarinho foi cassado o mandato do deputado federal, na época, hoje Senador Mário Maia.

(...) Onde está a calúnia, a injúria? Aqui estão em meu poder, e peço que façam parte integrante deste pronunciamento, decretos que cassaram o mandato e suspenderam os direitos políticos, assinados pelo Ministro Passarinho, de 306 cidadãos brasileiros(Diário do Congresso Nacional, 5/3/1983, pp.169-171).

Fábio Lucena foi acusado de caluniador e difamador, pelo senador Carlos Magalhães (PDS-BA), por ter acusado o ex-senador Jarbas Passarinho (Passarinho havia sido senador duas vezes: de 1966-1974 e 1974-1982, mas não conseguiu se reeleger em 1982 ao Senado, pois perdeu a disputa para o candidato Helio Gueiros (PMDB-PA), do estado do Pará) de ser o “campeão das cassações” de parlamentares. Lucena provava com documentos, que Passarinho havia cassado 306 cidadãos brasileiros, ele até ironiza o ex-senador Passarinho, “que tanta falta faz nesta Casa”.

O Senador Odacir Soares (PDS/RO) pede um aparte e contra-ataca Lucena:

Nobre Senador Fábio Lucena, como V.EX^a muito bem se recorda, este debate começou ontem, quando o eminente Senador Carlos Alberto dizia à oposição que razões das cassações deveriam se perguntadas ao eminente Senador Severo Gomes, a quem V. Ex.^a chama de figura preexcelsa (...) e, nobre Senador Fábio Lucena, na candura de seu discurso que foi, neste momento, violentado por uma de suas frases cáusticas, eu diria, até, hoje, que o PMDB sai deste plenário com mais figuras preexcelsas, dentre as quais eu arrodaria a figura preexcelsa de V. Ex.^a e também a figura cândida e preexcelsa do nobre eminente Senador Hélio Gueiros.

Quando disse, ontem, o senador Lomanto Junior que V. Ex.^a caluniava e injuriava, ele estava pensando no nobre Deputado Carlos Alberto de Carli, presente neste plenário, que V. Ex.^a, em outras oportunidades, no Amazonas, chamava de estelionatário e de ter praticado crime de falsidade ideológica. Chamando inclusive não de De Carli mas, de Dillinger³³. Eu queria lembrar, esclarecer a memória de V. Ex.^a, que felizmente para todos nós é de pouca duração, porque tendo a absoluta certeza de que V. Ex.^a, no curso de seu mandato, vai mudar, em várias oportunidades, o seu pronunciamento, o seu posicionamento e o seu comportamento nesta Casa(Diário do Congresso Nacional, 5/3/1983, pp.169-171).

Sobre as acusações do senador Odacir Soares de que Lucena estava sendo incoerente ao acusar o senador Jarbas Passarinho de ter cassado o mandato de centenas de parlamentares, já que, naquele momento, Lucena havia se aliado politicamente a Carlos Di Carli.

³³ John Dillinger (1903-1934)-Assaltante de bancos e gangster norte-americano.

Conforme abordado no Capítulo I, durante seu mandato de vereador de Manaus (1973-1983), Fábio Lucena travou uma luta sem tréguas contra o empresário Carlos Alberto Di Carli, acusando-o de ser um empresário desonesto e corrupto. Segundo Lucena, Di Carli obtinha empréstimos em bancos, sobretudo do Banco do Brasil, criava empresas de “fachada”, as empresas faliam e/ou eram incendiadas pelo próprio Di Carli, e ele não ressarcia o banco no qual contraiu o empréstimo.

Entretanto, em 1982, Di Carli se aproximou do ex-governador do Amazonas Gilberto Mestrinho que era candidato ao governo na eleição daquele ano. Assim, Di Carli, tornou-se o financiador da campanha da coligação articulada por Mestrinho e candidatou-se a deputado federal (sendo eleito o deputado federal com mais votos nesta eleição).

Lucena, a princípio, se por fidelidade partidária ou lealdade a Mestrinho, muito a contra gosto, teve que dividir o palanque com Di Carli, mas com o desenrolar da campanha houve uma aproximação entre eles, tanto pessoal como política. Esta aliança foi muito criticada no Amazonas, muitos eleitores, amigos pessoais e aliados políticos se afastaram de Lucena, tal inusitada aproximação de Lucena com Di Carli.

Lucena rechaça a provocação do senador Odacir Soares:

Nobre Senador, o meu comportamento nesta Casa será rigorosamente ditado pela minha postura moral e pelas normas regimentais que presidem ao comportamento no Senado (...)V. Ex.^a cita um Deputado que tem acesso regimental no plenário, numa reunião que não é do Congresso Nacional. O assunto que V. Ex.^a trouxe à baila foi levado exaustivamente a Manaus, ao Amazonas pelo PDS. E o povo amazonense julgou os fatos. Fez do deputado Carlos Alberto de Carli o segundo Deputado Federal mais votado do país, em termos relativos (...) e fez de mim terceiro Senador mais votado da República, também em termos relativos (...) em outra oportunidade nós teremos o prazer recíproco de aprofundarmos o debate (Diário do Congresso Nacional, 5/3/1983, pp.169-171)

Neste discurso, Lucena transparece um político firme nas suas posições, coerente nas suas convicções, mas quando provocado por outros senadores sobre sua aliança com Carlos Alberto Di Carli, que era acusado por Lucena de ser um gangster, Lucena tergiverseia e não responde à altura à provocação.

2.3. Lucena e a Redemocratização do Brasil

Neste tópico, nosso objetivo é fazer uma reflexão sobre as ideias e a atuação de Fábio Lucena no campo político, enquanto senador da República, no processo de redemocratização do Brasil.

Durante a campanha eleitoral de 1982, Fábio Lucena foi atacado ferozmente por seus adversários, inclusive, com tentativas de assassinato à sua pessoa e de Gilberto Mestrinho. Um dos mais ferrenhos inimigos de Lucena e Mestrinho foi o contra-almirante Roberto Gama e Silva, que queria a todo custo impedir a vitória do PMDB no Amazonas, impondo o candidato Josué Filho (PDS) ao governo do estado, a quem Lucena acusava de ser informante do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Amazonas.

O contra-almirante Gama e Silva atuou por seis anos na Amazônia, sendo que quatro deles como Presidente do Grupo Executivo para a região do Baixo-Amazonas (GEBAM), órgão vinculado ao Conselho de Segurança Nacional e integrado, na quase totalidade, por especialistas em ciências ambientais.

Em setembro de 1982, o PMDB publicava no jornal *A Crítica* uma nota oficial assinada por Fábio Lucena (presidente) e Arlindo Porto (secretário), denunciando o contra-almirante Gama e Silva:

A Marinha do Brasil presta inestimáveis serviços de assistência ao homem do interior amazonense. Do PMDB merece respeito e o reconhecimento pela patriótica missão que cumpre. Não pode ser confundida com um de seus membros que, rasgando todos os regulamentos da disciplina militar, subvertendo o princípio da hierarquia, encontra-se em Manaus usando indevidamente sua condição de Almirante para chantagear setores de nossa sociedade. A fim de reafirmar que esta nódoa não atinge a nossa gloriosa Armada, não nos referiremos a este cidadão pela patente, porque ele desmerece os exemplos e a tradição do Almirante Tamandaré, de Marcílio Dias e tantos outros heróis da Marinha do Brasil.

O Sr. Roberto Gama e Silva tem vindo sistematicamente a Manaus para pressionar empresários, chamando-os à SUFRAMA, onde os recebe sentado na cadeira do Superintendente, ameaçando não liberar guias de importação caso não deem vultosas quantias no prazo de uma semana, para uso na campanha política de nossos adversários, mas estas fabulosas somas que ele recebe ilegalmente pela extorsão ninguém sabe se são usadas na campanha ou se boa parte recebe outra destinação. Ninguém as fiscaliza.

Além deste interesse, o Sr. Roberto Gama e Silva se encontra desmoralizado no partido situacionista que desejava outro nome como seu candidato a governador, mas ele, pelas pressões e ameaças, impôs alguém vinculado como informante ao Serviço Nacional de Informações (Josué Filho), que aqui dirigiu durante muitos anos. Vendo a derrota inevitável, desespera-se porque será pessoalmente responsabilizado pelo desastre eleitoral que alargou ao impor candidato incapaz e sabidamente imaturo.

(...) O Sr. Roberto Gama e Silva diz também que tem ordens do Presidente da República para “ganhar” as eleições no Amazonas de qualquer maneira, nem que seja preciso roubar ou até mesmo matar o Professor Gilberto Mestrinho. É delírio de um paranóico, porque o Presidente da República não é desonesto e muito menos gangster assassino.

Todo esse desespero do candidato-informante ou, se preferirem, do informante-candidato do SNI e seu mentor, não impedirá que o povo amazonense, soberanamente, escolha a 15 de novembro Gilberto Mestrinho para governar o Estado porque sabe escolher o melhor. Aos empresários pedimos que não se intedem, pois a chantagem acabará depois de 15 de novembro.(A Crítica, 14/09/1982, pp.4-5)

Essa cruzada de Lucena contra o contra-almirante Gama e Silva continuaria por anos. Já eleito senador, Lucena foi processado pelo contra-almirante Gama e Silva, mas não se abateu: de sua trincheira na Tribuna do Senado Federal, continuou bombardeando o navio de Gama e Silva até que ele afundasse.

Fábio Lucena assumiu sua cadeira de senador do Amazonas em primeiro de fevereiro de 1983, disposto a uma luta sem trégua com o contra-almirante Roberto Gama e Silva.

O jornal *Correio Braziliense* publicava no dia 4/3/1983 a matéria “Sarney quer moderar tom do Plenário”. A matéria enfatizava o comportamento dos parlamentares no Plenário, com destaque para as denúncias de Fábio Lucena contra o contra-almirante Roberto Gama e Silva:

O Presidente do PDS, senador José Sarney (MA), está preocupado com o tom do debate parlamentar, que considera extremamente agressivo neste início de Legislatura. O PDS não deixará sem resposta qualquer uma das acusações feitas ao Governo, mas procurará evitar que o Parlamento seja transformado em uma “**casa de pasto**”.

Parlamentares de todos os Partidos, especialmente os mais categorizados, estavam, ontem, tensos pelos sucessivos incidentes na Câmara dos Deputados com tentativas de agressão, e o aparte do senador Fábio Lucena (PMDB, AM) sobre o almirante Roberto Gama e Silva, da Agência Central do SNI no Amazonas.

(...) No Senado, Fábio Lucena disse ontem que já respondeu a 42 processos “urdidos pelo SNI”, contudo, o SNI, não é processado pelos seus crimes. Assegurou que está em poder do General Octávio Medeiros, Chefe do SNI, prova documental de que o chefe do órgão em Manaus, Almirante Roberto Gama e Silva, “fez contrabando de automóveis, no exercício e em função do cargo, através da Zona Franca.”

Lembrou que o Almirante desembarcou em Manaus com a farda da Marinha, “que não pertence a ele porque pertence à Nação brasileira, para extorquir dinheiro dos industriais a fim de financiar a campanha que se transformou em derrocada inevitável do PDS”. Ele e Gilberto Mestrinho, eleito Governador, denunciaram o fato ao Ministro da Marinha que, em nota oficial, endossou “a idoneidade moral do ilustre oficial contrabandista, que até hoje, só tem desonrado a Marinha”.

O Presidente do Senado, Nilo Coelho (PDS-PE), foi dos que ficaram preocupados com a acusação de Fábio Lucena. Ao encontrá-lo próximo ao plenário, Nilo Coelho aconselhou-o: “Moço, tenha cuidado com o que você diz”.

Fábio Lucena, porém, retrucou que pode comprovar o que está afirmando e recordou que já mandou os documentos para o SNI.

A tarde, o líder do PDS, senador Aloysio Chaves (PDS-PE), pediu que fossem revisadas as notas taquigráficas para excluir as expressões não parlamentares. A Presidência do Senado, atendeu ao pedido do líder do PDS apesar do senador Nilo Coelho achar que todos os termos usados por Fábio Lucena eram parlamentares. (Correio Braziliense, 4/3/1983, p.8).

O combate entre Lucena e o contra-almirante Gama e Silva se intensificava progressivamente. No dia 18/3/1983, o Jornal *A Crítica* publicava a matéria “Almirante processa Fábio”. Na matéria, Gama e Silva rebatia as acusações de Lucena, acusando-o de ser um caluniador, covarde, subversivo, que confundia “liberdade com licenciosidade”. Gama e Silva afirmava que Lucena estava agredindo não só a ele, mas à Marinha do Brasil, enquanto instituição mantenedora dos poderes constitucionais:

O presidente do Grupo Executivo para a região do Baixo-Amazonas (GEBAM), contra-almirante Roberto Gama e Silva, distribuiu nota à imprensa, ontem, para comunicar que vai processar o senador Fábio Lucena, que o acusou de contrabandista de automóveis da tribuna do Senado.

A nota diz que “O desfecho do processo configurará o perfil do parlamentar, que insiste em confundir liberdade democrática com licenciosidade”, e finaliza dizendo “ficará patente que a Marinha, como instituição nacional, permanente e regular, não faz concessões àqueles que se desviam dos caminhos da honra, do caráter, da proibidade e da coragem moral. Por adotar rigidamente esses princípios é que permanece, ainda em atividade, após 35 anos de efetivo serviço”.

Gama e Silva lembra que, meses atrás, foi alvo de “ataques caluniosos” do então vereador Fábio Lucena, tendo sido defendido, na época, pelo Ministro da Marinha e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Esta foi a razão porque não contestou o vereador, que, agora, como senador eleito a 15 de novembro, voltou a acusá-lo. (A Crítica, 18/3/1983, p.5).

O contra ataque final de Lucena foi devastador. No dia 25/3/1983, Lucena subiu à tribuna do Senado Federal e proferiu seu discurso “Nas águas do contrabando”. Nele, Lucena provava com documentos que, em 1973, Roberto Gama e Silva, então capitão-de-fragata e que servia na Comissão Naval Brasileira em Washington DC, EUA, comprou, na Alemanha, um automóvel Mercedes Benz, tipo 230/6, no valor de US\$ 7.834,94, e o transportou para o Brasil sem pagar os impostos devidos. Após uma série de operações ilícitas que envolveu os DETRANS do Rio de Janeiro, Brasília e Manaus,

o automóvel foi nacionalizado e vendido por Gama e Silva à COENCIL, em dezembro de 1980. Assim pronunciava Lucena:

Em recente sessão nesta Casa, assumi a responsabilidade por uma acusação – acusei, sob inteira responsabilidade da minha parte, um oficial superior da Marinha de Guerra do Brasil, o Contra-Almirante Roberto da Gama e Silva, ex-chefe do SNI em meu Estado, Amazonas, de haver cometido crime de contrabando. Cabe-me, por conseguinte, arcar com o ônus *probandi*, com o ônus da prova.

Resta saber, em primeiro lugar, se houve calúnia, se o fato foi falsamente imputado, ou se a imputação é verdadeira (...) como fiz a denúncia neste plenário, é de meu dever apresentar os elementos materiais de prova de crime que denunciei aos Srs.Senadores. É o que passo a fazer:

PROVA DOCUMENTADA DO CRIME DE CONTRABANDO DE UM AUTOMÓVEL MARCA MERCEDES BENZ, TIPO 230/6-SEDAN, FABRICADO EM 1973, NA ALEMANHA, PRATICADO PELO CONTRA-ALMIRANTE ROBERTO DA GAMA E SILVA.

1-Roberto Gama e Silva, ainda Capitão-de-Fragata, foi nomeado pelo presidente Médici para servir na Comissão Naval Brasileira de Washington, em 14 de janeiro de 1971, conforme Diário Oficial da União (doc.nº1); em 16 de janeiro de 1974, foi exonerado (doc.nº2)

2-Em 18/10/1973, adquiriu por compra, na Alemanha, um automóvel Mercedes Benz, tipo 230/6- SEDAN, que foi transportado pelo navio “Atlantic Saga”, para 4706-Wiscounsins AV, Washington DC, USA. O carro, ano de fabricação 1973, custou DM 18.568,80 ou US\$ 7.834,94, e foi comprado diretamente do exportador alemão (doc.nº3)

3- Prova do Contrabando

“O decreto Lei 61.324/67 ampara a sua importação na Letra B, art. 3º. no dispositivo mencionado na declaração, preceitua: Art.3º Letra b:

b) “Servidores públicos civis e militares, servidores de autarquia, empresas públicas e sociedades de economia mista, que regressarem ao país, quando dispensados de qualquer função oficial de caráter permanente, exercida no exterior por mais de 2 (dois) anos ininterruptamente;” (doc.nº5).

Mas o parágrafo 9º do supramencionado Decreto esclarece:

“9º-A isenção estabelecida neste artigo estende-se ao automóvel ou barco de passeio, trazido em unidade, observada a proibição quanto a veículo cujo preço, no mercado de origem, seja superior a US\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos dólares), computados os respectivos equipamentos” (doc.nº5)

O Decreto 61.324/67 proibia, por conseguinte, a importação do carro, trazido em unidade, de valor superior a 3.500 dólares, no mercado de origem. E o Mercedes comprado pelo Contra-Almirante, na Alemanha, custou, já vimos 7.834,94 dólares, ultrapassando em mais de duas vezes o limite imposto em Lei.

O Código Penal Brasileiro, art.334, que define os crimes de contrabando ou descaminho, estabelece:

“Art.334. Importar ou exportar mercadoria proibida, ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria:

Pena- reclusão de um a quatro anos”.

O Contra-Almirante trouxe, pois, para o Brasil, isto é, importou, com isenção total de impostos, mercadoria proibida e, proibida pelo Decreto Lei 61.324/67. Logo, praticou, conforme o Art.334 do Código

Penal, Crime de Contrabando! (Diário do Congresso Nacional, 26/3/1983, pp.633-635)

Fábio Lucena conclui seu discurso dizendo:

O Excelentíssimo Senhor Ministro da Marinha declarou, pela Rede Globo de Televisão, na noite de 7 do mês em curso, que, se o denunciante provasse a denúncia aqui comprovada, ele, o Sr.Ministro, excluiria dos quadros da Armada Brasileira o atual Contra-Almirante Roberto da Gama e Silva, “Sem prejuízo das sanções penais a que estivesse sujeito”. Pelos fatos, o Exmº Sr. Procurador Geral da República ingressou, junto ao Supremo Tribunal Federal, com a ação competente para apurar a responsabilidade penal do acusador, tudo nos termos da Lei. O Senhor procurador agiu e age no estrito âmbito de sua competência legal. E o acusador apenas aguarda que o STF mande citá-lo para, em juízo, apresentar as provas que hoje está apresentando ao Senado.

Isto posto, deixo bem claro que a Marinha de Guerra do Brasil, como Instituição Nacional, está acima de qualquer suspeita e não tem nenhuma responsabilidade quanto ao ato delituoso cometido pelo Sr.Roberto da Gama e Silva. Também o Exército não sabia que o capitão Carlos Lamarca era um criminoso. Assim como Lamarca não se confunde com o Exército, Gama e Silva não se confunde com a Marinha.

Por final, a opinião pública nacional espera que o Sr.Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Maximiano da Fonseca, homem de honra e homem de palavra, cumpra a palavra empenhada no sentido de que, dentro das leis em vigor no País, seja o Sr.Roberto da Gama e Silva excluído da Marinha, “Sem prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito”.

Plenário do Senado Federal, Brasília, 25 de março de 1983-Fábio Lucena. (Diário do Congresso Nacional, 26/3/1983, pp.633-635).

As denúncias de abuso de poder, extorsão de empresários da Zona Franca de Manaus e a ingerência na política do Amazonas, praticadas pelo contra-almirante Gama e Silva, foram feitas por Lucena desde quando ainda era vereador de Manaus. Como um Dom Quixote do Amazonas, em plena Ditadura, Lucena não se intimidou por um oficial da Marinha que aterrorizava a tudo e a todos no Amazonas. No Senado Federal, continuou combatendo os desmandos do contra-almirante Gama e Silva.

Mesmo sendo processado por Gama e Silva e correndo o risco de ser processado pelo Supremo Tribunal Federal, Lucena não se abalou. Assumiu toda a responsabilidade pelas acusações ao contra-almirante e provou, com documentos, que Gama e Silva contrabandeou um automóvel quando ainda era um capitão-de-fragata, servindo na Comissão Naval Brasileira, em Washington, DC, EUA, em 1973.

Em nenhum momento, Lucena responsabilizou a Marinha de Guerra do Brasil pelos abusos de poder e atos ilícitos do contra-almirante Gama e Silva. Como ele diz:

“O Exército não sabia que o capitão Carlos Lamarca³⁴ era um criminoso. Assim como Lamarca não se confunde com o Exército, Gama e Silva não se confunde com a Marinha.”

Gilberto Mestrinho relata, na obra da escritora Iraíldes Torres, “Arquitetura do Poder: Memória de Gilberto Mestrinho”, as ações, intimidações e desmandos de Gama e Silva nas eleições de 1982:

Havia muitas ameaças. Ameaçavam todo mundo e com isso achavam que ganhariam a eleição e usaram o Josué para isso, coitado! Tentaram me matar na campanha a mando do Gama e Silva. Eu cheguei um dia a Manaus e ia para o comício das crianças na Praça São Sebastião, eram umas 14h, todo mundo no aeroporto preocupado, o pessoal da minha campanha. Aí o Fábio me chama em particular e diz: “Há uma senhora no Novotel, ela captou uma conversa cruzada de um quarto para o outro. Nessa conversa, o sujeito dizia que ele iria chegar e já tinha armado tudinho, estava preparado com as armas, e quando eu chegasse na Praça São Sebastião me pegariam”.(TORRES, 2009, pp.213-214)

Mestrinho conta sua atitude contra Gama e Silva:

Fui a Brasília e consegui uma audiência com o chefe do SNI, não sei como consegui. Conteí a ele a história do atentado e que o Gama e Silva estava por trás. Então o general do SNI disse: “Eu já estou sabendo, esse cara é um bandido, não se preocupe, esse problema eu vou receber, já toquei com o Presidente. Ele vai tomar as providências, depois lhe dou retorno.” Aí, o Figueiredo mandou chamar o Gama e Silva e ele pensava que iria ser promovido a Almirante. Pegou um

³⁴Carlos Lamarca (1937-1971) Militar e guerrilheiro. Natural do Rio de Janeiro. Sentou praça em abril de 1955, ingressando na Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre, e em 1957 transferiu-se para a Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ).

Em 1962, foi convocado para servir no contingente brasileiro integrante das Forças de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), como segundo-tenente, que ocuparam a região de Gaza em consequência do conflito egípcio-israelense. Em agosto de 1967 foi promovido a capitão.

Interessado desde 1957 por autores marxistas e responsável pela distribuição clandestina de panfletos políticos nos quartéis onde servia, somente a partir de 1968 Lamarca fez contatos importantes com as facções de esquerda que defendiam a luta armada contra o regime, como a de Carlos Marighela, da Ação Libertadora Nacional (ALN), e a de Onofre Pinto, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), surgida em 1967.

No dia 25 de janeiro de 1969, fugiu do 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna (Osasco), levando 63 fuzis FAL, dez metralhadoras INA e munição. Setenta dias depois, o então presidente da República, Artur da Costa e Silva (1967-1969), desligou Lamarca do Exército, com base no AI-5, “Por ter cometido atos de natureza desonrosa à dignidade militar, sem prejuízo das sanções penais cabíveis”.

Em maio de 1971, Lamarca deixou a VPR e se filiou ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), grupo de esquerda de origem universitária. Convencido da possibilidade de implantação de um foco guerrilheiro no campo, seguiu em junho para Buriti Cristalino (BA).

Perseguido implacavelmente pelas forças de segurança, no dia 17 de setembro de 1971, Lamarca, doente e exausto, e seu companheiro José Campos Barreto, de codinome Jessé, foram assassinados a tiros por uma patrulha de busca, perto de Pintada, no município de Iupuiara (BA), quando descansavam à sombra de uma árvore. (Disponível em www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo/verbete-biografico/lamarca-carlos-Acesso em 15/3/2017)

papel e disse: “assina”. Obrigou o Gama e Silva a pedir a reserva. Essas coisas aconteceram assim, a imprensa local era toda controlada, mas os jornais de fora falaram e foi bem divulgado. (TORRES,2009, pp.213-214)

As acusações de Lucena, comprovadas no Plenário do Senado Federal, e a atitude de Mestrinho, indo ao SNI, em Brasília, denunciar as arbitrariedades do contra-almirante Gama e Silva no Amazonas, levaram à sua exoneração pelo Presidente João Figueiredo do GEBAM e sua transferência para a reserva da Marinha em 1984.

A crise do regime militar, que desencadeou na campanha das Diretas Já!, em 1984 e na eleição de Tancredo Neves para a presidência da República, foi um processo complexo, resultante da atuação de inúmeras forças sociais. Sobretudo depois do desenlace desanimador das investigações do Caso Riocentro (1981)³⁵, o governo do presidente João Figueiredo (1979-1985) entrou numa trajetória declinante em termos de legitimidade política.

Para Thomas Skidmore (1994, pp.409-19), o presidente João Figueiredo, o último General-Presidente, embora tenha assumido o poder com o apoio de seu antecessor Ernesto Geisel, pelo qual foi nomeado chefe do SNI e com a tarefa explícita de dar continuidade ao processo de abertura política, seu período de governo constitui-se numa sucessão de crises e, principalmente após o Caso Riocentro, os analistas concordam que o general perdeu o controle do processo político.

Segundo Albertini (2003, pp.10-12), enquanto a abertura era uma ação planejada e controlada, o governo frequentemente se antecipava à emergência dos problemas políticos, reduzindo-lhes a expressão. No campo político, o aprofundamento da crise contribuiu para a perda total do controle da abertura: o regime perde o controle do processo de sua transição e este, embora se acelere, passa a ser mais turbulento e mais cheio de incertezas.

No dia 29/4/1983, Fábio Lucena pronunciava, no Senado Federal, seu discurso

³⁵No dia 30 de abril de 1981, militares tentaram colocar uma bomba no Pavilhão Riocentro, no Rio de Janeiro, onde estavam milhares de pessoas assistindo um espetáculo musical. O alvo era um show em homenagem ao Dia do Trabalho, onde se apresentavam artistas como Chico Buarque, Elba Ramalho, Gonzaguinha e Fagner. Mas a bomba explodiu dentro do carro ocupado por um sargento e um capitão. Este último ficou ferido, enquanto o sargento morreu, pois o artefato estava em seu colo na hora da explosão. O inquérito, conduzido depois do atentado, foi direcionado para que as conclusões não chegassem a descobrir nenhum dos autores nem os mandantes do atentado. Peritos foram pressionados, testemunhas foram ameaçadas, provas foram suprimidas do local do crime. Ver Elio Gaspari. A Ditadura Acabada. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2016. V.5. Maria Celin Araújo. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994. UTZERI, Fritz & ANTERO, Luiz. O Caso Riocentro. In: MOLICA, Fernando (org). 10 reportagens que abalaram a ditadura. Rio de Janeiro, Record, 2005.

“Explosão do Riocentro”, em que relembra o triste incidente ocorrido em 1981, que completava dois anos naquele momento, sem a punição devida tanto para os autores como para os mandantes do ato criminoso. Lucena se referia ao dia do atentado terrorista (30/4/1981) como o ‘Dia da Vergonha Nacional’. Assim pronunciava Lucena sobre o episódio do Riocentro:

O que me traz à tribuna, Sr. Presidente, e procurarei ser bastante breve, é o fato de que neste País existe o Dia das Mães, o Dia do Trabalho, o Dia da Criança, o Dia da Árvore e até o Dia da Mentira.

Mas amanhã, Sr. Presidente e Srs. Senadores, dia 30 de abril, é o dia da vergonha nacional. Porque faz amanhã dois anos que num parque de diversões, no Rio de Janeiro, onde se reuniam cerca de 20 mil pessoas, dentre operários, suas esposas, seus filhos, foi cometido o criminoso atentado do Riocentro (...).

Relendo hoje a coleção de jornais de há dois anos, defrontei-me uma vez mais com a famosa manchete do Jornal do Brasil, do dia 2 de maio de 1981, manchete que trazia declarações do Sr. Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel: “Essa bomba” – disse o Ministro – “explodiu dentro do Governo” (Diário do Congresso Nacional, 30/4/1983, p.1405).

Fábio Lucena, lembrando o Caso Rio Centro, destaca os efeitos políticos do atentado que completava dois anos naquele momento: ele se refere ao episódio como o “Dia da Vergonha Nacional”.

Lucena mostra sua indignação pela não descoberta da identidade dos autores e mandantes do atentado terrorista, passado dois anos do ocorrido. Para Lucena, o ato foi executado por setores radicais das Forças Armadas descontentes com o processo de abertura do regime, que acreditavam que criando o caos com seus atentados, reverteriam o processo de democratização do Brasil:

Passados dois anos, Sr. Presidente – e talvez decorram dez anos – não se sabe, não se saberá provavelmente a identidade dos autores e dos mandantes daquele atentado criminoso, daquele inqualificável delito, que tinha o firme propósito de criar condições golpistas para derrubar do poder o Sr. Presidente João Figueiredo e, em seu lugar, implantar uma ditadura de caráter militarista de direita, já que aquele atentado, a Nação inteira o sabe, foi motivado pelo inconformismo de setores radicais enquistados de Governo, inconformismo com a deflagração do processo de abertura democrática então feita pelo Sr. Presidente da República. (Diário do Congresso Nacional, 30/4/1983, p.1405)

Lucena considera incompreensível como a Justiça ainda não havia descoberto e punido os autores e os mandantes do atentado. Para ele, o atentado tinha o claro objetivo de desestabilizar o governo Figueiredo e criar condições para a perpetuação da ditadura militarista no país:

O crime hediondo continua na escuridão, apesar de o Governo ter

tantos órgãos de informação, que os tem até em demasia (...).

Foi tétrico o episódio do carro Puma, com placa fria, conduzido por um capitão e por um sargento do DOI-CODI do I Exército, no Rio de Janeiro. Causou espanto a declaração do Secretário de Segurança da época, General Moacyr, de que o Sargento Guilherme Pereira do Rosário, em cujo colo explodiu o petardo, não tinha a intenção de armar o detonador do explosivo. Ora, se o Sargento morreu, imediatamente, talvez só e somente por um processo de mediunidade é que aquela autoridade, depois de incorporar o espírito do Sargento, que provavelmente já havia entrado no inferno, só por este processo mediúnico, novo nos atos da polícia, é que aquela autoridade poderia perquirir a real intenção do Sargento.

Assim, Sr.Presidente, amanhã é o Dia da Vergonha Nacional. Enquanto os autores daquele crime monstruoso e os seus mandantes não tiverem as suas identidades reveladas, o dia 30 de abril continuará a ser o Dia da Vergonha Nacional (Diário do Congresso Nacional, 30 de abril de 1983, p.1405).

O atentado a bomba no Riocentro, foi um episódio emblemático no processo de redemocratização do Brasil. Os militares linha-dura das Forças Armadas que não aceitavam as medidas liberalizantes do governo decidiram empreender ações terroristas como forma de criar o caos e desestabilizar o governo, com objetivo de parar as medidas democráticas e retomar ao regime autocrático. Neste discurso, Lucena busca mostrar sua indignação pela não punição nem dos autores nem dos mandantes, passados dois anos do atentado. Lucena deixa a entender que a não punição dos envolvidos no atentado manchava a política nacional.

Thomas Skidmore (1994, pp.446-447) enfatiza que, o Caso Riocentro desmoralizou os militares opositoristas da abertura e os colocou na defensiva, suas ações terroristas foram contraproducentes– “o tiro saiu pela culatra”:

A explosão do Riocentro colocara os militares direitistas na defensiva. Embora eles e seu aparato repressivo de segurança não tivessem sido tocados, contudo, haviam sido neutralizados. Os atos de terrorismo pararam, como para confirmar que a direita militar resolvera aguardar melhor oportunidade. Finalmente, os militares pró-abertura estavam prontos para reafirmar sua “fé na democracia”, com isso revigorando a marcha para a redemocratização.

Para Geisa Franco (2008, pp.27-30), a década de 1980 foi um período de acentuadas mudanças no cenário internacional do ponto de vista das Relações Internacionais, atua como uma linha divisória entre duas épocas: a fase clássica da Guerra Fria para uma emergente e algo incipiente nova ordem internacional.

Segundo Franco, os “trinta anos gloriosos” que se seguiram após a Segunda Guerra Mundial, pareciam assegurar tranquilidade e prosperidade inabaláveis ao

capitalismo. Entretanto, as crises do petróleo (1973 e 1979), principal fonte de energia do planeta, provocadas pelos conflitos no Oriente Médio e pela atuação da OPEP como cartel, alteraram esse quadro.

A partir desse ponto, os Estados Unidos passam a ter uma postura econômica mais agressiva em sua política comercial como uma reação ao processo de perda da hegemonia econômica internacional.

Se no contexto da Guerra Fria, os custos econômicos de ser o patrono do livre comércio eram compensados pelos ganhos políticos e estratégicos, nas décadas seguintes esse raciocínio já não se aplicava, sendo a noção de *free trade* (comércio livre) substituída pela noção de *fair trade* (comércio justo).

No aspecto político e militar, os dois mandatos de Ronald Reagan (1979 a 1987) trouxeram uma postura mais agressiva, que buscava retomar o protagonismo mundial, após o interregno do governo Carter, de caráter mais afeito ao *soft power* (poder brando, é o poder gerado pelo convencimento, autoridade moral e legitimidade de um país, em oposição ao *hard power*, poder militar), em razão da denominada “Síndrome do Vietnã” (atribui-se essa expressão ao receio, por parte dos EUA, de praticar uma política externa intervencionista após o fracasso na Guerra do Vietnã, terminada em 1975). Assim, à revelia da ONU, intervenções armadas foram praticadas na América Central e no Afeganistão e foi iniciada a “Guerra nas Estrelas”, proposta por Reagan.

Vêm o fim da Guerra Fria e as mudanças na União Soviética no meio da década (*Perestroika e Glasnost*) e a sua derrocada, juntamente com o comunismo no Leste Europeu, ao final. Tal situação colocava os EUA em uma posição bem mais confortável para reger o sistema internacional, limitando o poder de barganha e a importância estratégica dos países do Terceiro Mundo, em especial da América Latina.

As transformações tecnológicas e organizacionais da produção reduziram grandemente a capacidade, dos países em desenvolvimento, cujas economias ainda se concentravam no setor primário, sujeito à deterioração progressiva dos preços no mercado internacional.

As consequências de tais mudanças foram, em sua maioria, nefastas para a América Latina e para o Brasil. Nesse cenário internacional, o contexto brasileiro da década de 1980 era cada vez mais propício à eclosão de descontentamentos e ao recrudescimento das pressões da opinião pública no processo de tomada de decisões, seja em questões internas ou externas.

Geisa Franco (Ibid, pp.77-78) destaca que, durante o Governo Figueiredo, diante

das estratégias econômicas, políticas e militares dos EUA na geopolítica mundial, o Brasil tinha claras posições:

Além da já conhecida resistência em apoiar a abordagem americana dos conflitos na América Central e África (sobretudo Angola) sob o prisma da Guerra Fria, e de recusar-se às pretensões de transformar o Atlântico Sul em zona de segurança, em aliança com a África do Sul, o Brasil não aderiu ao boicote às Olimpíadas de Moscou nem ao embargo de cereais contra a URSS como protesto à invasão do Afeganistão. Não que o Brasil tenha assumido uma posição aberta de confrontação, pois manteve posição de “substância”, conforme declaração do presidente, na defesa do princípio de não intervenção, em mais uma afirmação bem típica do “low profile” (sem alarde, sem publicidade), mas não achou adequado o boicote ao evento esportivo. Quanto ao embargo de cereais, manteve o mesmo tom: não aderiu, mas tampouco aumentou as cotas de exportação para suprir as necessidades soviéticas.

No dia 17 de abril de 1983, quatro cargueiros líbios, um Hércules C-130 e três Ilyushin IL 76 TD, de fabricação soviética, lotados de armas e munições foram apreendidos em Recife e em Manaus, gerando uma grave crise diplomática entre Brasil e Líbia. O *Jornal do Brasil* publicou várias matérias sobre essa crise diplomática.

No dia 19/4/1983, o *Jornal do Brasil* publicava a matéria “Defeito em C-130 retém 4 aviões líbios no Brasil”:

Quatro aviões cargueiros da Líbia estão em território brasileiro, rumo à Colômbia, com um carregamento de medicamentos, segundo comunicação feita ao Governo brasileiro.

Três aviões – modelo Ilyushin, de fabricação soviética – pernoveram em Manaus e o outro – um Hércules C-130, de fabricação americana – está ainda no Aeroporto de Guararapes, em Recife, em reparos. O Ministro Pericás descartou a possibilidade de os aviões estarem transportando armas e disse não saber informar se seguiriam para a Nicarágua. O Ministério da Aeronáutica não confirmou nem desmentiu se foi feita uma vistoria da carga dos aparelhos.

Mistério.

Os quatro aparelhos chegaram ao Recife no sábado para reabastecimento e, domingo, três deles seguiram para Manaus (...) Os aviões líbios tiveram autorização do Ministério da Aeronáutica, depois de intervenção do Ministério do Exterior, para que fossem reabastecidos e reparados. Os aparelhos levam 50 pessoas, além dos medicamentos. Segundo o Ministro Pericás, não foi comunicada a existência de armas a bordo.

Capacidade

O Hércules C-130 tem capacidade para o transporte de 20 toneladas de carga, enquanto o Ilyushin podem transportar até 40 toneladas cada um. (*Jornal do Brasil*, 19/4/1983, p.13)

No dia 20/4/1983, a história dos aviões líbios retidos no Brasil se agravava. O *Jornal do Brasil* publicava a matéria “Aviões líbios levavam armas para Nicarágua”:

Nos quatro aviões líbios que estão no Brasil, desde domingo, há armas e explosivos para a Nicarágua, e não “auxílio médico” que o Governo da Líbia informara ao pedir permissão para pousar. Além de protestar contra a “má fé” da Líbia, o Governo brasileiro decidiu ordenar o retorno dos aviões sem a carga, mas não informou se irá devolvê-la depois.

O incidente foi recebido em Washington “como uma história muito empolgante”, mas o Governo Regan não quis se manifestar antes de ouvir a Embaixada em Brasília.

A descoberta das armas – por oficiais da FAB – vem confirmar insistentemente denúncias de Washington, de que países aliados à União Soviética fornecem armas clandestinamente à Nicarágua (Jornal do Brasil, 20/4/1983, p.1).

No dia 29/4/1983, o ditador líbio, Coronel Muammar Kadhafi, acusava o Brasil de ser subserviente ao imperialismo norte-americano e hostil ao povo nicaraguense, ao apreender os aviões líbios. O governo brasileiro repudiava as acusações do ditador Kadhafi. O *Jornal do Brasil* publicava a matéria “Brasil repele acusações de Kadhafi”:

O Governo brasileiro repeliu energicamente a acusação do líder líbio, Coronel Muammar Kadhafi, divulgada pela agência oficial de notícias Líbia Jana, de que o Brasil “mostrou uma completa subserviência ao imperialismo americano e hostilidade aberta ao povo nicaraguense” ao apreender as armas dos quatro aviões líbios destinados a Manágua.

O Brasil considerou “inadmissível e inaceitáveis” as declarações de Kadhafi: Informou o porta-voz interino do Itamarati, Ricardo Carvalho. Alto funcionário do Itamarati comentou que a crise diplomática, até agora mantida sob controle, poderá desencadear uma crise política sem precedentes entre Brasil e Líbia.

Em Roma, o Governo italiano se recusou a fazer declarações sobre a intermediação da Itália no impasse dos aviões líbios.

Em Manaus, uma missão do Governo dos Estados Unidos, credenciada pelo Departamento de Estado, ficou, de domingo a terça-feira, tentando obter informações sobre o carregamento de armas e explosivos retirado dos aviões líbios.(Jornal do Brasil, 29/4/1983, p.1).

Fábio Lucena, no mesmo discurso “A Explosão do Riocentro”, de 29/4/1983, comentou o incidente diplomático entre Brasil e Líbia, em que elogiava a posição do governo brasileiro ao reter os aviões líbios carregados de armas para a Nicarágua, repudiava as acusações do ditador líbio Kadhafi, que acusava o Brasil de ser subserviente aos interesses dos Estados Unidos e criticava duramente a ditadura implantada na Líbia, comparando-a com as ditaduras mais cruéis dos regimes dos aiatolás:

(...) Diante desse horroroso episódio com os aviões líbios, apreendidos em defesa da soberania nacional nas cidades de Recife e de Manaus. É o que faço em face das agressões que o Chefe de Estado líbio, Coronel Kadhafi, dirigiu ao Governo brasileiro. Acusações levianas, grosseiras, provocativas e até insultosas que a Nação por sua

totalidade, por todos os seus segmentos sociais já as repeliu, porque não podemos aceitar de um ditador da pior categoria como é o Sr. Coronel Kadhafi agressões dessa natureza contra o governo legitimamente constituído de nosso país.

Nada temos a aprender com o governo e com o regime do Coronel Kadhafi. Ele estava em Paris, era um jovem Capitão de 25 anos de idade, em missão de caráter diplomático, e em seu país reinava uma monarquia. O famoso Capitão encontrava-se num cassino- e isso está no livro de Jean-Jacques Servan-Schreiber, “O Desafio Mundial”, quando viu, de uma só cartada, o embaixador da monarquia líbia, gastar 500 mil dólares numa partida de baralho.

Voltou-se o Coronel Kadhafi para os seus companheiros de farda e disse estas palavras: “É aqui que estes miseráveis gastam o dinheiro produzido pelo suor do meu povo escravizado”. Retornando à Líbia ele planejou o golpe, golpe bem sucedido que o levou ao poder vitalício.

Não se sabe se ele mentiu quando alegou que funcionário subalterno do seu governo havia fornecido informações mentirosas ao Governo brasileiro; não se sabe se ele mente, agora, acusar levemente o Governo do General Figueiredo de ser subserviente aos interesses do imperialismo norte-americano.

(...) não posso aceitar que um ditador, que implantou em seu país um regime de crueldade, só comparável aos regimes dos aitolás; não posso aceitar que um ditador desse jaez (sic), desse naipe, dessa laia, venha agredir o Governo brasileiro.

Como homem da Oposição, repito em meu nome pessoal e em nome do Estado que aqui represento, apresento ao Senhor Presidente da República, nesse episódio, minha total, irrestrita e incondicional solidariedade. Era o que tinha a dizer. (Muito bem!) (Diário do Congresso Nacional, 30/4/1983, p.1405)

Neste discurso inflamado, Lucena se comporta como um diplomata fervoroso defendendo a soberania brasileira. Presta apoio incondicional ao Presidente Figueiredo (o apoio incondicional de Lucena ao presidente Figueiredo, se refere a este episódio específico. Lucena era um paladino da democracia e combatia o governo Figueiredo) e se diz indignado com as acusações levianas do Coronel Kadhafi, que acusava o Brasil de ser um Estado subserviente ao imperialismo norte-americano.

Lucena afirma que a Nação brasileira não pode aceitar os insultos de um ditador “cruel, dessa categoria, desse naipe”, que transformou seu país, a Líbia, numa ditadura das mais cruéis, só comparada às ditaduras dos aitolás.

Entretanto, o incidente diplomático entre Brasil e Líbia teria seu desfecho no dia 30/4/1983, contrariando as expectativas de Lucena. O *Jornal do Brasil* publicava no dia 30/4/1983 a matéria: “Brasil devolve armas da Líbia pela Alitália”:

O Governo brasileiro contratou um Boeing 747 da empresa estatal italiana Alitália para levar de volta a Tripoli os armamentos apreendidos nos quatro aviões líbios que estão em Manaus e Recife, informou uma fonte da Presidência da República. Em Roma, o porta-voz da Chancelaria Pier Francese, confirmou a informação e explicou

que houve uma consulta aos aliados da OTAN, antes de ser dada a autorização.

O Itamarati deu um prazo até quarta-feira para que os líbios deixem o Brasil e uma fonte do Planalto revelou pressões da Líbia: ameaçou cancelar uma encomenda de 160 aviões brasileiros. (Jornal do Brasil, 30/4/1983, p.8).

Alertados, muito provavelmente, pelos norte-americanos, o Governo brasileiro resolveu verificar a carga e constatou que os cargueiros levavam armas para a Nicarágua. Mas, por pressão dos fabricantes nacionais de equipamentos militares, que temiam perder a Líbia como cliente, o incidente foi resolvido com a devolução dos aviões e suas cargas para a Líbia.

Em 1984, realizou-se a campanha pelas Diretas Já!, que se concentrou na luta pela aprovação, pelo Congresso Nacional, da Emenda Dante de Oliveira, que propunha a eleição direta para presidente da República, elaborada pelo deputado Federal pelo PMDB do Mato Grosso. Lucena se posicionou veementemente a favor da campanha “Diretas Já”, conforme pronunciamento feito no Senado mostrado a seguir.

Em Manaus, durante um comício pelas Diretas Já!, que se realizou na Praça do Congresso, o Senador Fábio Lucena condenava a atitude das autoridades que rasgavam as faixas do PC do B:

Eu não pertenço ao Partido Comunista, mas não tenho o direito de impedir que outros os integrem, porque a Constituição é clara ao assegurar o livre direito de associação. O rasgamento das faixas do PC do B, ou de qualquer outro partido, é um ato de violência insana que não deve ser tolerada sob pena de proliferar para o rasgamento da faixa da Igreja, da OAB, dos Sindicatos e até da Bandeira Brasileira (CASTRO, 2011, p.23).

A Emenda Dante de Oliveira foi votada no dia 25 de abril de 1984 pela Câmara Federal, em clima de forte tensão. No final, a Emenda obteve 298 votos a favor e 65 votos contra, 3 abstenções e 113 ausências. Os votos contrários e as ausências foram dos deputados do PDS, liderados por Paulo Maluf. Apesar de ter obtido os votos da maioria simples, a Emenda das Diretas-Já não conseguiu 2/3 dos votos necessários para sua aprovação (faltaram 22 votos). (NADAI, 1987, pp. 255-56)

Em discurso proferido no Senado Federal, um dia após a não aprovação da Emenda Dante de Oliveira, Lucena analisava e criticava o porquê da Emenda não ter sido aprovada pelo Congresso Nacional:

Ao contrário das observações que a muitos ocorreram no amanhecer deste 26 de abril, Sr. Presidente, a mim me pareceu que o povo brasileiro não acordou simplesmente enlutado, traumatizado, ou frustrado.

(...) Ontem, o que aconteceu, na realidade, foi a decretação, pelo povo brasileiro, de que não mais reconhece como governante, a governá-lo, nos termos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Governo do Presidente Figueiredo (...) como que destituiu de sua confiança, da qual já havia decaído, o cambaleante Governo do Presidente Figueiredo.

Na verdade, Sr.Presidente, teve o povo causas bastantes para adotar, ontem, o comportamento aludido. Eis o que reza a Declaração Universal dos Direitos do Homem, lida, no dia 10 de dezembro de 1948, perante a Organização das Nações Unidas:

“Art.21-III- A vontade do povo será a base da autoridade do Governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto”.

Foi com base, foi com esteio, foi com adarga nesse dispositivo, que o povo brasileiro, ontem, simbolicamente, mandou para o degredo o atual Governo. (Diário do Congresso Nacional, 27/4/1984, p.908)

Neste discurso, Lucena critica as manobras do Presidente Figueiredo para impedir que a Emenda Dante de Oliveira, que propunha as eleições diretas para presidente da República, fosse aprovada no Congresso Nacional. Segundo Lucena, o presidente Figueiredo havia enviado ao Congresso Nacional no dia 18 de abril de 1984, uma proposta de Emenda Constitucional sobre as eleições diretas para presidente. A proposta, para Lucena, foi uma manobra de Figueiredo para persuadir os congressistas da Câmara Federal a se absterem de votar na Emenda Dante de Oliveira, pois, segundo Lucena, o presidente Figueiredo sabia que a Emenda Dante seria aprovada na Câmara:

(...) Por que o Presidente da República, desprezando as propostas, as sugestões de ilustres deputados e senadores do PDS, somente agora, no mês de abril de 1984, no dia 18 deste mês, houve por bem encaminhar, a toque de caixa, proposta de emenda ao Congresso Nacional? Por quê, Sr.Presidente?

A razão em que se embasa a resposta é muito simples. O Presidente da República tinha certeza absoluta de que a proposta Dante seria aprovada na Câmara dos Deputados, e, uma vez aprovada na Câmara dos Deputados, seria referendada pelo Senado Federal. Diante daquela certeza adrede, antecipada, o Presidente da República manda a proposta para os congressistas, com a explicação cínica, Sr.Presidente, não do Presidente da República, mas cínica do Ministro da Justiça, transmitida pela televisão, de que a proposta do General Figueiredo, encaminhada ao Congresso Nacional, daria aos congressistas do PDS, que estavam dispostos a votar a Emenda Dante de Oliveira, a oportunidade de se justificarem perante os eleitores, afirmando esses congressistas, às suas bases eleitorais, que deixaram de votar a proposta Dante de Oliveira porque uma proposta mais ampla, mais substancial, mais substanciosa já se encontra em tramitação no Congresso oriunda da Presidência. (Diário do Congresso Nacional, 27/4/1984, p.908)

Lucena conclui, dizendo que a proposta do Presidente Figueiredo era

oportunista, enganosa e impregnada de má-fé evidente:

(...) Basta, Sr.Presidente, que realizadas as eleições indiretas, eleito o presidente da República pelo processo indireto, o sucessor do General Figueiredo alegue que não há condições de se fazer eleições em 1988 para Presidente da República, e que elas só terão clima propício em 1992, basta que isso aconteça, Sr.Presidente, para que essa proposta constitucional morra aqui dentro do Congresso Nacional, e aqui tenha, como coveiros, Deputados e Senadores do PDS que estejam vinculados à provável vitória do candidato presidencial, pelo processo indireto, vale dizer, pelos vinculados ao Sr.Deputado Paulo Maluf, ou pelos vinculados ao Sr.Ministro Mário David Andreazza.³⁶

É nisto, Sr.Presidente, que reside a má-fé da proposta, porque se o Governo tivesse de fato a intenção de restaurar as eleições diretas neste país, cinco anos para isso dispôs o General João Figueiredo, cinco anos. E se não o fez em cinco anos para a escolha de seu sucessor, Srs.Senadores, ele não o faria jamais no último ano do seu Governo, quando todos nós sabemos que no decorrer de 1984, o Presidente da República é mera peça decorativa no Palácio do Planalto. E sua excelência já declarou que não tem saúde para dirigir o Governo, o que é lamentável, Sr.Presidente. E já declarou, igualmente, que só se sentirá feliz no dia 16 de março de 1985, quando acordar despojado legalmente das obrigações governamentais da atualidade.(Diário do Congresso Nacional, 27/4/1984, pp.909-910)

O senador Marcondes Gadelha (PDS-PB) pede um aparte para elogiar a fala de Lucena, mas Lucena o interrompee aproveita para alfinetar o PDS:

(...) A sorte do PDS foi selada ontem, implacavelmente, nobre senador. Queira Deus que haja uma reformulação partidária, para que o povo esqueça essa sigla e se lembre dos homens que se dispuseram a votar na Emenda Dante de Oliveira, ou que declararam o seu voto por essa emenda, como os eminentes Senadores Luiz Cavalcante e João Calmon (ibid, p.909)

O senador Marcondes Gadelha questiona Lucena se ele teria alguma proposta sobre o tema em questão. Lucena se dirige ao senador Pedro Simon, presidente do PMDB, e apresenta sua proposta:

(...) Então, nobre Senador Pedro Simon, a proposta que faço questão de formular da tribuna do Senado Federal é a seguinte: como as eleições propostas pelo Presidente Figueiredo têm data marcada para 1988, e se for impossível, a única conciliação que me parece viável, que é a conciliação de transformar a proposta Figueiredo em eleições

³⁶O Partido da Frente Liberal (PFL), Partido de dissidentes do PDS, após a vitória de Paulo Maluf contra o Ministro do Interior Mário Andreazza, na convenção para escolher o candidato do Partido à Presidência da República. Apoiou a candidatura de Tancredo Neves, garantindo-lhe numericamente a vitória no Colégio Eleitoral. Na eleição realizada pelo Colégio Eleitoral (15/01/1985), Tancredo Neves (Aliança Liberal) obteve 480 votos, contra apenas 180 de Paulo Maluf (PDS), tornando-se o primeiro presidente civil a assumir o governo depois de 20 anos. Mas, um dia antes de sua posse, foi internado e veio a falecer em 21 de abril de 1985. Coube ao vice-presidente, José Sarney, assumir o cargo e iniciar a transição do autoritarismo para a democracia (NADAI, 1987, p.257. FARIA, 2010, p.299).

diretas já, em 1984, se isso for inviável – e me parece que é – então que o PMDB só dê seu consentimento, os seus votos para a proposta Figueiredo, depois das eleições de 1986, a fim de que o povo brasileiro possa punir, nas urnas de novembro, aqueles que ontem votaram contra a Emenda Dante de Oliveira e aos que se ausentaram da votação. Porque se o PMDB impedir que esta proposta seja aprovada até 1986, aqueles que votaram contra e os que de propósito se ausentaram do plenário do Congresso Nacional, esses não terão o argumento, em 1986, de dizer aos seus eleitores: “-Não, eu votei contra a Emenda Dante de Oliveira porque havia uma proposta do Presidente da República, no Congresso, propondo eleições diretas, esta proposta já foi aprovada pelo Congresso Nacional, com o meu voto e vocês, meus eleitores vão, em 1988, eleger o Presidente da República” (Diário do Congresso Nacional, 27/4/1984, p.910)

Lucena propõe então, já que a Emenda Dante de Oliveira não foi aprovada pela Câmara dos Deputados, que a proposta do presidente Figueiredo, enviada no dia 18 de abril de 1984, que Lucena considerava uma manobra do presidente Figueiredo para manipular os deputados reticentes à aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que poderiam alegar que não votaram a favor da Emenda Dante, pois havia a proposta de Figueiredo mais substancial, que se transformasse a proposta de Figueiredo em eleições diretas já em 1984, senão que o PMDB só votasse essa proposta após as eleições de 1986.

Em 1985, os professores do estado do Amazonas, que estavam há dois anos sem reajuste salarial, organizaram uma “caminhada até o Palácio Rio Negro”, sede do governo do estado, em Manaus, para dialogar, negociar com o governador Gilberto Mestrinho uma série de reivindicações da categoria, dentre elas, a instalação de um piso salarial de 3 salários mínimos (o salário mínimo, em abril de 1985, era de Cr\$ 166.560, no dia 1º de maio o presidente José Sarney anunciaria o aumento do salário mínimo para Cr\$ 333.120, um aumento de 5.82%, acima do INPC, segundo o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto). A manifestação foi duramente reprimida pela Polícia Militar do Amazonas, a mando de Mestrinho.

No dia 28/4/1985, o *Jornal do Comércio* publicava a matéria “APPAM³⁷ mantém a realização da marcha dos professores”:

“Não podemos permitir que o governo decida pelos professores”. Com essa expressão os dirigentes da Associação Profissional de Professores do Amazonas-APPAM-estão solicitando aos integrantes da categoria

³⁷ Em Manaus a Associação Profissional dos Professores do Amazonas- APPAM era o organismo fundador da organização e luta dos docentes que, juntamente, com a Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas- ADUA, era o farol que irradiava luzes às outras entidades de trabalhadores autônomas e classistas como foi o caso da Oposição Metalúrgica.(TORRES,2009, p.233)

que compareçam em massa à manifestação que o órgão promoverá amanhã, em frente ao Palácio Rio Negro, em defesa de seus direitos. Segundo o presidente da entidade, professor Aluizio Nogueira, a Associação está consciente dos problemas que o Magistério amazonense enfrenta, “Daí – disse – o nosso desejo de manter um diálogo aberto com o governo”. Os professores estiveram reunidos ontem, na Sede da APPAM, quando expressaram essa vontade e decidiram manter a realização da “Caminhada ao Palácio Rio Negro”, convocando o comparecimento de toda a categoria. Os professores não irão reivindicar apenas melhoria salarial tendo como base três salários-mínimos. Eles pretendem também, auferir percentuais diferenciados, de acordo com a qualificação de cada professor, sobre o piso salarial, além de reajuste acima do INPC e, principalmente, a incorporação do salário-giz aos aposentados. “A categoria está disposta, inclusive, a ir à Assembléia Legislativa dialogar com os deputados estaduais sobre as suas reivindicações; e se preciso for – afirma Aluizio Nogueira – iremos também ao Congresso Nacional para sermos ouvidos pelos representantes do povo”. (Jornal do Comércio, 28/4/1985, p.1)

Em carta aberta à população, a APPAM comunicava os motivos de suas reivindicações e a manutenção da “Caminhada rumo ao Palácio Rio Negro”, mesmo diante das ameaças do governador Gilberto Mestrinho, de que a Polícia Militar iria reprimir a manifestação:

(...) Nós, professores, alunos e pais de alunos, mais do que ninguém sabemos que o Governo do Estado, cada dia que passa, piora assustadoramente a qualidade do ensino oferecido ao povo. O Estado, com o dinheiro arrecadado dos impostos, não mantém a sua obrigação de oferecer um ensino de boa qualidade aos amazonenses, muitas escolas estão caindo, as salas de aula estão entupidas de alunos, falta material didático, os professores estão oprimidos e mal pagos (...) o salário de um professor, HOJE, no Estado do Amazonas, é um dos mais baixos do Brasil, o que nos obriga a aumentar a nossa jornada de trabalho, prejudicando a qualidade do ensino.

Em dezembro de 1983, os professores pediram uma audiência ao Governador para informá-lo da situação precária de ensino e reivindicar melhorias. Como resposta, foram duramente reprimidos (...) durante todo o ano de 1984, os professores solicitaram sucessivas audiências ao Governador do Estado para abrir negociações conforme o prometido e não receberam resposta. Depois de esperar quase 500 dias, já cansados e desesperados, os professores decidiram ir no dia 22 do corrente, ao Palácio Rio Negro para um diálogo franco e aberto com o Governador. Por respeito a morte do Presidente Tancredo Neves, os professores adiaram para o dia 29 de abril, segunda feira.

(...) Nós queremos apenas que o governador honre sua palavra empenhada e cumpra a promessa feita por escrito. Nós queremos dialogar. Nós queremos melhorar o ensino no Amazonas. Nós queremos um piso de 3 salários mínimos (...) é contraditório que alguém, que usa o título de professor, hostilize tanto a categoria dos professores, além da polícia, com salários de fome.

Os pais de alunos não podem admitir que o professor de seus filhos passe fome, porque um professor mal pago e subnutrido significa

baixa qualidade do ensino. (Jornal do Comércio, 28/4/1985, p.4)

Iraildes Torres descreve a atitude de Mestrinho nos conflitos políticos que enfrentou: a greve dos professores da Universidade do Amazonas e a dos professores do estado. Mestrinho afirma que:

Foi uma greve liderada pela Márcia Seroa (da Universidade do Amazonas) que foi mulher do Marcus Barros e pela Arminda Mourão, especialmente essas duas. Elas tinham intenção de me desmoralizar. Eu mandei chamá-las no Palácio e disse a elas, é o seguinte: vocês não tem razão para gostar ou não de mim, vocês podem fazer manifestação. Agora, se vocês fizerem bagunça eu também posso estar no direito de fazer. Sabem o que eu faço com vocês? Eu jogo vocês dentro de uma cela na penitenciária junto com os bandidos. Eu acabo com vocês. Elas diziam o diabo, essa Mourão acabou com o pai que era meu amigo. Eu acho que a raiva que ela tinha dele era muito grande. Então, elas iniciaram a greve junto com aquele que foi vereador, o Aloysio Nogueira. Sempre tive boa relação com o sindicato dos professores e com o sindicato dos metalúrgicos. Ah, sabe o que eu fazia com as diretoras das unidades escolares? Mandava todas para Belém, ver o Círio de Nazaré. (TORRES, 2009, p.232-233)

Mestrinho justifica seus procedimentos de intimidação e violência contra a greve dos professores do estado do Amazonas:

O grupo não queria discutir comigo, queria me desmoralizar, fazer bagunça e aquela coisa toda. Quando eu soube da história que tinha gente nossa no meio deles comentando o que eu ia fazer, não botei mais na cadeia (risos). Mas eu chamei o chefe da Casa Militar porque nesses tempos tinham chegado aqui uns cassetetes para a polícia, que tocava nas pessoas e dava choque, assustava as pessoas. Dei os cassetetes para os policiais e quando os professores chegaram para fazer a invasão ao Palácio, aquela coisa toda, o pessoal da polícia passou a usar os cassetetes. Foi um Deus nos acuda, uma correria ali para o Igarapé de Manaus. (TORRES, 2009, p.233)

Em sua reflexão do depoimento do governador Gilberto Mestrinho sobre as greves ocorridas em sua administração, Iraildes Torres afirma que:

O repensar político da sociedade brasileira nessa conjuntura histórica dos anos oitenta mobilizou não só as grandes instituições, incluindo as universidades públicas, mas também importantes setores da classe média como os advogados, jornalistas, assistentes sociais, professores do ensino fundamental e médio dentre outras categorias profissionais. Trabalhadores e setores populares caminhavam para uma redefinição de suas identidades coletivas. Mulheres aguerridas e libertárias como Arminda Mourão e Márcia Seroa eram capazes de atos de grandeza, fervores e ruptura com a ordem estabelecida no sentido de seu enfrentamento vis-à-vis. (...) Certamente, que Arminda Mourão e Márcia Seroa, não intencionavam desmoralizar Mestrinho e seu governo. Queriam,

outrossim, fazer ecoar até aos seus ouvidos as reivindicações dos professores enquanto categoria de trabalhadores politicamente organizada. Tratava-se de preclaros interesses de classe, daí a sangria desatada na extensão da luta de classes. (TORRES, 2009, pp. 233-235)

O relato do governador Mestrinho deixa claro o seu modo autoritário de governar. Para Mestrinho, ambas as greves tinham como objetivo desmoralizá-lo e não eram manifestações legítimas de trabalhadores por seus direitos. Mestrinho acusava as professoras Márcia Seroa e Arminda Mourão de liderarem o movimento na Universidade do Amazonas com objetivo explícito de atacá-lo. Sua resposta foi ameaçá-las de mandar prendê-las arbitrariamente numa cela com bandidos.

Sobre a greve dos professores do estado, Mestrinho diz que os professores não queriam dialogar, mas fazer bagunça, invadir o Palácio Rio Negro, sede do governo do estado do Amazonas. Sua atitude foi mandar a Polícia Militar reprimir violentamente os professores com cassetetes elétricos (na sua fala, ele até ri, quando diz que não iria prender os professores grevistas do estado, mas agredi-los).

O valor do salário mínimo neste momento era de 166.560 cruzeiros que foi reajustado no dia 1º de maio de 1985 para 333.120 cruzeiros. Pesquisando nos jornais da época, um carregador de um supermercado em Manaus recebia 95 mil cruzeiros/semana, um peixe tambaqui médio (um dos peixes preferidos da população amazonense) custava 80 mil cruzeiros, ou seja, o trabalhador do supermercado teria que trabalhar, praticamente uma semana para comprar um tambaqui.

Dessa forma, percebe-se que o salário dos professores era extremamente baixo neste momento. A luta dos professores era por um piso salarial de três salários mínimo, o que o governador Mestrinho afirmava que não poderia conceder à categoria.

No dia 29/4/1985, o senador Fábio Lucena pronunciava no Senado um discurso duríssimo contra a repressão sofrida pelos professores do Amazonas. Nele, Lucena fazia críticas severas ao governador Gilberto Mestrinho, que autorizou tal repressão. O discurso, deixa transparecer até um rompimento político de Lucena com Mestrinho, tal a indignação de Lucena pela violência praticada pela Polícia Militar do Amazonas contra os professores:

(...) Todos conhecem minha dedicação, por vezes até extremada ao Governador do Amazonas, Professor Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo.

A entidade representativa dos professores de 1º e 2º graus pediram uma audiência ao Governador Gilberto Mestrinho, na última quinta-feira, para tratar com S.Exª da questão salarial dos professores do meu

Estado. O Governador disse que não poderia receber a Associação dos Professores porque o Estado do Amazonas não está em condições de pagar além do que já vem pagando aos professores amazonenses. Até aí, Sr.Presidente, não entro no mérito da questão.

(...) Fui chamado a Manaus, às pressas, Sr.Presidente, e tentei, por todos os modos a meu alcance, evitar que a violência fosse consumada. Formulei um apelo público ao Governador (...) exortando, suplicando, implorando, pedindo e clamando ao Governador amazonense que se recusasse a usar a Polícia Militar, porque não foi para continuar com instrumentos de força e repressão que nós do PMDB, em memorável campanha, conquistamos o Governo amazonense, a Cadeira no Senado Federal e a metade das Cadeiras na Câmara dos Deputados.(Diário do Congresso Nacional, 30/4/1985, p.878)

Lucena descreve indignado a ação violenta da Polícia Militar contra os professores e a população:

(...) Para espanto e indignação minha, a cidade de Manaus hoje foi vitimada pelas piores cenas de violência policial de que não se tem notícia na história do meu Estado. O cassetete e a sua ladainha de violência não desceram apenas contra os professores que, ordeiramente, tentaram aproximar-se do Palácio do Governo; o cassetete, e o látigo desceram sobre jornalistas, sobre estudantes, sobre o povo curioso que, enfim, se aglomerou por entre as ruas para saber que maldição havia recaído sobre o meu sofrido Estado. (ibid, p.878)

Lucena destaca as medidas que iria tomar contra os agentes da repressão aos professores:

(...) Sr.Presidente, formalizarei amanhã expressa denúncia ao Sr.Ministro do Exército, a quem, em última instância constitucional, a Polícia Militar está subordinada, formalizarei a competente representação ao Sr.Ministro da Justiça , a fim de que S.Ex^a determine as indispensáveis sindicâncias para apurar, na órbita do Ministério Público Federal, a responsabilidade de autoridades constituídas do meu Estado, diante de incidentes tão graves e de crimes tão tenebrosos. Formalizarei, Sr.Presidente, a mais veemente denúncia ao Senhor Presidente da República, Senador José Sarney, dando conta a Sua Excelência de que, no Amazonas, os carrascos da violência, não digo que sobreviveram; os carrascos da violência vêm de ser ali instituídos pelo Governador Gilberto Mestrinho(Diário do Congresso Nacional, 30/4/1985, pp.878-880).

Lucena conclui seu pronunciamento denunciando parentes do governador Gilberto Mestrinho de atos ilícitos no Amazonas:

Nesta oportunidade, quero comunicar ao Senado que o único Estado onde existem cassinos funcionando, aviltando a dignidade da sociedade, da Constituição, da lei da Justiça, esses cassinos, Sr.Presidente, são exatamente mantidos por familiares, por irmãos do Governador do Estado do Amazonas.(Diário do Congresso Nacional, 30/4/1985, pp.878-880)

Sobre a denúncia de Fábio Lucena, de que familiares de Mestrinho possuíam cassinos em Manaus, uma atividade considerada ilegal no Brasil, em 1985, a Revista Status, uma Revista erótica da época, publicou uma reportagem de seis páginas sobre os cassinos clandestinos em Manaus, denunciando o irmão do governador Gilberto Mestrinho, Thomé de Medeiros Raposo Filho (1938-2013), o Thomé Mestrinho, como sendo o Rei dos Cassinos, vinculando-o ao jogo do bicho (o que todo mundo no Amazonas sabia) e à exploração de um cassino clandestino, o Hotel Rip, na antiga estrada do Aleixo, que era um misto de Hotel e casa de jogos. (Revista Status, edição mensal de outubro de 1985, nº135. Ver Jornal do Comércio, 9 e 10 de outubro de 1985, pp.4-5)

No dia 9/10/1985, o *Jornal do Comércio* publicava a matéria “Mestrinho diz que é vítima de chantagem”. Nela, Mestrinho contestava a reportagem da Revista Status, sobre os cassinos no Amazonas:

Se dizendo “vítima de uma tentativa de chantagem”, o governador Gilberto Mestrinho disse ontem, com relação à reportagem publicada esta semana na Revista “Status”, que é de conhecimento de todo o mundo “que o jogo em todo o país” e que no Amazonas muito antes de sua administração, já era uma prática livre em todo o Estado.

Quando indagado sobre a referida “chantagem”, o governador riu e disse que não gostaria de falar sobre o assunto. Sobre o conteúdo da reportagem, ele se limitou a acrescentar que não tem sentido e que de modo algum esse fato pode vir a interferir no seu Governo ou no trânsito político em Brasília. “É um fato sem importância e que não merece maiores considerações”, completou, laconicamente.

EDIÇÃO ESGOTADAS

Sem importância ou não, o fato é que quase todas as bancas do centro já haviam esgotado, ontem, a publicação da Revista “Status” em apenas dois dias. “Eu nunca vi uma publicação se esgotar então pouco tempo; é um verdadeiro recorde”, disse o dono de uma banca na Av. Eduardo Ribeiro. Outro dono de banca de revista revelou que a maioria dos compradores são políticos, ou pessoas de grande relevância no cenário local. “Eles param o carro ali e diante e mandam comprar; deve ser para não se comprometer”, opinou. (Jornal do Comércio, 9/10/1985, p.4)

Sobre a denúncia de Lucena e da reportagem da Revista Status, do envolvimento do irmão do Governador Gilberto Mestrinho, Thomé Mestrinho, com o jogo do bicho e a posse de cassinos no Amazonas, Mestrinho não nega a relação de seu irmão com essas atividades ilícitas. Entretanto, a justificativa dada por Mestrinho foi que o jogo era praticado em todo o país e, que não havia razão para que no Amazonas fosse diferente. Dessa forma, as atividades ilegais praticadas por seu irmão em nada afetariam a sua administração.

O presidente João Figueiredo (1979-1985), o último General-Presidente, acelerou as transformações institucionais, concedendo a anistia política, alterando a legislação partidária que garantiu maior liberdade de organização aos partidos. A reforma dos Partidos políticos visava quebrar o monopólio que o MDB exercia na oposição, fragmentando-o em inúmeros partidos e evitando, dessa forma, uma ascensão da oposição ao poder (LINHARES, 1990, p.300).

O governo Figueiredo foi pressionado por uma articulação cada vez mais corajosa das forças oposicionistas da sociedade civil, que exigiam basicamente a volta ao estado de direito, com convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, anistia política e justiça social. Por outro lado, setores mais radicais do poder, contrários à continuidade da abertura, organizavam atentados terroristas, buscando desestabilizar o próprio governo e criar condições para um retrocesso político (COSTA e MELLO, 1999, p.382)

Segundo Bolívar Lamounier (1990, p.16):

A abertura brasileira não teve nenhum marco nítido, nenhuma ruptura dramática. Ao contrário da Espanha, onde a morte de Franco impôs um corte nítido com o passado, e sobretudo da Argentina, onde a guerra das Malvinas/Falklands levou o último governo militar a um completo colapso, a descompressão brasileira não passou por conjunturas desse tipo. Ela se processou mediante um relaxamento progressivo dos controles, uma gradativa redistribuição do poder, impulsionada e monitorada pelo calendário eleitoral. Os espaços que se iam abrindo, à medida em que avançava a luta eleitoral, foram sendo ocupados pela oposição – aí compreendida tanto a oposição propriamente política como a que se convencionou chamar de “sociedade civil”. Foi, portanto, um processo implicitamente negociado, que seguramente reduziu os custos da descompressão brasileira no tocante à violência política, mas que ao mesmo tempo legou ambiguidades graves ao primeiro governo civil, dificultando a sedimentação da nova legitimidade.

Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para a presidência da República, os partidos de oposição iniciaram articulações visando abater o regime no próprio colégio eleitoral. Em junho de 1984, o senador José Sarney renunciou à presidência do PDS. Setores dissidentes desse partido articularam-se e formaram o Partido da Frente Liberal (PFL). Em julho, o PFL e o PMDB apoiaram a candidatura de Tancredo Neves (PMDB) para presidente da República e de José Sarney para vice-presidente.

O PDS escolheu Paulo Salim Maluf para candidato, derrotando o ex-ministro dos Transportes Mário Andreazza, indicado pelo presidente Figueiredo. A derrota de Andreazza resultou no apoio de mais dissidentes do PDS a Tancredo Neves. Em 15 de

janeiro de 1985, Tancredo Neves era eleito presidente da República derrotando Paulo Maluf. Bolívar Lamounier (1990, pp.16-17) destaca que:

A transição política acabou por se confundir na pessoa de Tancredo Neves, mesmo sendo eleito pelo colégio eleitoral. Morto Tancredo, coube a um político de muito menor estatura e identificado sob muitos aspectos com o precedente regime militar a tarefa de conduzir a bom porto a nascente “Nova República”. Sob tais circunstâncias, dificilmente poderia o revigoramento da legitimidade alcançar a escala necessária para sobrestar a tendência declinante dos anos anteriores. O quase zero-absoluto de legitimidade a que tinha chegado o governo Figueiredo foi assim transportado para dentro do nascente governo civil.

O governo do presidente José Sarney (1985-1990)³⁸, o primeiro presidente civil após o fim do regime militar, marca a transição do poder militar para o poder civil, do autoritarismo para a democracia. Para tanto, para garantir a volta à democracia, foi necessário elaborar uma nova Constituição. Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990, p.302) enfatiza que:

Tancredo Neves fizera um acordo com o ex-presidente Geisel e o vice-presidente Aureliano Chaves, de tomar membros do PDS como ministros, além do próprio Sarney como vice, e comprometia-se a não permitir inquéritos sobre as torturas, desaparecimentos e escândalos financeiros, bem como a impedir qualquer membro do antigo regime de ser responsabilizado pela dívida externa. Tancredo Neves é eleito Presidente do país, com o compromisso de instalar uma Assembleia Nacional Constituinte, transformando assim o seu governo na transição entre a Ditadura e a Democracia.

Infelizmente, o ex-primeiro ministro de João Goulart morreu antes de assumir o cargo, deixando para todos uma pesada herança: redemocratizar um país profundamente dividido, com desigualdades sociais gigantescas e um estado econômico calamitoso, liderado por homens de escassa experiência democrática.

Nas eleições de 1986, 2/3 do Senado será renovado, beneficiado pelo Plano Cruzado, o PMDB será o grande vitorioso. O Amazonas irá preencher duas cadeiras no Senado: Fábio Lucena e Carlos Alberto Di Carli. O Congresso eleito em 1986 ganha poderes de Assembleia Nacional Constituinte e fica responsável por elaborar a nova Constituição, que será promulgada em 1988. Aprofundaremos a conjuntura da

³⁸ Na eleição realizada pelo Colégio Eleitoral (15/01/1985), Tancredo Neves (Aliança Liberal) obteve 480 votos, contra apenas 180 de Paulo Maluf (PDS), tornando-se o primeiro presidente civil a assumir o governo depois de 20 anos. Mas, um dia antes de sua posse, foi internado e veio a falecer em 21 de abril de 1985. Coube ao vice-presidente, José Sarney, assumir o cargo e iniciar a transição do autoritarismo para a democracia (FARIA, 2010, p. 299).

instalação da Nova República e a participação de Fábio Lucena no Congresso Constituinte no capítulo III da dissertação.

CAPÍTULO III – O EPÍLOGO DE FÁBIO LUCENA

Nas eleições gerais de 1986, beneficiado pelo Plano Cruzado³⁹, o PMDB foi o grande vitorioso. No Congresso Nacional, que se tornaria Congresso Constituinte, na Câmara dos Deputados, dos 487 deputados federais eleitos, 260 eram do PMDB e no Senado Federal, dos 49 senadores eleitos, 39 eram do PMDB, num total de 72.

No Amazonas, contando com o apoio do governador Gilberto Mestrinho, foi eleito governador Amazonino Mendes (PMDB) com 270.857 votos, que tinha sido prefeito biônico de Manaus, por indicação de Mestrinho. Foram seus adversários Arthur Virgílio Neto⁴⁰ (PSB), que obteve 209.716 votos, da Coligação “Muda Amazonas”, que ficou em segundo lugar; Marcus Barros (PT) e Djalma Passos (PDS).

Para o Senado Federal, onde estavam em disputa duas vagas, elegeram-se os dois candidatos da “Aliança Democrática”, Fábio Lucena (PMDB), com 239.048 votos e Carlos Alberto Di Carli (PMDB), com 220.865 votos. Di Carli foi eleito sob suspeitas de fraude na contagem de votos, pois, o candidato do “Muda Amazonas”, Mário Frota, estava vencendo disparado até o dia anterior. Frota alega que “Foi dormir senador e acordou sem mandato”. (Jornal do Comércio, 4/12/1986, p.3)

³⁹ Plano Cruzado – Em fevereiro de 1986, sob a orientação do então ministro da Fazenda, Dilson Funaro, foi lançado esse plano de estabilização, objetivando conter a inflação e reorganizar a economia. Entre as principais medidas destacavam-se as seguintes: o cruzeiro perdia três zeros e passava a ser chamado cruzado (1000 cruzeiros=1 cruzado); todos os preços estavam congelados por um ano; os salários receberiam um abono de 8%, seriam recalculados com base na média dos últimos seis meses, mas só seriam reajustados após um ano ou quando a inflação atingisse 20%; a correção monetária foi extinta sendo substituída pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor), que remuneraria as cadernetas de poupança, as aplicações financeiras superiores a um ano, o FGTS, e o PIS-PASEP. (COSTA & MELLO, 1999, p.395)

⁴⁰ Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto (1945)- Natural de Manaus, Amazonas. Formado em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, estudou Sociologia e Política na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mas não concluiu o curso. Membro de uma dinastia política do Amazonas, seu pai, Arthur Virgílio Filho, foi senador pelo Amazonas e seu filho, Arthur Virgílio Bisneto, é deputado federal (PSDB-AM), que se constitui na quarta geração política (todos tem o mesmo nome; durante a Pesquisa ficou até difícil identificar quem era quem, pai, filho, neto e bisneto). Ingressou na carreira diplomática no Instituto Rio Branco, ocupando o cargo de Primeiro Secretário do Ministério das Relações Exteriores, em 1991. Após o Golpe Militar de 1964, atuou no Partido Comunista Brasileiro e foi líder estudantil. Ingressou na política partidária em 1978, quando se elegeu deputado federal (PMDB-AM), conseguindo reeleger-se reiteradamente, alcançando em 2002, o sufrágio eleitoral para ser conduzido ao Senado da República (PSDB-AM), quando se ombreou no pleito, a homens da estirpe do jurista José Bernardo Cabral, José Jefferson Carpinteiro Peres, o cacique Gilberto Mestrinho, entre outros. Arthur Neto foi prefeito de Manaus (1989-1993), pelo PSDB. Durante a campanha pelas “Diretas Já”, aliou-se aos grandes líderes nacionais e ajudou a eleger Tancredo Neves, no colégio eleitoral. Foi vice-líder do PMDB e do PSB na Câmara Federal e durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi nomeado Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República. Atualmente (2017) é prefeito de Manaus, Amazonas. (ANTONACCIO, 2006, pp.429-432)

Sobre o impacto do Plano Cruzado nas eleições gerais de 1986, que contribuiu para a vitória esmagadora do PMDB em todo o país, Costa e Mello (1999, pp.395-396) destacam que o Plano teve aspectos positivos e negativos para a economia. Muitos estabelecimentos comerciais iniciaram um processo de remarcação clandestina dos preços, provocando a reação dos consumidores, incentivados pela própria propaganda governamental. A população exigia a intervenção policial e, em várias ocasiões, interditava a empresa fraudadora por sua própria iniciativa. Sucederam-se tumultos e intervenção governamental em empresas, particularmente supermercados.

Alguns meses depois, muitos produtos só eram oferecidos com pagamento de “ágio” (valor cobrado acima da tabela). Os órgãos governamentais não conseguiam controlar essa prática e o congelamento rapidamente deixou de ser respeitado pelos produtores e comerciantes. O ímpeto dos primeiros dias, quando a própria população garantia o cumprimento das normas do Plano Cruzado, também sucumbiu.

Os resultados do Plano foram positivos nos primeiros meses. O poder aquisitivo das camadas populares aumentou; a extinção da correção monetária realocou parte do capital, dos setores financeiros para o produtivo; o índice de desemprego ficou abaixo dos 3%, um dos menores da história do país. Antes do final de 1986, porém, o Plano já demonstrava ter fracassado.

Bolívar Lamounier (1990, p.17) enfatiza que, no aspecto político:

(...) O impacto do Plano Cruzado inverteu subitamente a equação de legitimidade do governo Sarney, conferindo ao presidente as condições de popularidade e de iniciativa política de que ele agudamente carecia. No final de 1986, porém, já se achava totalmente configurado o fracasso do Plano. Protelando, por razões eleitorais, as correções necessárias, e implantando-as de maneira abrupta após a vitória nas urnas, o governo do presidente Sarney abriu definitivamente o flanco à ilegitimidade. Ao desapontamento propriamente econômico soma-se, dessa forma, uma grave crise de confiança, que acabou vitimando não apenas a momentânea popularidade do presidente, mas também os partidos políticos, principalmente o PMDB, que lhe davam sustentação. Este fato, teve reflexos no funcionamento do Congresso Constituinte e nas duas eleições subsequentes, a municipal de 1988 e a presidencial de 1989.

Com a eleição de Lucena em 1986, em pleno mandato, assumiu seu mandato de senador de 1982, seu primeiro suplente, Leopoldo Péres⁴¹ (PMDB) e para o novo mandato, Áureo Melo (PMDB) tornou-se seu primeiro suplente.

Neste capítulo, abordaremos a conjuntura política das eleições de 1986 e a instalação da Assembleia Nacional Constituinte responsável pela elaboração da Constituição que será promulgada em 1988. Nosso foco será a atuação de Fábio Lucena como senador constituinte.

Neste ponto da pesquisa, surgiram várias questões: Por que Lucena se candidatou novamente ao Senado Federal, já que tinha sido eleito em 1982 e ainda tinha mais quatro anos de mandato? Por que a aliança política com Carlos Alberto Di Carli, já que eram inimigos políticos e pessoais, e Lucena sempre o acusou de ser um empresário desonesto e corrupto? Por que o rompimento político e pessoal com seu grande amigo Mário Frota? Carlos Di Carli, realmente fraudou a eleição de 1986 e derrotou Mário Frota de forma escusa? Como foi a atuação parlamentar de Lucena como senador constituinte? A delicada questão do seu alcoolismo e como esse vício interferiu em suas atividades jornalísticas e políticas. Quais as causas de seu inexplicável suicídio em junho de 1987 e quais as consequências sociais e políticas de seu ato? Procuramos tentar responder a essas questões na análise da documentação coletada e nos depoimentos dos colaboradores.

⁴¹ Leopoldo Péres Sobrinho (1929)- Natural de Manaus, Amazonas. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Tabelaio, professor e jornalista, em 1950 foi nomeado diretor do Departamento de Estatística do Estado do Amazonas. Ingressou na política filiando-se ao Partido Social Progressista (PSP) em cuja legenda concorreu a uma cadeira na Assembleia Legislativa do Amazonas no pleito de 1950, tendo ficado como primeiro suplente do deputado Wilson Calmon. Foi secretário interino de governo em 1953 e também da Educação e Cultura em 1954, na gestão de Álvaro Maia (1951-1955) (seu sogro). Transferiu-se para o Partido Social Democrático (PSD) em 1954. Foi eleito deputado federal em 1962. Após o golpe militar de 1964 e a extinção dos partidos políticos pelo AI-2 em 1965 e a instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Reelegeu-se deputado federal em 1966 e 1970. Em 1979, com a extinção do bipartidarismo, filiou-se ao PMDB, sucessor do MDB na oposição ao governo militar. Em 1982, concorreu a uma cadeira ao Senado Federal, mas acabou ficando como primeiro suplente de Fábio Lucena, também do PMDB. Com a nova eleição de Lucena para o Senado em 1986 e a consequente perda do mandato de 1982, Leopoldo Péres, então, assumiu sua cadeira no Senado Federal e, por conseguinte, tornou-se senador constituinte, com a abertura da Assembleia Nacional Constituinte em 1/2/1987. Em abril de 1990, foi convidado pelo então ministro da Justiça Bernardo Cabral para chefiar a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), renunciando ao mandato de senador; permaneceu à frente dessa autarquia até março de 1991. Não mais disputou qualquer cargo eletivo. Aposentou-se em 1999. (Disponível em www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo/ acesso em 10/3/2017)

3.1. A polêmica eleição de Fábio Lucena ao Senado em 1986

A eleição de Fábio Lucena novamente ao Senado Federal em 1986 é um fato *sui generis*, obscuro, controverso e inédito em toda a história política do Brasil. Um político que se candidata a um cargo político, em pleno mandato. Tecnicamente, com sua eleição, Lucena se tornou bi-senador até 1987.

Para muitos observadores, a decisão de abandonar a legislatura foi vista como uma manobra política que visava a abertura de mais uma vaga no Senado, a ser ocupada por Gilberto Mestrinho, então governador do Amazonas, a quem Lucena era ligado politicamente. Para que isso ocorresse, seria necessária a renúncia dos suplentes Leopoldo Peres e Áureo Melo. Com a recusa de Peres, ficou inviabilizada a tentativa de tornar Mestrinho senador.

Em suas falas, na imprensa da época e no Senado Federal, Lucena alegava que os senadores eleitos em 1982 (inclusive ele) não tinham legitimidade para serem senadores constituintes. Dessa forma, ele propunha limitar o mandato dos senadores eleitos em 1982 a 4 anos, para que a Nação tivesse constituintes legítimos.

Lucena afirmava que sua renúncia ao mandato de 1982 e sua nova candidatura ao Senado em 1986 eram uma forma de se legitimar como senador constituinte. Entretanto, em artigos na imprensa da época e nas entrevistas com os colaboradores, há evidências de que sua candidatura ao Senado, em pleno mandato, foi uma estratégia do deputado federal Carlos Alberto Di Carli para tornar Mestrinho senador constituinte, com a renúncia dos suplentes de Lucena.

Em pronunciamento na tribuna do Senado Federal “Considerações a respeito da participação dos senadores eleitos em 1982 na Assembleia Nacional Constituinte”, de 7/6/1985, Lucena expunha seus argumentos sobre o que ele considerava ser um Congresso Constituinte soberano:

(...) A primeira questão é a que se relaciona com a situação dos senadores que foram eleitos em 1982, e a sua participação na Assembleia Nacional Constituinte, a ser convocada em breve, não se sabe ainda, se pelo Senhor Presidente da República, ou se pelo Senhor Presidente em conjunto com V.Ex^a, Sr. Senador José Fragelli, que é Presidente do Congresso Nacional.

Advogamos que os senadores eleitos em 1982, que compõem 1/3 do Senado e, nos quais estou incluído, devem submeter-se a um referendium para buscar, junto ao povo, poderes para participarem da Assembleia Nacional Constituinte. Outros, entendemos que os senadores eleitos em 1982, são membros natos da Assembleia Nacional Constituinte. (Diário do Congresso Nacional, 7/6/1985, pp. 1695)

Lucena enfatiza que os senadores eleitos em 1982 não são membros natos da Assembleia Nacional Constituinte nem devem se submeter a um *referendum* para se legitimarem como senadores constituintes. Lucena destaca suas propostas:

Eu, com um horizonte muito encurtado a respeito desses assuntos, encurtamento talvez motivado pelas cerrações que obstaculizam a navegação nos rios da minha região. Entendo que os senadores eleitos em 1982 não são membros natos da Assembleia Nacional Constituinte, nem devem submeter-se a referendum para buscar poderes constituintes no seio das populações dos seus respectivos Estados.

(...) Uma outra providência para tornar mais legítima a convocação da Constituinte pelo Conselho Constitucional, seria uma emenda à Constituição (...) essa emenda reduziria os mandatos dos senadores eleitos em 1982 para 4 anos. Então, a Constituinte, aí sim, partiria do zero jurídico para atingir a plenitude jurídico-institucional.

Por que não proponho a renúncia dos senadores eleitos em 1982? Porque os suplentes viriam e assumiriam as vagas decorrentes da renúncia. Logo, se queremos Constituinte soberana, autêntica, legitimamentepopular, teremos de reduzir para 4 anos os mandatos dos senadores eleitos em 1982, a começar pelo meu próprio mandato.(Diário do Congresso Nacional,7/6/1985,pp. 1695-1696)

Lucena explica as razões de sua defesa por um Congresso Constituinte legítimo:

(...) Transformar o atual Congresso Nacional em Assembleia Nacional Constituinte seria, Sr.Senador Jorge Kalume, deitar por terra todo o esforço que a Nação vem desenvolvendo para colimar, para aportar na Assembleia Constituinte, uma vez que nenhum de nós senadores, nenhum de nós deputados que compomos este Congresso nacional, recebemos poderes do povo para elaborar uma Constituição para este País.

(...) Então para que eu me torne um constituinte, igual perante a lei, terei que disputar, dentro das mesmas condições, um mandato na Constituinte (...) somente a Câmara dos Deputadosnascera sem o pecado original, que não pode ser abolido pelo batismo institucional de não ter vícios para participar da Assembleia Nacional Constituinte. Os senadores eleitos em 1982, eu inclusive, estaremos mesclados pelo pecado original, de não termos recebidos poderes para elaborar uma Constituição em nome do povo brasileiro. Então vamos eleger a Assembleia inteira, toda a Câmara dos Deputados e todo o Senado Federal. E, quem quiser ser constituinte é muito simples. Que vá para as praças públicas nos seus Estados (...) e a segunda parte da minha propositura é que os senadores a serem eleitos no próximo ano sejam eleitos para um mandato de 4 anos- mandato igual aos deputados federais que vão também participar da lavratura da Constituinte. Somente assim, a Assembleia Nacional Constituinte será igual a ela própria, isto é, será igual à soberania popular. (Diário do Congresso Nacional, 7/6/1985, pp.1695-1698)

No dia 28 de dezembro de 1986, em artigo da Folha de São Paulo “Senador contesta o poder de constituinte dado a biônicos”,(neste artigo, a Folha de São Paulo se

refere aos senadores eleitos em 1982, como biônicos, na verdade, os senadores biônicos foram nomeados em 1978, em decorrência do Pacote de Abril de 1977, estabelecido no Governo do general Ernesto Geisel), Lucena reafirmava suas ideias sobre a participação dos senadores eleitos em 1982 na Assembleia Nacional Constituinte a ser convocada em 1º de fevereiro de 1987:

No dia 1º de fevereiro próximo, os 487 deputados e 72 senadores que compõem o Congresso Nacional vão reunir-se em Congresso Constituinte para começar a elaborar a nova Constituição brasileira. Um dos parlamentares eleitos em 15 de novembro último, o senador Fábio Lucena (PMDB-AM), acha, porém, que nem todos os senadores que integrarão o Congresso têm poderes para elaborar a futura Carta. O parlamentar amazonense refere-se aos 23 senadores eleitos em 1982 que, segundo ele, foram eleitos para cuidar apenas da legislação ordinária e não para fazer uma Constituição.

Lucena afirma: “Dentre os senadores eleitos em 82, o único senador constituinte legítimo sou eu”. Ele diz que chegou a propor a limitação, em 4 anos, dos mandatos dos senadores eleitos em 82, para que “a nação pudesse eleger constituintes legítimos”.

Lucena destaca que, quando o presidente José Linhares, que substituiu Getúlio Vargas, deu poderes constituintes ao Congresso eleito no dia 2 de dezembro de 1945, o fez com base num parecer do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). “O presidente Linhares deu poderes constituintes ao Congresso com base no art.120 da Constituição de 1937, que era uma Constituição ditatorial, com base neste artigo, o presidente Getúlio Vargas fechou o próprio Congresso Nacional”, afirma.

Lucena diz ainda: “A Assembleia Nacional Constituinte que vai se instalar em 1º de fevereiro vai estabelecer seu regimento interno. Vai depender desse regimento se os senadores eleitos em 82 são ou não constituintes”. (Folha de São Paulo, 28/12/1986, p.7)

Em uma curiosa matéria do *Jornal do Brasil* de 16/2/1987 “Suplentes dependem até do humor dos efetivos”, sobre a nova eleição de Lucena ao Senado Federal e a não renúncia de seu suplente, Leopoldo Péres, o jornal levantava dúvidas se havia ou não uma manobra para que Peres renunciasse e o governador do Amazonas Gilberto Mestrinho ocupasse a vaga aberta de senador, do mandato de 1982 de Lucena:

De todas as complicações envolvendo os suplentes dos senadores, nenhuma é mais original do que a do Amazonas. É um caso intrincadíssimo envolvendo o atual governador, Gilberto Mestrinho, o senador Fábio Lucena (que ainda teria quatro anos de mandato, mas resolveu candidatar-se novamente no ano passado), e o seu suplente Leopoldo Peres. Os três teriam feito um acordo para que Peres renunciasse à suplência de senador cinco meses depois da posse, de forma a forçar a realização de uma nova eleição para o cargo. Com isso, o governador Gilberto Mestrinho poderia se candidatar e ganhar a vaga. Só que, depois de assumir Leopoldo

Peres desistiu de renunciar, dizendo que não fez nenhum acordo com Mestrinho.

“O acordo existia e havia o compromisso de ele renunciar em julho, mas parece que tomou gosto pela cadeira” – disse o senador Fábio Lucena.

“Esse acordo só existia na cabeça doente do Gilberto Mestrinho”, rebate um assessor de Leopoldo Peres.

“O problema já está superado – diz Peres – e vou exercer o meu papel de Constituinte. Não devo nada a ninguém”.

Se existe ou não o acordo, ninguém sabe. Durante a campanha eleitoral no Amazonas, isso foi abertamente comentado e Peres nunca desmentiu. Sua tática para ficar no cargo já está traçada, segundo revela o assessor, e é muito simples: “O senador vai ficar enrolando e não sai”. (Jornal do Brasil, 16/2/1987, p.7)

O Sr. Antonio Lucena fala sobre a eleição de seu pai em 1986 e os motivos que o levaram a se candidatar novamente ao Senado Federal:

Olha, tem uma razão política, lá de Brasília, e uma outra de ordem pessoal. A razão política, se liga ao fato de que meu pai defendia, lá em Brasília, da impossibilidade dos senadores eleitos em 1982, de participarem da Constituinte, ele defendeu, tem discurso gravado sobre isso. Então, ele se candidata novamente, pra obter a legitimidade para participar da Constituinte que ia ser convocada, eu acho que a justificativa política, para pular ali de um mandato para outro, foi essa. A pessoal, eu acho da afirmação como senador Constituinte. (Entrevista realizada em 4/3/2016, p.4)

Sobre a suposta negociação entre seu pai, Peres, Di Carli e Mestrinho, ele diz:

Se houve esse acordo, eu não sei. A política do meu pai era uma política muito centrada nele, egocêntrica, nós da família não tínhamos participação direta.

Eu nunca soube desse acordo, sinceramente. O que eu soube na época da adesão do Carlos Alberto Di Carli, na chapa de 1986, dito pelo meu pai, é que ele não pôde vetar a entrada do Di Carli na chapa, porque o Di Carli seria o financiador da campanha. Eu não sei, de fato, o que ocorreu nos bastidores, não sei. É nessa época que o Mário Frota rompe com meu pai, é o “Muda Amazonas”. (Entrevista realizada em 4/3/2016, pp.4-5)

O Sr. Mário Frota dá seu depoimento sobre a eleição de Lucena novamente em 1986 e sobre a negociação que teria havido para beneficiar o governador Mestrinho:

Esta história procede. Eu tava no PMDB e aí o Fábio disse: “Olha Mário, sai eu e você”. Eu tinha três mandatos de deputado federal, aquele negócio todo, ainda não se falava em Carlos Alberto Di Carli para o Senado. Logo depois, eu viria a saber que tavam trabalhando o nome do Fábio e do Di Carli para o Senado. Porra, o Fábio, nós tínhamos conversado que seria eu e ele, e aquilo me deixou muito perturbado. Eu tinha uma amizade profunda pelo Fábio, muito grande, de irmão, amizade de irmão, e quando eu descubro, não é mais... não!, o Fábio não sairia, ele apoiaria o Di Carli, sairia eu e o Di Carli, o Fábio não sairia pro Senado. Porque

o Fábio tinha um mandato até 1991; quem tinha mandato não concorreu naquela eleição, porque tinha mais quatro anos.

Nunca aconteceu isso na política brasileira. Eu descobri depois, que o jogo era o seguinte: o Mestrinho queria futuramente ocupar o Senado; bom, se o Fábio saísse pra candidato, ele se elegeria, todo mundo sabia, tinha certeza que o Fábio ia se reeleger e assumiria o Leopoldo Peres, só que o Leopoldo não assumiria a cadeira no Senado, ele renunciaria e teria que haver uma nova eleição.

Essa história, o Di Carli criou, criou, passou para o Fábio e o Fábio passou para o Mestrinho, aí o Mestrinho convenceu o Fábio a ser candidato ao Senado, aí eu fiquei de fora, me empurraram para fora, foi quando eu e o Arthur (Arthur Neto, atual prefeito de Manaus) fundamos o “Muda Amazonas”, eu deputado federal e o Arthur também. O Arthur queria sair pro governo, enfrentar o Amazonino e eu queria sair candidato ao Senado, que era meu propósito, eleição importante como aquela, porque era Senador Constituinte, fazer uma nova Constituição para o Brasil, seria uma honra para mim, não só uma honra, mas um direito meu. (Entrevista realizada em 12/01/2016, p.10)

Sobre os argumentos de Fábio Lucena, de que os senadores eleitos em 1982 não tinham legitimidade para serem senadores constituintes e que ele teria se candidatado novamente em 1986 para se legitimar como senador constituinte, Frota diz:

O problema é que eu encontro, dois dias antes da eleição, eu encontro na rua o Leopoldo Peres, ali em frente ao SESC, na Guilherme Moreira, não, Henrique Martins, Henrique Martins, por trás do Colégio Estadual. Aí, eu pergunto: “Leopoldo, é verdade, você sabe que o Fábio ganha, tudo indica que as pesquisas mostram que eu e o Fábio vencemos essa eleição (eram duas vagas para o Senado), e é verdade que você vai renunciar? O Fábio ganha, você vai pra vaga dele (Leopoldo Peres era primeiro suplente de Lucena) e aí você renuncia?”. Ele disse: “Mário, tão falando essa história, mas ninguém conversou comigo, ninguém acertou com os russos (Peres faz alusão à fala folclórica do jogador Garrinha, quando este se referia aos adversários), ninguém acertou com os russos, Mário, e eu não vou renunciar ao meu mandato, não. Se o Fábio ganhar, não tem problema, ele vai assumir o mandato dele, o novo mandato, e eu assumo, eu sou o primeiro suplente, eu assumo a cadeira no Senado, ninguém nunca falou isso comigo. Eu acho que meteram na cabeça do Mestrinho essa história e o Mestrinho deve ter aceito, porque o Mestrinho não conversou comigo. Como é que eu vou abrir mão disso? (o sonho de ser senador da República, porque ele tinha sido deputado federal no passado). Não tem cabimento isso, Mário, eu sou o primeiro suplente, eu assumo”. (Ibid, p.10)

Frota conclui sua fala, se dizendo traído por Lucena, profundamente magoado com ele, seu grande amigo:

Pô, aí, os caras inventaram essa história para o Mestrinho, meteu na cabeça do Mestrinho, olha só, que o Leopoldo ia renunciar “pelos belos olhos dele”. Essa maracutaia foi o Di Carli que criou pra ajudar o Mestrinho. Por isso, ele me empurrou pra fora, o

grande amigo dele, o companheiro de todas as horas, me ajudou é verdade, mas porra, nós fizemos de ombro a ombro, todos esses anos de ditadura, nós tavamos sempre juntos, solidários, amigos, companheiros, e eu me senti profundamente injustiçado pelo Fábio. Ele me atacou pela TV, na programação, chegou a me atacar, e ele tava tremendo, eu notei que o Fábio tava muito doente, ele tava trêmulo na TV. Não sei se era o alcoolismo que tinha avançado, mas o Fábio tava muito trêmulo.

Ele me atacou. Ele disse que eu não tinha competência para assumir o Senado. Pô, o cara sai três mandatos de deputado federal, enfrentando a ditadura, um monte de bobagens lá. No outro dia, eu esperei para falar com ele, eu não ia jamais bater no Fábio, eu gostava muito dele. Na minha opinião, ele tava sendo manipulado pelo Di Carli e pelo Mestrinho, eu não posso negar isso, ele jamais faria isso se ele não tivesse sendo manipulado. (Entrevista realizada em 12/01/2016, pp.10-11)

A eleição de Lucena ao Senado Federal em 1986, em pleno mandato, como se vê nas fontes pesquisadas, gera mais dúvidas do que certezas. Em seu pronunciamento na tribuna do Senado Federal (7/6/1985), Lucena expunha seus argumentos sobre o que ele definia como uma Constituinte soberana a ser convocada em 1987.

Lucena defendia a tese de que os senadores eleitos em 1982 (inclusive ele) não tinham legitimidade para serem senadores constituintes, logo, ele propunha que os mandatos destes fossem reduzidos em quatro anos, através de uma Emenda Constitucional, e que, os mesmos se submetessem a uma nova eleição no pleito de 1986 (o que Lucena fez).

Lucena afirmava que só a Câmara dos Deputados não nasceria com o pecado original, pois seria renovada e teria o poder de participar da Assembleia Nacional Constituinte. Ele também propunha que os senadores eleitos em 1986 tivessem um mandato de quatro anos e não oito anos, para se igualarem aos deputados federais que iriam participar da elaboração da nova Carta para o País.

Nos artigos dos jornais, Lucena dizia o mesmo, como apresentado anteriormente, com exceção da matéria do Jornal do Brasil (16/2/1987), em que ele fala sobre a não renúncia de seu suplente Leopoldo Peres, ele diz: “O acordo existia e havia o compromisso de ele renunciar em julho, mas parece que tomou gosto pela cadeira”.

Os depoimentos dos colaboradores são contraditórios. O Sr. Antonio Lucena diz que nunca soube do acordo que beneficiaria o governador Gilberto Mestrinho com a renúncia de Leopoldo Peres. Ele concorda que a justificativa dada por seu pai, ao se candidatar novamente ao Senado em 1986, para se legitimar como senador constituinte, era coerente com seu discurso.

O Sr. Mário Frota afirma categoricamente que houve sim a negociação para beneficiar o governador Mestrinho, com a renúncia de Leopoldo Peres à sua cadeira de senador, como primeiro suplente de Lucena do mandato de 1982.

Segundo Frota, esta manobra foi articulada por Carlos Alberto Di Carli em conluio com Lucena e Mestrinho. Ele destaca que falou pessoalmente com Peres, e este disse que jamais renunciaria ao seu mandato de senador e que nem Mestrinho nem ninguém falou com ele sobre isso.

Frota se sentiu traído por Lucena, profundamente magoado com ele, eles que eram grandes amigos pessoais e políticos, que lutaram contra a ditadura no Amazonas, lado a lado. Ele critica o argumento de Lucena, quando este disse que se candidatou novamente ao Senado para se tornar um senador constituinte autêntico. Para Frota, este argumento era injustificável, pois Lucena já era senador e teria seu mandato até 1991. Para ele, Lucena foi manipulado por Di Carli e Mestrinho, muito provavelmente, fragilizado pelo avanço do seu alcoolismo.

Outra questão polêmica foi a aliança política de Lucena com seu inimigo pessoal e político Carlos Alberto Di Carli. Em 1985, no Amazonas, a reedição da “Aliança Democrática” (PMDB-PFL) para disputar a primeira eleição direta para prefeito de Manaus obteve sucesso elegendo o vice-governador Manoel Ribeiro (PMDB) e o deputado Aristides Queiróz (PFL), prefeito e vice de Manaus.

Em 1986, na sucessão do governador Mestrinho, a reedição da mesma aliança política colocaria desafetos políticos no mesmo palanque. Inconformados com esta situação, Arthur Neto, Mário Frota, Felix Valois e Beth Azize, entre outros, abandonaram o PMDB e se filiaram ao PSB. Outros membros do PDS, como Raimundo Parente, José Fernandes, Amine Daou e Serafim Corrêa, também abandonaram o partido e se filiaram ao PDT.

Gilberto Mestrinho “escolheu a dedo” os candidatos da “Aliança Democrática” para governar o estado: Amazonino Mendes (PMDB), governador e Vivaldo Frota (PFL), vice-governador. Para as duas vagas de Senador, Carlos Alberto Di Carli (PMDB), que tinha sido o deputado federal mais bem votado do PMDB (e era o financiador da campanha) em 1982 e Fábio Lucena que disputaria novamente, em pleno mandato, a outra vaga.

Arthur Neto do “Muda Amazonas” (PSB-PDT) enfrentaria a coligação “Aliança Democrática”, com ele candidato a governador e o economista Serafim Corrêa como vice. Para o Senado, se candidatariam Mário Frota (PSB) e Raimundo Parente (PDT).

Ao permanecer na coligação “Aliança Democrática”, se por fidelidade partidária ou por lealdade a Mestrinho, Lucena teria que dividir o palanque com Di Carli.

A princípio, Mestrinho se candidataria ao Senado pelo PMDB. Como era o governador do estado do Amazonas, haveria um mandato-tampão com seu afastamento para disputar a eleição. Havia dúvidas se com seu afastamento haveria uma eleição direta ou indireta (pela Assembleia Legislativa do Estado). Mestrinho apostava numa eleição indireta, pois poderia indicar um político de sua confiança e, com a Assembleia Legislativa subserviente ao seu poder, o nome por ele indicado seria confirmado.

No dia 01/05/1986, o *Jornal do Comércio* publicava a matéria “Mandato-Tampão com força total”:

O parecer do procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, no sentido de que cada Estado deve preencher os cargos de governador e vice-governador de acordo com o que determinam as respectivas constituições, poderá resultar em uma nova mudança no quadro político amazonense. Se o STF acolher a opinião, o governador Gilberto Mestrinho – querendo – poderá ser candidato ao Senado e indicar Mário Antonio Sussman para o mandato-tampão, já que a Constituição do Amazonas determina eleição indireta, sendo omissa apenas quanto ao procedimento a ser seguido.

Um dos argumentos usados por Mestrinho para retirar sua candidatura ao Senado, foi o de que teria de haver eleição direta para a escolha do seu substituto. Lançou, então, imediatamente, o senador Fábio Lucena como companheiro de chapa de Carlos Alberto Di Carli. (*Jornal do Comércio*, 01/05/1986, p.2)

Entretanto, mesmo com a decisão do STF, confirmando o parecer do procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, Mestrinho decidiu não sair candidato ao Senado, permanecendo no comando do governo do Amazonas. O *Jornal do Comércio* noticiava no dia 11/5/1986 “Mestrinho não é candidato” os motivos da decisão de Mestrinho:

Mestrinho não será definitivamente candidato ao Senado. Ontem, ele reafirmou que não se afastará do Governo e que vai cumprir seu mandato até o fim, alegando principalmente o fato de Mário Antonio Sussmann, nome de sua preferência, não poder ser eleito governador-tampão por não ter se desincompatibilizado a tempo da Secretaria de Planejamento.

O governador Gilberto Mestrinho garantiu que o quadro sucessório não muda no Amazonas, apesar da confirmação do Tribunal Superior de que os ‘governadores-tampão’ poderiam ser eleitos de acordo com as constituições estaduais, o que no Amazonas representaria eleição indireta através dos votos dos deputados com assento na Assembleia Legislativa.

Com a decisão do governador Mestrinho em permanecer no Palácio Rio Negro, será mantida a candidatura ao Senado do atual

senador Fábio Lucena deixando de figurar como candidato a ‘tampão’ o ex-secretário Antonio Sussmann, que segundo informações do próprio governador não se afastou da Secretaria de Planejamento em tempo hábil. (Jornal do Comércio, 11/5/1986, p.3)

A decisão de Mestrinho de não disputar a eleição para o Senado e confirmar Lucena como o candidato da “Aliança Democrática” ao lado de Di Carli é controversa. Mestrinho alegava que seu candidato para governador-tampão, Antonio Sussmann, secretário de Planejamento, não se desincompatibilizou a tempo da Secretaria de Planejamento. Entretanto, os motivos devem ter sido os que evidenciamos: com a eleição de Lucena e a renúncia de Peres, Mestrinho se candidataria na vaga aberta, do mandato de 1982 de Lucena. Mestrinho, provavelmente, temia perder a eleição para Mário Frota.

O *Jornal do Comércio* publicava no dia 9/5/1986, a matéria “Mário Frota ingressa no Partido Socialista”, nela, Frota esclarecia os motivos de sua saída do PMDB, apesar dos apelos do senador Fábio Lucena, presidente regional do Partido no Amazonas, para que ele permanecesse no PMDB. Frota afirmava que estava profundamente magoado e sentia-se traído pelo Partido e por Lucena, também se disse surpreso com a indicação de Lucena ao Senado por Gilberto Mestrinho:

O deputado Mário Frota, antes de viajar a Brasília, confirmou para hoje a sua saída do PMDB (partido que ele ajudou a fundar no Amazonas) e seu ingresso no Partido Socialista Brasileiro (PSB), acompanhando a trajetória do seu companheiro de Congresso, Arthur Neto, candidato ao Governo do Estado. Apesar dos dramáticos apelos formulados pelo senador Fábio Lucena, presidente regional do partido, Mário Frota está irredutível e garante que não existem as mínimas condições para ele continuar no PMDB, um Partido que, segundo ele, “acabou no Amazonas”. (...) a grande tendência é que saia candidato ao Senado, preenchendo as vagas das oposições ao lado do senador Raimundo Parente, candidato a candidato pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). (Jornal do Comércio, 9/5/1986, p.3)

Neste comunicado, Frota afirma que sua saída do PMDB ocorreu pelas injustiças sofridas no interior do partido e diz que, apesar de ser amigo de Fábio Lucena, não permaneceria no partido. Frota se diz surpreso com a candidatura de Lucena ao Senado novamente, já que ele ainda possuía mais quatro anos de mandato:

AMIZADE E POLÍTICA

Demonstrando mágoa por tudo o que passou ultimamente no partido, sendo muitas vezes preterido dentro da agremiação, José

Mário Frota voltou a falar sobre o apelo que lhe foi formulado pelo senador Fábio Lucena, objetivando a sua permanência no PMDB. “Realmente, não existe a mínima condição. Gosto do senador Fábio Lucena, eu até diria que sou amigo dele, mas não costumo misturar amizade com política”.

Mário Frota deixou bem claro que nem o PMDB nem o senador Fábio Lucena têm condições morais de lhe exigir alguma coisa. “O grande traído em toda essa história fui eu – disse o deputado. Foi o partido que faltou com respeito a mim e me enganou, não eu ao PMDB (...) eu sempre levei a pior com as pernadas que o PMDB no Amazonas tentava aplicar, por isso afirmo que eles não têm moral para me exigir mais fidelidade ao Partido”.

NÃO ENTENDE

Mário Frota, que há muito vinha trabalhando a sua candidatura ao Senado, dizendo que só abriria mão para a candidatura do governador Gilberto Mestrinho, como o fez, não aceitou a indicação da candidatura do senador Fábio Lucena. (Jornal do Comércio, 9/5/1986, p.3)

Arthur Neto, candidato do PSB ao governo do Amazonas, saudava a entrada de Mário Frota no PSB e dizia o porquê de Mestrinho ter desistido da candidatura ao Senado. Em matéria do *Jornal do Comércio* de 10/5/1986, Arthur Neto dizia:

Saudando o deputado Mário Frota e os novos filiados ao PSB, Arthur Neto se solidarizou como seu velho companheiro de Congresso, Mário Frota, por ter se reencontrado politicamente com as sua origens e reafirmou que a sua campanha sem sua participação não estaria completa e talvez nem fosse possível.

Arthur frisou que Gilberto Mestrinho desistiu da candidatura ao Senado com medo de perder para os candidatos das oposições, Mário Frota e senador Raimundo Parente. (Jornal do Comércio, 10/5/1986, p.3)

Retomando a questão da polêmica sobre a possível renúncia de Leopoldo Peres com a vitória de Lucena para o Senado em 1986, para beneficiar o governador Mestrinho numa eleição suplementar, o *Jornal do Comércio* publicava uma entrevista com o governador Gilberto Mestrinho no dia 15/12/1986 (com o resultado das eleições já definido e Lucena e Di Carli já eleitos senadores). Nela, Mestrinho dizia que sairia candidato ao Senado com a renúncia de Peres:

Gilberto, só um até breve

Apresentado como o “maior líder político da Amazônia” (arranjo feito por sua assessoria), o governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, 58 anos, prepara-se para abandonar o Palácio Rio Negro, deixando em seu lugar o sucessor que quis, Amazonino Mendes.

O Governo tem hoje a maioria absoluta na Assembleia Legislativa (18 contra seis), o PMDB fez onze deputados e o PFL sete. “Mestrinho elegeu quem quis”, afirmam assessores do governador. A única exceção dessa regra parece ter sido a eleição da deputada Beth Azize (PSB) que o define como “reizinho” e promete

denunciar na Câmara Federal “as corrupções feitas pelo atual governo”.

Gilberto ri da promessa e prefere anunciar que será senador da República. Nem ele, nem seus seguidores falam, na condição de candidato, pela qual o governador terá que passar para chegar ao Senado. “Se houver eleições para o Senado, eu serei Senador”, garante Mestrinho. O temor de que o primeiro suplente Leopoldo Peres Sobrinho – que assumirá os quatro anos complementares do mandato de Fábio Lucena, reeleito – não renuncie, se existe é disfarçado com perfeição. “Ele renunciará” afirma Mestrinho. (Jornal do Comércio, 15/12/1986, p.3)

Neste ponto, a fala de Gilberto Mestrinho, de certa forma, corrobora as suspeitas da articulação entre Di Carli, Lucena e Mestrinho para torná-lo senador constituinte com a renúncia de Peres, após a eleição de Lucena. Em maio de 1986, Mestrinho abriu mão de sua candidatura ao Senado em favor de Lucena, agora, em dezembro, já com Lucena eleito novamente senador, ele só aguarda a renúncia de Peres para se candidatar, como ele diz sobre Peres: “Ele renunciará”.

Sobre a polêmica aproximação de Lucena com Di Carli e sua aliança política na coligação “Aliança Democrática”, em que os dois disputariam as duas vagas para o Senado e dividiriam o palanque durante a campanha, era uma situação inusitada, já que Lucena e Di Carli eram inimigos pessoais e políticos há anos, pode-se dizer que essa aliança surpreendeu a muitos no Amazonas. O Sr. Mário Frota dá seu depoimento sobre esta estranha aliança política:

Olha, quando começou a campanha de 1986, de 1982, aliás, nós trabalhamos juntos, e aí, o Mestrinho lança o Di Carli pra chapa, pra deputado federal, e é candidato em 1982. Eu fiz uma boa amizade com o Arthur (Arthur Neto), queria, inclusive, protegê-lo, porque eu sabia que seria um dos mais votados, se não fosse o Di Carli, eu seria um dos mais votados. Eu achava que o Arthur era um rapaz que prometia muito; jovem, probo. Bem, aí, nós fomos fazer um comício lá em Autazes, o primeiro comício, foi num barco, aí eu chamei o Fábio num canto e disse: “Fábio, tu sabe da amizade que eu tenho por ti, você não pode esquecer o que você escreveu contra o Di Carli, foi coisas pesadíssimas, como é que você vai aparecer agora no palanque ao lado dele?” Era o nosso grande comício lá na sede de Autazes.

O Fábio disse: “Eu não vou, se esse cidadão estiver no palanque, eu não falo. Eu só falo se ele não estiver no palanque”. Aí, o Di Carli foi lá e subiu no palanque, e ele não falou mesmo, ele não falou, falou o Mestrinho, eu falei e ele ficou lá, na dele, ficou amuado. Não havia clima, clima pra ele falar ao lado do Di Carli. Ele tinha que falar o nome do cara, era candidato majoritário ao Senado, ele tinha que falar o nome do Di Carli, e o Di Carli, tinha que falar o nome dele. Ele desceu, depois foi embora, muito bravo, pra barca, meio chateado. (Entrevista realizada em 12/1/2016, p.12)

Lucena estava insatisfeito com esta situação na campanha de 1982, de ter que subir no palanque com Di Carli, mas Frota insiste com Lucena que ele teria que, de alguma forma, encontrar um meio de contornar esta situação:

Aí eu falei: “Fábio, como é que tu vai administrar isso? Tu tivesse o primeiro problema agora no comício, como é que tu vai administrar esse problema? A presença do Di Carli na tua campanha, depois de tudo o que tu falou dele?”. Ele falou: “Pois é Mário, uma coisa muito complicada, não tá certo isso”. Bem, aí nós fizemos uma viagem para o Alto Solimões, nós descemos até Tabatinga, o barco foi, era o Piraíba, aí o barco subiu e foi nos pegar no Alto Solimões, fomos de avião, e aí no avião, fui eu, Fábio, o Gilberto e o Di Carli. Um Boeing, aquele avião internacional que ia até Iquitos, no Peru. Aí, entramos no barco, eu fiquei no mesmo camarote que o Fábio, eu falei: “Fábio, como é que é cara, o que tu vai fazer agora, nós vamos fazer uma série de comícios até Manaus, cada município desse é um comício?” Ele disse: “Mário, eu vou falar, né. Eu tenho que falar. Deixa ele pra lá, eu falo.” (Entrevista realizada no dia 12/1/2016, p.12)

Durante a viagem de avião até o Alto Solimões, Frota ficou surpreso quando percebeu uma aproximação entre Lucena e Di Carli:

Mas depois, eu comecei a perceber uma certa aproximação, o Di Carli é um cara muito envolvente. Eu comecei a notar uma aproximação muito forte entre os dois, e lá pelas tantas, já tavam bebendo juntos, tomando wisky juntos, conversando normalmente. Aí, eu digo, vai haver um abalo moral pro Fábio nessa história, não vai ficar bem pra ele, pras elites, o povão nem chega lá essas informações, mas pras elites sim, isso é ruim pra imagem do Fábio. E aí nos comícios, ele começou a falar o nome do Di Carli: “Porque Di Carli é candidato, Carlos Alberto Di Carli é candidato, Mário Frota é meu irmão, é candidato, Arthur é candidato”. Ele não tinha como não falar, esse que era o problema, mas ele podia ter colocado um certo freio no Di Carli. (Entrevista realizada em 12/1/2016, p.13)

Carlos Alberto Di Carli entrou na política partidária amazonense devido a seu capital econômico, tornando-se braço direito do governador Mestrinho e financiador das campanhas tanto de 1982 como da de 1986. Como empresário, um cargo político facilitaria seu acesso a obras públicas, linhas de crédito em bancos oficiais e muito mais, com um mandato político o “céu era o limite”. Sobre o papel de Di Carli nas eleições, Frota diz:

Pois é, o Di Carli, na minha opinião, entrou porque o Gilberto precisava de alguém com dinheiro ao lado dele, recursos, e ele tinha muitos recursos, tinha muito dinheiro, foi o candidato que tinha dinheiro na campanha. Ele até tentou me ajudar. Nessa viagem que a gente tava descendo o Solimões, ele me chamou e disse: “Mário, eu queria te ajudar com os cartazes, com a

propaganda, pagar sua propaganda”. Eu falei: “Olha, Di Carli, veja bem, pra mim é muito complicado, eu sou deputado federal e eu acho que eu tenho minha reeleição garantida (1982), se você tiver de apoiar, apoia o Arthur, apoia outros colegas aí, apoia o Randolpho, que era candidato, mas eu não preciso, eu tenho um dinheirinho aí, eu tenho o meu salário de deputado federal, mando fazer a minha propaganda, não se preocupa comigo não”. (Entrevista realizada em 12/1/1986, p.14)

Carlos Di Carli quis financiar a campanha de Mário Frota, mas ele diz que não aceitou, Frota diz que seus princípios e valores morais o impediram de ser subornado por Di Carli:

Não seria uma coisa muito agradável para mim, porque eu era deputado federal, ele podia dizer depois que me elegeu: “Olha, se elegeu porque eu ajudei”. Não me elegeu coisa nenhuma, fiquei na minha, não aceitei. Eu tenho meu nome, eu tenho condições de me eleger. Eu não podia aceitar, não seria ético da minha parte. Bem, ele apoiou outros candidatos, deu muita propaganda pra muita gente, pra mim não, eu não aceitei, porque não ficava bem pra mim. (Entrevista realizada em 12/1/2016, p.14)

A aproximação de Lucena com Di Carli prejudicou Frota, para ele, Lucena estava manchando sua reputação com esta aliança política:

E o Di Carli mandou fazer a propaganda com muito dinheiro, ele era o capitalista do grupo, mandou fazer cartaz: Ele, o Gilberto e o Fábio, era a trindade da campanha. Eu fui colocado no terceiro escalão, me jogaram pra fora da campanha, eu era o único deputado federal do grupo com mandato, eu fiquei numa posição muito difícil. O meu pessoal não tinha nada contra o Di Carli, quem tinha era o Fábio, mas eu ficava constrangido em ver que o Fábio tava colocando em risco a reputação dele. Se o Di Carli era tudo aquilo que ele disse no passado, ele não era mais agora? Aquilo me afligia, fazia doer o coração. Eu fiquei tão chateado. (Entrevista realizada em 12/1/2016, p.13)

O Sr. Antonio Lucena fala sobre a aproximação e aliança política de seu pai com Di Carli. Para ele, foi uma aliança política que seu pai não tinha como contornar, Di Carli era o financiador da campanha, não havia vínculo pessoal entre eles, apesar de que essa aliança comprometeu o capital político de seu pai:

Olha, o Di Carli era o financiador da campanha do Gilberto. Foi uma incoerência política completa do meu pai, essa aproximação com o Di Carli, acho que até ele sabia disso. Tanto ele sabia disso que em 1986, por exemplo, ele não fez campanha na capital, ele venceu no interior, na capital ele perdeu. Ele não fez nenhum comício na capital, tal o impacto negativo daquela associação dele com o Di Carli. Quem venceu na capital foi o Mário Frota pro Senado, o meu pai, foi o segundo na capital, e foi o primeiro no interior em 1986. Ele centralizou a campanha dele toda no interior. Ele era um estrategista, ele não tinha vinculação pessoal com o Di

Carli, a vinculação era política, por questão de campanha mesmo. Essa vinculação deles ficou muito mal vista aqui na capital. O Mário dormiu senador e acordou derrotado. (Entrevista realizada em 4/3/2016, p.5)

Carlos Alberto Di Carli (PMDB) foi eleito senador em 1986, na Coligação “Aliança Democrática”, liderada pelo governador Gilberto Mestrinho, com 220.865 votos, ao lado de Fábio Lucena (PMDB), com 239.048 votos. Mário Frota (PSB), da Coligação “Muda Amazonas”, obteve 199.084 votos, ficando em terceiro lugar para o Senado. (Jornal do Comércio, 4/12/1986, p.3)

Havia suspeitas de que Carlos Di Carli teria fraudado a eleição, comprando votos no interior do estado, corrompido juízes e mesários durante a eleição para se eleger. A população do Amazonas e, principalmente, da capital Manaus, ficou estarelecida com a vitória de Di Carli e a derrota de Mário Frota, pois, dias antes do resultado final das eleições, Frota e Lucena lideravam disparados na contagem de votos.

Entretanto, para surpresa de todos os eleitores, Di Carli ultrapassou Frota e se elegeu senador. Em todos os cantos de Manaus, todos diziam que tinha havido fraude, “maracutaia”, que Frota havia sido “roubado” naquela eleição. A Coligação “Muda Amazonas”, denunciou a fraude, principalmente Mário Frota: recorreram ao TRE, foram a Brasília, mas sem sucesso. Destaco algumas reportagens do *Jornal do Comércio* que evidenciam a suposta fraude na eleição para o Senado no Amazonas.

No dia 24/11/1986, o *Jornal do Comércio* publicava denúncias de fraude na eleição em Manaus com o título “Outras Acusações”:

O TRE não anda em busca de provas, mas as acusações de suborno continuam violentas. São denúncias que surgiram no Nacional Futebol Clube, de que, por exemplo, votos do deputado Mário Frota estariam sendo colocados para o candidato Raimundo Parente, já derrotado, e que votos do senador Fábio Lucena estariam sendo desviados para Carlos Alberto Di Carli, já derrotado também. O crescimento repentino da candidatura Di Carli pode ser atribuído a esses desvios, segundo algumas fontes no Nacional, que no entanto, evitam a identificação para evitar problemas. Nesse caso, só mesmo uma recontagem de votos esclareceria a questão, o que, se depender do TRE, não vai acontecer. (Jornal do Comércio, 24/11/1986, p.3)

No dia 29/11/1986, Mário Frota subia à Tribuna da Câmara Federal e fazia um pronunciamento duríssimo contra Carlos Alberto Di Carli, acusando-o de fraudar a eleição no Amazonas e “roubar” sua cadeira de senador:

APELO A ULYSSES

“Estou sendo roubado na minha cadeira de senador”, bradou, na Câmara, em Brasília, indignado, o deputado Mário Frota (PSB-AM). Fazendo apelo ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, para não permitir que isso aconteça, sob a égide da nova República.

Frota estava virtualmente eleito, quando então começou a ver esvaziar-se a sua vitória em favor do candidato oficial Carlos Alberto Di Carli. “O Sr. Mestrinho – assinalou – quer entregar minha cadeira no Senado a um apaniguado seu, contumaz frequentador dos inquéritos policiais e processos judiciais. Os senadores são chamados de “Pais da Pátria”. Que pai da Pátria será esse Carlos Alberto Di Carli, que já foi processado e punido com um ano e três meses de reclusão por crime de estelionato? Merece a Casa onde se sentou Rui Barbosa tamanha afronta?”

Segundo Mário Frota, as fraudes mais escandalosas estão sendo feitas na apuração dos votos, em seu Estado, com a conivência da Justiça Eleitoral local.(Jornal do Comércio, 29/11/1986, p.3)

Sobre as denúncias de omissão do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas quanto às acusações de fraude na eleição, vários membros do TRE se disseram indignados e iriam representar criminalmente contra os deputados Mário Frota e Arthur Neto por calúnia e difamação. No dia 2/12/1986, o *Jornal do Comércio* publicava a fala do corregedor do TRE, Carlos Henriques, contra Arthur Neto e Mário Frota:

O juiz corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, Carlos Henriques Pinheiro, dará entrada, até o final desta semana, a uma representação criminal contra os deputados federais Arthur Virgílio Neto e Mário Frota. Carlos Henriques diz que quer ver os dois deputados provando que o TRE foi omisso diante de virtuais irregularidades eleitorais, mas não quis comentar o processo eleitoral no Amazonas.

Ele disse também que acabou como um dos principais prejudicados frente às denúncias dos dois deputados federais, pela quantidade de insultos que recebeu. Carlos Henriques acusou ainda Mário Frota e Arthur Virgílio Neto de imaturos, “O que me deixa muito triste, porque tenho certeza de que não foi essa educação que receberam”. (Jornal do Comércio, 2/12/1986, p.1)

Em entrevista, o Sr. Mário Frota comenta as eleições no Amazonas e relata como ele perdeu a eleição para o Senado para Carlos Di Carli:

Em 1986, foi o seguinte: até o terceiro dia eu estava na frente, os dois na apuração (Lucena e Frota) disparado. Aí tivemos uma conversa com o Sarney, eu e o Arthur, tavamos no PSB pra enfrentar o Mestrinho. Votamos no Tancredo e deu Sarney, e ficou, o Arthur tinha uma boa amizade com o Sarney e ele era senador e eu deputado, não era meu inimigo não, fomos lá conversar com ele, e dissemos pra ele: “Olha, Presidente, vamos voltar pra nossa casa e pro PSB, agora temos que usar o Partido pra enfrentar o Mestrinho”. Ele disse: “não, eu entendo isso e pá, pá...”. Bem, aí vem a eleição, dois dias depois da eleição, os jornais, todos do Sul,

dizendo que eu tava eleito, a Folha de São Paulo apresentava eu como eleito pelo PSB: “O senador do Amazonas pelo PSB”, Mário Frota não sei o que. Aí meu telefone toca, era o Marco Maciel, era chefe da Casa Civil do Sarney, e foi meu colega, depois foi vice do Fernando Henrique. “Mário, é o Marco Maciel que tá falando, o Presidente quer falar com você”. Eu pensei, tá brincando? Ele passou, reconheci a voz do Sarney. “Meus parabéns senador, o senhor está eleito. Eu tô acompanhando aqui a eleição pelos jornais do sul do Brasil, todos dão meu amigo Mário Frota como senador eleito pelo Amazonas”. Eu disse: “Presidente, eu não estou eleito, eu quero ver a última urna ser aberta, eu estou num estado que o boto vota, boto vira canoa do caboclo, tira a urna da canoa, sabe da história do boto que vota (Frota ironiza nessa passagem, em referência ao governador Mestrinho, conhecido no Amazonas como “Boto Navegador”) eu não sei ainda, eu preciso ver a última urna ser aberta. O Sarney disse: “Não, você tá eleito”. Eu disse: “Vamos deixar pra comemorar depois, não vamos comemorar agora não, mas eu peço a Deus que eu saia bem”.(Entrevista realizada em 12/1/2016, p.15)

Nesta passagem, Frota esclarece como ele ficou surpreso em não ter sido eleito, numa eleição praticamente ganha, até recebeu um telefonema do presidente José Sarney o parabenizando, mas ele ainda se mantinha cauteloso e aguardava o resultado final da eleição. Frota ironiza a situação quando diz “no Amazonas boto vota, vira a canoa do caboclo, tira a urna da canoa...”, Frota se refere a alcunha com que o governador Gilberto Mestrinho ficou conhecido no Amazonas de “Boto Navegador”. Segundo a lenda amazônica, o boto (peixe) se transforma em um belo homem, seduz as mocinhas caboclas do interior e as engravida. O governador Mestrinho ficou conhecido, não por engravidar as mocinhas caboclas, mas por “engravidar” as urnas do interior com cédulas a seu favor, daí o apelido de “Boto Navegador”.

Mário Frota continua seu relato sobre os acontecimentos seguintes da eleição de 1986:

Quando foi no outro dia, no terceiro dia, eu disparado na frente, quando foi 3h, 2h da tarde, o Arthur me telefona: “Mário, estou passando aí pra pegar você, eu tô com o Valois (advogado Felix Valois) aqui no carro, eu estou passando aí pra irmos ao Tribunal”. O Tribunal era na rua José Clemente, ali ao lado do Teatro do Amazonas. “Você não sabe o que tá acontecendo, não? O que tá acontecendo é o seguinte: foi suspensa a apuração, só vai reabrir a apuração amanhã às 8h da manhã, é um mistério, Mário”. Até porque a lei diz que abre às 8h até tantas horas, começa às 7h e vai até às 7h da noite, a lei é muito clara, hora de abrir e hora de fechar. O Arthur diz: “Mário, roubaram a minha eleição e vão roubar a tua hoje, vão roubar a tua hoje”.

O Mestrinho tava por trás disso, porque o Di Carli não tinha o poder que o Mestrinho tinha, quem tinha o poder era o Mestrinho (...) as urnas foram violadas, mudaram o mapeamento e jogaram

pesado, saíram dois aviões de Manaus com dinheiro pra comprar votos no interior, dois desses aviões pequenos. Foi, eu sei de toda a história.(Entrevista realizada em 12/1/2016, pp.15-16)

Frota destaca os incidentes que ocorreram no Palácio Rio Negro, sede do governo do estado, entre Di Carli e Mestrinho:

O Di Carli entrou no Palácio Rio Negro, no segundo dia, ele entrou com o cabelo todo arrepiado, isso um capitão da PM que estava lá me contou, ele trabalhou na Casa Militar, ele diz que o Di Carli entrou lá, com o cabelo arrepiado (ele usava implante) e diz: “Olha, Mestrinho, eu vou foder a tua vida! Se eu perder essa eleição; porque eu sei de tudo que tá sendo feito. Eu perco, mas eu fodo a tua vida”. Dentro do Palácio, e o Mestrinho sabia que o Di Carli não era um cara pra se brincar com ele. Aí o Mestrinho disse: “Olha, Di Carli, vai pro interior e deixa tua mulher aqui cuidando da sua eleição, da apuração (Frota diz, uma tal de Graça, que era mulher dele), vai pro interior, que eu e a tua mulher garantimos a tua vitória aqui na capital, vai pro interior”. (Entrevista realizada em 12/1/1986, p.16)

Este incidente entre Carlos Di Carli e o governador Gilberto Mestrinho, foi confirmado pelo Sr. Antonio Lucena, não com a violenta discussão entre Di Carli e Mestrinho, relatada por Mário Frota, como apresentado a seguir.

O Sr. Antonio Lucena comenta a eleição de 1986:

Olha, quando começou a sair o resultado da eleição, isso eu posso falar porque eu presenciei. O Mário Frota liderava na capital, a gente já morava aqui, o meu pai disse aqui nesta sala: “Espera chegar os camburões do interior”. Ele tinha grande popularidade no interior, ele teve uma votação extraordinária no interior. Aí quando começou a chegar os votos do interior, pra computar, ele virou a eleição em cima do Mário Frota, mas o Frota continuou em segundo lugar, muito a frente do Di Carli.(Entrevista realizada em 4/3/2016, p.6)

O Sr. Antonio Lucena diz que estava no Palácio Rio Negro, na ocasião, e que presenciou a discussão entre Di Carli e Mestrinho:

Olha, rapaz, sinceramente, quando meu pai passou à frente, ele falou aqui comigo: “Vamos lá no Palácio comigo”. Eu fui no Palácio com ele, ainda tavam apurando os votos. O Gilberto tava lá, sentado lá, aí se reuniram, todo mundo impressionado com a força política do meu pai, parabéns, o João Thomé (filho de Mestrinho) tava lá, aquela turma da época, eles conversando, a apuração demorava muito, o Di Carli tava lá. O Gilberto falou: “Olha, Di Carli, dá um jeito aí, senão tu vai perder a eleição, vai pro interior”. Foi quando foram para o interior lá, os aviões partiram, eu tava presente, o Mestrinho falou na cara dele, na mesa oval. (Entrevista realizada em 4/3/2016, p.6)

O Sr. Mário Frota descreve a conspiração que o levou a perder a eleição e como ocorreu a logística da operação para a compra de votos no interior feitas por Carlos Alberto Di Carli:

O Di Carli tinha muito dinheiro, ele entrou no Bradesco, ele era do Conselho na época, de Administração do Bradesco, de tanto dinheiro que ele tinha lá. Contaram pra mim e pro Arthur, ele entrou no Bradesco com dois seguranças, cada um segurando uma mala, preencheu um cheque (Frota faz o gesto de assinar o cheque, bate na mesa, pá, pá, pá), aí o gerente pegou o cheque e disse: “Nós não temos esse dinheiro aqui”. O Di Carli disse: “Então, (se identificou como membro do Conselho do Banco), você gosta do seu emprego? Eu sou membro do Conselho de Administração, eu quero, mande um carro forte pegar o dinheiro em outras agências e traga pra cá”. Aí, se arrumaram o dinheiro nas duas malas, dinheiro pacas, ele riu e disse: “Agora, aqueles dois garotos (Frota e Arthur) vão ver como se ganha uma eleição”. Foi quando eles foram pro interior, pegaram o avião e pá, pá, pá e foram fazer o trabalho no interior. (Entrevista realizada em 12/1/2016, p.16)

Conforme as falas dos colaboradores, Carlos Di Carli estava perdendo a eleição para o Senado para Mário Frota e numa reunião no Palácio Rio Negro houve uma discussão entre Di Carli e Mestrinho, segundo Frota de forma violenta, mas segundo Antonio Lucena, Mestrinho, apenas sugere que Di Carli vá para o interior do estado tentar reverter o resultado da eleição. Ambos os colaboradores confirmam que Di Carli foi com dois aviões para o interior do estado com o objetivo de compra de votos.

O Sr. Mário Frota descreve a indignação de Arthur Neto frente às manobras feitas para derrotá-los naquela eleição e o ataque que ele fez contra os membros do TRE-AM:

E aí, compadre, quando é no terceiro dia, às 2h da tarde o pleito é interrompido, rapaz, o Arthur tava desnorteado, o Arthur é mais inflamado do que eu, o Arthur empurrou a porta do Tribunal e disse pro presidente, era o Raimundo Santos, de dedo em riste e disse pra ele: “O senhor é o culpado do roubo que vai acontecer hoje, hoje vão roubar a eleição do Mário Frota, e o senhor é o grande culpado disso, porque o senhor está permitindo este ato nefando (Frota cita Valois e Arthur como testemunhas vivas deste episódio). O presidente disse: “Eu não mandei parar”. O Arthur diz: “O senhor mandou parar, o senhor deu essa ordem. Hoje, vários juízes estiveram no Palácio com o Gilberto Mestrinho, foram chamados e foram lá. Hoje a noite a eleição do Mário Frota será roubada, a minha vocês já roubaram, já roubaram a minha eleição, hoje a noite vai ser a do Mário”. Aí, saímos de lá, rapaz, o Arthur, eu tava acalmando o Arthur, imagina eu acalmando o Arthur, o Arthur tava uma fera, fez um discurso duro lá, sabe, no Tribunal, tava denunciando aquela maldade. (Entrevista realizada em 12/1/2016, p.17)

O Tribunal Regional Eleitoral se posicionou duramente contra as acusações feitas pelos deputados Mário Frota e Arthur Neto ao Tribunal. No dia 4/12/1986, o TRE se manifestava pela imprensa amazonense:

Juízes decidem pela queixa-crime

Os juízes do Tribunal Regional Eleitoral decidiram, ontem, durante sessão especial, divulgar na imprensa, em data a ser definida, nota oficial sobre a posição do TRE durante a campanha eleitoral e a apuração de votos. Reconfirmaram ainda a disposição de representar criminalmente contra os candidatos derrotados ao Governo do Estado e ao Senado, respectivamente Arthur Virgílio Neto e Mário Frota, ambos do PSB.

A sessão tinha por objetivo discutir o exame grafo-técnico a que se submeteram algumas cédulas eleitorais apuradas em Iranduba, Amazonas, colocada sob suspeição pelo PSB, por apresentar grafia idêntica em pelo menos três cédulas. Entretanto, os juízes utilizaram a maior parte do tempo, para se posicionar sobre as denúncias formuladas por Arthur Neto e Mário Frota nas quais acusam o TRE de omissão durante a campanha eleitoral e as apurações de votos.

O presidente do TRE, desembargador Raimundo Santos, disse “A representação criminal será feita e acredito que a nota será assinada por todos os membros desse Tribunal”. Os juízes acataram o laudo pericial da Polícia Federal que confirma o primeiro parecer dado pela 4ª Junta: o exame mostra que as cédulas foram preenchidas por punhos diferentes. (Jornal do Comércio, 4/12/1986, p.3)

Mário Frota destaca que, quando o TRE anunciou os vencedores da eleição, a população se reuniu à frente do Tribunal com o objetivo de incendiar o prédio do Tribunal, mas que ele e Arthur Neto conseguiram evitar a tragédia. Frota diz que ele e Arthur foram a Brasília para tentar reverter o resultado das eleições, que segundo eles foram fraudadas:

Bem, aí fomos a Brasília, eu e o Arthur, e arrumamos um advogado lá. O advogado disse, mostrando a Constituição, o artigo, da questão moral. Ele (o Di Carli), respondia a vários processos na Justiça, o caso das Fazendas Unidas (ver cap I), aqueles rolos todos, e esses processos dele, estavam ali naquela Vara que tinha ali, em frente ao motel Cêki sabe, aquela que pegou fogo, que dizem que o Di Carli mandou botar fogo, porque os processos dele tavam todos concentrados lá. O meu pai teve um prejuízo danado, porque ele tinha um processo tramitando lá, ainda bem que ele recompôs depois, ele podê recompor. Aí, num dia chuvoso, chovendo, uma manhã chuvosa, houve uma explosão lá dentro, e aí deu um problema, porque o Fábio tinha bebido umas e foi lá com o Vitório Cestaro, o Vitório tava com ele. Rapaz, tudo torrado, ele queria juntar os pedaços dos processos, o Fábio teria dito com a voz bem alta lá: “Eu sei quem fez isso! Eu sei quem mandou fazer isso!” Ele ficou revoltado também, porque os processos do Di Carli tavam todos lá. O Fábio era alguém, ninguém dominava o Fábio,

ele tinha um problema de consciência, ele tava com um problema de consciência muito forte pelo que aconteceu comigo, por ter permitido que o Gilberto fizesse aquela maldade comigo.(Entrevista realizada em 12/1/2016, pp.17-18)

O incêndio no Tribunal de Justiça do Amazonas, ocorreu no dia 28 de dezembro de 1986, conforme matéria do *Jornal do Comércio*:

Incêndio destroi 3 mil processos
O prédio onde funcionava seis varas do Tribunal de Justiça do Amazonas (na estrada do aleixo) foi totalmente destruído na madrugada de ontem por um incêndio. Juntamente com o edifício, foram queimados mais três mil processos. (Jornal do Comércio, 29/12/1986, p.1)

Em matéria do *Jornal do Comércio* de 1/2/1987, o juiz Clovis Albuquerque da Mata relatava a gravidade do incêndio para a Justiça do Amazonas:

(...) O juiz da 3ª Vara Cível, Clovis Albuquerque da Mata, admitiu que as evidências do incêndio podem levar à conclusão de que houve crime, advertindo, entretanto, que só as investigações poderão dar os resultados oficiais. Nesta Vara estavam guardadas entre os processos, os movidos contra a AgroIndustrial Fazendas Unidas S/A (cujo proprietário era Carlos Di Carli). Clovis, responsável pelo julgamento do caso, juiz universal da massa falida, reconhece que será difícil reconstituir tais processos.
(...) O deputado Mário Frota (PSB), em seguida, recorrendo a citações do senador Fábio Lucena (PMDB) diz que “O Sr. Carlos Alberto Di Carli, segundo Lucena, tem uma tradição de incendiário, já tendo queimado uma fábrica de brinquedos e uma de roupas (a Raymond), como também é chegado a fazer sumir processos por meios escusos, como fez com processos fiscais no Ministério da Fazenda em Brasília, razão pela qual está sendo processado junto ao STF através do processo de nº 288/82”. (Jornal do Comércio, 1 e 2 de 1987, p.3)

A eleição de Fábio Lucena ao Senado em 1986, em pleno mandato, causou surpresa nos meios políticos amazonense. Para muitos observadores, sua candidatura e eleição em 1986, foi uma articulação feita por Carlos Di Carli para beneficiar o governador Gilberto Mestrinho que queria ser senador constituinte com a vaga aberta com a renúncia de Lucena de seu mandato de 1982. Eles acreditavam que os suplentes de Lucena, Leopoldo Peres e Áureo Mello também renunciariam (Mello renunciou, mas Peres não), Peres assumiu a cadeira de senador e não renunciou.

Lucena, oficialmente, justificava sua renúncia ao mandato de 1982 e sua candidatura ao Senado em 1986, como uma forma de se legitimar como senador constituinte. Para ele, os senadores eleitos em 1982, não poderiam participar da

Assembleia Nacional Constituinte que seria convocada para elaborar a nova Constituição do País.

Segundo Mário Frota, a aliança política de Lucena com Di Carli abalou o capital político de Lucena, apesar de ele ter sido eleito – era uma incoerência política de Lucena estar ao lado de Di Carli, depois de anos denunciando as falcatruas deste.

Antonio Lucena salienta que essa aliança de seu pai com Di Carli foi tão mal vista na época, que ele não fez nenhum comício na capital, Manaus, concentrando sua campanha no interior do Amazonas.

3.2. *Lucena e a Constituinte*

A transformação do Congresso Nacional eleito em 1986 em Congresso Constituinte, gerou muita polêmica, entre os que advogavam por uma Assembleia exclusiva e os que defendiam a legitimidade do Congresso eleito para elaborar a nova Constituição para o Brasil.⁴²

Em julho de 1985, o presidente José Sarney instalou a Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos, responsável por elaborar um anteprojeto da Constituição a ser apreciado pelo Congresso Constituinte.

A Comissão trabalhou durante um ano e, em setembro de 1986, concluiu o anteprojeto de Constituição composto de 468 artigos. As principais propostas eram: adoção do sistema parlamentar de governo; instituição do sistema de voto distrital misto para a eleição de deputados federais; criação da figura do “defensor do povo” para a proteção de cidadãos que se considerassem atingidos por atos abusivos de autoridades públicas; descentralização tributária em benefício dos municípios; reforma do poder judiciário; ampliação da intervenção do Estado na economia; adoção de medidas de

⁴² Em cumprimento ao compromisso de campanha assumido por Tancredo Neves, foi convocada, pela Emenda Constitucional nº 26, de 15 de maio de 1985, uma Assembleia Nacional Constituinte para elaborar a nova Constituição brasileira. Previu a Emenda Constitucional nº 26/85 que os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-iam, unicameralmente, em Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987. Instalada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Carlos Moreira Alves, a Assembleia Constituinte elegeu, em seguida, como seu presidente, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que fora o principal líder parlamentar de oposição aos governos militares. O Poder Executivo havia instituído, em julho de 1985, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais – conhecida, em razão de seu presidente, como Comissão Afonso Arinos, que veio a apresentar um anteprojeto. Tal texto, todavia, a despeito de suas virtudes, não foi encaminhado à Constituinte pelo presidente Sarney, inconformado, entre outras coisas, com a opção parlamentarista nele veiculada. (Disponível em www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionario/verbete-tematico/constituicao-de-1988. Acesso em 18/3/2017)

restrição à entrada de capitais externos na economia nacional combinados com outras de estímulo à nacionalização de empresas estrangeiras.

O governo, contudo, recusou-se a utilizar o anteprojeto oficialmente como base para a discussão constitucional sob o argumento de que o ato poderia ser entendido como uma intervenção indébita do poder Executivo na jurisdição do Legislativo. Havia também o receio de que o envio do texto fosse visto como uma aprovação dos princípios e postulados nele inscritos como a adoção do sistema parlamentar. (SKIDMORE, 1994, p.496)

Entretanto, não prevaleceu a ideia lançada por segmentos da sociedade civil, de eleição de uma Assembleia Constituinte exclusiva, que se dissolveria quando da conclusão de seus trabalhos. Optou-se pela outorga de poderes constituintes ao Congresso Nacional, tendo sido admitida, inclusive, a participação dos senadores alcunhados de biônicos.

Bolivar Lamournier (1990, pp.82-83), descreve a instalação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987:

Quando este novo Congresso iniciou os seus trabalhos, no princípio de 1987, houve tensos debates entre os constituintes a respeito dos poderes de que achavam investidos e sobre a organização a ser adotada nos trabalhos. Predominou, no final, uma organização fortemente descentralizada: submissões e comissões temáticas fariam os estudos iniciais, ouvindo a sociedade e votando relatórios preliminares; encerrada essa fase, uma Comissão de Sistematização de 97 membros (cujas presidências coube também ao senador Afonso Arinos), encarregar-se-ia de preparar o projeto final a ser votado pelo Plenário. O projeto constitucional foi finalmente levado a uma primeira votação em plenário no princípio de 1988. Uma vez que não se formou nenhum bloco monolítico no Congresso, o voto majoritário, na maior parte dos artigos, teve que ser negociado e renegociado vezes sem conta. A segunda e última rodada ocorreu em setembro de 1988, sendo a nova Constituição promulgada em 5 de outubro, tendo sido aclamada como a “Constituição Cidadã”, na expressão do presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães.

A Constituinte iniciará seus trabalhos em 1º de fevereiro de 1987. Lucena está entre os congressistas que não concordam em atribuir poderes de Constituintes aos deputados federais e Senadores eleitos em 1982. Outros Senadores, como Fernando Henrique Cardoso (PMDB), defendiam uma Constituinte composta de parlamentares eleitos especialmente com essa missão: “Em São Paulo, um deputado que foi eleito com

menos de 20 mil votos terá o poder de intervir na elaboração da Constituição”, diz indignado (O Globo, 25/01/1987).

A redação da nova Carta ocupará a Constituinte durante 18 meses. Até 5 de outubro de 1988, Senadores e deputados irão trabalhar num texto enorme, dividido em nove grandes títulos essenciais, relativos a temas como os direitos e garantias fundamentais, a organização do Estado, o sistema tributário e financeiro, para citar apenas alguns (...) Alain Touraine diz que: “A Carta de 1988 é mais um conjunto de leis de um inacreditável detalhismo do que uma Constituição. Há de tudo lá dentro, até índices de reajuste salarial das diferentes profissões”. Fábio Lucena, na condição de Senador Constituinte, participará ativamente dos trabalhos parlamentares até seu suicídio em 14 de junho de 1987. (LEONI, 1997, p.248).

Fábio Lucena, infelizmente, não teve uma participação de destaque na Assembleia Nacional Constituinte porque tanto lutou. Segundo Júlio Antonio Lopes (2013, p.148):

As forças dominantes na Assembleia Nacional Constituinte aglutinaram-se rapidamente. Fábio gostaria de ter sido o líder do PMDB, mas acabou cedendo ante Fernando Henrique Cardoso, ficando na vice-liderança. Também não lhe foi possível assumir cargo de direção nas Comissões Temáticas ou nas Subcomissões, restando-lhe atuar na condição de titular da Subcomissão de Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos; titular da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; e suplente da Comissão de Sistematização.

Mesmo sentindo que estava sendo excluído do PMDB de uma participação mais direta naquilo por que lutou por toda a vida, Lucena não desanimou e continuou sendo assíduo e participativo durante a Assembleia Nacional Constituinte.

Em matéria do *Jornal da Tarde* de 9/2/1987, “Lucena contra os superpoderes. E Aluizio cita o exemplo de 46”, Lucena se posicionava contra alterar a Constituição de 1967. Segundo Lucena, o Congresso Constituinte não deveria tratar da legislação ordinária, limitando a se preocupar com as matérias constitucionais:

Qualquer mexida na Carta transforma a Assembleia numa convenção revolucionária, como ocorreu por ocasião da Revolução Francesa, com poderes para decidir sobre tudo e a respeito de tudo, a qualquer hora e na dependência das conveniências, interesses ou situações que a convenção entenda modificar.

Se a Assembleia conseguir poderes para alterar a Carta em vigor, a situação ficará bem pior do que quando o País conviveu, nos anos autoritários do regime militar, com duas ordens jurídicas: os atos institucionais e a Constituição. Isso porque os atos de grande malignidade eram normas fixas e as pretendidas resoluções

constitucionais pela Assembleia são imprevisíveis e superperigosas. (Jornal da Tarde, São Paulo, 9/2/1987, p.4)

Lucena conclui destacando a necessidade de separar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e do Congresso Nacional:

(...) Daí a necessidade de conviver com a Câmara, o Senado e o Congresso, sem prejuízo de sua soberania, para que não venha a tratar da legislação ordinária, cuidando apenas do trabalho constitucional. Qualquer alteração na Carta em vigor só poderá ser feita desde que tenha o apoio de um terço de deputados e senadores no momento de sua apresentação, e seja aprovada por dois terços de cada Casa do Congresso. (Jornal da Tarde, São Paulo, 9/2/1987, p.4)

Na mesma matéria do *Jornal da Tarde*, o ministro da Administração, Aluísio Alves, que participou como deputado mais novo da elaboração da Carta de 1946, afirmava:

Em 1946, o Poder Legislativo ordinário ficou com o presidente da República que baixava decretos-leis, posteriormente convalidados no último dia da Assembleia Nacional Constituinte (...) na Constituinte de 1946, por ser exclusiva, o Congresso não teve dificuldades em abrigar os parlamentares. No total, eram 278, quase a metade dos constituintes de hoje, e apenas os líderes de partidos, três ao todo, tinham direito a gabinetes no Congresso. As dificuldades com moradia não foram verificadas em 1946, tampouco houve problemas com as mulheres: Carlota Queiróz, da UDN, não precisou reclamar da falta de banheiro. (Jornal da Tarde, São Paulo, 9/2/1987, p.4)

A Constituição de 1967 foi uma Constituição autoritária que substituiu a Constituição de 1946. Ela foi imposta pelo Ato Institucional número quatro, ou AI-4, foi baixado pelo presidente-general Humberto de Alencar Castelo Branco em 7 de dezembro de 1966. O Congresso Nacional foi convocado (em caráter extraordinário de 12/12/1966 a 24/1/1967, ou seja, em menos de dois meses foi promulgada) para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição, que revogava definitivamente a Constituição de 1946.

Esta já havia recebido tantas emendas, que estava totalmente descaracterizada. A nova Constituição foi promulgada pelo Congresso Nacional no dia 24 de janeiro de 1967. Esta Constituição seria modificada em outubro de 1969, tornando o poder político ainda mais centralizado no Executivo Federal. (SKIDMORE, 1994, pp.118-119)

Neste seu depoimento, Lucena não estava defendendo a Constituição de 1967, que era uma Constituição autoritária, mas enfatizando os limites da Assembleia

Nacional Constituinte. Para ele, a Constituição só poderia ser alterada pelo Congresso Nacional de acordo com as normas estabelecidas pelo regimento do Legislativo Federal.

Muitos parlamentares, inclusive membros do próprio PMDB, sugeriram a paralisação do Congresso durante a Constituinte. Era uma tese defendida por vezes respeitáveis no Congresso, pois entendiam que o melhor para a Constituinte era que ela fosse exclusiva e, não, congressional, dado que uma coisa acabaria por atrapalhar a outra.

Fábio Lucena entendia que os trabalhos do Congresso Nacional não deveriam ser paralisados, a despeito dos trabalhos do Congresso Constituinte. O Jornal “*O Globo*” publicava no dia 3/3/1987, a matéria “Fábio Lucena ameaça recorrer ao Exército para evitar a paralisação”:

O senador Fábio Lucena (PMDB-AM) disse ontem que “entre Ulysses Guimarães e a Constituição”, ele fica com a Constituição. “Enquanto eu estiver aqui, o Senado só não funcionará se o Exército for lá e impedir”, reagiu Lucena, ao repudiar a proposta defendida pela maioria dos Constituintes para que a Câmara e o Senado entrem em recesso branco.

Lucena acusou um grupo “radical e inexpressivo do PMDB” de querer paralisar o Congresso durante os trabalhos da Constituinte. Muito irritado, afirmou: “Se alguém quiser impedir o funcionamento do Congresso, recorrerei ao Exército, como está previsto na atual Constituição, que, pelo que sei, está em vigor”. (Jornal O Globo, 3/3/1987, p.5)

O *Correio Braziliense* publicava no dia 4/3/1987 a matéria “Senado não aceita recesso” em que o presidente do Senado, senador Humberto Lucena (PMDB-PB) (sem parentesco com Fábio Lucena), provavelmente, alertado pelas críticas de Lucena sobre o “recesso branco”, defendido por vários parlamentares, se posicionava sobre a questão:

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), informou hoje que na próxima segunda-feira, dia 9, o Senado Federal deverá se reunir em sessão, às 18h30min, para dar início à reformulação do regimento interno visando compatibilizar os trabalhos da Casa com os Constituintes.

A ideia central é que as sessões sejam realizadas por convocação do presidente da Casa, para a votação de matérias “de relevante interesse nacional e de caráter urgente”, “As sessões – disse – “serão realizadas sempre em horários que não coincidam com as da Constituinte”.

O senador Humberto Lucena afirmou que já existem matérias de grande relevância para serem votadas no Senado. Como: mensagens do presidente José Sarney indicando diversos novos embaixadores, empréstimos para Estados e Municípios, para o rolamento de dívidas, além de outras matérias. (*Correio Braziliense*, 4/3/1987, p.8)

Em março de 1987, o senador Afonso Arinos⁴³ (PFL-RJ) teve seu nome indicado pelo PFL ao PMDB para ocupar a presidência da Comissão de Sistematização. A indicação não obteve, contudo, consenso no interior do partido, deflagrando-se um movimento em torno do nome do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) por iniciativa do deputado Alcení Guerra (PFL-PR), que argumentava não ter o senador fluminense, aos 81 anos, vigor físico suficiente para o exercício da função.

Em abril de 1987, o *Correio Braziliense* publicava a matéria “Lucena nega articulação contra Arinos”. Nela, o jornal apresentava a reação de Fábio Lucena à tentativa do PFL para não indicar o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) para a presidência da Comissão de Sistematização⁴⁴ e substituí-lo pelo líder do partido, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS). Lucena afirmava que “afastar Afonso Arinos da presidência da mais importante Comissão Constitucional seria como cometer um crime contra a História do Brasil”:

Mais do que um jogo de interesses pessoais, o senador Fábio Lucena afirma que seria uma desconsideração substituir Afonso Arinos por Carlos Chiarelli. Ele não contesta “os muitos méritos” do líder pefelista no Senado, mas diz que se Chiarelli lesse pelo menos um livro de Afonso Arinos – “Um Estadista da República” – desistiria de concorrer com ele ao cargo.

O senador Afonso Arinos resume toda a tradição das constituintes republicanas por sua vida e obra – continua Lucena – e até hoje não reivindicou nenhuma posição dentro da Assembleia Constituinte. Ele seria o conselheiro, moderador e o disciplinador que poderia impor a ordem aos desordeiros e aos indisciplinados

⁴³ Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990). Jurista, político, historiador, professor, ensaísta e crítico. Natural de Belo Horizonte, Minas Gerais. Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde diplomou-se em 1927. Eleito deputado federal em 1947 por Minas Gerais em três legislaturas (1947-1958), foi líder da UDN até 1956. Autor da lei contra a discriminação racial, que tomou seu nome (Lei n.1390, 3/7/1951). Em 1958, foi eleito senador pelo antigo Distrito Federal, hoje Estado do Rio de Janeiro. Em 1986, aos 81 anos, elegeu-se senador pelo PFL-RJ.

Em março de 1978, embora afastado do regime foi chamado a colaborar com o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). Redigiu um trabalho de 22 laudas emitindo um parecer sobre as reformas políticas voltadas para produzir uma descompressão política no país. Caracterizou o AI-5 como “a mais violenta manifestação ditatorial da História do Brasil” e propôs uma clara definição do poder militar, de modo a regulamentar sua influência. Defensor do parlamentarismo, afirmou que a abertura conduziria o país a uma nova fase de instabilidade se preservasse o regime presidencialista.

Com a vitória de Tancredo Neves no Colégio eleitoral, em janeiro de 1985, foi oficialmente indicado para presidir a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que se encarregaria de elaborar propostas a serem apresentadas à Constituinte. (Disponível em www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionario/verbete-biografico/afonso-arinos-de-melo-franco)

⁴⁴ Comissão de Sistematização- Responsável pela ordenação final do projeto da Constituição. Essa Comissão será composta por todos os relatores e presidentes das demais comissões, mais 49 deputados representantes de todos os partidos e por eles indicados. Cada um dos 558 Constituintes terá assento em uma comissão e nela terá voto, mas poderá apresentar proposta em qualquer delas.

As comissões terão 60 dias de prazo para encerramento de seus trabalhos, que serão submetidos, então, à Comissão de Sistematização, com prazo máximo de 40 dias para apresentar o parecer final sobre as propostas constitucionais. (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20/2/1987, p.3)

que porventura houver na Constituinte. (Correio Braziliense, 6/4/1987, p.3)

Lucena estava correto em sua defesa a Afonso Arinos. A dissidência dentro do PFL não obteve êxito e Afonso Arinos foi eleito presidente da Comissão de Sistematização, enquanto o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) era indicado para o cargo de relator da Constituição.

A Assembleia Nacional Constituinte iniciou seus trabalhos no dia 1º de fevereiro de 1987, neste ano, que corresponde ao último ano da vida de Lucena, encontramos 15 pronunciamentos dele, que vai de 2 de fevereiro a 3 de abril de 1987.

Seus pronunciamentos nesses três meses não apresentam questões relevantes. O primeiro pronunciamento trata sobre a participação dos senadores eleitos em 1982 e de sua participação ou não no Congresso Constituinte (questão já tratada no Cap III, tópico 3.1, dessa Dissertação) os outros pronunciamentos tratam de questões de quorum da Constituinte, funcionamento da Constituinte e o último, do dia 3 de abril, trata da greve dos bancários de Brasília, DF.

3.3. *Lucena: Lar, trabalho e botequim*

Em nossa pesquisa, nas fontes pesquisadas, nos depoimentos dos colaboradores, constatamos que Fábio Lucena era alcoólatra e que usualmente consumia cachaça, uma bebida popular, nos bares de Manaus, mesmo tendo uma posição social e econômica de destaque, como jornalista, vereador e, posteriormente, como senador da República. Nesse ponto, nosso objetivo foi buscar entender, de que forma, esse vício de Lucena afetou suas relações familiares, pessoais, políticas; sua atividade jornalística e atuação parlamentar.

Aqui, recorreremos a Pierre Bourdieu (2007, pp.165-167) em sua obra *A Distinção*, quanto à questão do gosto. Segundo Bourdieu, as escolhas e preferências dos indivíduos não se alteram, mesmo com uma mudança de posição social:

(...)Necessidade tornada virtude, ele tende a transformar continuamente a necessidade em virtude, levando a escolhas ajustadas à condição de que ele é produto: como é bem visível em todos os casos em que, na sequência de uma mudança de posição social, as condições em que o *Habitus* foi produzido não coincidem com as condições nas quais ele funcionava e em que é possível isolar sua eficácia própria, o gosto, ou seja, gosto de necessidade ou gosto de luxo (e não uma baixa ou elevada renda) é que comanda as práticas objetivamente ajustadas a tais recursos. Ele é

o que faz com que um indivíduo seja detentor do que gosta porque gosta do que tem, ou seja, as propriedades que lhe são atribuídas, de fato, nas distribuições por direito nas classificações.

O Sr. Antonio Lucena, em entrevista concedida no dia 4/3/2016, fala sobre o alcoolismo de seu pai:

Meu pai tinha uma doença, o alcoolismo. Havia histórico na família, os irmãos dele, a maioria eram alcoólatras, nem todos. Ele teve 9 irmãos. Meu avô Antonio não bebia. Mas veja, a questão do alcoolismo, como ele é visto hoje, antigamente as pessoas não se preocupavam muito com isso. Todo mundo em Manaus sabia que ele bebia, mas ninguém sabia, na verdade, o nível que tava a doença. Ela foi gradativamente aumentando. Ele bebia desde quando eu era criança. Meu pai, tem a vida dele até um certo ponto, de equilíbrio, até os 30 anos, depois ele... Quando ele entrou na política com mais energia, quando ele passou por aqueles processos, principalmente a partir de 1974, acho que, emocionalmente, ele ficou, assim, um pouco fragilizado. No início, ele não bebia todo dia. (Entrevista realizada em 4/3/2016, pp.8-9)

O Sr. Antonio diz que seu pai tirava licença médica para beber, ele acredita que as perseguições políticas e os processos que ele teve que enfrentar foram o fragilizando e acabou por agravar o alcoolismo dele:

Rapaz, olha, eu vou ser sincero. O meu pai tirava é licença pra beber, isso é uma verdade. Na Câmara, no Senado. Isso é uma verdade, licença médica, mas aí ele...ele tinha problemas emocionais. Acho que de todos aqueles processos que ele sofreu, perseguições políticas. Na minha opinião, ele foi se fragilizando ao longo do tempo, a coisa foi se agravando, infelizmente. (Entrevista realizada em 4/3/2016, pp.8-9)

Segundo o Sr. Antonio, apesar do vício da bebida, seu pai nunca foi trabalhar embriagado e comenta que seu pai frequentou os bares de Manaus até um certo período:

Não. Às vezes ele pedia licença, se internava, às vezes dava uns ataques de tremedeira nele. Trabalhar embriagado, não. Na época, até um certo período, ele frequentava bares, até ali, por volta de 1976, 1978, depois ele parou de frequentar. Às vezes ele ia lá pro Mário Soeiro (bar), ali na Aparecida, às vezes ficava em casa, ou na casa de amigos. Porque depois que ele assumiu uma projeção política de peso, em razão dele ser muito polêmico, aonde ele ia, rapaz, dava confusão. Eu ia com ele, aí uma pessoa gostava, outra não gostava. Uma vez, a gente foi com ele num bar, um cara na outra mesa, jogou um xaveco pra ele, entendeu? E meu pai não era de levar desaforo pra casa. Então, ele reagia. Eu acho que ele foi se recolhendo. (Entrevista realizada em 4/3/2016, pp.8-9)

Sobre os conflitos familiares, causados pelo alcoolismo de seu pai, o Sr. Antonio afirma que houve conflitos, uma pessoa alcoolizada perde o senso de realidade e

respeito para com seus amigos e familiares:

Rapaz é uma doença, né. Olha rapaz, eu, por exemplo, que sou o mais velho (O Sr. Antonio Lucena nasceu em 1963) sou muito realista sobre a história do meu pai, consigo falar sobre a história do meu pai, consigo falar sobre a história dele, sem emocionalidade. O meu irmão que morreu, o Fabinho, não conseguia. Ele foi fazer uma cirurgia e morreu com 40 anos, um ano e 15 dias na UTI. Mas olha, a convivência com uma pessoa doente é complicada, tu sabe disso

Ele tinha amigos mais próximos, com os amigos não, amigos que foram morrendo (Alberto Antonio Tuma) andavam sempre juntos. Com a família, rapaz, olha, no início, mas depois ele já tava descontrolado. Houve descontrole. Várias situações. Na verdade, nós sempre tentamos amenizar a situação, eu acho que ninguém tinha noção daquilo.

Em Brasília, ele chegou a ir pra tratamento. Mas ele não era uma pessoa comum, vamos pegar ele ali e levar, ele era um senador. (Entrevista realizada em 4/3/2016, pp.9-10)

A família tentou levá-lo para tratar seu alcoolismo, ele foi internado algumas vezes, mas sem sucesso para a cura da doença:

Ele não aceitava ser levado pra tratamento. Outra coisa, todo mundo tinha medo dele. Como é que você vai agir assim, de forma eficaz, com uma pessoa assim? Medo, medo, ele andava armado sim, mas meu pai era um palito, ele tinha 1.70 m, mas ele tinha uma voz descomunal, se ele desse um grito aqui, você se tremia todinho, era descomunal o negócio. Se alguma pessoa, amigo, parente, ou seja lá quem for, dissesse vai se tratar, minha nossa senhora.

Um ano antes dele morrer, eu tomei uma medida de força contra ele, lá em Brasília. Ele andou quebrando lá, uma quebradeira lá em casa. Aí, o médico do Senado, um dos médicos do Senado, me chamou e disse: “Olha, toma cuidado, o teu pai tá numa situação difícil...” O médico falou que ele tava num estágio avançado, inclusive da doença: “Tira a arma, esconde”. Aí, eu, num belo dia lá, eu escondi a arma. Rapaz, deu uma confusão, meu amigo. Ele atrás dessa arma.

Teve um tempo, antes dele morrer, ele foi parar lá num hotel, lá em Brasília, aí eu peguei, liguei pra esse médico, fui com uma equipe lá do Senado, uma equipe de enfermeiros pra tirar ele do hotel.

Eu fiquei lá de 11h da manhã até 19h, tentando convencê-lo a sair do hotel e ir com a gente. Os enfermeiros tiveram que tirá-lo de lá à força, levamos pra uma clínica, tomando soro, se desintoxicando. Quando eu internei ele, meses antes dele morrer, ele passou três dias no hospital; ele fugiu do hospital. Aí, eu senti, ele ficou com uma certa reserva junto a mim. Ele falava muito com o Fabinho, mas o Fabinho era cabeça dura como ele. A morte do meu pai afetou muito o Fabinho. Porque a morte dele, em si, foi traumática. O suicídio não é uma coisa qualquer na família. Meu irmão teve muitos problemas emocionais com a morte dele. (Entrevista realizada em 4/3/2016, pp.8-11)

O jornalista e escritor Carlos Costa, contemporâneo de Fábio Lucena, fala sobre

o alcoolismo de Lucena, Costa destaca que a população de Manaus sempre soube do alcoolismo de Lucena e que ele nunca escondeu seu vício:

Desde quando eu o conheci ele já tinha esse problema. Ele frequentava muito o Bar do Caldeira, ele bebia sobretudo cachaça, raramente eu vi ele bebendo cerveja, mas cachaça ele bebia demais. Todo mundo na cidade de Manaus sabia, pelo menos os eleitores dele sabiam. (Entrevista realizada em 14/1/2016, p.1)

Carlos Costa relembra histórias folclóricas de Lucena, suas bebedeiras nos comícios, sua atitude surpreendente de se candidatar ao Senado em pleno mandato, mas que seus eleitores o admiravam mesmo assim:

Tem até uma história interessante quando ele foi eleito bi-senador, quando ele renunciou aos quatro anos, depois voltou a concorrer de novo por mais quatro. Ele renunciou a oito e veio pra quatro. Aí, todo mundo disse que ele era doido e tentou fazer com que os senadores também renunciassem ao mesmo tempo, não conseguiu. Porque eles tinham apego ao cargo, ele não, ele sabia que ia ser eleito.

Aí é o seguinte, em campanha com o Gilberto Mestrinho, num determinado município, que eu não lembro qual foi, o pessoal começou a gritar, o Gilberto fazendo o discurso dele e o povo lá na praça: “Fábio, Fábio, queremos o Fábio!” Aí o Gilberto cutucou os seguranças dele e disse: “Olha, vai lá no hotel e pede pro Fábio vir pra cá”. Quando chegaram lá, encontraram o Fábio estourado de cachaça. Foi no interior, não me lembro qual foi o município. (Entrevista realizada em 14/1/2016, pp.1-2)

Costa destaca que o alcoolismo nunca atrapalhou a atividade política de Lucena, pelo contrário, Lucena usava a seu favor seu vício:

Esse alcoolismo nunca atrapalhou a atividade parlamentar dele, pelo contrário. Eu sei de um episódio, ele ficou trancado no bar do Senado Federal, ele teria ligado pro presidente do Senado, ligou pra ele várias vezes, de madrugada e dizendo: “Presidente, eu gostaria de saber que horas abre o bar do Senado”. O presidente diz: “Pro senhor votar o que tem que ser votado, qualquer hora a gente manda abrir”. Fábio responde: “Então manda abrir agora, porque eu tô trancado aqui dentro, me deixaram aqui dentro bêbado, e me deixaram no sofá dormindo”. Isto era uma das paradas que o Fábio fazia, não sei se é verdade, pode ser folclore também.

Eu sei que ele chegava no Caldeira, bebia demais, ele adorava a mídia. Aí ele chegava bêbado no apartamento dele, ele morava ali no Maximino Correia. Ele decidiu subir a pé, uma das vezes que eu sei, ele escorregou da escada, como ele era muito polêmico, foi na Polícia Federal e denunciou o Di Carli, que tava, que fez um atentado contra ele. Ele mesmo se machucou e declarou isso. Era uma história que ele tinha criado. Ele criava essas histórias para garantir mídias, ele era craque nisso, nesse ponto ele era fantástico. (Entrevista realizada em 14/1/2016, p.8)

Costa diz que Lucena era frequentador assíduo do Bar do Caldeira (um popular bar de Manaus) e que lá tinha contato com intelectuais e populares:

No Bar do Caldeira ele tinha contato com intelectuais da época: Arthur Engrácio, o poetinha do azul, Penafort, tinha até um pintor, que é de uma família tradicional, que era alcoólatra, que morreu na Ponta Negra, ele teve uma exposição no térreo da galeria da Academia Amazonense de Letras, chamavam ele de Troglodita, o Afrânio de Castro, discutiam cachaça lá.

Eu vi o Fábio escrevendo uma crônica bêbado no Jornal A Crítica, totalmente bêbado. Ele pegava a máquina e saia fumaça de dentro, batia o papel na tecla e caía o papel na redação. Ele gritava lá de cima: “Qual a última palavra que eu escrevi aí?”, o cara gritava lá de baixo, porque a oficina de A Crítica era lá embaixo: “Foi palavra tal”, aí ele continuava, pá, pá, pá e não abria o livro sequer pra fazer uma consulta, ele era crânio nesse ponto, citações...(Entrevista realizada em 14/1/2016, p.9)

Costa relembra as contínuas ligações de Lucena, já como senador, de Brasília, para que este publicasse notas do porque ele não viria à posse de Amazonino como governador do Amazonas em 1986:

Ele ligava pra mim de noite, lá pra Redação do Jornal Diário do Amazonense dizia: “Carlos Costa, tu que é amigo do Manoel Ribeiro (eu tinha sido assessor dele, antes dele ser vice-governador) pede pra ele demitir esse gerente do BEA aqui em Brasília, porque ele não quer me fazer empréstimo pra eu tomar cachaça”, agora, empostando a voz.

No dia que o Amazonino Mendes se elegeu governador (1986), que eu até conto no meu livro “De Jornaleiro a Jornalista-Uma história de vida” esse fato, ele ligou pra mim: “Carlos Costa, todo mundo tá me esperando no Amazonas, pra ir à posse do Amazonino, mas diga, escreve aí no seu Jornal, que eu não vou porque tô porre aqui em Brasília”. Aí eu não publiquei nada, no dia seguinte, ele liga pro dono do jornal: “Olha, eu mandei o Carlos Costa colocar uma nota dizendo que eu tava porre em Brasília e ele não colocou nada”. Depois ele ligou pra mim, o dono falou pra ele: “Olha, isso é assunto da Redação, eu não tenho nada a ver com isso”. Quando ele ligou pra mim, eu disse: “Senador, não vai ficar bem se eu colocar uma nota dessa, dizendo que o senhor tá porre em Brasília, e por isso o senhor não vem à posse do Amazonino. O senhor invente outra desculpa”. Ele dizia: “Mas eu tô porre mesmo! Todo mundo sabe que eu tô porre, eu não fui porque tô porre, eu tô bêbado, a causa principal é essa. Todos os meus eleitores sabem que eu sou alcoólatra mesmo, saber a mais ou a menos, não vai fazer diferença”.(Entrevista realizada em 14/01/2016, pp.1-2 e 9-10)

O Vereador Mário Frota, amigo pessoal e companheiro político de Fábio Lucena, fala sobre o alcoolismo de Lucena. Frota diz que quando conheceu Lucena ele bebia

moderamente e que teve até uma situação constrangedora com membros do PT no Bar do Armando (um bar popularíssimo em Manaus, do português Armando, frequentado por intelectuais e boêmios, situado no Largo São Sebastião, em Manaus) mas que Lucena se mostrou sóbrio naquele momento, acima de uma discussão que poderia sair do controle:

Quando eu o conheci, ele bebia de forma moderada, acelerou depois. O Bar do Caldeira era o bar preferido dele, lá tem fotografia dele com o Vinícius de Moraes...nunca soube dele chegar bêbado na Câmara nem no Senado.

Um dia, eu me encontrei com o Fábio lá no Bar do Armando, nós sentamos na nossa mesa, e tinha um professor lá, que não quero citar o nome, e eles vieram e sentaram na nossa mesa, tava eu e o Fábio, e o PT com aquele ar de superioridade, até então, eles não eram ninguém, eram só rapazes da Universidade, professores, pessoas decentes e tudo, tavam formando o Partido, mas já com aquela história que o PT era a salvação do Brasil e nós não eramos nada. Eu e o Fábio, que havíamos participado da luta contra a ditadura militar, eu em Brasília, o Fábio aqui, naquele momento Mário-Fábio, Fábio-Mário, que ele botou a mão no meu ombro e me elegeu, você sabe da história.

Mas então, nesse dia nós estávamos no Bar do Armando e o pessoal do PT foi chegando, dois ou três, e começaram a arrotar bobagens: “Que vocês tão pouco fazendo pra derrubar essa ditadura”, no final do governo Figueiredo, não sei o que, “E quando nós chegarmos ao poder vamos acabar com a corrupção no Brasil, melhorar a educação, a saúde (...)”, aquelas bobagens, sabe, aquelas coisas todas, e eu só ouvindo ali, eles provocando ali. Aí o Fábio falou: “Mário, vamos embora, paga a conta aí”, ele meteu a mão no bolso e tava sem dinheiro, como sempre, né. Naquela época não tinha cartão, eu falei: “Deixa, Fábio, que eu pago”, eu paguei, eu percebi que o Fábio queria sair daquela situação. Quando foi lá fora, eu falei: “Fábio, rapaz, o que houve? Eu pensei que tu fosse dar um esporro naqueles carinhas ali dentro, do PT.” O Fábio falou: “Mário, lembra aquela frase, não deves jogar pérolas aos porcos? Vamos embora, por que brigar com eles? Não são ninguém, nunca moveram uma palha até agora pra derrubar a ditadura e vem querer dizer como tem que se fazer pra derrubar a ditadura militar, não devemos jogar pérolas aos porcos”.

Eu achei que aquele momento, foi um momento de muita lucidez dele, ele não tinha bebido uma cervejinha lá. Travar uma briga lá, com pessoas que não tinham mandato, nada, eram só professores, pessoas decentes. Aliás, daqueles professores da Universidade do Amazonas que fundaram o PT, não tem mais ninguém lá: Marcos Barros, a menina que é protegida dele, Marilene Correa, o Osvaldo Coelho, o Aloísio Nogueira; intelectual de fora, Márcio Souza, Amecy, Ademir Ramos (...) esses caras que foram fundadores do PT, não tem mais ninguém lá, dez anos depois, quando o PT chegou ao poder, eles viram a fria que eles entraram...(Entrevista realizada em 12/01/2016, pp.5-7)

Os depoimentos dos colaboradores, Sr. Antonio Lucena, do jornalista e escritor

Carlos Costa e do Sr. Mário Frota confirmam o alcoolismo de Fábio Lucena, com visões diferentes sobre este comportamento de Lucena.

O Sr. Antonio Lucena foi de uma sinceridade sem igual ao falar sobre o alcoolismo de seu pai, num tema tão delicado para sua família. O Sr. Antonio, se refere ao alcoolismo de seu pai como uma patologia. Seu pai ingeria bebidas alcoólicas moderadamente até por volta dos 30 anos, a partir daí, o alcoolismo foi gradativamente aumentando. O Sr. Antonio acredita que as perseguições políticas, os processos sofridos por seu pai, foi o fragilizando e contribuíram para o avanço do alcoolismo.

Segundo o Sr. Antonio, seu pai tinha histórico familiar de alcoolismo, a maioria de seus irmãos eram alcoólatras e faleceram de complicações do alcoolismo. Seu pai tirava licença médica para beber, mas que nunca soube que ele teria chegado bêbado na Câmara Municipal de Manaus nem no Senado Federal.

A família tentou interná-lo para tratá-lo do alcoolismo, mas ele se recusava. Ele foi internado algumas vezes, mas sem sucesso. Antes de seu falecimento, em 1987, ele estava num estágio avançado do alcoolismo, com situações de violência familiar e ausência no Plenário do Senado, conforme constatado por um médico do Senado, que comunicou ao Sr. Antonio.

O jornalista e escritor Carlos Costa confirma o alcoolismo de Fábio Lucena. Costa diz que Lucena nunca escondeu o seu alcoolismo de ninguém, frequentava os bares de Manaus, principalmente o Bar do Caldeira, mas, que embriagado, Lucena criava histórias de agressões e tentativas de assassinato contra sua pessoa e noticiava na imprensa. Em suas memórias, Costa destaca histórias folclóricas ocorridas com Lucena e enfatiza o seu profissionalismo tanto como jornalista, como um político atuante.

O Sr. Mário Frota foi mais contido em seu depoimento. Declara que quando conheceu Lucena ele bebia moderadamente, mas que o alcoolismo foi se agravando com o tempo. Frota destaca que costumava frequentar bares com Lucena e tiveram alguns incidentes com opositores políticos. Durante a entrevista, na minha percepção, o Sr. Mário Frota não quis se aprofundar nesse aspecto da vida de Fábio Lucena.

3.4. O repouso do guerreiro

Fábio Lucena cometeu suicídio na madrugada do dia 14 de junho de 1987, em Brasília, DF, dando um tiro na cabeça. Até hoje continuam um mistério as razões que o levaram a atentar contra a própria vida, ainda jovem com 46 anos e no auge da carreira

política como senador constituinte. Com seu falecimento, assumiu seu primeiro suplente, Áureo Mello⁴⁵.

Várias conjecturas foram levantadas sobre os motivos do suicídio de Fábio Lucena: Lucena se sentia frustrado por não ter alcançado nenhum posto de relevância na Constituinte, o falecimento de sua mãe nesse período (D.Othilia faleceu no dia 29/10/1986), sentia-se desgostoso consigo mesmo por ter feito alianças políticas, no fim da vida, com figuras que execrava e que o usaram para garantir seus próprios interesses, alguns observadores atribuem a uma trama do SNI, ou dos muitos inimigos poderosos e perigosos que granjeou no curso de sua trajetória política e o agravamento de seu alcoolismo que contribuiu para uma forte depressão.

No dia 16 de junho de 1987, o *Jornal do Comércio* publicava a matéria de capa “Sepultamento de Fábio Lucena reúne milhões” noticiando o falecimento de Lucena. O jornal destacava a grande comoção da população amazonense com a morte de Lucena, descrevia sua trajetória política, os altos e baixos de sua carreira política, suas qualidades morais, sua luta política em defesa da democracia, as incoerências e contradições de sua biografia.

Milhares de pessoas acompanharam, ontem à tarde, o sepultamento do senador Fábio Lucena no Cemitério de São João Batista. Lucena matou-se com um tiro de revólver (Taurus) em sua residência em Brasília, às 5h de domingo. O governador Amazonino Mendes disse que naquele momento o Estado do Amazonas estava perdendo um “homem de talento, coragem e, até arriscaria, de autenticidade”. Nenhum político quis arriscar uma opinião sobre o suicídio do senador, mas o deputado federal José Cardoso Dutra (PMDB-AM) disse que Lucena “estava enclausurado em seu apartamento há mais de 90 dias. Eu tentei vários contatos com ele, mas sempre me diziam que ele não estava”. Lucena era presidente regional do PMDB, cargo que agora deverá ser ocupado por Dutra. O suplente Áureo Mello (que

⁴⁵ Áureo Bringel de Mello (1924-2015)- Natural de Santo Antonio do Rio Madeira. Formado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas. Ingressou na política partidária a partir de 1945, filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo um dos fundadores do PTB no Amazonas. Candidatou-se a deputado estadual, elegendo-se para a Assembleia Constituinte de 1947, conseguindo reeleger-se em 1950. Candidato em 1954, para ocupar uma vaga na Câmara Federal, conseguiu mais uma vez sua eleição. Em 1962, novamente elegeu-se deputado estadual pelo Estado da Guanabara. Com a cassação de vários parlamentares após o golpe militar de 1964, foi chamado para ocupar uma vaga na Câmara Federal. Filiado ao MDB não se reelegeu em 1966. Em 1982, na condição de membro do PMDB, voltou a se candidatar e disputou uma vaga de suplente ao Senado da República pelo Amazonas, na chapa de Fábio Lucena, mas durante o exercício do mandato, o senador Fábio Lucena, vítima de seu próprio temperamento, tomado por uma depressão inexplicável, cometeu suicídio em Brasília. Assumindo a vaga de Lucena em 1987, o senador Áureo Mello, logo depois foi preterido pela Comissão de Sistematização do Congresso Nacional, perdendo o cargo. Escritor e poeta de grandes méritos, jamais se afastou da literatura e das artes, além de ser um exímio caricaturista. (ANTONACCIO, 2006, pp.317-319)

permaneceu em Brasília) deverá tomar posse hoje, em substituição a Fábio Lucena. O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), representou o presidente José Sarney em Manaus. “Nós não tínhamos apenas afinidades de nomes- disse Humberto Lucena- mas acima de tudo uma grande afinidade ideológica dos tempos de militância do PMDB”. (Jornal do Comércio, 16/6/1987, p.1)

A matéria do *Jornal do Comércio* do dia 16 de junho de 1987 trazia o depoimento de várias personalidades políticas, amigos e de familiares sobre o suicídio de Lucena. O jornal destacava “Morte de Dona Othília desestruturou Fábio”:

O abalo sofrido com a morte da mãe há alguns meses atrás foi apontado como um dos principais agravantes do desequilíbrio emocional que levou o senador Fábio Lucena a cometer o suicídio. Os amigos, familiares e políticos que acompanharam a chegada do corpo do parlamentar foram unânimes em comentar o seu contínuo processo de depressão. “Ele estava recluso, não falava e nem ouvia ninguém”, revelou o governador Amazonino Mendes. Na conversa que mantive com Lucena, há um mês, Amazonino disse ter percebido o estado emocional crítico do senador, talvez, resultado, segundo ele, de “um processo de autodestruição”, que preferiu não comentar. “É melhor não fazer conjecturas sobre um assunto tão sério”, disse o governador. (Jornal do Comércio, 16/6/1987, p.12)

Segundo a matéria do jornal, Lucena ficou profundamente abalado com a morte de sua mãe, várias pessoas afirmam que este fato causou-lhe uma grave depressão, que pode ter contribuído para sua atitude extrema em tirar a própria vida.

A irmã de Fábio Lucena, D. Izenir Benarrós Lucena, na mesma matéria do *Jornal do Comércio*, diz que o abalo sofrido com o falecimento da mãe foi a causa principal para seu suicídio:

(...) O fato do senador não ter se recuperado do choque com a morte da mãe, em novembro passado, foi a principal causa do descontrole que o levou a se suicidar, segundo a opinião da irmã de Fábio, Izenir Benarrós Lucena. Fora isso, ela disse nunca ter percebido nada de anormal no comportamento de seu irmão, que mantinha um excelente relacionamento com a família. (Jornal do Comércio, 16/6/1987, p.12)

O *Jornal do Comércio* destacava a trajetória política de Fábio Lucena “A irreverência, a marca do político informado”:

A irreverência marcou a vida do senador Fábio Lucena nos últimos anos. A oratória já não impressionava tanto quanto a contradição de atos e palavras. As epístolas- cartas abertas, nas quais esbanjava o seu conhecimento sobre história geral para responder a adversários

políticos ou a quem ousasse contrariar suas ideias- popularizaram a nova imagem do senador bem diferente daquela conquistada na década de 70, quando iniciava a carreira política.

“É mais fácil o Rio Amazonas correr no sentido contrário do que eu e o governador Gilberto Mestrinho perdermos alguma eleição, nos próximos vinte anos, no Amazonas”, declarava, no início deste ano, o senador Lucena, ao garantir que o seu primeiro suplente, do mandato obtido em 82, Leopoldo Peres Sobrinho, renunciaria, abrindo-se uma vaga para o Senado. Entretanto, Peres não renunciou e quanto ao propalado acordo político avisou: “Eu renunciaria hoje se alguém me mostrasse uma declaração minha; se alguém leu dizendo que eu renunciaria”. (Jornal do Comércio, 16/6/1987, p.12)

Neste ponto, o *Jornal do Comércio* enfatizava como a carreira política de Lucena foi decrescendo ao longo dos anos, o jornal destaca como um político com uma oratória brilhante foi perdendo seu folêgo. Aqui também, o jornal relembra o episódio da trama para eleger Gilberto Mestrinho, com a possível renúncia do primeiro suplente de Lucena do mandato de 1982, Leopoldo Peres, com sua eleição a senador em 1986, em pleno mandato (ver tópico 3.1 – cap. III dessa dissertação). O periódico continua ressaltando as contradições de Fábio Lucena:

Detestava os militares e sempre deixou isso muito claro. Mas também queria distância do comunismo, apesar do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ter integrado a Aliança Democrática nas eleições de 1986, a qual tinha no senador uma das suas estrelas (...) com o atual senador Carlos Alberto Di Carli, Fábio Lucena teve atritos violentos e, em várias entrevistas a imprensa, deixou patente a imagem que tinha do empresário Di Carli. Uma das mais amenas era a de que este tinha tradição de incendiário. Entretanto, os acordos políticos conseguiram a trégua necessária para que ambos disputassem as eleições de 82 e repetissem a dose de forma mais ostensiva em 86, quando as peças publicitárias divulgavam os nomes “Fábio Lucena e Di Carli, juntos, no Senado”. (Jornal do Comércio, 16/6/1987, p.12)

Neste ponto, o *Jornal do Comércio* enfatizava as incoerências políticas de Lucena, com destaque para a inusitada aliança política dele com o empresário Carlos Di Carli (ver tópico 3.2-Cap III dessa dissertação).

O ex-governador Gilberto Mestrinho declarou, durante o velório de Lucena, que descartava a possibilidade de vir a ocupar uma vaga no Senado, no caso da renúncia dos suplentes do senador Fábio Lucena, Áureo Mello (primeiro) e Vitorio Cestaro (segundo): “Áureo não vai renunciar e eu não estou angustiado pelo Senado” afirmou o governador, que não descartou sua volta ao quadro político amazonense, na disputa pelo governo do Estado em 1990. (Jornal do Comércio, 16/6/1987, p.12)

Dois políticos que tiveram papel importante na trajetória política de Fábio Lucena, Leopoldo Peres e Áureo Melo, não compareceram ao funeral de Lucena. Leopoldo Peres, teve um mal-estar em Brasília, devido a um aumento de sua pressão arterial e foi desaconselhado aviajar para o funeral de Lucena em Manaus. Áureo Melo, preferiu ficar em Brasília e, segundo assessores de Humberto Lucena, alegou que “Não é hora apropriada para que eu apareça”. (ibid, p.12)

Diniz & Pessoa (2014, p.447) relatam as repercussões da notícia do falecimento de Fábio Lucena:

No dia 14 de junho de 1987, domingo, a cidade de Manaus ficou alvoraçada. Notícias vindas de Brasília davam conta de que o senador Fábio Lucena havia cometido suicídio naquela madrugada. Começaram as especulações. O senador havia tirado a própria vida porque estava sendo vítima de chantagem – e só quem não conhecia Fábio Lucena poderia acreditar que ele se dobraria a alguma chantagem. A história das “fotos comprometedoras”, usadas nas campanhas de 1982, foi requeitada pela enésima vez: só que dessa vez, era o próprio Fábio Lucena, supostamente bêbado e ultrajado, que estava no olho do furacão. Ainda hoje, bobalhões de vários quadrantes acreditam nessa história, que se transformou em uma das maiores lendas urbanas de Manaus, na medida em que até hoje nenhuma das tais “fotos comprometedoras” foi publicada ou vista por alguém.

Realmente essas “fotos comprometedoras”(segundo os boatos, desafetos de Lucena teriam o despido, enquanto ele estava bêbado e desacordado, e tirado várias fotos o desmoralizando) ainda são comentadas no Amazonas. Acredito que inimigos políticos de Lucena “plantaram” essa história na mídia para prejudicá-lo, como diz o folclore popular: “notícia ruim anda a passos rápidos”. O Sr. Antonio Lucena fala sobre esse boato:

Rapaz, esse boato quem me contou foi o finado padre Vitório Cestaro, que era segundo suplente do segundo mandato do meu pai, que era muito amigo do meu pai, vivia por aqui, padre Cestaro, já morreu. Ele me contou essa história depois da morte do meu pai, que teriam supostamente forjado fotos, na lancha que eles faziam campanha, e que essas fotos teriam sido forjadas pelo Carlos Alberto Di Carli, teriam sido ali usadas como objeto de chantagem, que em tese, teriam levado ele a cometer o suicídio. (Entrevista realizada em 4/3/2016, p.13)

O Sr. Antonio diz que não acredita que essa história contribuiu para o suicídio de seu pai:

Há esse boato. Esse boato surgiu. Porque era inacreditável, embora as pessoas que cercassem o meu pai, poucos amigos, tivessem a

par assim, da doença e da fase avançada do alcoolismo dele, era impossível que ele fosse fazer isso. Porque todo o discurso dele era contra esse tipo de coisa. Uma pessoa com 46 anos, no auge da vida política, senador constituinte, respeitado, um cara que venceu na vida. Outra coisa, um cara que tinha uma trajetória como um político honesto, corajoso, que combateu a ditadura, peitou, denunciou o Almirante Gama e Silva (chefe do SNI no Amazonas), foi um dos primeiros pronunciamentos dele (Naufrágio do Almirante Gama e Silva). (Entrevista realizada em 4/3/2016, p.13)

O Sr Carlos Costa relembra a história das “fotos comprometedoras” e cita algumas razões, na visão dele, que levaram ao suicídio de Fábio Lucena:

Eu acho que foi uma somatória de tudo: pressão política, a questão da morte da mãe dele (D.Othilia faleceu em 29/10/1986), que teve um peso muito grande na morte dele, o suicídio dele, e outras coisas que inventaram depois. Outra versão que deram também, que eu acho que não é verdadeira também, é que num porre do Fábio, tiraram várias fotos nus dele e ameaçaram publicar as fotos. Aí ele ficou tão deprimido que teria dado um tiro na cabeça, mas eu acho que não seja verdadeira essa não, é uma história folclórica que não sei confirmar se é verdade ou não. Não tem fundo de verdade, que eu saiba não, porque ele nunca me falou sobre isso. (Entrevista realizada em 14/1/2016, p.9)

O Sr. Mário Frota fala sobre a história das “fotos comprometedoras”. Para Frota essas “fotos” nunca passaram de boatos sem fundamento, ele diz não acreditar que seus adversários políticos chegassem a um nível moral tão baixo:

Eu ouvi, ouvi de pessoas na rua essa história. Eu não sei de onde surgiu essa história, mas é uma coisa tão infame; teriam agarrado o Fábio bêbado (...) será que o Di Carli nunca perdoou o Fábio; uma conspiração, forjaram isso. O problema é que ele vivia abrindo a boca e ameaçando dizer o que aconteceu em 1986, ele vivia ameaçando. Ele dizia que um dia ia contar a história toda, como é que roubaram a eleição do Mário Frota.

Eu não tenho como confirmar essa história. Eu nunca falei com a família dele sobre isso, mas será que eles desceram a esse nível moral? De forjar uma coisa dessa? (Mário Frota se emociona ao falar sobre esse boato, faz uma longa pausa, percebi que lágrimas caíram de seus olhos, que ele tentou ocultar). (Entrevista realizada em 12/1/2016, p.23)

Mário Frota continua seu relato insistindo em não acreditar numa conspiração para chantagear Lucena e diz que a memória que ele tem de Lucena será de um guerreiro pela democracia:

Eu prefiro não acreditar nisso, porque é tão infame, é tão baixo, não consigo entender que isso possa ter acontecido. Eu dizia pras pessoas: “Eu quero me lembrar do Fábio, altaneiro, valente, guerreiro, da tribuna, falando na Câmara, depois no Senado, do que essa figura que vocês tão achando que ele foi”, nem pensar nisso,

tão infame que era, ele tava depressivo devido ao seu alcoolismo, a bebida agravou a depressão dele. (Entrevista realizada em 12/1/2016, pp.24-25)

Uma das razões enfatizadas por Mário Frota que levaram ao suicídio de Lucena, além da crise depressiva agravada pelo seu alcoolismo, foi uma “crise de consciência”.

Assim afirma Frota:

O que eu acho, que além da bebida que o estava maltratando, estava em estado avançado, houve um problema de consciência do Fábio, ele não perdeu a sua consciência política. Eu acho que vez ou outra ele tinha reflexões sobre os erros cometidos, no meu caso, me empurrando pra fora, e ter apoiado uma pessoa que ele havia atacado violentamente no passado, que não tinha ligação com ele (Frota se refere aqui a aliança política de Lucena com Carlos Alberto Di Carli, que fez Frota perder a eleição para o Senado em 1986). A prova é que ele tentou falar comigo, talvez para uma reaproximação, me pedir desculpas pelo que aconteceu. Eu me senti traído por ele, pelo companheiro, foi um guerreiro ao meu lado. Eu acho que ele teve um conflito com a própria consciência política, agravado pelo alcoolismo. Ele virou um objeto da vontade política do Mestrinho e do próprio Di Carli, e isso aí, ele que combateu a ditadura aqui de frente. O Fábio foi um paladino do povo, um grande tribuno. (Entrevista realizada em 12/1/2016, pp.22-23)

O Sr. Antonio Lucena relembra o dia e as circunstâncias da morte de seu pai:

Rapaz, foi próximo das 6h da manhã. Eu me recordo que eu tinha saído à noite, acho que o acontecido foi num domingo ou sábado, não me recordo. Mas eu tinha saído à noite com os amigos, tinha voltado tarde às 2h da manhã. Eu me recordo, que eu entrei, eu dormi na sala, no sofá da sala. Eu acordei com o estampido lá, o barulho da arma.

Ele tava no quarto, ele se matou no quarto. Aí eu me acordei, eu corri, quando mamãe veio correndo, eu saí da sala desesperado, aí ela disse pra mim: “meu filho, vai ver teu pai, que eu acho que ele fez uma besteira”. Ela tava dormindo, até hoje eu não sei como ele, ele podia ter matado ela também. Aí eu peguei, abri a porta, olhei, vi o corpo virado, virado assim, quando entrei, eu vi a arma no chão e sangue, puta que pariu, meu pai fez besteira! (Entrevista realizada em 4/3/2016, p.13)

O Sr. Antonio se disse surpreso com a atitude de seu pai em tirar a própria vida, apesar de que ele diz que havia indícios de que seu pai estava num processo de perda de suas faculdades mentais, agravado por seu alcoolismo. Ele acredita que foi um milagre sua mãe também não ter sido morta no dia fatal.

O Sr. Antonio Lucena relata o comportamento de seu pai nos últimos meses de vida e como seu alcoolismo foi gradativamente aumentando até chegar ao ponto do

desfecho trágico:

Ele tava bebendo há dias, ele não tava indo pro Senado, ele tinha tirado uma licença pra fazer um tratamento, tratamento de estômago, ele já tinha tido uns problemas, aí parou e embalou o negócio. Quando meu pai tava sóbrio, ele não dava uma palavra, ele se trancava no escritório dele, ele tinha lá a biblioteca dele, não incomodava ninguém.

(...) Porque o alcoolismo é uma doença progressiva. Ele passou a ter depressão, a tomar remédio, passou a beber demais, remédio com álcool, aí meu amigo, mistura explosiva, deu no que deu. (Entrevista realizada em 4/3/2016, p.14)

O Sr. Antonio diz que seu pai se envolveu num (quase) incidente diplomático em Brasília. Para ele, seu pai entrou num surto psicótico e foi buscar asilo político numa embaixada em Brasília, pois acreditava que seria preso pelos militares:

Ele se meteu em muitos incidentes lá em Brasília, ele negou, mas é verdade, o incidente da embaixada. Ele, num surto, deu um surto nele, ele chamou o motorista e o segurança, tinha um segurança que andava com ele, acho que foi de manhã cedinho, pra levar ele pra uma embaixada, pois ele seria preso pelos militares que iam tomar o poder. Ele surtou, ele deu um tiro no muro da embaixada. Segundo ele, foi pedir asilo político, foi uns dois anos antes da morte. (Entrevista realizada em 4/3/2016, p.14)

O Sr. Mário Frota rompeu sua ligação política e pessoal com Lucena devido aos acontecimentos da eleição para senador em 1986. Frota relembra os últimos dias de Lucena e diz que Lucena tentou uma reaproximação com ele, talvez como uma forma de se redimir, de se desculpar pelos fatos que levaram ao afastamento de ambos. Frota diz:

Eu sei que o Mestrinho tinha incentivado o Fábio a fazer aquela maldade contra mim, mas uma semana antes da morte do Fábio, isso nunca vou me esquecer, tenho até um certo remorso com isso, o telefone tocou lá pra casa, a noite, eu tinha ido pra uma reunião do condomínio, aí minha ex-mulher, a Eva, que se dava muito bem com o Fábio, com a família dele, atendeu o telefone, e ela disse pra ele: “Poxa Fábio, o que houve? O Mário se sente traído por você nessa eleição”. Ele diz: “Não” (olha, o Fábio tinha umas tiradas geniais, rapaz, o Fábio era um gênio). Ele diz: “Eva, você pode viver sem o Mário, eu não”. Ela disse: “Pô Fábio, eu sou a mulher dele, cara, para com isso, seu lesão”. (Entrevista realizada em 12/1/2016, p.19)

Frota ressalta que sua esposa, que era sobrinha do grande amigo de Lucena, Alberto Tuma, que faleceu nesse período, sentia-se agradecida por Lucena ter ido a São Paulo transladar seu corpo para Manaus, mas que também estava magoada com Lucena por este ter traído a amizade que tinha com Frota:

Poxa Fábio, você não podia ter feito isso com o Mário. Vocês estariam juntos hoje no Senado. O Fábio disse: “Eva, Evinha, eu quero muito falar com o Mário, eu gosto muito do Mário, nós temos uma história juntos. Será que ele fala comigo?” Ela disse: “Liga amanhã à noite pra ele, com certeza ele fala com você, vou preparar o espírito dele”. Confesso que eu estava muito chateado com ele, magoado com ele. Eu disse: “Se ele ligar, eu falo com ele, não vou deixar de falar”. Só que ele não ligou. Menos de uma semana depois, ele se matou, meteu uma bala na cabeça. Eu não sei se ele queria se despedir, se tava pensando já em se matar, eu não sei. (Entrevista realizada em 12/1/2016, p.19)

Sobre o estado depressivo de Lucena causado pelo abuso de álcool, vários pesquisadores se debruçaram sobre este problema. O Dr. Ronaldo Laranjeira (ADA-UNAID) destaca a relação entre depressão e alcoolismo:

Sozinhos, alcoolismo e depressão já são preocupantes. Porém, por vezes, as duas doenças são diagnosticadas na mesma pessoa. Desde a década de 80 os pesquisadores já notaram essa associação, sabe-se que pessoas deprimidas e que os bebedores-problema ficam mais deprimidos do que os sóbrios.

Os estudos mostram algumas explicações para o desenvolvimento dessa interação entre depressão e alcoolismo:

1) O alcoolismo como problema secundário: alguém já tinha depressão, utiliza o álcool para aliviar as angústias e outros tipos de emoções, desenvolvendo a dependência de álcool;

2) A depressão como problema secundário: a pessoa começaria a beber excessivamente e, a partir dessa situação, desenvolve a depressão devido as alterações neuroquímicas causadas pelo uso crônico do álcool;

3) Fator comum: tanto a depressão quanto o alcoolismo possuem fatores em comum, como a predisposição genética e os traumas psicológicos. Por essa razão, há o risco de desenvolver ambas as doenças no mesmo indivíduo. (Artigo “Depressão & Abuso do Álcool” (ADA) – Prof. Dr. Ronaldo Laranjeira- UNIAD⁴⁶, 1/1/2014)

O Sr. Antonio Lucena diz que quando seu pai se matou, teve um psicólogo que deu uma entrevista em que procurava explicar o ato de Lucena:

O psicólogo deu uma entrevista, Bosco alguma coisa, eu olhei que ele foi bem coerente. Quando perguntaram a causa da morte, o jornal perguntou. Ele disse que foi um gesto de fuga pensada, auto-destruição deliberada, o psicólogo falou. Em parte, eu concordo

⁴⁶ UNIAD- A Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas foi fundada em 1994 pelo Prof.Dr. Ronaldo Laranjeiras e John Dunn, recém-chegados da Inglaterra. Inicialmente (1994-1996) funcionou dentro do Complexo Hospital São Paulo com o objetivo de atender funcionários dependentes. A partir de novembro de 1996, ganhou sede própria, universalizou seu atendimento, iniciou suas atividades acadêmicas e parcerias com o setor público e da sociedade civil, sendo a UCAD- Jardim Angela a iniciativa pioneira. A UNIAD se transformou em centro de excelência em ensino, pesquisa, prevenção e tratamento do uso indevido de álcool, tabaco e outras drogas. (Disponível em www.uniad.org.br/depressao-abuso e dependencia do álcool. Acesso em 17/4/2017)

com ele, mas eu acho que a doença do meu pai evoluiu a tal ponto, que ele perdeu a capacidade, o poder de se auto-determinar, aí meu amigo, foi fatal. Ele teve vários períodos de surto, não é delírio que eles chamam? Psicose-alcoólica. (Entrevista realizada em 4/3/2016, p.14)

Durante o funeral de Fábio Lucena, várias personalidades políticas, amigos, familiares, eleitores de Lucena deram seus depoimentos sobre o triste fim de Lucena. O então governador do Amazonas, Amazonino Mendes disse:

Só Deus saberá, neste instante, a explicação de teu gesto. Mas garanto que eu sei o que te levou a cometer tal atitude. No entanto, carregarei comigo este segredo e um dia falarei a todos. Mas adianto que não foi diferente ao do Getúlio Vargas e nem de Sócrates. Fábio tirou sua vida, para que continuassem mais vivas suas ideias e sua ideologia. (apud DINIZ & PESSOA, 2014, p.451)

Fábio Filho, o Fabinho (filho de Fábio Lucena, falecido em 2010 aos 40 anos), declarou que seu pai se sentia abandonado pelo PMDB, partido que ele foi fiel até o fim de sua vida e que, por não ter alcançado nenhum papel de destaque na Assembleia Nacional Constituinte, o deixou profundamente entristecido:

A injustiça da Constituinte e do PMDB matou o meu pai. Contribuiu muito para ele entrar em crise depressiva nos últimos dias. Ele estava bem, conversava comigo até dois meses passados, depois se fechou mais, pouco falava, apenas pedia fitas musicais para ouvir trancado no seu quarto. A decepção com a Constituinte era tão grande que um dia me chamou e disse: “meu filho, não tem mais sentido eu viver. Perdi a vontade de viver”. (apud DINIZ & PESSOA, 2014, p.458)

Fábio Lucena foi velado no Palácio Rio Negro, sede do governo do estado do Amazonas. Mário Frota disse que estava reticente em comparecer ao velório, pois não queria se encontrar com Gilberto Mestrinho e Carlos Alberto Di Carli, que estariam presentes no Palácio, mas depois de apelos insistentes do jornalista Umberto Calderaro, decidiu comparecer ao velório:

O Sr. Umberto Calderaro telefonou pra mim e disse: “Mário, eu acho que você deve ir ao funeral do Fábio, vocês foram muito amigos, é impossível se dissociar os dois nomes, então eu acho que você devia ir, uma última homenagem ao Fábio”. Eu disse: “Sr. Umberto, não é o Fábio, eu não quero dar de cara com o Di Carli, com o Gilberto, com esse pessoal. Se fosse num lugar neutro, eu iria, mas levaram para o Palácio Rio Negro, eles estão lá, Seu Umberto. Posso até ser hostilizado por eles, eu bato muito nesse pessoal”. Ele ligou pro Arthur também, depois o Arthur me ligou, nós tavamos no exílio aqui, exílio político, sem mandato, eu e o Arthur. O Arthur me ligou: “Mário, o Sr. Umberto tem razão, nós temos que ir lá com o Fábio, tu mais do que eu até, tua ligação com

o Fábio foi muito maior que a minha.” (Entrevista realizada em 12/1/2016, p.22)

Mário Frota aceitou ir ao funeral junto com Arthur Neto. Frota descreve sua reação ao chegar no Palácio Rio Negro onde estava sendo velado o corpo de Fábio Lucena:

Eram 2h da tarde, nós fomos lá, eu e o Arthur. Entramos, tava numa sala lá embaixo, tava o povo, a multidão. Aí rapaz, tava a imprensa, eu olhei, não tinha ninguém, foi no térreo, ninguém lá importante. Tava minha comadre lá, os filhos dela, o Toni, um garoto, bem menino, o Fabinho. Aí eu peguei, me deu uma raiva, sabe, o Fábio lá no caixão, eu disse: “Comadre (D. Socorro), me diga uma coisa, bem alto, a senhora está basicamente sozinha, não tá mais sozinha porque o povo está aqui ao lado da senhora. Esse povo que amava o Fábio, que votava no Fábio, e ia continuar votando nele sempre; agora, onde é que estão os verdadeiros inimigos do Fábio? Os responsáveis pro Fábio estar nesse caixão? Que espremeram o Fábio como se faz com uma laranja, tira o sumo todo, depois joga o bagaço na lata do lixo? Eles tão aqui, lá em cima, tomando whisky, Gilberto, Di Carli, tão aqui em cima bebendo whisky, enquanto seu marido tá aqui nesse caixão”. (Entrevista realizada em 12/1/2016, pp.23-24)

Frota conclui sua indignação no dia do velório de Lucena, enfatizando sua amizade por Lucena, a admiração que seus eleitores tinham por ele, e que jamais esperava este triste fim de Lucena:

Rapaz, daí os jornais publicaram no outro dia, o jornal A Crítica publicou, porque eu botei pra quebrar, foi uma frase de efeito, eu disse: “Socorrinha, eu jamais poderia imaginar um quadro desse, ver o Fábio morto, mas ele não está morto, o Fábio vai continuar vivo nos corações das pessoas que sempre votaram nele, que o honraram em vida. Eu jamais vou esquecer o Fábio Lucena”. O Arthur não falou não, mas eu falei jogando muitas pedradas neles. (Entrevista realizada em 12/1/2016, p.24)

O inexplicável suicídio de Fábio Lucena aos 46 anos de idade e no auge da carreira política surpreendeu a todos que o conheciam. Várias foram as conjecturas levantadas para sua atitude: o agravamento de seu alcoolismo que o levou a uma depressão profunda, o falecimento de sua mãe, por quem tinha uma forte ligação afetiva, uma trama obscura de seus inimigos políticos, que estavam o chantageando com “fotos comprometedoras”, a desilusão com seu partido, o PMDB, que o afastou de ter uma participação de destaque na Assembleia Nacional Constituinte, por que tanto lutou, as alianças políticas com pessoas que execrava e que o teriam usado politicamente para seus próprios interesses e, que causou nele uma "crise de consciência”.

Os depoimentos dos colaboradores apontam para várias causas de seu suicídio, mas todos foram unânimes em apontar o agravamento de seu alcoolismo como fator primordial para sua atitude extrema. Dessa forma, o suicídio de Lucena foi o resultado da interação de um quadro depressivo agravado pelo abuso excessivo de álcool.

O Sr. Antonio Lucena diz que soube das tais “fotos comprometedoras” relatadas para ele pelo amigo e suplente de Fábio Lucena, o padre Vitório Cestaro, mas que nunca passou de um boato, uma lenda que criaram. Ele diz que seu pai estava num estágio avançado do seu alcoolismo, com conflitos familiares, internações em clínicas de desintoxicação e ausências no Senado Federal. Segundo ele, seu pai tirava licença médica para beber e quemava remédios controlados contra ansiedade, que associadas ao abuso de álcool agravaram a situação psicológica dele.

Fábio Filho, o filho mais jovem de Lucena, diz que “a desilusão com a Constituinte e o PMDB” mataram seu pai. A desilusão por ter sido preterido do comando do PMDB no Senado Federal, que ficou a cargo de Fernando Henrique Cardoso, e de não ter tido um papel de destaque na Constituinte magoou profundamente Lucena, agravando seu quadro depressivo.

O Sr. Mário Frota também confirma que “ouviu” a história das tais “fotos comprometedoras”, mas diz que não passavam de boatos sem fundamento. Frota afirma que o agravamento do alcoolismo de Lucena foi primordial para a atitude extrema de Lucena em tirar a própria vida. Entretanto, Frota aponta um outro fator importante para a atitude de Lucena: uma “crise de consciência política” de Lucena. As alianças políticas que teve que fazer com pessoas por quem tinha ojeriza traíram seus princípios éticos, sua ética política. Segundo Frota, o ato extremo de Lucena foi uma forma de se redimir de seus próprios erros.

O Sr. Carlos Costa destaca uma somatória de fatores para o suicídio de Lucena: pressão política, o abalo emocional sofrido com o falecimento de sua mãe, D. Othília, a suposta chantagem que estaria sofrendo com as tais “fotos”, mas que o fator fundamental foi o uso excessivo de álcool que agravou sua depressão e o levou a por fim à própria vida.

CONCLUSÃO

Quando nos propusemos a pesquisar a história de vida do bancário, jornalista e político Fábio Pereira de Lucena Bittencourt (1940-1987), o Fábio Lucena, dois trabalhos já haviam sido escritos sobre ele: a obra “Fábio Lucena: Grandes vultos que honraram o Senado”, do advogado Júlio Antonio Lopes, publicado em 2013, quase uma hagiografia de Lucena e “O Templário de Barcelos”, de Antonio Diniz, que foi assessor parlamentar de Fábio Lucena, escrito em coautoria com o jornalista e escritor Simão Pessoa, publicado em 2014 (trata-se de uma coletânea de discursos de Fábio Lucena na Câmara Municipal de Manaus e no Senado Federal, além de artigos escritos por Lucena e/ou sobre ele publicados na imprensa do Amazonas e alguns documentos pessoais de Lucena).

Entretanto, nosso objetivo central foi, além de compreender o caráter complexo desta personagem polêmica, amado por muitos, odiado por outros, analisar a trajetória política destemida e corajosa de Lucena no contexto da ditadura militar e no processo de transição do regime militar para a democracia.

Lucena não tinha formação acadêmica, estudou Direito e Economia na Universidade do Amazonas, mas não os concluiu. Entretanto, constatamos em nossa pesquisa que era um autodidata, um leitor voraz, amante do pensamento do jurista e parlamentar Rui Barbosa. Seus escritos na imprensa, seus pronunciamentos na Câmara Municipal de Manaus e no Senado Federal revelam um intelectual crítico. Possuía uma retórica poderosa, da mesma forma que se defendia de ataques sofridos por inimigos pessoais ou políticos, derrotava-os com sua retórica e oratória genial.

Embora não tivesse formação acadêmica, Lucena escrevia para os dois principais jornais da época: o jornal *A Crítica* de Umberto Calderaro e para o jornal *A Notícia*, de Andrade Netto. Escrevia artigos e editoriais assinados, numa linguagem clara e ao mesmo tempo erudita, encantava os leitores. Em seus escritos Lucena criticava a tudo e a todos, da má administração, de prefeitos a governadores, à politicagem da ARENA e de seu próprio partido, o PMDB, mas sempre embasado em evidências concretas, apoiado em argumentos irrefutáveis.

A trajetória política de Lucena inicia-se quando ingressa no Banco do Brasil, através de concurso, em 1961. Como líder do Sindicato dos Bancários do Amazonas destacou-se como grande orador e defensor de sua categoria. Por sua atuação política no

Sindicato dos Bancários foi punido com sua transferência para uma agência bancária situada no norte de Minas Gerais.

Eleito o vereador mais votado da Cidade de Manaus em 1972 e reeleito em 1976, Lucena teve uma atuação fulgurante na Câmara Municipal de Manaus. Destacou-se como um tribuno corajoso e firme na defesa de suas ideias. A população lotava as galerias da Câmara para ouvir seus pronunciamentos e seus debates com os vereadores.

Por defender os direitos da comunidade, em 1974, foi impedido de disputar a eleição para deputado federal, devido ao atrito que teve com o prefeito de Manaus à época, Frank Lima. Lucena era contra a cobrança do IPTU dos moradores da COHAB-AM, e sugeriu que os mesmos rasgassem os carnês de cobrança. Lucena foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional e impedido de disputar a eleição daquele ano.

Em 1978, disputou a eleição para o Senado, mas foi derrotado pelo radialista João Bosco Ramos de Lima, numa eleição disputadíssima em que havia suspeitas de fraude na contagem de votos no interior do estado do Amazonas. João Bosco venceu por pequena margem de Votos. Esta eleição, de certa forma, garantiu a vitória de Lucena quatro anos depois ao Senado, ao derrotar o governador José Lindoso, num pleito em que só havia uma vaga em disputa: aos olhos da população Lucena ficou como vítima da eleição anterior.

No Senado Federal (1983-1987), mostrou a mesma irreverência política. Defensor intransigente da Zona Franca de Manaus e dos interesses do Amazonas, apoiou a campanha das Diretas-Já, que propunha as eleições diretas para presidente da República e criticou duramente os parlamentares que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira ou se abstiveram da votação, sobretudo os deputados do PDS.

Acusou setores radicais das Forças Armadas de serem os autores do Atentado do RioCentro em 1981, descontentes com o processo de abertura política do País. Apoiou as greves dos bancários em Brasília e as greves dos professores federais e estaduais no Amazonas. Apoiou a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

Durante a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, defendeu a renúncia dos senadores eleitos em 1982 (inclusive ele) e propôs que os mesmos se submetessem a uma nova eleição para que a Nação tivesse senadores constituintes legítimos (o que ele fez).

Com sua oratória poderosa, fazia pronunciamentos vigorosos na tribuna do Senado Federal e debatia em pé de igualdade com figuras de destaque da política nacional como Ulysses Guimarães, Antonio Carlos Magalhães, Jarbas Passarinho,

Pedro Simon, Humberto Lucena e José Sarney. Entretanto, Lucena não teve uma participação de destaque no Congresso Constituinte, foi preterido na liderança do PMDB pelo senador Fernando Henrique Cardoso e não ocupou nenhuma Comissão importante na Assembleia Nacional Constituinte.

Durante sua trajetória política, Fábio Lucena foi processado diversas vezes, tanto pela Justiça Militar, quanto pelos seus desafetos políticos, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, impedido de disputar eleições, preso algumas vezes, mas sempre enfrentou todas essas adversidades com hombridade e coragem, jamais se acovardou ou traiu seus ideais por uma sociedade mais justa e democrática.

Sua carreira política revela altos e baixos, contradições e incoerências. Numa hora, criticava o governador Gilberto Mestrinho; noutra, o elogiava. Durante anos denunciou as falcaturas do empresário Carlos Alberto Di Carli, mas, em 1982, dividiu o palanque com ele na coligação articulada por Mestrinho, que fundiu o PP ao PMDB no Amazonas.

Em 1986, permaneceu na coligação “Aliança Democrática” liderada por Gilberto Mestrinho, que uniu PMDB-PFL e se candidatou novamente ao Senado, em pleno mandato. Outros políticos como Mário Frota, Arthur Neto e Serafim Correa não aceitaram essa fusão e fundaram o “Muda Amazonas”, PSB-PDT. Esta atitude de Lucena gerou o rompimento político e pessoal com seu grande amigo Mário Frota.

Lucena era uma pessoa carismática. Apesar de ocupar cargos políticos relevantes, como vereador de Manaus e depois como senador da República, frequentava os botequins de Manaus regularmente, onde tinha contato com populares e intelectuais.

Conseguiu popularidade com sua oratória contundente, na medida em que não media as palavras para se defender ou destruir os argumentos de seus desafetos políticos, mas isso lhe gerou inimigos pessoais e políticos poderosos. Muitas vezes transformava conflitos políticos em conflitos pessoais.

No fim da vida, sentia-se abandonado pelos amigos, ressentido consigo próprio por ter feito alianças políticas com pessoas que execrava e que só o usaram para seus próprios interesses, traído por seu Partido, o PMDB, e desiludido por não ter alcançado um papel de destaque na Assembleia Nacional Constituinte, por que tanto lutou.

Seu temperamento instável, agravado por seu alcoolismo, causou-lhe uma forte depressão que culminou com o fim trágico de sua vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTINI, Lauriani Porto. **O Caso Baumgarten e a crise da ditadura (1983-1985)**. Dissertação de Mestrado. São Carlos, PPGCso, UFScar, 2003.
- ANTONACCIO, Gaitano. **Políticos Influentes no Amazonas (1889-2005)**. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 2006.
- ARAÚJO, Maria Celin D; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro, Relume-Dumara, 1994.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e Misérias da Biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo. Contexto, 2008.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e Misérias da Biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Novos Temas na Aula de História**. 2ª ed. São Paulo, contexto, 2010.
- BEIGUELMAN, Paula. **Formação Política do Brasil**. 2ª ed. São Paulo, Pioneira, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo, Edusp, Porto Alegre, 2007.
- _____. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner, 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **O Desencantamento do Mundo**. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- _____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2007.
- _____. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaina(orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- _____. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Rio de Janeiro. DIFEL, Bertrand Brasil, 1989.
- _____. **Sociologia**. Renato Ortiz (org.): São Paulo, Ática, 1983.
- BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo. Ed Unesp, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios de História**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.
- CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Preâmbulo de Uma Nova Era: 1979-1989**. 3ª edição. São Paulo, Editora Três, 2004.
- CASTRO, Mario Adolfo Aryce de. **Virgílio Filho, Arthur. 1921-1987**. Brasília: Câmara dos Deputados Edição Câmara, 2011.

- CHARTIER, Roger. **A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, V.7, nº 13, 1994.
- CHARTIER, Roger. **Pierre Bourdieu e a História.** Debate com José Sérgio Leite Lopes. Rio de Janeiro, Topoi, 2002, pp. 139-182.
- CORADINI, Odaci Luiz. **Estruturas de Dominação, Integração Social e Muito Mais: Os confrontos entre as noções de capital social de Bourdieu e de Coleman.** BIB, São Paulo, nº 69, 2010, pp. 23-41.
- COSTA, Carlos. **De Jornaleiro a Jornalista: Uma história de vida.** Manaus. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 2009.
- COSTA, Luis Cesar Amud e MELLO, Leonel Itaussu. **A História do Brasil.** São Paulo: Scipione, 1999.
- DINIZ, Antonio e PESSOA, Simão. **O Templário de Barcelos.** Coleção PedraQRonca.V.2, 2014.
- DORIA, Palmério. **Honoráveis Bandidos: Um retrato do Brasil da Era Sarney.** São Paulo. Geração Editorial, 2009.
- DUARTE, Durango. **Imprensa Amazonense: Chantagem, Politicagem e Lama.** 1ª ed, Manaus, DDC Comunicações LTDA-EPP, 2015.
- DUBY, Georges. **A História Continua .** Rio de Janeiro, Zahar/Ed. UFRJ, 1993.
- FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro,** 2ª ed. Porto Alegre: Globo, São Paulo: EDUSP, 1975. 2v.
- FARIA, Ricardo de Moura *et all.* **Estudos de História.** SP. FTD, 2010, V3.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, FDE, 1995.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Novos Domínios de História.** Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.
- FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- FERREIRA NETO, Edgar Leite. **Os Partidos Políticos no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.
- FRANCO, Geisa Cunha. **A Política Externa do Governo Figueiredo: a abertura democrática e o debate na imprensa – o Brasil entre os Estados Unidos, o Terceiro Mundo e o eixo regional.** Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais – IREL. Tese de Doutorado. Brasília, 2008.

- GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2016. V.5
- GINZNBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo. Companhia das Letras 1987.
- GOMES, Angela (org.) **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- GRINBERG, Lucia. **Partido Político ou Bode Expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional-ARENA (1965-1979)**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2009.
- HILL, Christopher. **O Eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- HOLANDA. Sérgio Buarque (org.) **HGCB**. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. v.11.
- HOLMES, Richard. In: Rémond, René. **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- LAMOUNIER, Bolivar (org.). **De Geisel a Collor: O Balanço da Transição**. São Paulo. Ed. Sumaré, 1990.
- LÉVILLAN, Philippe. Os protagonistas: sobre a biografia. In: REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. (org). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo. Ed. Unesp, 1992.
- _____. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- LARANJEIRAS, Ronaldo. Artigo: **Depressão & Abuso do Álcool**, in: Prof. Dr. Ronaldo Larengueiras, UNIAD (Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas) 1/1/ 2014.
- LINHARES, Maria Yedda (org). **História Geral do Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas: A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- LOPES, Júlio Antonio. **Fábio Lucena: Grandes Vultos que Honraram o Senado**. Brasília, Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.
- MAIRED, Gérard. Les discours et l'historique. Essai sur la representation du temps. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Ensaio Racionalistas**. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- MARX, Karl & Engels, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo. Martins. Fontes, 1989.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Col. Os Pensadores. São Paulo. Brill Cultural, 1974.

- MICELI, Sérgio. A Força do Destino. In: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectivas, 2007.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo. Ed Loyola, 1996.
- NADAI, Elza. **História do Brasil: da Colônia à República**. 10ª edição. São Paulo, Saraiva, 1987.
- NORONHA, Gabriel e ROCHA, Luís Guilherme. Bourdie e Elias: **Para uma sociologia histórica ou seria uma História sociológica?** In: Revista Habitus. V1, 2007.
- PAULO NETO, José. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo, Cortez Editora, 2014.
- PEREIRA, Luís Carlos Bresser. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930 - 1983**. São Paulo, Brasilienses, 1984.
- PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed, São Paulo, Contexto, 2008.
- _____. **Novos Temas nas Aula de História**. São Paulo, Contexto, 2010.
- PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, Ed Unesp, 1992.
- RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- RODRIGUES, Marly. **O Brasil da Abertura: de 1974 à Constituinte**. São Paulo. Atual, 1990. (Coleção História em documentos.)
- _____. **A Década de 80 - Brasil: quando a multidão voltou às praças**. São Paulo, Ática, 1992.
- SADER, Emir. **A Transição no Brasil**. 7 ed. São Paulo, Atual, 1991.
- SANTOS, Franciso Jorge dos. **História do Amazonas**. 1ª ed. Rio de Janeiro, MEMVAVMEM, 2010.
- SCHMIDT, Benito. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios de História**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.
- SCHNEIDER, Claércio Ivan. **História Cultural e Sociologia: Contribuições de Bourdieu para uma ciência da obra cultural**. Revista Ágora. Vitória, nº13, 2011.pp.1-20.
- SHWARCZ, Liliam e STARLING, Heloísa. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo, Cia das Letras, 2015.

- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A Modernização Autoritária: do Golpe Militar à Redemocratização (1964-1984)**. In: LINHARES, Maria Yedda (org.) **História Geral do Brasil**. 3º ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil: Colônia, Império, República**. São Paulo, Moderna, 1992.
- SILVA, Gilda Olinto do Valle. **Capital Cultural, Classe e Gênero em Bourdieu**. INFORME, cad Prog-Pós grad, V1, nº2, 1995. pp.24-36.
- SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Ernesto Geisel: 1974-1979. A Abertura Política**. São Paulo, Grupo de Comunicação Três, 1983.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e Morte da Ditadura**. 20 anos de autoritarismo no Brasil. 2ª ed. Petrópolis: Vozes 1984.
- SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. 1ª ed. Manaus, Editora Valer, 2009.
- _____. **A Resistível Ascensão do Boto Tucuxi**. São Paulo, Marco Zero, 1982.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castello a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. **O Brasil Visto de Fora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- TORRES, Iraildes. **Arquitetura do Poder: memória de Gilberto Mestrinho**. Manaus, Edua, 2009.
- UTZERI, Fritz & ANTERO, Luiz. O Caso Riocentro. In: MOLICA, Fernando (org.). **10 reportagens que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- VELLEGO, Jackie. **João Figueiredo: 1979 - 1985**. De volta à Democracia. São Paulo, Brasil 21. Editora Três, 2004.
- VIEIRA, Evaldo. **A República Brasileira: 1964-1984**. São Paulo: Moderna, 1985.
- VILLA, Marco Antônio. **Jango: um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004.

JORNAIS:

- Jornal do Comércio (AM)
- A Crítica (AM)
- A Notícia (AM)
- Diário do Congresso Nacional
- Jornal do Brasil
- Correio Braziliense
- O Globo
- Folha de São Paulo

FONTES ORAIS:

- Vereador de Manaus Sr. Mário Frota (Entrevista realizada em 12/01/2016)
- Jornalista e escritor Sr. Carlos Costa (Entrevista realizada em 14/01/2016)
- Sr. Antonio Lucena (Entrevista realizada em 4/3/2016)

SITES:

- www.senado.gov.br
- www.stf.jus.br
- [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionário/verbete-biográfico](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionario/verbete-biografico)
- Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em www.bn.br/bndigital

ANEXOS:

ANEXO I:

Entrevista realizada no dia 12/01/2016 com o Sr. Vereador de Manaus
Mário Frota, por Giovanni Amaral:



Figura 1: Sr. Mário Frota, vereador de Manaus. Entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2016 em seu Gabinete na Câmara Municipal de Manaus.

GA- Sr. Mário Frota, o Fábio Lucena trabalhava no Banco do Brasil, passou no concurso em 1961, ele era escriturário?

MF- Eu não me lembro bem qual a função dele no Banco, mas o Fábio era uma pessoa muito conceituada, um funcionário muito conceituado no Banco, possivelmente porque, ele como jornalista, ele adquiriu um certo nome na sociedade, respeitabilidade, ele escrevia muito bem, brilhante oralista, um orador extraordinário, grande cultura. Foi perseguido pela Ditadura, foi afastado do Banco do Brasil, depois retornou ao Banco.

GA- Em 1972, ele foi eleito o vereador mais bem votado de Manaus e tentaram impugnar a diplomação dele. O Sr sabe por quê?

MF- 1972? Não, eu não recorde. Inclusive eu votei no Fábio, pela admiração que eu tinha por ele, na época da Faculdade, eu votei nele. Eu quero adiantar a você que, no

segundo ano, o Fábio deixou a Faculdade. Ele não concluiu Economia nem Direito. O Fábio ficou muito perturbado em razão da morte de um irmão dele e perdeu o estímulo, e aí desapareceu da Faculdade, já pra ir pro terceiro ano. Mas ele era uma referência nossa.

GA- Então, já em 1972, ele tinha uma grande popularidade, aqui em Manaus?

MF- Já, porque ele escrevia, né.

GA- Ele se destacou no Sindicato dos Bancários?

MF- Foi, se destacou, e a perseguição política que ocorreu sobre a pessoa do Fábio, após a instalação da Ditadura, foi exatamente o trabalho da área sindical.

GA- Sr. Mário Frota, em 1974, ele tentou novamente a candidatura para Dep Federal, mas ele foi impugnado, porque houve um atrito entre ele e o Prefeito à época Frank Lima. O Sr poderia falar sobre esse atrito?

MF- O atrito é o seguinte, o Fábio, recebeu denúncias de pessoas que foram, estavam sendo notificadas a pagar o IPTU sobre as casas da COHAB e o Fábio achou que era uma ilegalidade. Os cidadãos não eram os donos das casas, o proprietário ainda era o Estado do Amazonas, das casas. E o Fábio, foi e denunciou da Tribuna e aconselhou as pessoas que haviam recebido aquele documento a rasgar "Rasga este documento, não tem valor jurídico nenhum, isso é uma injustiça, é uma violência". E aí, em razão disso, o Governador do Estado, que havia nomeado o Frank Abraham Lima, para Prefeito de Manaus; o Frank era um garotão, o Frank tinha feito Economia, depois fez Direito, quando eu tava no quinto ano o Frank tava no terceiro de Direito. E aí, o que ocorre. É que o Governador, não foi bem o Frank que fez aquilo, o Frank era um bom menino. Quem fez aquela história toda, armou aquela perseguição contra o Fábio, foi o então Governador João Walter, coronel João Walter, era um coronel do Exército. Ele tinha mágoas profundas do Fábio, em razão das críticas que o Fábio fazia a ele pela imprensa. E ele não perdoou e enquadrou o Fábio na Lei de Segurança Nacional. Em razão disso, o Fábio; veja o absurdo, a nebulosidade do momento que vivíamos nesse país, um momento de trevas nesse país, sem ser julgado, nada, apenas porque ele foi enquadrado na LSN, foi impedido de sair Dep Federal. Bem, e aí, eu estou em São Paulo, eu tinha feito política universitária, fui presidente do DCE e, embora o Fábio não estivesse na Faculdade já, que foi no quarto ano de Direito, no quinto ano eu fui presidente do DCE, mas o Fábio acompanhava a minha atuação, no nível estudantil, na faculdade, acompanhava pelos jornais etc. E quando o Fábio, e aí que é o problema, quando o

Fábio é impedido de sair candidato, ele disse pra vários amigos dele que ele não ia apoiar nenhum daqueles candidatos, que até então iam concorrer a Dep Federal pelo PSB na chapa dele, ele queria apoiar uma pessoa jovem (Mário Frota tinha 28 anos ia fazer 29), que trouxesse alguma experiência pro Estado.

GA- O Sr já tinha terminado o curso de Direito?

MF- Já há 2 anos.

GA- O Sr estava em Brasília?

MF- Não, eu estava em São Paulo, porque um irmão meu estava com problema de câncer e fui a São Paulo visitá-lo. Quando minha mãe me telefonou e falou: "Mário, vem pra cá, porque tudo indica que tu vai ser candidato a Dep Federal, até os documentos vieram buscar aqui em casa, pra levar pro Tribunal". Mas ninguém conversou comigo, isso é um absurdo da minha mãe, quem tinha que sair era o Evandro Carreira e o Fábio Lucena

O que consta, os dois vieram aqui em casa, o Fábio não podia sair candidato porque ele foi enquadrado na LSN e o Partido não tem candidato, as pessoas tavam com medo. Era o MDB, o candidato com maiores chances era o Joel Ferreira para Dep Federal, ele saiu da ARENA pro MDB. O nosso grupo tinha mais condições.

GA- O Fábio trabalhou no jornal A Notícia do Andrade Neto?

MF- Veja bem, começou lá.

GA- Pois é, mas aí houve um atrito entre o Andrade Neto e o Fábio Lucena, porque o Fábio foi trabalhar em A Crítica do Umberto Calderaro?

MF- Foi uma briga feia, não sei como não morreu gente naquela história. Inclusive o Fábio chegou a ser baleado naquele episódio, num bar aqui em Aparecida.

GA- No caldeira?

MF- Não, foi num bar aqui de Aparecida.

GA- Porque eu li que que o Fábio chamou o Andrade pra um duelo na Praça São Sebastião.

MF- Não, aquilo foi a posteriore. No auge da pancadaria entre os dois jormais, quem escrevia em verdade, os artigos.

GA- Mas era uma briga política ou uma briga econômica?

MF- Eu não sei, eu acho que tinha de econômico nessa história. Porque o Andrade, o jornal dele, A Crítica era um jornal muito tradicional, mas o Andrade montou o jornal e cresceu muito, muito populista, e deu uma crescida. E o jornal começou a espezinhar, o

Andrade começou pelo jornal dele, a soltar notinhas, picuinhas, contra A Crítica do Calderaro, e aquilo criou um clima muito ruim. Aí foi uma guerra pelos dois jornais, agressões violentas, um negócio feio, pela imprensa, e quem escrevia, em verdade, era o Fábio.

GA- E porque o Fábio foi para A Crítica?

MF- Eu não sei bem porque, ele era amigo do Umberto Calderaro, eu acho que ele se achou deslocado por alguma razão lá em A Notícia, houve alguma razão lá que eu não sei o que houve. Eu acho que o Andrade ficou enciumado porque o Fábio foi pra lá.

GA- E esse duelo que o Fábio chamou o Andrade (o duelo foi marcado para 26|11|1977).

MF:

Foi, eu inclusive tentei conter o Fábio. Eu estava em Manaus, eu era Dep Federal, e o Fábio num discurso na Tribuna da Câmara de Manaus, ele chamou, convidou, lançou um repto, um desafio ao Andrade Neto, para que ele se encontrasse com o Fábio para um "Duelo de vida ou morte" na Praça São Sebastião, o Fábio tinha essas tiradas assim, né, meio alopradas.

GA- E ele foi mesmo, né?

MF- E aí, o Fábio, o Jornal A Notícia não disse nada, mas A Crítica criou um clima, né, um clima de grande heroísmo do Fábio, aquele ódio que havia contra o Andrade Neto, mas o próprio seu Umberto, na véspera, ele achou que era melhor o Fábio não ir, porque o Andrade não ia comparecer.

Eu fui lá com o Sr. Umberto e disse "Sr. Umberto, diz pro Fábio não fazer isso, não vai pegar bem pra ele, porque o Andrade não vai, não deu uma palavra pelo jornal até agora, e em verdade, é só o desafio feito pelo Fábio, mas não foi respondido pelo Andrade Neto e o Fábio vai se expor, na minha opinião, a uma situação vexatória, eu acho que ele não deveria ir", mas o Fábio tava irredutível. A população compareceu no dia.

GA- Dizem que ele deu um tiro no sino da Igreja?

MF- Não, não tem nada disso.

GA- Mas ele foi armado pro encontro?

MF- Ele foi com dois revólveres, armado, no coldre, com direito a tudo. E aí, 6:30 da manhã, eu cheguei na casa do Fábio, ele tinha marcado às 8:00h o duelo na Praça São Sebastião. Cedo eu cheguei, naquele prédio que ele morava, ali na Praça do Congresso,

aquele alto, Maximino Correa. Aí eu subi, já tinha tomado café, quando eu subi, logo chegou um delegado da polícia, foi até meu colega da Faculdade, saiu dois anos de mim, ele foi lá também tentar contemporizar com o Fábio, pra ele não fazer aquilo, mas o Fábio não deu a menor questão pra ele, aí ele foi embora. Aí chegou o coronel Galvoso, que era um coronel aposentado do Exército, que foi levar as armas pro Fábio, dois revólveres de cano longo, era um coronel meio doido, meio doidão. Aí o Fábio botou aquele negócio, se aprontou, botou um paletó que nunca vou esquecer, quadriculado assim de marrom, preto e marrom, tava na moda aquilo e botou no pescoço um lenço vermelho, nunca vou me esquecer. E aí ele disse "Vou enfrentar aquele canalha, vou matá-lo". Aí descemos a escada (...) e tava a multidão lá fora. O Fábio era muito querido, né.

GA- A população foi acompanhando?

MF- Foi, a multidão lá fora esperando o Fábio, tratando o Fábio como um herói, um cara que teve a coragem de desafiar o Andrade Neto. E a multidão foi, a Igreja São Sebastião é ali perto. Chegamos lá, aí o Fábio entrou na Igreja São Sebastião, orou, aí ele disse: "Eu quero entrar sozinho", se ajoelhou, com as mãos postas, ele era muito católico, ele rezou, orou, na saída, o jornalista Mário Jorge, que foi prefeito em Presidente Figueiredo, ele foi baleado numa briga lá, ele levou um tiro na coluna, a bala se alojou, ele terminou morrendo daquela bala, andando de cadeira de rodas. Bem, na saída ele indagou o Fábio Lucena: "Vereador, o que o sr veio fazer mesmo agora, que o sr se ajoelhou, orou? O sr foi pedir a Deus pela sua vitória agora no duelo?" E Fábio respondeu: "Não, eu orei a Deus neste momento, eu entreguei minha alma a Deus e o corpo a satanás". O Fábio tinha umas tiradas assim, geniais.

Aí foi passando, ele foi pra Praça. Então ele diz: "Agora, que ninguém me acompanhe, em razão do perigo das balas". A multidão ficou ali em cima do Teatro, eu fiquei ali perto da Igreja, todo mundo esperando o Andrade. O Andrade morava ali perto, na rua D.Libânea, uma casa bem de canto, um casarão bem bonito. O Fábio achava que ele vinha daquela ruazinha, foi a casa no passado do J.G.Araújo.

GA- E aí o Andrade não foi?

MF- Exatamente. O Fábio ficou andando, ele olhava pro relógio, rapaz, a Globo mostrou. Aí o Fábio botou pra trás o paletó, mas parecia filme de Bang-Bang mesmo, com dois revólveres, andando pra lá e pra cá, e olhava pra cima, aí o sino bateu 8:00h, tum, tum, tum, o Fábio virou pra D.Libânea, pra aquela rua, na posição de sacar viu,

quando o sino bateu 8h, porque ele tinha marcado 8h, esperando que o Andrade fosse sair, e o Andrade não apareceu. Ele ficou lá uns 10 minutos, lá esperando, a imprensa toda correu pra lá. Aí o Fábio disse: "O poltrão não apareceu! O poltrão não apareceu!" Aí a multidão desceu lá do Teatro, ali da frente do Teatro, gritando o nome dele, um herói, o Fábio virou um herói.

GA- Vereador, sobre o alcoolismo do Fábio Lucena, quando o sr o conheceu, ele já era alcoólatra?

MF- Não, ele bebia de forma muito moderada. Eu também tomava a minha cerveja nos bares, estudante, ele era uma pessoa moderada, acelerou depois.

GA- Por que esse alcoolismo dele? Ele tinha histórico familiar?

MF- Não, o Fábio era muito bem casado, os filhos bem criados. O pai dele foi tabelião aqui em Barcelos, o Sr. Lucena era um homem muito compenetrado, ele ia ver o filho na Câmara com aquele guarda chuva dele, adoração dele. A Sra. D. Othilia, mãe do Fábio, era uma pessoa muito educada, eu ia na casa dela, ela me tratava muito bem.

GA- Este alcoolismo foi gradativamente aumentando?

MF- Mas não é uma questão de família não, pelo menos o pai nunca vi.

GA- Ele frequentava o Bar do Caldeira?

MF- Caldeira era o Bar preferido dele, lá tem fotografia dele com o Vinícius de Moraes...

GA- Ele não frequentava o Bar do Armando?

MF- Não, ele não era de frequentar o Bar do Armando, não. Um dia, eu fui lá com ele, fui até pegá-lo pra ir a algum lugar com ele. Aí eu fui lá, e eu nunca vou me esquecer isso, nós sentamos no bar e tinha um professor lá, que eu não quero citar o nome, e eles vieram e sentaram na nossa mesa, tava eu e o Fábio, e o PT com aquele ar de superioridade, até então, eles não eram ninguém, eram só rapazes da Universidade, professores, pessoas decentes e tudo, tavam formando o Partido, mas já com aquela história que o PT era a salvação do Brasil e nós não eramos nada, eu e Fábio que havíamos participado da luta contra a Ditadura Militar, eu em Brasília, o Fábio aqui, naquele momento Mário-Fábio, Fábio-Mário, que ele botou a mão no meu ombro e me elegeu, você sabe da história.

GA- Mas esse alcoolismo nunca atrapalhou a atividade parlamentar dele? Ele nunca chegou bêbado na Câmara nem no Senado?

MF- Não, nem na Câmara nem no Senado, nem soube de conflitos familiares, ele bebia e ficava na dele, ia dormir. Eu bebi com o Fábio.

Mas então, nesse dia nós estávamos no Caldeira e o pessoal do PT foi chegando, dois ou três, se chegaram, e começaram a arrotar bobagens: "Que vocês tão pouco fazendo pra derrubar essa Ditadura", no final do governo Figueiredo, não sei o que, "E quando nos chegarmos ao poder vamos acabar com a corrupção no Brasil, melhorar a educação, a saúde (...)", aquelas bobagens sabe, aquelas coisas todas, e eu só ouvindo ali, eles provocando ali. Aí o Fábio falou: "Mário, vamos embora, paga a conta aí", ele meteu a mão no bolso e tava sem dinheiro, como sempre, né. Aí naquela época não tinha cartão, eu falei "Deixa Fábio, que eu pago", eu paguei, eu percebi que o Fábio queria sair daquela situação. Quando foi lá fora, eu falei: "Fábio, rapaz, o que houve? Eu pensei que tu fosse dar um esporro naqueles carinhas ali dentro, do PT, sabe?" O Fábio falou: "Mário, lembra aquela frase? Não deveis jogar pedras nos apóstolos. Vamos embora, por que brigar com eles? Não são ninguém, nunca moveram uma palha até agora pra derrubar a Ditadura e vem querer dizer como tem que se fazer pra derrubar a Ditadura Militar, não devemos jogar pedras nos apóstolos". Eu achei que aquele momento, foi um momento de muita lucidez dele, ele não tinha bebido uma cervejinha lá. Travar uma briga lá com pessoas que não tinham mandato, nada, eram só professores, pessoas decentes. Aliás, daqueles professores da Universidade que fundaram o PT, não tem mais ninguém lá: Marcus Barros, a menina que é protegida dele, Marilene Correa, o Osvaldo Coelho, O Aloísio Nogueira, intelectual de fora, Márcio Souza, Amecy, Ademir Ramos (...) esse caras que foram fundadores do PT, não tem mais ninguém, não tem mais 10 anos, quando o PT chegou ao poder, eles viram a fria que eles entraram.

GA- Vereador Mário Frota, enquanto vereador ele sempre sonhou em ir pro Parlamento Federal?

MF- Sempre, o sonho dele era ir pro Senado Federal.

GA- Naquela época não havia como é hoje, verba de campanha?

MF- Não, não havia.

GA- Em 1982, quando ele vence o Governador José Lindoso.

MF- Não, em 1978, você não sabe da história. O problema é o seguinte, a eleição foi tomada do Fábio, a última urna aberta, até então ele tava na frente, contra o João Bosco, e a eleição dele foi tomada lá no Alto Solimões, lá em Atalaia do Norte. A prova disso é que anos depois, o rapaz, o pilantra lá, também chamado Bosco, João Bosco, esse cara

trabalhou lá no cartório, ele disse, ele deu uma declaração, eu nunca vi um sujeito tão cínico, ao Jornal do Brasil e disse: "Eu sou o fraudador oficial do Alto Solimões", e contou a história, e tomou a eleição do Fábio, tomaram lá, a diferença foi de 126 votos (...) aquilo foi uma vergonha, 126 votos. Naquele livro, que um General escreveu, brigou com a Ditadura "Os Pilares do Poder", um General da época, ele rompeu com o Geisel e escreveu "Os Pilares do Poder", ele foi da Casa Militar. Ele diz o seguinte no livro, ele tava com o Presidente, quando chegou o Governador do Amazonas, logo depois da eleição, era o Henoc Reis, aí o Henoc chegou e o Geisel perguntou: "E aí, como foi a eleição no Amazonas?" O Henoc diz: "Presidente, nós ganhamos no tacape, na porrada", tá lá no livro "Os Pilares do Poder", contado pelo General que era chefe da Casa Militar do governo Geisel, e tomaram a eleição do Fábio em 1978 vergonhosamente. O Fábio não tinha um centavo.

Vou te contar um episódio, nós atravessamos o rio, nós iam fazer um comício em Manacapuru, eu e o Fábio, eu Dep Federal e o Fábio do meu lado, já tava com meu nome, nessa época. Quando a balsa atracou, tinha um outdoor do João Bosco caído, acho que foi uma tempestade que derrubou. O Fábio, olha a grandeza do Fábio, ele chamou um moleque, aquela molecada toda, um rapazinho lá, e disse: "Olha, eu quero que vocês consertem esse outdoor", e deu o que seria equivalente a 50 reais pra eles, veja, foi um ato de grandeza, ele poderia dizer: "Deixa essa porra aí, acaba de quebrar", não, não, ele deu o dinheiro na minha frente para que os rapazinhos colocassem o outdoor no lugar dele, do Bosco, que era adversário dele. E a eleição foi isso, a prova é que o Fábio ficou como vítima. O Fábio foi o vencedor daquela eleição, sem um centavo no bolso, e mais, os empresários não nos ajudavam porque tinham medo.

GA- Mas vocês não tinham que fazer os cartazes? Era só o tempo na TV?

MF- Não, não tinha nada. O Calderaro ajudava com propaganda, dava uns cartazes também, eu tinha um dinheirinho porque era Dep Federal, e a turma na rua, né.

GA- Quanto tempo tinha o candidato a Senador na TV? Era o Partido?

MF- Quando o Fábio foi candidato já tinha a Lei Falcão, não falava mais não, foi proibido, a Lei Falcão botava só o curriculum, aparecia só a fotografia.

GA- Mas em Manaus, o Fábio era imbatível?

MF- Imbatível. Aquilo foi uma porrada seca.

GA- Atalaia foi decisivo?

MF- Foi, Atalaia foi, esse tabelião falou: "Eu sou o fraudador do Alto Solimões, eu sou o fraudador-mor do Alto Solimões", e contou a história.

GA- Vereador Mário Frota, aí em 1982, ele vence o governador José Lindoso pro Senado e era uma vaga só, porque o Raimundo Parente era biônico, nomeado em 1978. Essa eleição foi muito disputada?

MF- O Lindoso não tinha como disputar com o Fábio, apesar dele ter sido um ótimo governador. Foi ele que criou o Projeto Dendê, abriu a Cidade Nova, ele fez uma boa administração no Amazonas.

GA- Mas falam que havia muita corrupção no governo dele.

MF- Não, quem encontrou corrupção no governo dele foi eu. E eu denunciei. O irmão dele dirigia o ITERAM (Instituto de terras do Amazonas), hoje é o Departamento de terras, e eles pegaram lá uns lotes de terras, aqui no Careiro e brotaram aqui, ao lado do Igarapé do Passarinho, porque lá também existe o Igarapé do Passarinho, e um empresário lá do Careiro me alertou o fato, que essa propriedade era de lá e não daqui, porque eles pegaram, porque tinha o mesmo nome, Passarinho, eles brotaram aqui e venderam pra antiga SHAM, e aí foi uma negociação com a SHAM. E aí foi feio o negócio, eu denunciei, ele não tava mais como Governador, era o Paulo Nery, que foi meu professor de Direito Penal na Faculdade de Direito, era o vice do Lindoso e tava como Governador. Eu denunciei o fato pela imprensa e botei os documentos, eu tava todo documentado, e fui ao Palácio, a imprensa toda me esperando lá, eu subi pra uma sala, ele mandou buscar o pessoal do ITERAM, o irmão do Lindoso se acorvadou e não foi, mandou o sub dele, e eu arrasei com o sujeito lá dentro, na frente do Paulo Nery. Aí o Paulo Nery mandou anular a compra, não podia fazer outra coisa senão anular. Eu provei, taqui, esse terreno era do Careiro, não é daqui, porque também tem o Igarapé do Passarinho. Eu fiz uma brincadeira, que os jornais deram manchete na época, eu disse: "Eles trouxeram as terras do Careiro de balsa pra Manaus (sorri)". E ele passou a me odiar, ele me odiava tanto, o Lindoso, por causa desse fato, entre outras coisas, que num debate com o Fábio na TV, ele tava tremendo, parecia até que ele tava doente, mas não era, ele tava nervoso, sei lá. Ele passou a me atacar, disse que meu pai, meu pai tinha um rio chamado Rio Piorini, deu nome aqui a esse bairro implantado pela minha família, as ruas são largas, foi um loteamento, 3800 lotes, em homenagem a propriedade do meu pai, que é o rio todo, o Rio Piorini, e o meu pai tinha vendido lá pra um grupo de São Paulo, e o Lindoso foi dizer que o meu pai tinha aumentado o tamanho da

propriedade, fez lá uma demarcatória, um avivamento de demarcatória, e teria aumentado o tamanho da propriedade. Se o cara fez, já era o dono, dois, três anos depois, meu pai não tinha nada a ver com isso. Ele chamou meu pai de grileiro. As terras vendidas eram todas tituladas, tinha uns 82 títulos, do século passado, não, do século retrasado, e aí ele me atacou. O Fábio disse: "Olha, o sr ", ele tinha colocado até um mapa na parede mostrando aonde meu pai teria invadido as áreas, não sei o que. Aí o Fábio disse: "Olha, por que o senhor não convoca, já que o senhor quer debater com o Dep Mário Frota, e está o fazendo aqui sem a presença dele, por que o senhor não toma coragem e o convoca para um debate? Por que tem que ser eu? O Senhor está me faltando com respeito, o senhor está debatendo é comigo, não é com o Mário Frota. Marque um novo debate e eu tenho certeza que ele vai enfrentá-lo, o senhor está mentindo". Assim mesmo, aí porra, foi uma merda, o Lindoso se acabou ali.

Ele não tinha nada que me atacar, ele tinha que ir pra cima do Fábio e não pra cima de mim, e o Fábio tava com toda razão. Ninguém, naquele momento, era páreo para o Fábio Luvena, ninguém. Quem se metesse seria triturado por ele, porque ele tava como vítima da eleição passada e há uma tendência em se votar na vítima.

GA- Na época, em 1978, a população percebeu que houve falcaturia? Como aconteceu com o sr em 1986?

MF- Ah percebeu sim, isso o meu caso você lembra.

GA- Bom, agora eu quero chegar em 1986. Então, o Fábio se elegeu em 1982 Senador e ele teria um mandato até 1991, mas em 1986, ele se reelegeu novamente em pleno mandato. Pois é, há boatos de que o Fábio se reelegeu como estratégia pra que o governador Mestrinho se elegeesse Senador. Procede isso?

MF- Procede. Eu tava no PMDB e aí o Fábio disse: "Olha Mário, sai eu e você". Eu tinha três mandatos de Dep Federal, aquele negócio todo, ainda não se falava em Carlos Alberto Di Carli para o Senado. Logo depois, eu viria a saber que tavam trabalhando o nome do Fábio e do Di Carli para o Senado. Porra, o Fábio, nós tínhamos conversado que seria eu e ele, e aquilo me deixou muito perturbado, né. Eu tinha uma amizade profunda pelo Fábio, muito grande, de irmão, amizade de irmão e, quando eu descubro, não é mais...não, o Fábio não sairia, ele apoiaria o Di Carli, sairia eu e o Di Carli, o Fábio não sairia pro Senado. Porque o Fábio tinha um mandato até 1991. Quem tinha mandato não concorreu naquela eleição, porque tinha mais quatro anos.

GA- Porque nunca aconteceu isso na política brasileira.

MF- Nunca, eu descobri depois que o jogo era o seguinte: O Mestrinho queria futuramente ocupar o Senado. Bom, se o Fábio saísse pra candidato, ele se elegeria, todo mundo sabia, tinha certeza que o Fábio ia se reeleger e assumiria o Leopoldo Perez, só que o Leopoldo não assumiria a cadeira no Senado, ele renunciaria e teria que haver uma nova eleição.

Essa história, o Di Carli criou, criou, passou para o Fábio e o Fábio passou para o Mestrinho, aí o Mestrinho convenceu o Fábio a ser candidato ao Senado, aí eu fiquei de fora, me empurraram para fora, foi quando eu e o Arthur (atual Prefeito de Manaus) fundamos o "Muda Amazonas", eu Dep Federal e o arthur também. O Arthur queria sair pro governo, enfrentar o Amazonino e eu queria sair candidato ao Senado, que era meu propósito, eleição importante como aquela, porque era Senador Constituinte, né, fazer uma nova Constituição para o Brasil, seria uma honra para mim. Não só uma honra, seria um direito meu.

GA- Agora, o Fábio alegava, eu li em seus discursos, que ele se candidatou novamente para se legitimar como Senador Constituinte.

MF- Quem foi que fez isso?

GA- Porque ele alegava que os Senadores eleitos em 1982 não tinham legitimidade para serem Senadores Constituintes.

MF- O problema é que eu encontro, dois dias antes da eleição, eu encontro na rua o Leopoldo Perez, ali em frente ao SESC, na Guilherme Moreira, não Henrique Martins, Henrique Martins, por trás do Colégio Estadual. Aí eu pergunto: "Leopoldo, é verdade, você sabe que o Fábio ganha, tudo indica que as pesquisas mostram que eu e o Fábio vencemos essa eleição (eram duas vagas para o Senado), e é verdade que você vai renunciar? O Fábio ganha, você vai pra vaga dele (Leopoldo perez era primeiro suplente de Fábio Lucena) e aí você renuncia?". Ele disse: "Mário, tão falando essa história, mas ninguém conversou comigo, ninguém acertou com os russos (Mário Frota alude à fala atribuída ao jogador de futebol Garrincha), ninguém acertou com os russos, Mário, e eu não vou renunciar ao meu mandato, não. Se o Fábio ganhar, não tem problema, ele vai assumir o mandato dele, o novo mandato, e eu assumo, eu sou o Primeiro Suplente, eu assumo a cadeira no Senado, ninguém nunca falou isso comigo. Eu acho que meteram na cabeça do Mestrinho essa história e o Mestrinho deve ter, porque o Mestrinho não conversou comigo. Eu ia dizer pra ele, não procede, porque, se houver eleição e o Fábio se eleger, eu sou Primeiro Suplente, eu vou me tornar Senador, como é que eu vou abrir

mão disso? (O sonho de ser Senador da República, porque ele tinha sido Dep Federal no passado) não tem cabimento isso, Mário, eu sou Primeiro Suplente, eu assumo”.

Pô aí, os caras inventaram essa história para o Mestrinho, meteu na cabeça do Mestrinho, olha só, que o Leopoldo ia renunciar “pelos belos olhos dele”.

GA- Mas isso aí foi esquema do Di Carli, o Di Carli que criou essa maracutaia?

MF- Foi, foi aí que o Fábio saiu candidato pra ajudar o Mestrinho, por isso ele me empurrou pra fora, o grande amigo dele, o companheiro de todas as horas, me ajudou é verdade, mas porra, nós fizemos de ombro a ombro, todos esses anos da Ditadura, nós tavamos sempre juntos, solidários, amigos, companheiros, e eu me senti profundamente injustiçado pelo Fábio. Ele me atacou pela TV, na programação, chegou a me atacar, e ele tava tremendo, eu notei que o Fábio tava muito doente, ele tava trêmulo na TV.

GA- Devido ao alcoolismo?

MF- Não sei o que era, se era o alcoolismo que tinha avançado, mas o Fábio tava muito trêmulo. Ele me atacou, no outro dia, eu esperei pra falar com ele, eu não ia jamais bater no Fábio, eu gostava muito dele.

GA- Mas ele atacou o senhor, o que ele disse, desculpe?

MF- Ele disse que eu não tinha competência para assumir o Senado. Pô, o cara sai três mandatos de Dep Federal, enfrentando a Ditadura, um monte de bobagens lá.

GA- Ele já tava sendo manipulado?

MF- Manipulado, pelo Mestrinho e pelo Di Carli. Eu não posso negar isso, ele jamais faria isso se ele não tivesse sendo manipulado.

GA- E essa aliança dele com o Di Carli? Porque ele sempre combateu o Di Carli, chamava ele de Dilinger.

MF- Dilinger? Não, ele atacou, o ladrão do Banco do Brasil, saiu até matéria nos jornais aí.

GA- E essa aliança com o Di Carli em 1986?

MF- Olha, quando começou a campanha de 1986, de 1982, aliás, nós trabalhamos juntos. E aí o Mestrinho lança o Di Carli pra chapa, pra Dep Federal, e é candidato em 1982, fiz uma boa amizade com o Arthur, queria inclusive, protegê-lo, porque eu sabia que eu era um dos mais votados, se não é o Di Carli eu seria um dos mais votados. Eu achava que o Arthur era um rapaz que prometia muito, jovem, probo. Bem, aí, nós fomos fazer um comício lá em Altazes, o primeiro comício, foi num barco, aí eu chamei o Fábio num canto e disse: “Fábio, tu sabe da amizade que eu tenho por ti, você não

pode esquecer o que você escreveu contra o Di Carli, foi coisas pesadíssimas, como é que você vai aparecer agora no palanque ao lado dele?" Era o nosso grande comício lá na sede de Altazes.

GA- Isso foi em 1982?

MF- 1982. O Fábio disse: "Eu não vou, se esse cidadão estiver no palanque, eu não falo. Eu só falo se ele não tiver no palanque". Aí, o Di Carli foi lá e subiu no palanque, e ele não falou mesmo, ele não falou, falou o Mestrinho, falou eu e ele ficou lá, na dele, ficou amuado, né. Não havia clima, clima pra ele falar ao lado do Di Carli. Ele tinha que falar o nome do cara, era candidato majoritário ao Senado, ele tinha que falar o nome do Di Carli e o Di Carli tinha que falar o nome dele. Ele desceu, depois foi embora, muito bravo, pra barca, meio chateado. Aí eu falei: "Fábio, como é que tu vai administrar isso? Tu tivesse o primeiro problema agora no comício, como é que tu vai administrar esse problema? A presença do Di Carli na tua campanha? Depois de tudo o que tu falou dele?". Ele falou: "Pois é Mário, uma coisa muito complicada, não tá certo isso". Bem, aí nós fizemos uma viagem para o Alto Solimões, nós descemos até Tabatinga, o barco foi, era o Piraíba. Aí o barco subiu e foi nos pegar no Alto Solimões, fomos de avião, e aí no avião fui eu, Fábio, o Gilberto, o Di Carli. Foi lá entrou no avião, um Boeing, aquele avião internacional que ia até Iquitos, no Peru. Aí, entramos no barco, aí eu fiquei no mesmo camarote que o Fábio, eu falei: "Fábio, como é que é cara? O que tu vais fazer agora? Nós vamos fazer uma série de comícios até Manaus. Cada município desse é um comício". Aí ele disse: "Mário, eu vou falar, né. Eu tenho que falar. Deixa ele pra lá, eu falo". Mas depois, eu comecei a perceber uma certa aproximação, o Di Carli é um cara muito envolvente. Eu comecei a notar uma aproximação muito forte entre os dois, e lá pelas tantas, já tavam bebendo juntos, tomando wisky juntos, conversando normalmente.

Aí, eu digo, vai haver um abalo moral pro Fábio nessa história, não vai ficar bem pra ele, pras elites, o povão nem chega lá essas informações, mas pras elites sim, isso é ruim pra imagem do Fábio. E aí nos comícios, ele começou a falar o nome do Di Carli: "Porque Di Carli é candidato, Carlos Alberto Di Carli é candidato, Mário Frota é meu irmão, é candidato, Arthur é candidato". Ele não tinha como não falar, esse que era o problema, mas ele podia ter colocado um certo freio no Di Carli.

E o Di carli mandou fazer propaganda com muito dinheiro, ele era o capitalista do grupo, mandou fazer cartaz: Ele, o Gilberto e o Fábio. E aí, era a trindade da campanha.

Eu fui colocado no terceiro escalão, me jogaram pra fora da campanha, eu era o único Dep Federal do grupo com mandato, eu fiquei numa posição muito difícil. O meu pessoal não tinha nada contra o Di Carli, quem tinha era o Fábio, mas eu ficava constrangido em ver que o Fábio tava colocando em risco a reputação dele.

Se o Di Carli era tudo aquilo que ele disse no passado, ele não era mais agora? Aquilo me afligia, fazia doer o coração. Eu fiquei tão chateado. Eu também não gostava muito do Mestrinho, sabe. Eu acho que nós íamos sair de uma Ditadura Militar pra uma Ditadura Populista, de dar brinquedinho pra menino, brinquedinho de plástico, e aquilo me deixava preocupado. Eu não sou populista, eu achava que ia ser um atraso muito grande pro Amazonas a eleição do Mestrinho, também eu não podia torcer pro Josué, que era delegado aqui, candidato da Ditadura, não podia torcer por ele, mas tinha que ficar com o Mestrinho mesmo, mas contrariado. Ele não fazia a imagem do político que eu gostaria que tivesse chegado ao governo do Amazonas naquela eleição, não era o Gilberto. Nós tínhamos outros candidatos, mas o povo achava que tinha que ser ele, pois tinha sido escorraçado pela Ditadura, cassado pela Ditadura, estava voltando, tinha a imagem de ter sido um bom governador no passado, coisa que ele não repetiu depois, duas vezes depois, foi péssimo governador, indicou o Amazonino como prefeito biônico em 1982.

GA- Mas procede os atos de corrupção do Di Carli que o Fábio falava?

MF- Sim, o que ele dizia, o Di Carli não conseguia nem se defender. Ele tinha provas, ele falava embasado em evidências.

GA- Como foi que o Di Carli chegou aqui e fez amizade com o Mestrinho?

MF- Eu não sei rapaz, quando o Mestrinho voltou do exílio, exílio não, ele não ficou exilado, ficou lá no Rio de Janeiro. Ele não vinha aqui, porque não queria, era papo, ele não foi impedido de vir aqui não. Ele não ficou exilado do Brasil, ele foi exilado lá em Copacana, morava lá. O Mestrinho não apoiava a oposição aqui, o Mestrinho apoiava o Vivaldo Frota, que era compadre dele, e tinha sido secretário de Estado quando o Mestrinho foi governador, inclusive mandando cartas pros amigos dele, apoiando o candidato da ARENA, que era o Vivaldo Frota. O Vivaldo Frota foi da ARENA, depois PDS e era o candidato dele, compadre assim.

O Gilberto nunca apoiou, no auge da porrada, da Ditadura aqui, eu e o Fábio na briga, depois teve a Beth Azize, aquelas confusões todas contra os militares aí da Ditadura, dos governantes daqui, o Gilberto nunca nos deu apoio, zero. E era um homem rico,

tinha uma fábrica de tintas lá em São Cristovão. Nunca deu um centavo, todas aquelas campanhas que nós tavamos enfrentando aqui, ele nunca deu um centavo pra ninguém, apoiava o Vivaldo Frota, mandando cartas, pedindo votos pro Vivaldo, que era o candidato da ARENA. O Gilberto nunca foi ideológico, nunca teve nada na cabeça, esquerda, direita, nesse sentido. Ele tinha o projeto dele, pessoal, de governo.

GA- E como o Di Carli entra na política aqui no Amazonas?

MF- Pois é, o Di Carli, na minha opinião, entrou porque o Gilberto precisava de alguém com dinheiro ao lado dele, recursos, e ele tinha muitos recursos, tinha muito dinheiro, foi o candidato que tinha dinheiro na campanha. Ele até tentou me ajudar. Nessa viagem que a gente tava descendo o Solimões, ele me chamou e disse: "Mário, eu queria te ajudar com os cartazes, com a propaganda, pagar sua propaganda". Eu falei: "Olha, Di Carli, veja bem, pra mim é muito complicado, eu sou Dep Federal e eu acho que eu tenho minha reeleição garantida (1982), se você tiver de apoiar, apoia o Arthur, apoia outros colegas aí, apoia o Randolpho, que era candidato, mas eu não preciso, eu tenho um dinheirinho aí, eu tenho o meu salário de Dep Federal, mando fazer a minha propaganda, não se preoculpa comigo não". Não seria uma coisa muito agradável pra mim, porque eu era Dep Federal, ele podia dizer depois, que me elegeu "Olha, se elegeu porque eu ajudei". Não me elegeu coisa nenhuma, fiquei na minha, não aceitei. Eu tenho meu nome, eu tenho condições de me eleger. Eu não podia aceitar, não seria ético da minha parte. Bem, ele apoiou outros candidatos aí, deu muita propaganda pra muita gente aí, pra mim não, eu não aceitei, porque não ficava bem pra mim.

Quando abriram as urnas ele foi o mais votado, teve 90 mil votos, eu tive 42, 45 mil votos, o segundo mais votado, depois de mim veio o José Fernandes, com 30 mil votos, e eu 45 mil, só o nome, sem dinheiro, sem nada!

GA- O que aconteceu em 1986? O senhor, na véspera tava eleito e no dia seguinte derrotado.

MF- 1986 foi o seguinte, até o terceiro dia eu estava na frente, os dois na apuração (Lucena e Frota) disparado. Nós tavamos eu e o Arthur no PSDB, no PMDB, saímos para o PSB pra enfrentar o Mestrinho e tivemos antes uma conversa com o Sarney, porque elegemos o Sarney naquela eleição, votamos no Tancredo e deu Sarney, e ficou, o Arthur tinha uma boa amizade com o Sarney e ele era Senador e eu deputado, não era meu inimigo não, fomos lá conversar com ele, e dissemos pra ele: "Olha, Presidente, vamos voltar pra nossa casa e pro PMDB, agora temos que usar o Partido pra enfrentar

o Mestrinho". Ele disse: "Não, eu entendo isso e pá pá". Bem, aí vem a eleição, dois dias depois da eleição, os jornais, todos do Sul, dizendo que eu tava eleito, a Folha de São Paulo apresentava eu como eleito pelo PSB, o Senador do Amazonas pelo PSB, Mário Frota, não sei o que. Aí meu telefone toca, era o Marco Maciel, era chefe da Casa civil do Sarney, e foi meu colega, foi deputado, depois foi vice do Fernando Henrique. Um homem direito, um rapaz decente, foi governador de Pernambuco, ninguém nunca fez uma acusação contra ele, pessoa super decente, casado com uma moça aqui de Parintins. E o Marco Maciel me telefonou, lembra, o pescoço dele assim, comprido, parecia uma girafa e disse: "Mário, é o Marco Maciel que tá falando, o Presidente quer falar com você". Eu pensei, tá brincando? Ele passou, reconheci a voz do Sarney: "Meus parabéns Senador, o senhor está eleito. Eu tô acompanhando aqui a eleição pelos jornais do sul do Brasil, todos dão meu amigo Mário Frota como Senador eleito pelo Amazonas". Eu disse: "Presidente, eu não estou eleito, eu quero ver a última urna ser aberta, eu tô num Estado que o boto vota, boto vira canoa do caboclo, tira a urna da canoa, sabe da história do boto que vota, né, eu não sei ainda, eu preciso ver a última urna ser aberta". O Sarney disse: "Não, você tá eleito". Eu disse: "Vamos deixar pra comemorar depois, não vamos comemorar agora não, mas eu peço a Deus que eu saia bem". Aí, eu agradei o telefonema dele. Quando foi no outro dia, no terceiro dia, eu disparado na frente, quando foi 3h da tarde, 2h da tarde, o Arthur me telefona: "Mário, estou passando aí pra pegar você, eu tô com o Valois aqui no carro, o Felix Valois, eu estou passando aí pra pegar você e irmos ao Tribunal". O Tribunal era na José Clemente, ali ao lado do Teatro Amazonas. "Você não sabe o que tá acontecendo não? O que tá acontecendo é o seguinte: Foi suspensão a apuração, só vai reabrir a apuração amanhã às 8h da manhã, é um mistério Mário". Até porque a lei diz que abre às 8h até tantas horas, começa às 7h e vai até às 7h da noite, a lei é muito clara, hora de abrir a urna e hora de fechar. O Arthur diz: "Mário, roubaram a minha eleição e vão roubar a tua hoje, vão roubar a tua hoje". O Mestrinho tava por trás disso, porque o Di Carli não tinha o poder que o Mestrinho tinha, quem tinha o poder era o Mestrinho.

GA- O que foi feito? As urnas foram roubadas?

MF- Ah foram mudadas, mudaram o mapeamento e, jogaram pesado, saíram dois aviões de Manaus com dinheiro pra comprar votos no interior, dois desses aviões pequenos.

GA- Foi o Di Carli que foi comprar os votos?

MF- Foi, eu sei de toda a história. O Di Carli entrou no Palácio Rio Negro, no segundo dia, ele entrou com o cabelo todo arrepiado, isso um Capitão da PM que estava lá, me contou, ele trabalhou na Casa Militar, ele diz que o Di Carli entrou lá, com o cabelo arrepiado (ele usava implante) e disse: "Olha Mestrinho, eu vou foder a tua vida! Se eu perder essa eleição; porque eu sei de tudo que tá sendo feito. Eu perco, mas eu fodo a tua vida". Dentro do Palácio, e o Mestrinho sabia que o Di Carli não era um cara pra se brincar com ele. Aí o Mestrinho disse: "Olha, Di Carli, vai pro interior e deixa tua mulher aqui cuidando da sua eleição, da apuração (uma tal de, chamada Graça, que era mulher dele) Vai pro interior, que eu e a tua mulher garantimos a tua vitória aqui na capital, vai pro interior".

Aí, o Di Carli tinha muito dinheiro, ele entrou no Bradesco, ele era do Conselho na época, de Administração do Bradesco, de tanto dinheiro que ele tinha lá. Contaram pra mim e pro Arthur, ele entrou no Bradesco com dois seguranças, cada um carregando uma mala, preencheu um cheque (Frota faz o gesto de assinar o cheque, bate, pá,pá,pá bate na mesa), aí o gerente pegou o cheque e disse: "Nós não temos esse dinheiro aqui". O Di carli disse: "Então (se identificou como membro do Conselho do Banco), você gosta do seu emprego? Eu sou membro do Conselho, eu quero, mande um carro forte pegar o dinheiro em outras agências e traga pra cá". Aí se arrumaram o dinheiro nas duas malas, dinheiro pacas, ele riu e disse: "Agora, aqueles dois garotos vão ver como se ganha uma eleição (ele fala de Arthur e Frota)". Foi quando eles foram pro interior, pegaram o avião e pá, pá, pá e foram fazer o trabalho no interior.

E aí, compadre, quando é no terceiro dia, às 2h da tarde o pleito é interrompido, rapaz, o Arthur tava tão desnorteado, o Arthur é mais inflamado do que eu. O Arthur empurrou a porta do Tribunal e disse pro presidente, era o Raimundo Santos, de dedo em riste e disse pra ele: "O senhor é o culpado do roubo que vai acontecer hoje, hoje vão roubar a eleição do Mário Frota, e o senhor é o grande culpado disso, porque o senhor está permitindo este ato nefando (taí o Valois, o Arthur pra comprovar, tão vivos)". O presidente disse: "Eu não mandei parar". O Arthur diz: "O senhor mandou parar, o senhor deu essa ordem. Hoje, vários juízes tiveram no Palácio com o Gilberto Mestrinho, foram chamados e foram lá. Hoje a noite a eleição do Mário Frota será roubada, a minha vocês já roubaram, já roubaram a minha eleição, hoje a noite vai ser a do Mário". Aí, saímos de lá, rapaz, o Arthur, eu tava acalmando o Arthur, imagina eu alcanando o Arthur, o Arthur tava uma fera, fez um discurso lá, duro sabe, no Tribunal, tava denunciando aquela maldade.

GA- Não houve uma investigação depois?

MF- Bem, aí, depois da eleição, um fato interessante, quando ele anunciaram os vencedores às 5h da tarde, a multidão se concentrou na frente do Tribunal, lá na Zé Clemente. O Arthur me telefona: "Mário, rapaz, me falaram que tem uma multidão em frente ao Tribunal, vai pra lá que eu tô indo também, a multidão tá uma fera na frente do Tribunal". Nós chegamos lá, eu e o Arthur, o Valois também chegou na hora, era advogado do grupo. Nós chegamos lá, rapaz, gente, gente. Rapaz, é aquela história, com esses olhos que, um pleonasma, eu vi gente, com esses olhos que a terra há de comer, com balde de gasolina na mão, e eu fiquei mais preocupado com o fato que nunca vai me sair da cabeça: os policiais, tinha uma fileira assim, os caras faziam mesmo assim (Frota faz o sinal de ok que os policiais faziam próximo ao cinto), ou seja, aí me veio uma frase na cabeça de Bertold Breth, aquele grande pensador, escritor, filósofo: "Os policiais também são filhos do povo", por que? O pai, a mãe deles tavam frustrados com a roubalheira, o irmão, o cunhado, o tio, eles tavam sofrendo também, com a roubalheira, eles tinham consciência do que tava pra acontecer.

Eu falei pro Arthur: "Arthur, eles vão tocar fogo no Tribunal e vão nos culpar, porque eu e você estamos aqui, se eu e você não estivéssemos aqui, dane-se, o povo ia fazer justiça agora, mas como eu e você estamos aqui, amanhã os jornais do país inteiro vão dizer que nós mandamos, incentivamos o povo a tocar fogo no Tribunal e nós temos que evitar essa tragédia agora, para os nossos nomes".

Aí ia passando um colega nosso num carro de som, com aquelas bocas de ferro, gritamos pra ele, fizemos aceno, ele veio. Aí pegamos o som, tava o microfone, tava tudo instalado ainda, logo depois da eleição, aí começamos a pedir o povo pra ir pra frente do IEA, porque aqui estávamos correndo um grande perigo, eu disse: "Amanhã, dois Deputados Federais, tão sendo enquadrado pela Justiça de ter mandado tocar fogo no Tribunal de Justiça do Amazonas, vamos levar pra frente do IEA e distraí-los lá." Aí nós chegamos lá, rapaz, gente, gente.

Na escadaria do IEA começamos a falar pro povo, dando espaço pra todo mundo falar e desabafar, como forma de ganhar tempo. Quando foi 7h da noite, começou a esvaziar, nós evitamos, eu e o Arthur, que o Tribunal fosse incendiado naquele dia, incendiado pela multidão. A multidão tava chateada, desesperada, e o pior, com todo o apoio da polícia que tava lá na porta.

GA- Vocês recorreram ao TRE?

MF- Bem, aí fomos à Brasília, eu e o Arthur e arrumamos um advogado lá. O advogado disse, mostrando a Constituição, o artigo, da questão moral. Ele, o Di Carli, respondia a vários processos na Justiça, o caso das Fazendas Unidas aqui, aqueles rolos todos, e esses processos dele estavam ali, naquela Vara que tinha ali, em frente ao Motel Ce k Sabe, aquela que pegou fogo, que dizem que o Di carli mandou botar fogo, porque os processos dele tavam todos concentrados lá. O meu pai teve um prejuízo danado, porque ele tinha um processo tramitando lá, ainda bem que ele recompôs depois, ele pôde recompor. Aí, um dia chuvoso, chovendo, uma manhã chuvosa, houve uma explosão lá dentro e aí deu um problema, porque o Fábio tinha bebido umas e foi lá com o Vitório Sestário, o Vitório tava com ele. Rapaz, tudo torrado, ele queria juntar os pedaços dos processos, o Fábio teria dito com a voz bem alta lá: "Eu sei quem fez isso! Eu sei quem mandou fazer isso! Ele ficou revoltado também, porque os processos do Di Carli tavam todos lá.

O Fábio era alguém, ninguém dominava o Fábio. Ele tinha um problema de consciência, ele tava com um problema de consciência muito forte pelo que aconteceu comigo, por ter permitido que o Gilberto fizesse aquela maldade comigo.

GA- Vocês cortaram relações?

MF- Totalmente.

GA- Ele tentou ligar para o senhor?

MF- Não, escuta só. Aí quando ele me atacou pelo programa político, no outro dia eu disse, olha, eu não vou usar as mesmas armas usadas ontem pelo companheiro Fábio Lucena, temos uma história juntos, eu tenho muito respeito por ele, eu não vou fazer isso em homenagem ao pai dele, em homenagem a Sra. mãe dele, e a uma história que nós temos juntos, de combate a Ditadura Militar, eu não vou fazer isso, descer ao nível que ele desceu, saí fora. Eu sei que o Mestrinho tinha incentivado o Fábio a fazer aquela maldade contra mim, mas uma semana antes, isso nunca vai sair da minha cabeça, tenho até um certo remorso com isso, uma semana antes da morte do Fábio, o telefone tocou lá pra casa, a noite, eu tinha ido pra uma reunião do condomínio, aí minha ex-mulher, a Eva, que se dava muito bem com o Fábio, com a família dele, atendeu o telefone, e ela disse pra ele: "Poxa Fábio, o que houve? O Mário se sente traído por você nessa eleição". Ele diz: "Não". Olha, o Fábio tinha umas tiradas geniais, rapaz, o Fábio era um gênio. Ele disse: "Eva, você pode viver sem o Mário, eu não". Ela disse: "Pô Fábio, eu sou a mulher dele, cara, para com isso, seu lesão". Ela gostava muito dele. Ele era muito

amigo do tio dela, o Alberto Tuma. Quando o Tuma morreu, beberam muito no Katikero, no Caldeira, era empresário e era um boêmio, eram amigos desde garotos. Quando o Alberto passou mal aqui e foi pro Rio de Janeiro, São Paulo, morreu em São Paulo, o Fábio pegou um avião e foi pra São Paulo, e trouxe o corpo pra Manaus.

A Eva, que era Tuma, tinha uma grande amizade pelo Fábio, porque ele fez isso pelo tio dela, mas ela o censurou: "Poxa Fábio, você não podia ter feito isso com o Mário. Vocês estariam juntos hoje no Senado". O Fábio disse: "Eva, Evinha, eu quero muito falar com o Mário, eu gosto muito do Mário, nós temos uma história juntos. Será que ele fala comigo? Ele deixou de falar comigo? Ela disse: "Liga amanhã à noite pra ele, com certeza ele fala com você, vou preparar o espírito dele". Confesso que eu tava muito chateado com ele, magoado com ele. Eu disse: "Se ele ligar, eu falo com ele, não vou deixar de falar". Só que ele não ligou. Menos de uma semana depois, ele se matou, meteu uma bala na cabeça. Eu não sei se ele queria se despedir, se tava pensando já em se matar, eu não sei.

O Fábio não era um homem de se deixar pelo dinheiro. Tem político que quer o poder político pra ter o poder econômico, o Gilberto, essa turma aí, Eduardo Braga, Amazonino, eles querem o poder político e com isso o econômico, com isso eles ganham a eleição, mas o Fábio vem de uma geração de homens como, o pai do Arthur, que morreu, foi muita coisa e não foi, não era um homem rico, foi cassado. O Álvaro Maia, o velho Álvaro Maia aqui, morreu pobre, Ulysses Guimarães, deixou patrimônio? Não, um apartamentozinho pra mulher dele lá em São Paulo. Tancredo Neves, tinha dinheiro? Deixou patrimônio? Não, deixou uma casa lá em Claudio. Brizola, deixou dinheiro? Também não. Getúlio Vargas, deixou uma fazenda que foi do bisavô dele, em São Borja. Esses homens, eu acho que eles tão desaparecendo, eles querem ter poder político pra fazer alguma coisa pelo povo, mas eles não tão muito preocupados em amearhar, não é dinheiro, botar dinheiro no cofre, em contas, o que esses bandidos tão fazendo aí, fazendo mundo afora, dinheiro em contas na Suíça. Não encontram nada desse pessoal, uma estirpe de homens públicos, que o Fábio fazia parte desta estirpe.

Eu nunca vi o Fábio preocupado com dinheiro, nunca. Uma vez, você tem ideia, um empresário de Manaus, que tinha obras no município, mandou pra cada vereador um presente, uma coisa besta, um terno, tecido né, tecido tropical inglês pra fazer um terno, mandou pra todos os vereadores. Aí o Fábio tava preocupado. Cheguei na casa dele: "Pô Mário, o cara mandou isso aí pra mim, rapaz, de Natal, não sei o quê, mandou pra todos

os vereadores, vou devolver". Eu disse: "Fábio, você pediu? Você alguma vez defendeu esse cara da Tribuna? Intermediou algum negócio dele? Eu acho que você não deveria devolver (eram aqueles relógios bonitos que tavam chegando de botar na parede, um terno), você não devia fazer isso, dá pra uma entidade filantrópica, então. Se você tivesse feito alguma coisa pra ele, não venha me comprar não". Aí o Fábio conseguiu colocar no jornal que ele tava dando alguns presentes para uma entidade filantrópica, não sei se foi a Casa da Criança, entre eles um terno de tecido tropical inglês, que ele recebeu, um relógio, e ele tava pegando e ajudando as pessoas. Então, ele não era um homem de pegar em dinheiro, não era mesmo.

GA- Vereador, sobre o suicídio do Fábio Lucena, eu já ouvi inúmeras versões, o que há de realidade?

MF- O que eu acho é que o Fábio ficou muito perturbado, depois da eleição, porque o Fábio era um homem de princípios, sempre defendeu a democracia, a liberdade, ele era isso, eu não concluí aquele primeiro momento (incidente do Fábio com um professor de Direito na Faculdade, a Jaqueira):

O professor entrou, e começou a ler as notas, aí tinha uma colega nossa, ela tirou 2 na prova, o professor disse: "Se a senhora tirou 2, seu marido, seu pai é um grande advogado, pá, pá, pá, seu pai é um grande advogado, aí a senhora tira 2". Era uma senhora casada, "A senhora devia", era um cara grosso, grosseiro, primitivo, né, mal educado, esse Ariosto Rocha: "Olha, a senhora deveria é estar fazendo bolinho, fazer um frango pro seu marido. A senhora é casada? Ela disse: "Sou", fazer uma farofa, um bom arroz, essas coisas é que mulher tem que aprender". Então, você pode imaginar a cabeça daquele animal. "É isso que mulher tem que aprender, não é pra tá em Faculdade não". Aí, o Fábio, rapaz, deu um esporro no cara, ele era aluno: "Professor, o senhor deveria ter mais respeito pelos seus alunos, é uma senhora, apesar de jovem, uma senhora, o senhor não deveria tratá-la dessa forma, o senhor está humilhando um ser humano". O professor disse: "Quem és tu?" O Fábio disse "Eu sou funcionário do Banco do Brasil". O professor rebateu: "Grande coisa, grande coisa. Olha, eu sou juiz federal no Amazonas, se eu mandar prender o senhor, eu mando jogar a chave no meio do Rio Negro e ninguém vai tirar o senhor de lá, só eu posso tirar o senhor de lá, então saia da minha sala". Aí nós corremos lá e tentamos segurar o Fábio, e o Fábio tentou, rapaz, reagindo. Aí agarramos o Fábio e saímos levando porta afora, e levamos o Fábio.

Esse cara era tão maluco, esse Ariosto, 6h da manhã, ali tem a Igreja, ali ao lado, a Igreja dos Remédios, chamava ali pra Novena (no Largo dos Remédios, A Jaqueira), ai blim, blim, aí ele diza: "Padres, irresponsáveis, malandros, tão chamando o povo pra pegar dinheiro, na missa aí, não sei o quê". O idiota falando, esculhambando. Aí, rapaz, no outro dia, ele entrou com a Bíblia debaixo do braço, na mão, ele foi nos mostrar, ler versículos que ele, tinha dito aquilo porque aquilo era um abuso, mas que ele era cristão...ele passou a aula toda, o cara era catedrático da Faculdade de Direito, era cátedra naquela época, era só um maluco, quem é que ia discutir com um cara desses? Ele mandava te prender mesmo. Ele ameaçou o Fábio e fazia, se o Fábio continuasse ali, ele ia chamar a PF e ia prender o Fábio, ele ia sair de lá preso, por desacato a um juiz federal, que era professor do Fábio naquele momento. Ele não se identificou como professor, mas como juiz federal do Amazonas. E o Fábio o enfrentou lá, de cara, podendo correr todo aquele risco. E a situação do Fábio era pior, porque o Fábio tinha sido preso pela Ditadura, tinha sido afastado do Banco do Brasil, depois retornou, mas passou uma temporada boa. Sabe como o Fábio era alimentado? A família do Fábio? Pelo pessoal do Sindicato, ele não recebia um centavo. Ele foi afastado do Banco e o José Dutra, foi presidente do Sindicato, o ajudou muito, ia levar o dinheiro lá pra ele, fazia uma cota lá pra ele (José Dutra foi candidato a prefeito de Manaus e dep federal). Logo na campanha de 1978, o Fábio chegou comigo e disse: "Mário, vou te pedir um favor, devo muitas finezas ao Dutra, ele me ajudou muito, ele que ia levar o dinheiro que recolhia dos nossos amigos. Ia levar na minha casa, pra ajudar minha família, eu não recebia um centavo do Banco. Eu queria que você não passasse em Itacoatiara, deixa eu ajudar o Dutra no Baixo Amazonas". Mas eu tive uma boa votação lá em 1974, em Itacoatiara, fui um dos mais votados lá. Lucena diz: " Não Mário, não vai não, faça isso não, eu te ajudo no Solimões, eu vou pra comício com você no Solimões, em qualquer lugar, menos em Itacoatiara, Itacoatiara pra lá, que ali é o Baixo Amazonas, é área do Dutra, Barreirinha, é Parintins etc, Inhamundá, deixa aquilo ali com o Dutra, eu quero ajudar o Dutra lá". Eu atendi esse pedido, e eu aceitei, mas mesmo assim o Dutra perdeu a eleição.

E aí tem uma brincadeira, quando o Dutra perdeu a eleição, eu tinha ido em 1976, em 1978 foi a eleição, em 1976 foi a eleição pra prefeito no interior, e o Dutra me convidou, eu era Dep Federal, eu fui lá pro Baixo Amazonas ajudá-lo na campanha. Eu tinha um barco, coloquei o barco à disposição dele. Aí tinha uma comunidade chamada Pedras, lá em Barreirinha, onde era a base dele mesmo. "Mário, vai ser em Pedras,

vamos fazer um comício lá". Rapaz, eu cheguei, era uma ladeira, uma escada, começamos a subir aquela escada. Aí tinha um caboclo com uma "boca de ferro", aquele alto falante de ferro. Aí o caboclo lá, com aquele sotaque acentuado do Baixo Amazonas: "Atenção Senhores de Pedra, está chegando à nossa comunidade, o deputado José Dutra e o deputado federal Mário Fruta (risos)". E o cara repetindo. Quando eu fui falar, ele era o apresentador: "Vamos ouvir agora o deputado Mário Fruta (risos). Aí eu contei pro Sr. Umberto Calderaro, pro velho Umberto, eu gostava muito dele. Eu disse: "Sr.Umberto, o cara lá pronunciava o meu nome de forma muito estranha, né." Aí o Sr.Umberto não publicou! Eu fiquei muito puto com ele. No outro dia, a cidade toda tava gozando da minha cara, "Oh Mário Fruta, olha o Mário Fruta", não sei o que e José Dutra, né. Aí o Dutra perdeu a eleição em 1974, não em 1978 pra deputado federal. Aí a Crítica colocou: "José Dutra, Doutra vez, Doutra vez (risos)". As pessoas me gozavam na rua. Eu falei: "Pô, Sr.Umberto, fazer uma molecagem dessa comigo, eu falei em confidência".

GA- Vereador, o suicídio do Fábio Lucena? O que há de realidade? Só vai ser publicado com sua autorização.

MF- O que eu acho, que além da bebida que o estava maltratando, estava em estado avançado. Houve um problema de consciência do Fábio, ele não perdeu a sua consciência política. Eu acho que vez ou outra ele tinha reflexões sobre os erros cometidos, no meu caso, me empurrando pra fora, e ter apoiado uma pessoa que ele havia atacado violentamente no passado, que não tinha nenhuma ligação com ele, o Di Carli, e prova que, ele tentou falar comigo, talvez para uma reaproximação, me pedir desculpas pelo que aconteceu. Eu me senti traído por ele, pelo companheiro, foi um guerreiro ao meu lado. Eu acho que ele teve um conflito com a própria consciência política, agravado pelo alcoolismo. Ele virou um objeto da vontade política do Mestrinho e do próprio Di Carli. E isso aí, ele que combateu a Ditadura aqui de frente. O Fábio foi um paladino do povo, um grande tribuno. Olha, eu nunca vi um orador como o Fábio, eu assisti no Congresso Nacional, grandes oradores: Franco Montoro, Paulo Brossard, Alencar Furtado, no Senado, Jarbas Passarinho era um grande orador, enfim, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, mas eu não me lembro de um orador igual ao Fábio Lucena, talvez, lá no passado, Carlos Lacerda. O Fábio conseguia eletrizar as pessoas. Ele criou um discurso em 1978 e depois em 1982, basicamente o mesmo discurso, com variações aqui, acolá, porque os problemas do Estado são aqueles, você não pode mudar tanto, a questão do interior, da capital. E eu sabia, mais ou menos, o

que o Fábio ia dizer, eu ficava eletrizado, todo mundo ficava eletrizado ouvindo o Fábio. Ele tinha um magnetismo muito forte, talvez eu morra sem conhecer um orador tão brilhante como o Fábio.

GA- E ele não tinha medo, né, ele era destemido.

MF- Ele tem uma frase que ele usava nos comícios: "Só tenho medo de ter medo". Ele usou muito esta frase na campanha de 1978 e 1982, em 1982 nem tanto, mas 1978 ele utilizou muito esta frase.

GA- Mas vereador, não procede a história de que houve fotos, forjaram fotos, ele lá, pelado, o senhor ouviu essa história?

MF- Eu ouvi, ouvi de pessoas na rua, essa história.

GA- De onde surgiu essa história?

MF- Eu não sei de onde, mas é uma coisa tão infame; teriam agarrado o Fábio bêbado...será que o Di Carli nunca perdoou o Fábio(...) uma conspiração, forjaram isso. O problema era que ele vivia abrindo a boca e ameaçando dizer o que aconteceu em 1986, ele vivia ameaçando. Ele dizia que um dia ia contar a história toda, como é que roubaram a eleição do Mário Frota.

GA- O Sr não conversou com a família dele após o suicídio?

MF- Não rapaz, eu não, quando disseram que o Fábio havia se matado, eu fiquei na minha, fiquei em casa. No outro dia, eu soube que o Gilberto e o Di Carli, eles trouxeram o Fábio e botaram no Palácio, pra ser velado, no Palácio Rio Negro. Aí o Sr.Umberto Calderaro telefonou pra mim e disse: "Mário, eu acho que você deve ir ao funeral do Fábio, vocês foram muito amigos, é impossível se dissociar os dois nomes, então eu acho que você devia ir, uma última homenagem ao Fábio". Eu disse: "Sr.Umberto, não é o Fábio, eu não quero dar de cara com o Di Carli, com o Gilberto, eu não quero dar de cara com eles, com esse pessoal. Se fosse um lugar neutro, eu iria, mas levaram para o Palácio Rio Negro, eles estão lá, Sr.Umberto. Posso até se hostilizado por eles, eu bato muito nesse pessoal". Ele ligou para o Arthur também, depois o Arthur me ligou, nós tavamos no exílio aqui, exílio político, sem mandato, eu e o Arthur: "Mário, o Sr.Umberto tem razão, nós temos que ir lá com o Fábio, tu, muito mais do que eu até, tua ligação mais em termos com o Fábio. O Arthur nunca teve uma ligação muito grande com o Fábio, mas eu tinha uma ligação muito forte; no passado, mas quando chegou depois; "Mário, vamos lá, vamos prestar essa homenagem a ele", disse o Arthur.

Era constrangedor dar de cara com esse pessoal, na minha opinião eles mataram o Fábio, tá os culpados do bagaço que era o Fábio, que tava naquele caixão, mas vamos lá. Aí era 2h da tarde, nós fomos lá, eu e o Arthur. Entramos, tava numa sala lá embaixo, tava o povo, a multidão. Aí rapaz, tava a imprensa, eu olhei, não tinha ninguém, foi no terreiro, ninguém lá, importante. Tava minha comadre lá, os filhos dela, o Tony, um garoto, bem menino, o Fabinho (já falecido). Aí, eu peguei, me deu uma raiva, sabe, o Fábio lá no caixão, eu disse: "Comadre (D.Socorro), me diga uma coisa, bem alto, a sra está basicamente sozinha, não tá mais sozinha porque o povo está aqui ao lado da sra. Esse povo que amava o Fábio, que votava no Fábio, e ia continuar votando nele sempre. Agora, onde é que estão os verdadeiros inimigos do Fábio? Os responsáveis pro Fábio estar nesse caixão? Que espremeram o Fábio, como se faz com uma laranja? Tira o sumo todo, depois joga o bagaço na lata do lixo? Eles tão aqui, lá em cima tomando whisky, Gilberto, Di Carli, tão aqui em cima bebendo whisky, enquanto seu marido tá aqui nesse caixão". Rapaz, daí os jornais publicaram no outro dia, a Crítica publicou, porque eu botei pra quebrar, foi uma frase de efeito, eu disse: "Socorrinha, eu jamais poderia imaginar um quadro desse, ver o Fábio morto, mas ele não está morto, o Fábio vai continuar vivo nos corações das pessoas que sempre votaram nele, que o honraram em vida. Eu jamais vou esquecer o Fábio Lucena". O Arthur não falou não, mas eu falei jogando muitas pedradas neles.

GA- Mas então, o Sr não poderia confirmar essa história que há das fotos forjadas?

MF- Não tem como, né. Eu nunca falei com a família sobre isso. Mas será que eles desceram a esse nível moral? De forjar uma coisa dessa? Eu prefiro não acreditar nisso. Porque é tão infame, é tão baixo, não consigo entender que isso possa ter acontecido. Eu dizia pras pessoas: "Eu quero me lembrar do Fábio, altaneiro, valente, guerreiro, da Tribuna falando, na Câmara, depois no Senado, do que essa figura que vocês tão achando que ele foi", nem pensar nisso, tão infame que era, ele tava depressivo devido ao alcoolismo, a bebida agravou a depressão dele.

GA- Como era o padrão de vida do Fábio? Como funcionário do Banco do Brasil ele tinha um bom salário? Ele passa uma dificuldade quando ele foi afastado do Banco?

MF- Passa sim, dificuldade. Ele morava lá na Aparecida, numa casa de vila, não sei se a casa era dele, uma casa humilde. Ele tinha um salário razoável no Banco do Brasil (de 8 a 10 salários mínimos), acho que ganhava mais que hoje. O rapaz passava no Banco do Brasil, as mães se alvorçavam, Banco da Amazônia.

GA- Vereador essas lembranças emociona o sr?

MF- Sim, essas lembranças dolorosas (fica emocionado, quase chora). O Fábio era uma pessoa genial. Eu estava em Brasília, no meu apartamento, eu queria lançar um livro com meus discursos da Tribuna. Aí, eu cheguei, ele tava no gabinete, ele ficava comigo em Brasília, ele era vereador aqui. Eu disse: "Fábio, eu vou lançar um livro aí, discursos, pronunciamentos, queria que você fizesse a abertura pra mim, a minha apresentação". Ele disse: "Tudo bem, faço. Já tem aí o esboço do livro?". Aí ele sentou, puxou aquele cigarro, ele fumava muito, e começou a datilografar (blá, blá, blá), e eu fui conversar com a minha secretária, foi questão de 15min, 10 min eu acho. Quando eu voltei lá da minha sala, da minha secretária, da Joana, ele deixou o papel na máquina, quando eu fui olhar, eu fiquei emocionado, o título da matéria: "Luzes e trevas", ele fez em questão de minutos, é um primor literário, outra coisa, não tinha erro, nada, nem um erro, a ausência de uma crase, uma vírgula, do jeito que tava lá eu mandei para a gráfica. Isso me lembrou as memórias do Nelson Rodrigues "O Anjo pornográfico", o sujeito diz lá, trabalhou no jornal, que o Nelson chegava no jornal, ele escrevia aquela série "A vida como ela é", uma história daquela por dia e deixava lá na máquina e não tinha nada a acrescentar. Eu lembrei do Fábio, ele ia pra Crítica, fazia os artigos dele (blém, blém, blém) e ia embora, não tinha mais o que fazer, artigos memoráveis, primorosos, ele era genial, em todos os aspectos.

ANEXO II:

Entrevista realizada no dia 14/01/2016, com o Jornalista e Escritor Carlos Costa, por Giovanni Amaral:



Figura 2: Sr. Carlos Costa, jornalista e escritor. Entrevista realizada em 14 de janeiro de 2016 em sua residência.

GA- Sr.Carlos Costa, o senhor trabalhou no Diário do Amazonas, o Sr se lembra quando foi o seu contato com o Fábio Lucena?

CC- Simplesmente é o seguinte. Eu trabalhava em A Notícia ainda, onde ele era proibido de ser publicado, nada se podia falar nem contra nem a favor do Fábio Lucena, simplesmente ele era ignorado. E aí ele me mandou um convite pra ir à posse dele, a confraternização que ele tava fazendo (de Senador), num restaurante que tinha aqui em frente ao Fast Clube e, ele me convidou pra um jantar. Aí eu comuniquei ao Andrade Neto (dono do jornal A Notícia), que tinha sido convidado pelo próprio Fábio, ele mandou entregar o convite pra mim e eu comuniquei ao Andrade Neto. Porque, na época, como eu já te falei, ninguém podia fazer nada, nada, nada, sem que o chefe soubesse, e o Andrade Neto era o dono do jornal. Aí o Andrade falou: " Você pode ir, mas nada será publicado depois do jantar".

GA- O Sr se lembra quando foi? Em que ano?

CC- Não, essas coisas de datas...

GA- Ele já era vereador?

CC- Sim, já tinha saído de vereador direto pra Senador. Ele fez um jantar de despedida de Manaus.

GA- O Sr. Conheceu a família dele?

CC- Algumas pessoas só. Não conheci o pai dele, nem a mulher dele. Conheci a filha dele, que é casada com uma pessoa que eu tenho um relacionamento com ele há muito tempo.

GA- Em 1972, ele foi eleito vereador pela primeira vez, o vereador mais bem votado. Ele era funcionário do Banco do Brasil e se destaca no Sindicato dos Bancários, ele já era bem popular em 1972?

CC- Sobretudo por isso (Carlos faz o sinal com o dedo indicando que Fábio Lucena era um bebedor contumaz).

GA- Sobre o alcoolismo do Lucena, desde quando o Sr o conheceu ele já era alcoólatra?

CC- Ele já tinha esse problema. Ele frequentava muito o Bar do Caldeira, ele bebia sobretudo cachaça. Raramente eu vi ele bebendo cerveja, mas cachaça ele bebia demais.

GA- E todo mundo na cidade sabia do alcoolismo dele?

CC- Sabia. Todo mundo sabia, pelo menos os eleitores dele sabiam. Tem até uma história interessante quando ele foi eleito o Bi-Senador, quando ele renunciou aos quatro anos, depois voltou a concorrer de novo por mais quatro, ele renunciou a 8 e veio pra 4. Aí todo mundo disse que ele era doido e tentou fazer com que os Senadores também renunciassem ao mesmo tempo, não conseguiu. Porque eles tinham apego ao cargo, ele não, ele sabia que ia ser eleito.

Aí é o seguinte, em campanha com o Gilberto Mestrinho, num determinado município, que eu não me lembro qual foi, aí o pessoal começou a gritar, o Gilberto fazendo o discurso dele e o povo lá na praça: "Fábio, Fábio, queremos o Fábio, queremos o Fábio". Aí o Gilberto cutucou os seguranças dele e disse: "Olha, vai lá no hotel e pede pro Fábio vim pra cá". Quando chegaram lá, encontraram o Fábio estourado de cachaça. Foi no interior, não me lembro qual foi o município.

GA- Voltando ao alcoolismo do Lucena. Ele tinha histórico na família?

CC- Não sei.

GA- Esse alcoolismo nunca atrapalhou a atividade parlamentar dele? Ele nunca chegou bêbado na Câmara nem no Senado?

CC- Não, ao contrário. Que eu saiba não. Eu sei de um episódio que ele ficou trancado no Bar do Senado Federal, ele teria ligado pro presidente do Senado, ligou pra ele várias vezes, de madrugada e dizendo: "Presidente, eu gostaria de saber que horas abre o Bar do Senado". O presidente diz: "Pro senhor votar o que tem que ser votado, qualquer hora a gente manda abrir". Fábio responde: "Então manda abrir agora, porque eu tô trancado aqui dentro, me deixaram aqui dentro bêbado, e me deixaram no sofá dormindo". Isto era uma das paradas que o Fábio fazia, não sei se é verdade, pode ser folclóre também.

GA- Havia conflitos familiares do Fábio?

CC- Eu sei que ele chegava no Caldeira, bebia demais, ele adorava a mídia. Aí ele chegava bêbado no apartamento dele, ele morava ali no Maximino Correa, aí ele decidiu subir a pé, uma das vezes que eu sei, aí ele escorregou na escada, como ele era muito polêmico, foi na Polícia Federal e denunciou o Di Carli que tava, que fez um atentado contra ele. Ele mesmo se machucou e declarou isso. Era uma história que ele tinha criado. Ele criava essas histórias para garantir mídia, ele era craque nisso, nesse ponto ele era fantástico.

GA- E lá no Bar do Caldeira, ele tinha contato com intelectuais da época?

CC- Sobretudo. Arthur Engrácio, o Poetinha do Azul, tinha até um pintor, que é de uma família tradicional, que era alcoólatra, que morreu lá na Ponta Negra de alcoolismo. Durante muito tempo, no térreo da galeria da Academia Amazonense de Letras, ele teve uma exposição lá, chamavam pra ele de Troglodita, o Afrânio de Castro, me lembrei. Discutiam cachaça lá.

GA- Ele trabalhou primeiro em A Notícia e depois ele foi para A Crítica.

CC- Foi, quando ele foi para A Crítica ele perdeu todos os privilégios, como o João Bosco Ramos de Lima. Ele foi para A Crítica por um convite financeiro. O Andrade não gostou e ficaram se debatendo pela imprensa. O Andrade em A Notícia e o Fábio em A Crítica.

GA- Pois é, mas aí o Fábio chamou o Andrade pra um duelo na Praça São Sebastião (26|11|1977).

CC- Mas esse duelo tem uma tipificação anterior, uma causa anterior. O Andrade Neto era casado no papel com a filha do Comendador Felix Fink, aí o Fábio, sacanamente, escreveu, ele pegou e escreveu, ele conheceu a Marilu Archer Pinto, que foi amante do Andrade Neto durante muito tempo, até a morte dele, até seguiu com ele pro Rio de Janeiro, morreu no Rio de Janeiro. Aí o Fábio diz que, tinha feito um artigo na primeira página de A Crítica, dizendo que tinha conhecido a mulher do Andrade Neto, a mulher, veja só a lógica que ele criou.

Ele disse que ela era uma pessoa de péssima qualidade, péssima apresentação, esculhambou, esculhambou com a Marilu, que ele tinha conhecido era a Marilu. Aí a mulher do Andrade Neto, no papel mesmo, eu não lembro mais o nome dela, pegou e interpelou o Fábio. Aí quando o Fábio chegou no Tribunal de Justiça, o Juíz leu a peça todinha pra ele e disse: "O Sr confirma tudo?". Ele disse: "Confirmo, mas essa aqui é a mulher do Andrade Neto (apontando pra esposa do Andrade), contra essa Senhora eu não tenho nada, nada, nada. Ela é filha de um cara honrado, eu conheci o pai dela". Não sei o que, não sei o que, foi contando toda a história. Aí foi que a mulher do Andrade Neto descobriu que ele tinha uma amante, que era a Marilu, que era filha do dono do "O Jornal", Maria de Lourdes Archer Pinto.

Aí foi que começou a briga, começaram a se duelar. Um escrevia pela A Crítica, outro pela A Notícia. Porque o Andrade não escrevia nada, tinha lá quem escrevia pra ele, o Isaias Oliveira era um, Gabriel Andrade era outro, o Bianor Garcia, sobretudo, que era quem fazia as "Manchetes Porretas", eu já escrevi várias coisas sobre ele. Enfim, aí que chegou a questão do duelo.

O Fábio desafiou o Andrade pra um duelo, mas o Andrade não foi. Ele foi com dois revólveres e deu um tiro no sino da igreja. A população foi acompanhando, porque era o "Duelo do Século", que chamavam. E não aconteceu, não porque ele não quisesse ir, porque ele tinha ódio do Fábio. Ele não foi por uma questão de princípios dele, porque ele não queria se expor, porque seria ridículo também se ele fosse. O Fábio deu o tiro no sino, ouviu o barulho do sino e foi pra casa. Uma coisa que o Fábio sabia muito bem era chamar a população pro lado dele.

GA- Em 1972, quando ele é eleito vereador, pela primeira vez, tentaram impugnar a diplomação dele, o Sr sabe por que?

CC- Não, não me lembro de nada, em 1972 eu vendia jornal.

GA- Em 1974, ele tenta se eleger Dep Federal, mas ele foi impugnado porque ele teve um atrito com o Prefeito à época Frank Lima.

CC- Exatamente. Houve uma denúncia, o pai da minha esposa, Chico Queiroz, também foi impugnado junto.

GA- O que foi esse atrito com o Frank?

CC- Foi o seguinte: O Frank Lima tinha aumentado de forma exorbitante o IPTU da cidade, aí o Fábio mandou rasgar todos os carnês do IPTU. Aí o pai da minha mulher repercutiu isso na Assembleia e os dois foram impugnados juntos.

Nisso começa a história do Dep Federal Mário Frota. Eu lembro perfeitamente ainda hoje, o dedo do Fábio Lucena apontado "Esse é meu candidato", pregado nos postes, porque na época não tinha propaganda na TV, isso apareceu nos cartazes, postes e tudo o mais na época. Aí o Mário Frota foi o mais votado. Aí foi a questão, depois o Mário

Frota quis superar o criador e não conseguiu, perdeu o mandato e veio pra Manaus e começou tudo de novo. Se ele tivesse saído pra Dep Federal, na mesma época, teria reeleito, mas quis sair pro Senado.

GA- Mas o Frank Lima tinha tanto poder assim?

CC- Não era tanto poder, era militarismo. Ele era prefeito, mas indicado por quem? Pelo Governador da época, Cel João Walter.

O ódio do João Walter contra o Andrade Neto, foi que o Pinduca (João Pinduca Rodrigues, Fotógrafo), foi uma vez lá no Palácio, ali onde era o DERA, e conseguiu colocar uma teleobjetiva e fotografou o João Walter usando uma camisola de mulher lá em cima. Aí o Andrade Neto estampou na primeira página do Jornal, porque ele chama o João Walter de gay, se era eu não sei. E o Pinduca fotografou o João Walter no alto do DERA, porque ele morava lá, num apartamento de camisola. Isso aí deu uma repercussão violenta. Daí que começou o ódio do Andrade Neto com o João Walter. O Andrade Neto foi Dep Federal também, contra o militarismo, pelo MDB.

GA- O Durango Duarte escreveu um livro e disse que, nessa época, o Fábio sofreu uma tentativa de assassinato a mando do Andrade Neto.

CC- Não, que eu saiba não. O que ele disse foi o seguinte, ele foi na PF e disse que tinha sofrido um atentado em dois momentos: O primeiro foi quando ele denunciou o Di Carli que tava traficando madeira e, dentro da madeira oca, eles colocavam cocaína, segundo ele dizia, mas nunca foi comprovado isso. Aí ele atirou na própria perna dele pra dizer que tinha sofrido um atentado, ele queria culpar alguém.

GA- Em 1978, ele se candidata a Senador pela primeira vez, mas é derrotado pelo João Bosco Ramos de Lima, que trabalhou em A Notícia, como o Sr falou, e falaram que o Fábio foi roubado nessa eleição.

CC- Não sei. Eu sei de uma situação atípica que aconteceu, da eleição do Di Carli. O Di Carli tava perdendo pra caramba, aí ele fretou um avião e pegou um monte de vídeo cassete e saiu pelo interior (isso foi em 1986), quando voltou tava eleito. Aí foi aquela famosa frase "Dormi eleito, quando acordei tava derrotado (Carlos se refere aqui à derrota de Mário Frota para o Senado, já que estava praticamente eleito na contagem de votos).

GA- Aí em 1982, ele vence o Governador José Lindoso. O Lindoso era impopular?

CC- Não, ele foi um dos melhores Governadores do Estado, mas em compensação, todo mundo no governo dele roubava. Havia muita corrupção, mas corrupção indireta. O seguinte, eles colocavam nas folhas de pagamento, por exemplo, a SUPLAM, era uma que fazia muito isso, colocava vários jornalistas na folha de pagamento, aí a pessoa recebia da empresa, ia pagando em dinheiro, inclusive a construtora MS Maio foi uma que se envolveu nessa história, funcionou muito tempo aqui em baixo do São José do Rio Negro, aqui na Paraíba, e ele cansou de fazer isso, recebia na boca do caixa e recebia em dinheiro mesmo. O Lindoso nunca roubou. Mas em compensação, permitia que todo mundo roubasse.

Foi nessa época que ele criou, inclusive, o Sorteio da Raspadinha. A Raspadinha era o seguinte, é o mesmo que o Melo (atual Governador do Amazonas) tá fazendo agora pela informática, era diferente. Ele criou a Raspadinha porque havia muita sonegação de imposto, ICMS, ISS foi depois. Como havia muita sonegação de ICMS, porque lá na Marechal Deodoro era cheio de comerciantes turcos e judeus e indianos, ali era completo. Inclusive, na época da ZFM forte, eles já viviam disso. Aí nos criamos na imprensa o "Turco circuito", você já ouviu falar? Nós criamos no Jornal A Notícia, que todo tipo de incêndio na Marechal Deodoro, agente dizia que era "Turco circuito", porque era sobretudo turcos que tinham lá, e as lojas eram geralmente de turcos e tinha

uma coincidência incrível. Eles faziam um seguro antes, aí passava mais um mês depois e tocavam fogo, porque tavam endividados e tocavam fogo pra receber o seguro.

GA- Em 1991, teve um incêndio ali na Eduardo Ribeiro.

CC- Ali foi da J.G, o prédio da J.G que veio abaixo nem existe mais. O prédio maior que tinha lá, tinha até uma galeria, lá não foi criminoso. Ali, realmente, foi curto circuito. O prédio era muito antigo, muito velho. Inclusive, na época da ZFM forte, tinha um famoso Palácio da Polícia, que era a Central de Polícia na época, que ela dava de uma parte a outra, começava na Marechal Deodoro e terminava na Guilherme Moreira.

Eu cansei de dormir lá dentro, pra pegar notícia de primeira página. O prédio histórico que tinha lá, foi demolido pra fazer o Banco do Brasil e a outra parte foi vendida não sei pra quem e virar um monte de lojas lá.

GA- Sr carlos, mas aí o João Bosco vence a eleição pra Senador em 1978, mas falece logo em seguida e assume a D. Eunice Michiles. O Sr conheceu a D.Michelis? Fale sobre ela.

CC- Conheci e trabalhei com ela. Foi uma mulher íntegra, completa e perfeita em todos os princípios. Eu trabalhei também na época da Sadie Hauache, ajudei a fazer a campanha dela e trabalhei na assessoria de comunicação da Hauache, da Eunice Michelis, na época. O escritório dela era na Djalma Batista, num condomínio que tinha lá. Eu ajudei na reeleição da Eunice, trabalhei com ela. Ela foi pra reeleição, mas ela perdeu.

GA- Ela é de São Paulo?

CC- Não sei. Sei que ela tá radicada em Maués há muito tempo. A família é toda de Maués, o marido foi prefeito. Ela vem de uma linhagem política, o filho, depois foi eleito prefeito de lá. Ela, parece que foi prefeita de lá, não sei, e foi Senadora Constituinte devido a morte do Bosco.

Agora tem um episódio que eu preciso relatar. Quando o Bosco teve o derrame cerebral, aí o Andrade Neto mandou fazer logo uma placa: "Bosco morreu", em madeira, letra bem grande tipo garrafal e mandou esculpir na madeira todinha, porque nessa época se usava linotipo ainda, você sabe o que é linotipo? Você vai teclando e vai caindo as letras de uma por uma, algumas ficam arrumadas, outras desarrumadas.

Ele odiava o Bosco, aí ele fez o seguinte "Bosco Morreu", aí nós fizemos uma série de pesquisas antes, escrevia tudo que pudesse sobre o Bosco. Aí quando o Andrade chegava na redação, todo dia, ele perguntava: "Como tá o Bosco hoje?". Aí eu dizia: "Andrade, ele continua sobrevivendo", porque eu fazia a editoria da página nacional na época. Aí ele dizia assim: "Esse filho da puta ainda não morreu, não? Porque eu quero usar essa manchete". Ele abria a gaveta dele e mostrava a manchete que tinha lá, prontinha pra ser usada. Tanto é que, quando o Bosco faleceu, saiu uma edição extra só sobre a morte do Bosco, tudo que tinha contra ele.

GA- O Bosco era da ARENA? Ele era uma boa pessoa?

CC- Tinha controvérsias. As controvérsias se dão na época da SHAM, porque denunciaram ele várias vezes, que ele tava fazendo falcaturia na SHAM, mas eu não tenho informações detalhadas sobre isso. Eu sei que tudo tinha haver com a SHAM, porque ele assumiu por indicação do Umberto Calderaro.

O Calderaro tinha um poder tão grande na época que ele indicava as pessoas que ele queria pra qualquer cargo. Ele indicou secretário comunicação, susuperintendente, várias pessoas para cargos importantes no Amazonas, nos governos militares. O Bosco foi indicação dele. O Bosco morreu jovem, tinha 46 anos.

Eu lembro de uma fotografia que foi tirada pelo João Pinduca Rodrigues, ele era o fotógrafo que trabalhava comigo e eu que escrevi a matéria: um cachorro urinando no

muro da igreja, “Bosco fora da SHAM”, era a manchete que tinha lá, escrito no muro, pixado. Aí ele pegou o cachorro urinando e tirou essa foto, instantânea, não foi montagem não.

GA- Eu quero chegar em 1986, o Lucena foi eleito em 1982, mas aí em 1986 ele se candidatou novamente, em pleno mandato.

CC- Sim, ele renunciou a oito anos e veio pra quatro.

GA- Mas dizem que foi uma estratégia pra eleger o Mestrinho? Não procede isso?

CC- Não, não procede pelo seguinte. O Gilberto Mestrinho tinha carisma suficiente pra ser eleito sozinho, independente de Fábio ou não. Mas quando o Gilberto veio pra cá, ele montou um Partido, e convidou várias pessoas pra saírem candidatos ao lado dele, como hoje ocorre. Aí todos que eram opositores se aliaram ao Gilberto, ele era um deus aqui no Amazonas, ele tinha feito muita coisa mesmo aqui no Amazonas, inclusive para as crianças na época, que eram eleitores dele quando ele voltou, todo mundo tinha aquele pensamento: “Gilberto voltou, Gilberto voltou”, eu vou votar nele.

Agora, o governo do Lindoso não foi um governo ruim, foi um dos melhores governos que eu já vi. Porque foi o único governo que se preocupou com a interiorização da ZFM. Ele criou muitos projetos, muito bons. Ele pensava o seguinte, primeiro, o homem tem que se fixar no interior, mas pra fixar no interior, o que precisa? Precisa empreendedorismos. Aí ele criou a interiorização da ZFM e foram criados projetos.

Ele criou o Projeto Dende, Projeto Popunha, em São Gabriel da Cachoeira, aí foi pra lá empresas como, Radium, pra explorar dende em Tefé, a Sony foi pra São Gabriel, a Sanyo também foi. Nessa mesma época, o Lindoso criou a CONAVE, Companhia de Navegação do Amazonas, inclusive, as barcas se perderam todas, no interior do Amazonas, porque eram lentas, consumiam muito diesel e eram todas de ferro. Como ele fez isso, eu não sei, porque era um projeto que poderia ser viável e não foi.

GA- Dizem que ele foi o fundador da Cidade Nova?

CC- Começou a abrir, mas não sei se terminou, porque são várias etapas.

GA- Mas ele foi indicado pela Ditadura?

CC- Sim, indicado pela Ditadura. Ele era ministro do Supremo, aí veio indicado. Cumpriu só um mandato de governador, tentou pra Senador e não conseguiu, e desistiu da política. Faleceu recentemente.

GA- Voltando ao Fábio Lucena, Sr. Carlos, pra que ele se candidatou novamente em 1986?

CC- Porque ele queria ser Constituinte a qualquer preço.

GA- Mas ele já não era Senador em 1986?

CC- Tá, mas ele considerava que, no Livro do Júlio Antonio Lopes, ele diz claramente isso. Ele não considerava que os Senadores de 1982 tinham autenticidade suficiente para serem constituintes depois. Ele propôs, inclusive, num discurso que ele fez, memorável, ele pediu que todos renunciassem e se candidatassem de novo para serem eleitos constituintes.

GA- Mas o Mário Frota disse que houve essa maracutaia.

CC- Não houve.

GA- Então, o Mário Frota tá mentindo?

CC- Não sei se tá mentindo. Que eu tenha conhecimento, não.

Agora tem o seguinte, Giovanni. Tu precisa entender que nem tudo que político diz é verdade. Porque tem “Balão de ensaio”, tem esquema, tem negociação, tem negociata, tem uma série de coisas no trajeto. Por isso que, sempre quando vou escrever alguma coisa, eu penso muito pra escrever.

GA- Mas Sr Carlos, desculpe, eu não estou seguindo uma cronologia, to indo e voltando no tempo, porque o sr disse que datas, nomes, o Sr não se lembra bem.

CC- Não me recorde não, não recorde porcaria nenhuma (rss).

GA- Sr.Carlos, o suicídio do Fábio Lucena, há várias versões.

CC- Sim, há várias versões. Primeiro, houve a morte da mãe dele antes, ele era muito apegado a mãe dele, que eu disse a você que ele fez uma crônica respondendo ao meu, a uma crítica que ele fez contra mim, aí eu respondi pra ele só trocando o meu nome e colocando o dele. Ele fez uma réplica dizendo o seguinte “À minha santa mãezinha”, eu chorei quando li essa crônica, porque eu não sabia que o Fábio era tão apegado `a mãe dele. Porque quando ele fez isso aí, ele disse que a minha mãe tinha sido, que eu tinha sido parido nas matas do Parque Dez, que era onde ficava a Raymond da Amazonia, a Raymond não, a Fábrica de jóias Duque, onde hoje fica o DETRAM.

GA- Por que ele agrediu o senhor?

CC- Porque ele descobriu que fui eu que tinha feito toda a defesa do Di Carli na denúncia que ele fez contra as Fazendas Unidas.

GA- Desculpe, mas o senhor defendeu o Di Carli?

CC- Não defendi, eu mostrei fatos. Ele dizia que as Fazendas Unidas não existia. Aí o Di Carli me contratou. Porque eu era bom pra assessoria de comunicação. Eu cheguei com o Di Carli e falei pra ele o seguinte: “Di Carli, se você me der um ônibus, eu consigo colocar vários jornalistas aqui e eles vão escrever o que quiserem. Voce topa fazer isso?” Ele disse: “Topo”.

Aí ele fez colocar um ônibus com ar condicionado, tudo `a disposição dos jornalistas. Aí quem foi, não foram todos, mas quem quis foi. Quando chegaram nas Fazendas Unidas, viram aquela imensidão, tinha tudo lá: plantação de cana, já quase no ponto de ser tirado, os galpões, todos pra ser feito ácool, enfim, tinha tudo lá, tinha refeitórios dos funcionários, enfim, tinha tudo.

GA- O que o Fábio alegava?

CC- Que não existia o projeto, que o projeto era fanto, que nada que tinha no projeto era verdadeiro. Aí só pra contrapor, eu fui em loco pra provar que existe, e constatei que existia. O Fábio não gostou e agrediu a minha mãe, dizendo que eu tinha sido parido nas matas do Parque Dez. Ali era uma mata, não tinha UTAM, não tinha nada.

Aí quando eu fiquei puto da vida, eu tinha 23 anos, cheguei com o Andrade Neto e disse: “Andrade, olha o que o Fábio escreveu contra mim”. O Andrade disse: “Faz o seguinte, publica a mesma crônica, só tira o teu nome e põe o nome dele”. Eu fiz isso, as mesmas palavras que ele usou contra mim, eu usei contra ele. Aí ele veio, no dia seguinte, com uma réplica em A Crítica “A minha santa mãezinha”, essa crônica é emocionante, se você a encontrar...

GA- Bom, isso é uma versão do suicídio dele. Ele ficou depressivo com a morte da mãe dele, e a outra?

CC- A outra versão é o seguinte, que a filha dele estaria se prostituindo com os Senadores.

GA- Que filha? O Sr não lembra?

CC- Uma que foi com ele pra Brasília. A outra versão que deram também, que eu acho que não é verdadeira também, é que, num porre do Fábio, tiraram várias fotos nus dele e ameaçaram publicar as fotos. Aí ele ficou tão deprimido que teria dado um tiro na cabeça, mas eu acho que não seja verdadeira essa não.

Eu acho que foi uma somatória de tudo: pressão política, a questão da morte da mãe, que teve um peso muito grande na morte dele, o suicídio dele e outras coisas que inventaram depois. Porque o Fábio era polemico. O único cara que eu vi parar o Congresso Nacional pra votar o que ele queria, se não votasse o que ele queria, ele não

deixava funcionar o Congresso, a favor da ZFM, porque ele era defensor nato da ZFM. O alcoolismo também ajudou no suicídio dele.

Eu vi o Fábio escrevendo uma crônica bêbado na A Crítica, totalmente bêbado. Aí ele pegava a máquina e saía fumaça dentro, batia o papel na tecla e caía o papel na redação. Ele gritava lá de cima “Qual a última palavra que eu escrevi aí?”, o cara gritava lá de baixo, porque a oficina da A Crítica era lá embaixo “Foi palavra tal”. Aí ele continuava, pá, pá, pá e não abria um livro sequer pra fazer uma consulta, ele era crânio nesse ponto, citações...

GA- Sr. Carlos, eu quero me aprofundar nessa questão do suicídio dele. Porque com várias pessoas, desde quando eu sei lá, que eu cheguei em Manaus, sempre diziam que a história era, que tinham filmado, fotografado o Fábio pelado, ele bêbedo, a maioria das pessoas contam essa história. De onde surgiu essa história?

CC- E uma história folclórica que não sei confirmar se é verdade ou não. Não tem fundo de verdade, que eu saiba não, porque ele nunca me falou sobre isso.

Ele ligava para mim de madrugada, aliás de noite, lá pra Redação do Jornal A Notícia, e dizia: “ Carlos Costa, tu que é amigo do Manoel Ribeiro”, eu tinha sido assessor dele, antes dele ser vice-governador, “ Pede pra ele demitir esse gerente do BEA aqui em Brasília, porque ele não quer me fazer empréstimo pra eu tomar cachaça”, agora empostando a voz.

Aí no dia que o Amazonino se elegeu governador (1986), que eu até conto no meu livro esse fato, ele ligou: “ Carlos Costa, todo mundo tá me esperando no Amazonas, pra ir a posse do Amazonino, mas diga, escreve aí no seu Jornal, que eu não vou, porque to porre aqui em Brasília”. Aí eu não publiquei nada, no dia seguinte ele liga pro dono do Jornal: “ Olha, eu mandei o Carlos Costa colocar uma nota dizendo que eu tava porre em Brasília e ele não colocou nada”. Depois ele ligou pra mim, o dono falou pra ele: “Olha, isso é assunto da Redação, eu não tenho nada a ver com isso”. Quando ele ligou pra mim eu disse: “ Senador, não vai ficar bem se eu colocar uma nota dessa, dizendo que o Sr tá porre em Brasília e por isso o Sr não vem `a posse do Amazonino. O Sr invente outra desculpa”. Ele dizia: “ Mas eu to porre mesmo! Todo mundo sabe que eu to porre, eu não fui porque to porre, eu to bêbado, eu não fui por isso, a causa principal é essa. Todos os meus eleitores sabem que eu sou alcoólatra mesmo, saber a mais ou a menos, não vai fazer muita diferença”.

O Manoel Ribeiro era vice-governador e presidente do BEA, o Fábio tinha uma implicância com o gerente do BEA em Brasília. Eu ligava pro Manoel Ribeiro e dizia: “ Olha, o Fábio Lucena tá reclamando do gerente do BEA em Brasília”. Ele dizia: “Deixa o Fábio pra lá; o Fábio eu me entendo com ele”. Giovanni, cabeça de político e bunda de criança nova, sai qualquer coisa.

GA- O Fábio tava sempre criticando, combatendo o Di Carli, por que houve essa aliança?

CC- Porque houve uma fusão de Partidos (PMDB-PP). O Gilberto chegou aqui, criou um Partido, criou o MDB, aí houve uma fusão, MDB com PP. Tanto é que quando o Lucena disse que seria candidato ao Senado, o Andrade Neto disse: “ Então, eu não vou continuar no grupo, vou apoiar tudo que vocês quiserem pela A Notícia, mas eu não vou sair candidato”. Ele sairia a candidato a dep.federal.

GA- Mas não é uma incoerência política essa aliança com o Di Carli? Ir pro palanque com o Di Carli?

CC- Que eu saiba, eles nunca foram juntos.

GA- Uai, mas tem fotos dele com o Mestrinho e o Di Carli.

CC- Mas não defendendo o Di Carli. Ele foi por uma questão política, porque você sabe que política é um jogo de interesses, por isso, que quando eu escrevo as crônicas, eu

digo, que nada que se fala em política é correto. Você vai ter muito trabalho pra pesquisar isso. Porque entender a cabeça de político e bunda de criança é complicado, o que vai sair de dentro dela. Porque político diz uma coisa pra ti hoje, amanhã ele faz outra, depois ele faz outra.

GA- O Sr nunca soube que ele chegasse bêbedo na câmara ou no Senado?

CC- Ele bebia depois. Nos palanques sim. O Gilberto mandava buscá-lo e ele tava totalmente embriagado, e saía com dois seguranças do Gilberto. Eu acho que foi em Tapauá, ele disse: “Povo de Tapauá”, totalmente chapado, dois seguranças segurando ele por trás, ele empostava a voz pra dizer isso: “ Eu não sei porque vocês votam em mim, porque eu não fiz nada por vocês” Ele dizia mesmo, era cara de pau, totalmente bêbedo. Aí o pessoal aplaudia, ele era sincero.

GA- Mas, ele terminava o trabalho na Câmara e ia tomar? Ia pro Bar do Caldeira?

GA- Tomava no Caldeira, nunca vi ele no Bar do Armando. Tomava no Katikero, num barzinho chamado Pavilhão São José, perto da Itamaracá ali. Subindo a Itamaracá tinha pavilhão dividindo os dois lados, era tudo de paralelepípedo ali, e era a Estação dos ônibus ali, a Câmara Municipal era ali.

Houve um fato curioso que eu quero te contar, é o seguinte: O Francisco Vasconcelos, me contou aqui, quando veio me visitar. Uma vez, um superintendente do Banco do Brasil, que não era ele, chegou com uma ordem de prisão contra o Fábio Lucena, por causa de discurso que ele tinha feito na Câmara de vereadores. Não sei se você sabe, na Câmara não tem imunidade parlamentar, imunidade só pro palanque, na época não existia, hoje eu não sei.

Aí o Fábio Lucena foi chamado no Banco do Brasil, o oficial de justiça não conhecia o Fábio, aí o gerente mandou chamá-lo, dizem que ele subiu pelo elevador, passou pelo oficial de justiça, não foi reconhecido, e foi falar com o gerente: “ Olha Fábio, eu to te dispensando pelo seguinte, tem uma ordem de prisão contra ti e o oficial de justiça tá lá embaixo, vai pra casa, não fica aqui não, vai pra casa, se ele te achar aqui ele vai te prender”. Aí, sabe o que o Fábio fez? Ele saiu direto pro Pavilhão São José ou Universal, não lembro o nome, e encheu a cara de cana, cerveja, cachaça, ele misturava os dois. Na época do Katikero eu não sei, eu conheci o Fábio tomando cachaça, pura.

GA- O Sr sentou e bebeu com ele?

CC- Nunca, as pessoas me contavam isso. O Afranio de Castro era um que bebia com ele, pintor, era um cachaceiro, morreu, acho em 1982, logo depois da” Noite dos poetas ao vivo”, porque queria que eu fosse substituído do evento, porque eu não era poeta, eu tinha escrito um livro de poesias, só. Inclusive, censurado na época. Aí, ele queria o meu lugar, como eu não dei, eu sabia que ele ia esculhambar todo mundo, porque ele não tinha sido convidado, não tinha sido incluído no meio dos poetas do Amazonas.

Eu tinha certeza que ele ia esculhambar todo mundo, ele tinha um vozeirão incrível. Aí ele terminou puto da vida comigo, ele disse: “ Po Carlos Costa, eu te pedi pra tu me dá seu espaço” . Eu disse: “ Afranio, eu não te dei por isso, por isso e por isso”. Aí ele ficou puto e foi beber na Ponta Negra, aí morreu afogado lá, excelente pintor.

GA- E o Fábio foi lá pro Pavilhão beber?

CC- Foi. Aí o gerente passou lá e disse: “ Fábio, eu não te mandei ir pra casa?”, o Fábio disse: “ Tu tá doido, eu vou pra casa pra ser preso. Se eu for pra casa, eu vou ser preso, mais rápido do que aqui, aqui no bar, como ninguém me conhece, eu to seguro. Aqui ele não vai me encontrar nunca”, e ficou bebendo lá até o final da tarde. Segundo me falou o superintendente do Banco do Brasil no Amazonas, Francisco Vasconcelos.

GA- Então essa aliança com Di Carli, foi uma aliança que ele não tinha como fugir?

CC- Não tinha como fugir, porque quando houve a fusão dos dois Partidos, exatamente, foi nessa fusão que o Fábio Lucena tinha se candidatado pelo Partido, mas houve a

fusão, eu acho que surgiu o PFL nessa época, não tenho certeza. Nessa fusão, foi políticos de todos os lados e ficaram migrando de Partidos; a primeira tentativa de se eleger foi com o grupo do Mestrinho, ele era novo, garotão, usava calça jeans, ele entrava em A Notícia, usava o cabelo meio grande, na testa e distribuía só os santinhos dele, era só o que podia fazer.

GA- O Sr conheceu o Raimundo Parente? Em 1978, ele era Senador Biônico.

CC- Prefiro não falar, porque ele veio depois pra ser assessor do Arthur, eu pouco sei do Raimundo Parente.

GA- Quem escolhia o Senador Biônico? O Congresso?

CC- Geralmente era o ex-governador que indicava, porque teve ARENA I, II, III, até 1982 os governadores eram indicados. Lindoso, Paulo Nery eram juntos, o Lindoso teve que renunciar pra se candidatar, aí o Paulo Nery assumiu o governo.

GA- O Sr destacaria algum Projeto de Lei do Fábio Lucena?

CC- Que eu tenha conhecimento, nenhum. Nem como vereador nem como Senador. Como vereador ele nunca apresentou um Projeto sequer. Ele tinha uma boa oratória, um bom discurso. Ele tava sempre criticando o prefeito, o governador, os militares, sobretudo.

GA- O Andrade Neto foi dep Federal? Ele já tinha o Jornal? Ele era de uma família rica?

CC- Foi, pelo MDB. Não, ele era de uma família bastante modesta, aí que ele casou com a filha do Felix Fink que ele passou a ser dono do Jornal A Notícia. O Andrade praticamente não tinha nada.

GA- O Felix Fink era juiz?

CC- Não, comendador. Ele era dono da rede de Drogarias Fink. Quem montou o Jornal A Notícia foi o Felix Fink, o Andrade foi diretor por casamento, o Andrade foi um empreendedor. Com a entrada do Andrade o Jornal se expande e tinha uma pessoa lá, o Bianor Garcia, ele era um gênio da criação das “ Manchetes Porretas”, que foi vereador também.

GA- O Sr se lembra quando começou a trabalhar no Jornal A Notícia (Carlos tem 56 anos atualmente)?

CC- Sim, eu tinha 18 anos, comecei como foca.

Inclusive, a vinda do Gilberto Mestrinho para o Amazonas foi articulada pelo Andrade Neto, dentro do Jornal, em 1982. Porque em 1982, o Monteiro de Lima, jornalista, foi pro Rio de Janeiro fazer uma entrevista com o Mestrinho, aí o Andrade Neto publicou em página dupla, com uma foto bem no meio, o Gilberto escorado numa árvore, eu lembro dessa foto até hoje, e dando a entrevista pro Monteiro de Lima. Aí, depois que o Gilberto chegou, tinha tudo montado e foi carregado em carreta do Aeroporto Eduardo Gomes até o centro da cidade.

GA- Mas o Gilberto foi cassado em 1964? Ele não foi exilado? Ele foi pro Rio de Janeiro?

CC- Não, ele foi pra Roraima, foi pra dep federal lá. O Gilberto, que eu sei, ele foi casado com a filha do dono do DB (rede de supermercados), inclusive, veio o DB pra cá, pro Amazonas, digo CB, Casas da Banha, é uma portuguesa, Maria Emília.

GA- Mas o Gilberto nunca foi exilado? Ele foi pro Rio de Janeiro...

CC- Ele não podia voltar pro Amazonas. Os militares tinham falado pra ele, ele tinha empresas lá no Rio, não sei de que.

Inclusive, aconteceu um episódio interessante no Programa do Lupércio Ramos, porque tinha CO (Casas do óleo), CB (Casas da Banha) e DB (Distribuidora Bandeirante), aí uma pessoa foi ser entrevistada no Programa do Lupércio, que era deputado Estadual na época, uma senhora apareceu no programa, aí ela disse: “ Olha,

deputado, depois que começou o negócio de CO, DB, aí veio CB, aí só sobrou pro nosso CU” (rss), (Carlos faz o gesto de toc toc com as mãos), na frente das câmeras: “Sobrou só pro nosso cu”.

GA- O Mestrinho indicou o Amazonino em 1982 pra prefeito biônico?

CC- A indicação do Amazonino ele tirou do bolso. Tem uma história aí. Porque começou a especulação se era, se voltaria o Frank Lima, se voltaria o prefeito interino, o José Fernandes.

GA- Por que ele escolheu o Amazonino?

CC- Porque tem uma história aí. Eu não sei se é verdadeira, dizem que é. O Ezio Ferreira, no final da campanha, todo mundo precisava de dinheiro, o Ezio Ferreira chegou com ele e, que foi dep federal também e que costumava a ostentar, junto com o Amazonino: “ Vamos fazer um projeto”. O Amazonino era acostumado a costurar, os dois criaram esse projeto aí: “ Vamos pegar a ‘fundo perdido’ um dinheiro, você detalha o projeto, vamos à Brasília, e entregamos esse dinheiro nas mãos do Gilberto”. Eles teriam ido à Brasília e conseguido esse dinheiro à ‘fundo perdido’, porque ‘fundo perdido’ é aquele dinheiro que você não tem que prestar conta, que existia na época. Aí trouxeram e entregaram nas mãos do Mestrinho, uma maleta de dinheiro, pra quando terminar a campanha dele, no final da campanha era mais importante ter o dinheiro.

Com isso, o Ezio Ferreira teria indicado o Amazonino pro Gilberto, como prefeito de Manaus, biônico. O Amazonino tava no Paraná na época. Agora, a fama do Amazonino era terrível aqui. Ele era acostumado a dar ‘cheque sem fundo’, eu cheguei a ter ‘cheque sem fundo’ dele. Ele era advogado, mas vivia de fazer maracutaia. Existe uma lenda, que um funcionário dele ganhou na loteria e ele teria ficado com o dinheiro. Ele tinha uma Construtora, a Atlas, construiu o primeiro conjunto que eu morei, o Xingu, depois construiu o Ayapuá.

Ele vivia passando ‘cheque sem fundo’, comprava material com ‘cheque sem fundo’. As pessoas que recebiam os cheques sabiam que ele era acostumado a fazer isso, já recebiam de gozação, ele sempre inventava uma desculpa.

GA- Uma vez nós brincamos que Dissica, José Melo, Amazonino, Pauderney Avelino são de Eurunepé, é uma coincidência?

CC- Acredito que não, porque na época do Alvaro Maia, todos eram de Humaitá.

GA- O José Melo sempre ocupou Secretarias importantes.

CC- Essa origem de Eurunepé ajudou nessas alianças políticas. O Melo sempre foi vice, como o Omar Aziz, ele foi vice-prefeito, vice-governador, vice-presidente da Câmara, sempre como secretário e Secretarias nevrálgicas do Estado, secretário de Segurança, SEPROR...ele tava esperando o momento certo pra dar o bote. Secretaria de Obras, porque ele é engenheiro de formação (aqui Carlos enfatiza a trajetória de Omar Aziz).

O Gilberto nunca foi professor, eu acho que ele só tem a 4ª série, mas muito esperto pra composições políticas. Teve um vereador que, inclusive, fez uma greve de fome na Câmara, aí o Gilberto chamou ele, que ele tava atrapalhando o governo do Amazonino, porque ele era adversário do Amazonino, não lembro mais nem o nome dele, que era um fotógrafo, ele deitou na Câmara, num colchão que tava lá, só pra ele ficar fazendo a palhaçada dele.

Depois tentou gravar um CD, não conseguiu, gravou, mas não vendeu nada e saiu distribuindo, pintou o cabelo, meio louro, meio preto, ou seja, fez mecha no cabelo.

Aí o Gilberto chamou ele no Palácio e disse: “Meu filho, você atrapalhando a administração do Amazonino Mendes, e ele é meu aliado político, se você não parar com essa palhaçada, ficar gravando CD, ficar gastando o seu dinheiro a toa, pode esquecer que esse vai ser seu primeiro e último mandato de vereador”, e confirmou.

O Gilberto tinha 3 grandes adversários aqui: Um era Assembleia Legislativa tinha três: Valdir Barros, Samuel Peixoto e o outro não lembro agora, ele disse: “Esses três não se elegem pra mais nada enquanto eu for Governador”, e o Carrapeta, que era dep Estadual, que era oposição ao Gilberto. O Carrapeta, foi o último mandato dele, não conseguiu mais se reeleger, ele teve um Programa no rádio e na tv, mas por pouco tempo.

GA- O Sr conheceu o Bottinely?

CC- Teodoro Bottinely. Inclusive é uma crítica que eu faço `a ideia dele (ele tinha um bordão na sua campanha “Pau neles, minha gente”) só que, depois o Amazonino veio de pau em cima dele, dizendo que tinham criado o Projeto “Meu Filho” e ele não sabia, e foi o próprio Amazonino que mandou criar, na época que tinha aquelas tendas nas praças, lembra? Que nós, analistas dizíamos: “Projeto Meu Filho, Projeto Meu Pau”, porque o Amazonino começou a colocar banheiros químicos nas praças, aí apelidamos “Projeto Meu Filho, Projeto Meu Pau”, e foi o Amazonino que também fez isso. O Bottinely foi dep federal e depois decidiu ser Secretário aqui no Amazonas, Secretário de Educação do Município, o prefeito era o Amazonino (1982), ele era do lado do Amazonino.

A composição foi tão bem feita que, ou se era a favor ou era contra. A oposição mesmo eram três na Assembleia Legislativa. O Pai da Yara, Francisco Queiróz, foi dep Estadual por 26 anos, e não quis ser dep Federal, sabe por que? Ele recebia convite direto do moralista lá do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, ele era muito amigo do Pedro Simon, do Ulysses Guimarães, eles convidaram direto ele.

GA- O Queiróz não foi impugnado em 1974?

CC- Foi, mas ele saiu pra vereador, pra vereador ele podia sair. Ele se elegeu vereador, ficou dois anos como vereador e depois voltou pra Dep. Estadual. Ele não quis ir pra Dep. Federal, porque ele dizia que não queria ficar longe da família dele, ele era muito apegado `a família dele.

O Queiróz foi impugnado junto com o Lucena porque ele apoiou o Lucena na sua denúncia da COHAB, porque na época bastava uma representação, o João Walter fez a representação e caíram na LSN. Eles tiveram que responder em Belém, o advogado deles foi o Felix Valois, que também é meu amigo.

GA- A amizade do Lucena com o Calderaro, havia um laço afetivo?

CC- Era profissional, mas havia um laço afetivo também. Só que o Bosco e o Lucena foram tirados do Jornal A Notícia por dinheiro. O Andrade considerou uma traição. Saiu primeiro o Bosco para a Crítica, depois o Fábio. O Fábio foi designado pra escrever todos os editoriais, artigos.

A Notícia era um Jornal que se espremesse saía sangue, era um Jornal popular. Voce sabe o que é a suíte da matéria? O Andrade sempre dizia: “Toda notícia tem três lados, três versões: a minha, a tua e a do leitor. Eu quero que você una as três numa só”, aí foi que eu comecei a me esmerar.

Eu trabalhei na Rádio Baré, no Diário do Amazonas, eu fui pro Jornal do Comércio com 26 anos, quando eu deixei A Notícia, mas antes eu passei pela Rádio Baré, fui pra TV Baré, aí depois que eu fui convidado pro JC, como editor Geral, de lá eu fui pro Diário do Amazonas.

GA- Como o Fábio fazia as campanhas?

CC- Fundo Partidário.

Eu fui assessor do Amazonino, convidado pelo João Furtado, que foi Prefeito interino, até o Amazonino ser nomeado. Eu passei 30 dias despachando com o Amazonino, todo dia despachava comigo, eu era da Comunicação Social, não tinha Secretaria, era um Gabinete de Comunicação.

Um dia, o Amazonino me chamou e disse: “Caboclo, eu não sei o que tu tá fazendo aqui, porque eu já te exonerei desde quando eu assumi”. Aí eu disse: “E como eu não fui comunicado?”. Ele falou: “Resolve lá com a secretária”, na época era tudo carteira assinada, não tinha concurso, não. Eu fui lá e tinha sido exonerado mesmo, eu voltei lá e ele me falou: “Caboclo, se eu precisar de você, eu te chamo”.

Eu fui presidente do SINETRAM e gastava 45 milhões de cruzeiros a cada 15 dias, e nunca aceitei corrupção. O dono da gráfica me ofereceu 10% pra renovar o contrato e eu não aceitei.

Nessa época, você sabe, a fonte principal de dinheiro do PC do B, da Vanessa Graziotim, vinha da UESA, era tudo da UESA, eles vendiam as carteirinhas lá na frente do SINETRAM, havia isso, diretamente, como acontecia, todo dinheiro arrecadado do dia era entregue na mão da Vanessa Graziotim e do marido dela (Eron Bezerra).

Quando eu descobri o esquema, eu aboli e criei a carteirinha do SINETRAM, uma carteira que tinha código de barra, passava e sabia quanto a pessoa tinha comprado de vale, tinha desenvolvido todo o programa pra isso. Acabei com a carteira da UESA, aí acabou com a mamata da Vanessa. A Vanessa se diz uma paladina da moral, mas é paladina da imoralidade.

ANEXO III:

Entrevista realizada no dia 4|3|2016 com o Sr. Antonio Lucena, filho do Senador Fábio Lucena, por Giovanny Amaral:



Figura 3: Sr. Antonio Lucena, advogado e professor, filho do senador Fábio Lucena. Entrevista realizada no dia 4 de março de 2016 em seu escritório de advocacia.

GA- Sr. Antonio Lucena, o seu pai nasceu em Barcelos em 1940, o seu avô, o Sr Antonio, era tabelião em Barcelos, ele foi transferido para Manaus?

AL- Essa parte da história do meu pai eu não conheço, eu era muito novo, tenho 52 anos hoje.

GA- Em 1961, seu pai foi aprovado no concurso do Banco do Brasil, ele era escrivão?

AL- Ele na verdade, pelo que me recordo, antes dele ter aprovado no Banco do Brasil, ele fez um concurso no Banco da Lavoura, e tem até uma história interessante que envolve o meu pai e o finado prof. Nilton Lins na época desse concurso, pois sou professor na Nilton Lins há 20 anos. Ele disse que ele e o meu pai estudaram juntos pra fazer esse concurso, o prof. Nilton Lins passou em primeiro lugar e o meu pai passou em segundo. Meu pai ficou chateado com isso, chegou com o prof. Nilton Lins e disse: "Essa história é injusta (meu pai era uma figuraça), tu não sabia matemática, eu te

ensinei e você passou em primeiro lugar". Ele fez depois o concurso do Banco do Brasil, acho que nem chegou a assumir esse Banco da Lavoura.

GA- Houve um período que ele foi afastado do Banco do Brasil, o Sr sabe por quê?

AL- Foi o período da Ditadura, ele foi punido, pois era militante do Sindicato dos Bancários, militante estudantil. Ele foi mandado pra trabalhar numa agência do interior de Minas, Jequitinhonha, se não me engano. Aí ele retorna pra Manaus e trabalha até 1972, quando se elege vereador.

GA- Vocês moravam no Bairro Aparecida?

AL- Nós morávamos no Beco da Indústria, mas antes moramos na Luis Antony, depois fomos pro Beco da Indústria e depois pro Ed. Máximo Correa.

GA- Em 1972, o seu pai foi eleito o vereador mais bem votado em Manaus, mas tentaram impugnar a diplomação dele, o Sr sabe por quê?

AL- Não sei, eu era muito novo.

GA- Em 1974, ele tenta pra Dep. Federal. Mas houve um problema com o prefeito à época, Frank Lima.

AL- Ele foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, pelo que me recordo, ele fez um discurso combatendo a cobrança do IPTU lá no Japiim. Ele pregou a desobediência civil, foi um negócio mais ou menos assim...

GA- Aí o seu pai apoia o Mário Frota?

AL- Eu me lembro dessa época, a propaganda da época na TV, ele colocou a mão no ombro do Mário Frota, "Esse é meu candidato, se você fosse votar em mim, vote no Mário Frota". Ele tinha uma penetração muito grande aqui na capital.

GA- Sobre a passagem do seu pai pela UFAM, ele cursou Economia e Direito, mas não os concluiu. O Sr sabe por quê?

AL- Rapaz, olha, o meu pai era, ele tinha uma inteligência acima da média. Eu quero crer que em razão da atividade política e jornalística dele, e também dessa inteligência acima da média, quero crer que por isso ele deixou a UFAM em segundo plano. Ele tentou voltar depois, quando ele já era Senador.

GA- Soube que um irmão dele morreu nessa época.

AL- Ele tinha 9 ou 10 irmãos, e um dos irmãos dele, que é o tio da Azi, casado com uma moça lá de Brasília, sofreu, foi perseguido, e acabou morrendo em razão dos problemas que teve numa das Forças que servia lá, não sei se era Marinha ou Aeronáutica, acho que foi Aeronáutica, uma coisa assim, ele ficou abalado, razoavelmente abalado. Como ele era muito inteligente, ele meio que assim, desprezou um pouco a Academia.

GA- Bom, aí ele trabalhou no Jornal A Notícia e depois foi para A Crítica, nessa transição houve um desentendimento com o Andrade Neto, dono de A Notícia, eles ficaram se digladiando pela imprensa, até que o seu pai chamou o Andrade para um duelo na Praça São Sebastião.

AL- Mas antes ele sofreu um atentado lá no Beco da Indústria. Ele atribuiu a autoria ao Andrade Neto, inclusive fez uma forte campanha contra o Andrade Neto.

GA- Ele chegou a ser baleado?

AL- Sim, chegou, nas costas, dois pistoleiros. Ele tava ali, tinha um bar, que ele sempre parava ali, na entrada do Beco da Indústria, não era o Caldeira não e nem o Mário Soeiro, era um mesmo na entrada do Beco da Indústria.

O que eu me lembro mesmo é que a gente tava em casa, quando ele chegou sobressaltado dizendo que tinha sido baleado, não foi grave, ele fez BO, foi pra clínica e depois foi pra imprensa.

GA- O Sr não presenciou esse duelo?

AL- O duelo não, eu presenciei todos os acontecimentos prévios, lá em casa, a minha mãe também.

GA- Mas ele odiava o Andrade Neto?

AL- Rapaz, eu acho que era luta política, era uma questão de afirmação política.

GA- O Andrade não gostou da saída do seu pai para o Jornal A Crítica?

AL- Claro que não. A Notícia na época, pela informação que tenho, era o principal jornal de Manaus.

GA- Era aquele jornal sensacionalista?

AL- Mas era um jornal de peso na época. A Crítica tava começando ali a ter aquela projeção.

Num certo sentido, pelo que eu deduzo, a aquisição dele (Lucena), a troca de jornal, deu um peso maior na A Crítica, um peso jornalístico. Meu pai era um jornalista brilhante. A produção jornalística dele era fantástica, se você for pegar os jornais, ele escrevia todos os dias, a coluna dele lá, diária.

GA- Dizem que ele deu um tiro no sino da Igreja? Nesse duelo?

AL- Não sei te dizer, só sei que ele saiu de casa, lá do Maximino Correa, com um lenço e dois revólveres, nós ficamos em casa.

GA- A família pediu pra ele não ir?

AL- Era algo inusitado, um duelo, imagina. A família tentou convencer, claro, pra acabar com aquilo, mas ele tava irredutível.

GA- Ele foi, mas o Andrade não foi.

AL- Isso, ele ficou rodando lá na Praça e o andrade Neto não apareceu. Aí, no outro dia, ele foi pro jornal e desfilou todo o rosário.

GA- Eu soube, que o seu pai teve essa desavença com o Andrade, pois seu pai acusou o Andrade de ter uma amante, a Maria de Lourdes Archer Pinto (Marilu).

AL- Eu não sei, mas minha mãe deve saber.

GA- Em 1978, O Lucena disputa a eleição para o Senado, mas é derrotado pelo jornalista João Bosco Ramos de Lima, mas eu li, estou pesquisando em vários jornais, que houve um problema no Alto Solimões, que ocorreu uma falcatrua lá. O Sr soube disso?

AL- É eu lembro disso. Ele teve uma votação aqui na capital estrondoso, mas naquela época a votação no interior era demorada, os votos do computo geral demoravam a chegar na capital. Só me lembro que a votação que chegou do interior emparelhou ali, aqui equilibrou a eleição, mas deu um problema num município chamado Atalaia do Norte, foi nesse município, parece que os arenistas lá, fizeram uma recontagem, o que deu a vitória ao João Bosco Ramos de Lima.

GA- Então procede essa falcatrua?

AL- Olha, isso é o que falavam na época, houve apuração e tal, mas não constataram assim nada. Eu sei que o resultado da eleição foi mil e poucos votos, mas foi com base nessa votação do município de Atalaia. Meu pai não se cansava de falar que aquilo foi armação da ARENA, mas o sistema na época, o sistema governista era muito forte, mas mesmo assim, a votação dele foi excelente (...) a virada foi nesse município aí, na capital ele venceu com larga margem de votos.

Houve investigação, inclusive, eu tinha cópia da peça, houve mandado de segurança, a cópia da peça foi parar no TSE, mas a investigação não deu em nada, foi arquivada, e a eleição foi validada pelo TRE local. Aí o João Bosco falece logo em seguida e assume a Eunice Michelis, que se torna a primeira Senadora do Brasil (por um acaso da História).

GA- Aí em 1982, o seu pai disputa novamente a eleição para o Senado e derrota o Governador José Lindoso, e era uma vaga só.

AL- Ele vence na Coligação do Gilberto Mestrinho, que é o retorno do Gilberto pra Manaus.

GA- Mas por que essa aliança com o Mestrinho? Era uma aliança que não tinha como fugir? Porque o Mestrinho representava as forças conservadoras.

AL- O ex-governador, hoje falecido Gilberto Mestrinho, logo depois que o Governo Federal determinou ali a anistia, da turma que ficou exilada, o Mestrinho recebeu autorização para voltar para o país.

GA- Ele tava no Rio de Janeiro.

AL- Voltar pra política, porque ele tinha sido cassado. O meu pai na época, por volta de 1980, era a principal liderança da oposição aqui, eu me lembro, porque eu tava presente quando o prof. Gilberto voltou pra Manaus, ele teve lá em casa, no Maximino Correa, fizeram uma reunião lá (a turma que vinha com o Gilberto), todas aquelas forças que apoiavam o Gilberto. Mas na verdade, a aliança do meu pai com o Gilberto ,se deu em decorrência de uma fusão partidária que houve na época, que incorporou o MDB ao PP e aí surgiu o PMDB.

GA- Mas suponho que o seu pai não estava satisfeito com a aproximação com o Gilberto?

AL- Rapaz, olha, no início, ele fez essa composição porque não tinha mais opção, ele era um homem de partido. Quando houve a decisão nacional de fusão, o Gilberto vem como candidato ao governo, como liderança natural, já que ele tinha sido ex-governador, e o meu pai vem pro Senado. Foi uma aliança ali, das forças políticas que se encontraram naquele momento pra derrotar o governo lá da ARENA (José Lindoso) que depois fundou o PDS.

GA- Depois virou PFL e hoje é Democratas.

AL_ Ou seja, nada mudou, só mudou o nome. Mas então, o principal motivo da aliança, foi a fusão partidária, ele não teve opção. Qual a opção dele? Sair do Partido, do MDB. Ele, Mário Frota, Arthur Neto, Felix Valois, toda essa turma eram membros fundadores do MDB, e fizeram parte dessa aliança em 1982.

Eu me recordo dessa fusão nacional, o meu pai viajou pro Rio de Janeiro pra se encontrar com o Leonel Brizola, porque ele teria a intenção de sair do Partido, e ele recebeu do Leonel Brizola as credenciais pra fundar o PDT aqui.

GA- E por que não deu prosseguimento?

AL- Eu sinceramente, não sei porque a coisa não foi adiante. Aí fecharam a Aliança, todo mundo fechou a Aliança, aí saiu aquela cabeça de chapa: Gilberto e meu pai pro Senado.

GA- Pois é, vou entrar numa questão espinhosa. Lucena se elege Senador em 1982 e teria um mandato até 1991, mas aí em 1986, ele se candidata novamente ao Senado em pleno mandato. Por quê?

AL- Olha, tem uma razão política, lá de Brasília, e uma outra de ordem pessoal.

A razão política, se liga ao fato de que meu pai defendia, lá em Brasília, da impossibilidade dos Senadores eleitos em 1982, de participarem da Constituinte, ele defendeu, tem discurso gravado sobre isso. Então, ele se candidata novamente, pra obter a legitimidade para participar da Constituinte que ia ser convocada, Eu acho que a justificativa política, para pular ali de um mandato pra outro, foi essa.

GA- E o Sr disse pessoal.

AL- A pessoal, eu acho da afirmação como Senador Constituinte.

GA- Perdão, mas pesquisando, há boatos que houve uma negociação, um acordo entre o seu pai, o Di Carli e o Mestrinho, que o Lucena se elegeria, renunciaria ao mandato de 1982, assumiria o seu primeiro suplente, Leopoldo Perez, o Perez renunciaria, haveria novas eleições e o Mestrinho sairia candidato e se tornaria Senador.

AL- Se houve esse acordo, eu não sei. A política do meu pai era uma política muito centrada nele, egocêntrica, nós da família não tínhamos participação direta.

GA- Mas o Sr nunca soube desse acordo?

AL- Eu nunca soube desse acordo, sinceramente. O que eu soube na época da adesão do Carlos Alberto Di Carli, na chapa de 1986, dito pelo meu pai, é que ele não pôde vetar a entrada do Di Carli na chapa, porque o Di Carli seria o financiador da campanha.

GA- Perdão, mas ele já era Senador, ele não precisava se candidatar novamente, nunca ocorreu isso na História do Brasil.

AL- Mas a justificativa que ele apresenta só Senado, num certo sentido, aponta pra essa direção aí. Eu não sei de fato, o que ocorreu nos bastidores, não sei. É nessa época que o Mário Frota rompe com meu pai, é o Muda Amazonas, né.

GA- Mas sim, o seu pai tava sempre combatendo o Di Carli, na imprensa, denunciando as falcatruas dele. Por que houve essa aliança? Essa aproximação do seu pai com o Di Carli e o Mestrinho?

AL- Isso aí tá expresso naquela fala que eu te disse ali, o Di Carli era o financiador da campanha do Gilberto.

GA- Perdão, mas não seria uma incoerência política do seu pai?

AL- Ah sim, com certeza, uma incoerência política completa, acho que até ele sabia disso. Tanto ele sabia disso que em 1986, por exemplo, ele não fez campanha na capital, ele venceu no interior, na capital ele perdeu. Ele não fez nenhum comício na capital, tal o impacto negativo daquela associação dele com o Di Carli. Quem venceu na capital foi o Mário Frota pro Senado, o meu pai foi o segundo na capital, e foi o primeiro no interior em 1986. Ele centralizou a campanha dele toda no interior. Ele era um estrategista, ele não tinha vinculação pessoal com o Di Carli, a vinculação era política,

por questão de campanha mesmo. Essa vinculação deles ficou ficou muito mal vista aqui na capital. O Mário dormiu senador e acordou derrotado.

GA- Há boatos que o Mário Frota perde porque o Di Carli foi pro interior comprar votos. O Sr soube disso?

AL- Olha, quando começou a sair o resultado da eleição, isso eu posso falar porque eu presenciei. O Mário Frota liderava na capital, a gente já morava aqui, o meu pai disse aqui nesta sala: "Espera chegar os camburões do interior"

GA- No interior ele também tinha uma grande popularidade?

AL- Sim, em 1986, ele teve uma votação extraordinária no interior. Aí quando começou a chegar os votos do interior, pra computar, ele virou a eleição em cima do Mário Frota, mas o Frota continuou em segundo lugar, muito a frente do Di Carli.

GA- Aí é quando o Di Carli vai pro interior comprar votos?

AL- Olha, rapaz, sinceramente, quando meu pai passou à frente, ele falou aqui comigo: "Vamos lá no Palácio comigo". Eu fui no Palácio com ele, ainda tavam apurando os votos, o Gilberto tava lá, sentado lá, aí se reuniram tal, todo mundo impressionado com a força política do meu pai, parabéns, o João Thomé tava lá, aquela turma da época, eles conversando, a apuração demorava muito, o Di Carli tava lá, o Gilberto falou: "Olha Di Carli, dá um jeito aí, senão tu vai perder a eleição", foi quando foram para o interior lá, os aviões partiram, eu tava presente, o Mestrinho falou na cara dele, na mesa oval.

GA- Dissseram que o Di Carli ameaçou o Mestrinho? Se ele não ganhasse a eleição?

AL- Não, não ameaçou não. Falar de Mestrinho e Di Carli é um negócio esquisito, né. É uma turma, meio da pesada, esse Di Carli então, é da pesada. Agora é isso, o meu pai se submeteu ao veredito popular e o povo aprovou a eleição dele, tanto é que ele foi o mais votado.

Lá no Senado ele se defendia assim, quando alguém tocava nesse assunto, "o Sr escolhambava o Di Carli e depois foi se juntar com ele", o que ele dizia lá era: "Não, essa questão já tá superada, o povo do Amazonas já julgou isso e me elegeu", isso que ele dizia. Agora, eu não sei te dizer, seria até leviano da minha parte, se foram comprar votos no interior. O que eu presenciei, lá no Palácio, foi o Mestrinho dizendo: "Di Carli, corre pro interior". Nessa época, a votação era manual, havia a possibilidade de fraude. O Mestrinho ficou conhecido nessa época como "Boto", por emprenhar urnas.

Mas isso aí teria que haver provas. O Mário Frota, depois denunciou, o Arthur denunciou. Eu ouvi falar que o povo tentou incendiar o TRE|AM, mas nessa época nós já morávamos em Brasília, nos fomos morar lá no início de 1983, os seis filhos e minha mãe, a gente vinha nas férias. O racha do Muda Amazonas foi comunicado lá no Gabinete do meu pai, eu era assessor dele, o Arthur, o Frota foram lá, foi quando o Frota cortou relações com meu pai. Foram comunicar que iriam enfrentar o Gilberto e

fundar o Muda Amazonas e que o candidato seria o Arthur, isso eu lembro muito bem. Aí eles convidaram o meu pai, o Arthur disse que abriria mão da candidatura se o candidato fosse o meu pai. Eles convidaram meu pai pra liderar a chapa para derrotar o Gilberto.

O candidato a governo em 1986 seria o meu pai, ele foi convidado pelo Gilberto Mestrinho pra ser candidato a governo, mas ele não aceitou.

GA- Por que?

AL- Porque ele dizia que ele era tribuno, ele não era gestor. O negócio dele era ficar no Parlamento.

GA- Como era a relação dele com os outros políticos lá em Brasília?

AL- Olha, o meu pai tinha um misto de amor e ódio com algumas pessoas, tinham pessoas que admiravam muito ele, porque ele era culto, inteligente, outras pessoas nem tanto, é normal isto, né, mas era uma relação de respeito, ele era muito respeitado lá em Brasília, lá no Senado.

GA- Havia alguns políticos que o Sr via que ele se dava melhor?

AL- Lá no Senado ele era da base do governo, só que ele era muito crítico. Eu me recordo lá, quando foi feito ali, o Plano Cruzado do Sarney, o meu pai foi um dos únicos, senão o único, que fez um discurso duríssimo contra o Plano. O próprio Ulysses Guimarães, ainda tava vivo, depois do discurso, foi lá no Gabinete do meu pai, ficaram lá trancados. Ele era muito respeitado no Senado, ele era dono da oratória, quando ele falava, ele dominava qualquer ambiente. Pra debater com aquele homem, amigo. Ele era um leitor voráz e mais alguma coisa, ele lia até bula de remédio. Meu pai era especialista em História da Grécia, romana, II Guerra Mundial, então sabia de cor e saltiado. Os fatos históricos, ele sabia as datas, políticos importantes, personalidades importantes, ele sabia a data de nascimento, ele acordava e dizia: "Hoje morreu fulano de tal, hoje morreu Napoleão Bonaparte".

GA- Sr. Antonio, durante o período dele como vereador, ele teve algum projeto importante, relevante, que o Sr destacaria?

AL- Olha, falam que ele, meu pai, não era de Projeto, meu pai era de Tribuna. Eu acho que ele teve poucos projetos aprovados, a Câmara deve ter registro, mas a política dele era voltada para combater as injustiças, tanto na câmara, como no Senado. Eu acho que o meu pai, acho não, eu tenho certeza, o meu pai estava acima da condição de vereador. Ele era um vereador, mas que tinha uma projeção além, muito além do cargo. Então, ele ter sido eleito Senador posteriormente, foi só uma consequência dessa projeção.

GA- Porque desde o Sindicato dos Bancários ele foi construindo, lentamente sua trajetória.

AL- Grande parte da projeção que ele teve, se dá não só a oratória, mas a palavra escrita também, como jornalista.

GA- Ele era amigo do Umberto Calderaro? Era uma amizade profissional ou havia um laço afetivo?

AL- Olha, eu acho que ali, havia uma troca de favores, no bom sentido. Meu pai usava o Calderaro, o Calderaro usava ele, pros fins de cada um. Ele precisava da imprensa pra se projetar e o Calderaro precisava dele como redator, articulista. Ele era responsável pela redação.

GA- Mas, desculpe, lógico, ele recebia pelo trabalho em A Crítica? Ele recebia por artigo?

AL- Ele recebia um salário. Ele era registrado, recebia um salário módico. Eles tinham um acordo de cavalheiros (...) A Crítica dava a Tribuna pra ele.

GA- E ele escrevia todo dia?

AL- Quase todo dia, e quem levava os artigos, naquela época não tinha E-Mail, não tinha nada, quem levava era eu.

GA- Ele não escrevia na redação, não?

AL- Às vezes fazia, mas a maioria das vezes fazia em casa, lá no Beco da Indústria, cansei de levar. Quando a gente morava ali no Maximino Correa, a Redação de A Crítica era ali na Joaquim Sarmento, era eu que levava os artigos todo dia pro Pery Augusto, que era chefe de redação.

GA- Agora, esses artigos, ele escrevia e eram sintetizados em A Crítica ou era na íntegra?

AL- Na verdade, eu já levava o artigo pronto. Ele datilografava, em 3, 4 folhas...

GA- E era o que seria publicado?

AL- Sim, sem revisão, sem nada. Às vezes, quando a coisa era pesada, o Calderaro, o dono, o Pery dizia: "Ei Calderaro, essa coisa tá muito pesada", aí o Calderaro censurava ele, aí eles brigavam. Quando ele extrapolava, o Calderaro censurava ele, porque ele era muito polêmico. Mas no geral, você já viu alguém bater uma máquina de datilografia? Se você visse o meu pai bater uma máquina de datilografia, era uma coisa impressionante. Ele batia naquelas maquininhas, daquelas pequenas, ainda, e às vezes quando ele tinha tomado umas cachaças, ele ditava e eu batia a máquina.

GA- Sr. Antonio, eu quero entrar num tema polêmico agora. O alcoolismo do seu pai?

AL- Doença.

GA- Mas, perdão, havia histórico familiar?

AL- Tem, os irmãos dele, a maioria eram alcoólatras, nem todos. Ele teve 9 irmãos. Meu avô Antonio não bebia.

Mas veja, a questão do alcoolismo, como ele é visto hoje, antigamente as pessoas não se preocupavam muito com isso.

GA- Mas ele nunca negou, todo mundo sabia em Manaus que ele bebia?

AL- Sabia. Mas ninguém sabia, na verdade, o nível que tava a doença.

GA- Mas ela foi gradativamente aumentando?

AL- Sim, foi aumentando.

GA- Perdão, mas desde quando o Sr era criança ele já bebia?

AL- Já, meu pai tem a vida dele até um certo ponto, de equilíbrio, depois, ele ...

GA- O Sr se lembra quando?

AL- Eu acho que até os 30 anos.

GA- Ele bebia moderadamente?

AL- Quando ele entrou na política com mais sinergia, quando ele passou por aqueles processos, principalmente a partir de 1974, acho que, emocionalmente, ele ficou, assim, um pouco fragilizado.

GA- Mas ele bebia todo dia?

AL- No início não.

GA- Ele bebia o que? Cerveja, whisky? Falaram que ele bebia cachaça.

AL- Bebia qualquer coisa, alcoólatra bebe qualquer coisa, até perfume.

GA- Mas, porque, não é o objetivo da minha pesquisa, isso nunca atrapalhou a atividade parlamentar dele?

AL- Rapaz, olha, eu vou te ser sincero. O meu pai tirava é licença pra beber. Isso é uma verdade. Na Câmara, no Senado. Isso é uma verdade. Licença médica, mas aí ele... ele tinha problemas emocionais.

GA- Que problemas?

AL- Acho que de todos aqueles processos que ele sofreu, perseguições políticas. Na minha opinião, ele foi se fragilizando ao longo do tempo, a coisa foi se agravando, infelizmente.

GA- Perdão, ele nunca chegou bêbado na Câmara? Nem no Senado?

AL- Não. Às vezes ele pedia licença, se internava, às vezes dava uns ataques de tremedeira nele. Trabalhar embriagado, não.

GA- Ele frequentava muito ali, o Bar do Caldeira.

AL- Na época, até um certo período, ele frequentava bares, até ali, por volta de 1976, 1978, ele frequentava bares, depois ele parou de frequentar.

GA- Ele bebia em casa?

AL- Às vezes ele ia lá pro Mário Soeiro (bar), ali na Aparecida, às vezes ficava em casa, ou na casa de amigos. Porque depois que ele assumiu uma projeção política de peso, em razão dele ser muito polêmico, aonde ele ia, rapaz, dava confusão. Eu ia com ele, aí uma pessoa gostava, não gostava. Uma vez, a gente foi com ele num bar, um cara na outra mesa, jogou um xaveco pra ele, entendeu? E meu pai não era de levar desaforo pra casa. Então, ele reagia, né. Eu acho que ele foi se recolhendo.

GA- Havia conflitos familiares em casa?

AL- Rapaz, é uma doença, né.

GA- Mas conflitos sérios? Porque o meu pai é alcoólatra, a nossa família foi destruída. Eu cheguei em Manaus com 17 anos. Era uma situação insustentável.

AL- A nossa não foi. Olha rapaz, eu, por exemplo, que sou o mais velho, sou muito realista sobre a história do meu pai, consigo falar sobre a história dele sem emocionalidade. O meu irmão que morreu (Fabinho) não conseguia. Ele foi fazer uma cirurgia e morreu com 40 anos. Um ano e 15 dias na UTI. Mas olha, a convivência com uma pessoa doente é complicada, tu sabe disso.

GA- E com os amigos, ele bebia, mas não era aquela pessoa que fica agressiva, não?

AL- Ele tinha amigos mais próximos, com os amigos não. Ele tinha amigos próximos que foram morrendo (Alberto Antonio Tuma) andavam sempre juntos.

GA- E com a família, ele não era agressivo?

AL- Rapaz, olha, com a família, no início, mas depois ele já tava descontrolado. Houve descontrole. Várias situações. Na verdade, nós sempre tentamos amenizar a situação. Eu acho que ninguém tinha noção daquilo.

GA- Mas vocês nunca tentaram levá-lo pra um tratamento?

AL- Ah já, lá em Brasília ele chegou a ir pra tratamento. Mas ele não era uma pessoa comum, vamos pegar ele ali e levar, ele era um Senador.

GA- Eu sei, mas psicólogos?

AL- Ele não aceitava. Outra coisa, todo mundo tinha medo dele. Como é que você vai agir assim, de forma mais eficaz, com uma pessoa assim? Medo, medo, ele andava

armado sim, mas meu pai era um palito, ele tinha 1,70 m, mas ele tinha uma voz descomunal, se ele desse um grito aqui, você se tremia todinho, era descomunal o negócio. Se alguma pessoa, amigo, parente, ou seja lá quem for, dissesse vai se tratar, minha nossa senhora.

GA- E como era a relação do seu pai com o seu avô, o Sr. Antonio?

AL- Uma relação de ídolo. Quando meu avô morreu, tem casos históricos do meu avô na Câmara. Tem até um caso do meu avô, já velho, invadiu a Câmara com um guarda-chuva pra dar num certo vereador lá, que teria falado mal dele. Eles tinham uma relação, meio assim, fraternal. Quando meu avô morreu, meu pai ficou arrasado. Meu avô era muito íntegro, muito honesto, aquelas pessoas antigas, com aquele padrão ético, de moralidade, era assim. Os irmãos moravam aqui, todos vieram de Barcelos. Família grande, 10 irmãos, 9 irmãos e uma irmã, a irmã tá viva.

GA- Mas morreram de alcoolismo?

AL- Eu acho. Morreram em decorrência, de complicações, mas teve muito problema. Eu tive muitos conflitos com ele (sobre o alcoolismo), não adiantava, minha mãe falava. Meu amigo, era terrível. Eu nutria um grande respeito por ele, era difícil tomar uma medida de força, mas mesmo assim, lá em Brasília, eu tomei uma medida de força.

Um ano antes dele morrer, ele andou quebrando lá, uma quebradeira lá em casa. Aí o médico do Senado, um dos médicos do Senado, me chamou e disse: "Olha, toma cuidado, o teu pai tá numa situação difícil...".

GA- Isso próximo da morte dele?

AL- Sim, uns 8 meses, 6 meses antes. O médico falou que ele estava num estágio avançado, inclusive da doença: tira arma, esconde. Aí, eu, num belo dia lá, eu escondi a arma. Rapaz, deu uma confusão, meu amigo. Ele atrás dessa arma. Teve um tempo antes dele morrer, ele foi parar lá num hotel, lá em Brasília, aí eu peguei, liguei pra esse médico, fui com uma equipe lá do Senado, uma equipe de enfermeiros pra tirar ele do hotel.

Eu fiquei lá de 11h da manhã até 19h, tentando convencê-lo a sair do hotel e ir com a gente. Tava lá no hotel bebendo. Ele tinha umas brincadeiras assim de queda de braço, ele fazia isso com meu irmão, aí eu não consegui tirá-lo do hotel voluntariamente. Aí, chama os enfermeiros, tiraram ele de lá à força, levamos pra uma clínica, tomando soro, se desintoxicando, ele bebia whisky.

GA- Ele bebia uma garrafa num dia? Ele bebia e ia dormir?

AL- Eu acho. Meu pai não dormia, virava noites e noites bebendo; bebendo, escutando música, lendo, escrevendo, até embriagado ele escrevia.

Meu pai não era normal. Eu acho, quem conheceu ele também acha, que ele tinha uma mediunidade forte e essa mediunidade não foi trabalhada, e isso ficou perturbando

ele, como ele era cabeça dura, ele não aceitava aquilo, mas ele via coisas, ele era de ver coisas.

Quando eu internei ele, meses antes dele morrer, ele passou 3 dias no hospital, ele fugiu do hospital. Aí eu senti, ele ficou com uma certa reserva junto a mim. Ele falava muito com o Fabinho, mas o Fabinho era cabeça dura como ele. A morte do meu pai afetou muito o Fabinho, porque a morte dele, em si, foi traumática. O suicídio não é uma coisa qualquer na família. Meu irmão teve muitos problemas emocionais com a morte dele.

GA- Eu li no Jornal do Comércio que houve um atrito do seu pai com o Arthur Virgílio Filho. Quase houve um tiroteio ali no Maximino Correa (1980).

AL- O fato é que, isso eu posso dizer, eu presenciei. Ele andou escrevendo sobre o pai do Arthur, isto tá registrado, chamando salteador do cofre público, era uma rixa política.

Tava o meu pai, o Alberto Antonio Tuma, finado, tio da esposa do Mário Frota e, se não me engano, um amigo dele, o Airton. Eles tavam na sala, conversando lá. Era umas 11h da manhã. Aí, eu era novo tinha uns 12, 13 anos (tinha, na verdade 17), aí eu fui na janela, no parapeito da sala do Maximino, não tem varanda ali, aí eu olhei, eu vi o cara, tava chovendo, chuviscando, eu vi um cidadão, andando ali ao redor da praça, de preto, com guarda-chuva. Eu falei: "Papai, eu acho que aquele ali é o Arthur Virgílio Filho", eu lia jornal. Aí o Airton olhou e falou: "Fábio, é o Arthur Virgílio". Identificaram, ele já tava velho, velho pra cacete. Tava lá, esperando, armado. Papai também tava armado. Aí ele falou: "Airton, vai lá em baixo e confirma se é o Arthur". O Arthur, dizem, foi lá pra "lavar a honra". Aí meu pai, passou uma hora, ele disse: "Eu vou descer", o Alberto tentou segurar ele. Aí o papai se armou e desceu, e deu aquela confusão.

GA- Quase que deu tiroteio?

AL- Quase. Uma turma contendo o meu pai. O Arthur gritava: "Tu é bandido Fábio, vem aqui que eu vou acabar contigo!". Meu pai gritava: "Pelego, safado!" Uma confusão, lá embaixo no Maximino Correa, na praça ali. Eles se ofenderam na imprensa. Meu pai ofendia o Arthur, ele colocava entre parênteses: O Arthur Filho (pai) pra diferenciar do Filho.

Nesse ponto, o Arthur Neto, o atual prefeito, ele merece aqui, a nossa admiração. Ele nunca levou isso pro lado pessoal. Tanto é verdade, que depois que meu pai morreu, muito tempo depois, o meu irmão, Fábio Filho, foi trabalhar com o Arthur Neto, no PSDB. Um ato de grandeza moral dele, se fosse um cara mesquinho, vingativo, teria negado. E outra coisa, sempre que ele nos encontra, eu, minha mãe, nos trata assim, super bem, não tem nenhum traço de mágoa, porque na verdade era pai dele.

GA- Sr. Antonio, eu quero entrar num outro tema espinhoso pra sua família, o suicídio do seu pai. Há inúmeras versões...

AL- O suicídio do meu pai foi uma coisa premeditada, que ninguém percebeu. A nossa família jamais ia imaginar que a coisa fosse por aí, embora houvesse indícios.

GA- Que indícios?

AL- Por exemplo: A fala do médico alertando pra gravidade da doença, algumas falas dele próprio. Pô, meu pai era um orador, era um político, ele defendia a vida, a justiça, defendia, destemido, corajoso, que tava ali pra defender os mais pobres. Como que a gente ia ter a ideia, meu irmão, que o cara ia chegar naquele ponto?

GA- Falaram-me que a sua avó morreu nessa época e ele ficou abalado.

AL- Ficou muito abalado.

GA- Isso agravou a depressão dele?

AL- Eu acho. O problema dele era depressão, misturado com álcool. O que é pior, ele não tinha problema só com álcool, ele tomava remédio controlado pra ansiedade, ele tinha ansiedade crônica, ele tomava Lexotan 6, misturava com álcool, aí...

GA- Sr. Antonio, desde quando eu era garoto, eu fazia ens.médio, que há um boato, que forjaram fotos, de onde surgiu essa história?

AL- Rapaz, esse boato quem me contou foi o finado padre Vitório Sestário, que era segundo suplente do primeiro mandato dele, que era muito amigo do meu pai, vivia por aqui, padre Sestário, já morreu. Ele me contou essa história depois da morte do meu pai, que teriam supostamente forjado fotos, na lancha que eles faziam campanha, e que essas fotos teriam sido forjadas pelo Carlos Alberto Di Carli, teriam sido ali usadas como objeto de chantagem, que em tese , teriam levado ele a cometer esse ato.

GA- Então, há esse boato?

AL- Há esse boato. Esse boato surgiu. Porque, porque era inacreditável, embora as pessoas que cercassem o meu pai, poucos amigos, tivessem a par assim, da doença e da fase avançada do alcoolismo dele, era impossível que ele fosse fazer isso. Porque todo o discurso dele era contra este tipo de coisa. Uma pessoa com 46 anos, no auge da vida política, Senador Constituinte, respeitado, um cara que venceu na vida. Outra coisa, um cara que tinha uma trajetória como um político honesto, corajoso, que combateu a Ditadura, peitou, denunciou o Almirante Gama e Silva, foi o primeiro pronunciamento dele (Naufrágio do Almirante Gama e Silva).

GA- Eu li no Jornal do Comércio, que o Humberto Lucena, que era o presidente do Senado, falou que o seu pai estava há 90 dias trancado no apartamento em Brasília, antes de morrer.

AL- Não, não era 90 dias não. Era mais ou menos uns 30 dias. Ele tinha tirado licença médica. Todos nós da família estávamos lá.

GA- Perdão, que horas foi que ele cometeu o ato?

AL- Rapaz, foi próximo das 6h da manhã. Eu me lembro que eu tinha saído a noite, eu não me lembro, acho que o acontecido foi num domingo ou sábado, não me lembro. Mas eu tinha saído a noite com os amigos, tinha voltado tarde às 2h da manhã. Eu me lembro, que eu entrei, eu dormi na sala, no sofá da sala. Eu acordei com o estampido lá, o barulho da arma.

GA- A D.Socorro tava lá?

AL- Tava lá, no quarto. Ele se matou no quarto. Aí eu me acordei, eu corri, quando a mamãe venho correndo, eu saí da sala desesperado, aí ela disse pra mim: "Meu filho, vai ver teu pai, que eu acho que ele fez uma besteira". Ela tava dormindo. Até hoje, eu não sei como ele, ele podia ter matado ela também. Aí eu peguei, abri a porta, olhei, aí eu vi o corpo virado, virado assim, quando eu entrei, eu vi a arma no chão e sangue, puta que pariu, meu pai fez besteira.

GA- Ele tinha bebido na véspera?

AL- Tinha, ele tava bebendo há dias. Ele não tava indo pro Senado, ele tinha tirado uma licença pra fazer um tratamento, tratamento de estômago, ele já tinha tido uns problemas, aí parou e embalou o negócio.

GA- Quando ele entra nesse período de decadência, desculpe, vocês da família foram se afastando, vocês tentaram falar com ele?

AL- Claro, minha mãe falava dia e noite, mas meu pai não ouvia ninguém.

GA- E quando ele tava sóbrio, ele era amável com os filhos?

AL- Quando meu pai tava sóbrio, ele não dava uma palavra, ele se trancava no escritório dele, ele tinha lá a biblioteca dele, não incomodava ninguém.

GA- Ele não era de sair com vocês?

AL- Não, ele nunca foi assim, aquele pai amoroso. Até os 30 anos, meu pai me levava pro cinema, depois...é quando ele começa a ter problemas emocionais. Porque o alcoolismo é uma doença progressiva. Aí ele passou a ter depressão, a tomar remédio, passou a beber demais, remédio com álcool. Aí meu amigo, mistura explosiva, deu no que deu. Ele se meteu em muitos incidentes lá em Brasília, ele negou, mas é verdade. O incidente da Embaixada.

GA- O Sr poderia relatar?

AL- Um incidente que ocorreu, ele num surto, deu um surto nele, ele chamou o motorista e o segurança, tinha um segurança que andava com ele, acho que foi de manhã cedinho, pra levar ele pra uma embaixada, pois ele seria preso pelos militares que iam tomar o poder. Ele surtou, ele deu um tiro na embaixada. Segundo ele, foi pedir asilo político, foi uns dois anos antes da morte.

Teve um psicólogo, na época que meu pai morreu, ele deu uma entrevista, Bosco alguma coisa, eu olhei que ele foi bem coerente. Quando perguntaram a causa morte, o jornal perguntou. Ele disse que foi um gesto de fuga pensada, auto-destruição deliberada, o psicólogo falou. Em parte, eu concordo com ele, mas eu acho que a doença do meu pai evoluiu a tal ponto, que ele perdeu a capacidade, o poder de se auto-determinar, aí meu amigo, foi fatal. Ele teve vários períodos de surto, não é delírio que eles chamam? Psicose-alcoólica.

O Hélio (segurança), Hélio Bala, me chamou num canto, e disse assim: "Seu Antonio, o Senador não tá bem não". Eu perguntei por que. Aí ele me relatou a história, por isso, por isso, acabamos de chegar de lá. "Ele queria entrar na Embaixada, não deixaram ele entrar".

GA- Quase um incidente diplomático.

AL- Quase. O Jornal noticiou assim: "Incidente diplomático", tá escrito, tem repotagem da época, isso é verdade.

GA- O Sr conheceu o Áureo Melo (primeiro suplente do Senador Lucena em 1986 e que assumiu a vaga deixada com o falecimento de Fábio Lucena)?

AL- Conheci, indicado pelo Umberto Calderaro, era compadre lá do Calderaro.

GA- Ele era um bom político? Ele é do Acre, né?

AL- O Áureo Melo, poeta, né. Se eu fosse definir o Áureo Melo, é um cidadão folclórico. Ele ficou conhecido lá no Senado como o Rei da Caricatura, ele ficava lá no Senado fazendo caricatura dos Senadores, dos funcionários.

GA- O Sr conheceu o Leopoldo Perez?

AL- Não.

GA- Quem escolhe o suplente de Senador? O Partido?

AL- Não sei te dizer. Mas tinha negociação.

AL- Porque o Eduardo Braga escolheu a mulher dele. Eu posso escolher a minha mulher?

AL- Pode. O meu pai, na candidatura de 1986, o primeiro suplente era o Áureo Melo e o segundo foi o Sestário, escolhido por ele. O Sestário, foi convidado aqui na piscina aqui de casa, a gente tem uma piscininha aqui atrás.

GA- O Braga escolheu a própria esposa, o Partido não diz nada?

AL- A maioria faz isso, né. Escolhe irmão, é uma das excrecências da nossa Democracia. Eu fiquei lá trabalhando com o Áureo Melo, eram 3 assessores. Era boa pessoa, me tratava bem.

GA- Sobre o Amazonino.

AL- Na campanha de 1986, o Amazonino era o cabeça de chapa, aí vinha pro Senado o meu pai e o Di Carli. Aí meu pai resolve não fazer campanha em Manaus, porque naquela época, a linha de frente das campanhas eram os comícios. Pô, o Amazonino veio várias vezes aqui em casa, buscar o meu pai pro comício, ele não ia.

GA- E seu pai se concentrou no interior? Em 1986?

AL- Numa das viagens eu fui. Lá em Maués deu um problema seríssimo. Aquele ex-prefeito, Carlos Esteves, eu tava na comitiva. O Carlos Esteves era da oposição, ele mandou avisar que ele não ia deixar o barco do governo ancorar lá, no porto de Maués, que ele ia mandar explodir o barco.

Aí o Mestrinho disse: "Nós vamos desembarcar", eles providenciaram um caminhão e foi pra Praça fazer o comício, o palanque era um caminhão, todo mundo armado, até eu armado, e a segurança que tinha ido na lancha do governo.

GA- Mas o Prefeito não deu uma de besta, não?

AL- Não deu? Deu rapaz, na hora, papai fez um discurso célebre. Aí levaram 8 seguranças: Cachorrão, Rei Zulu, já ouviu falar do Rei Zulu? O lutador? Dois metros de altura, Barkel, ficaram os 8 na frente do caminhão. Todo mundo armado, e agente em cima do caminhão. Aí falou o Mestrinho, aí quando o Mestrinho tava falando, o Prefeito entrou na Praça com os capangas dele, lá em Maués isso, na Praça Central, porque o carro ficou de frente pra casa do Prefeito, que era na Praça, aí deu uma confusão.

GA- Mas chegou a ter tiroteio?

AL- Tiroteio não, chegou a ter briga.

GA- Mas porrada mesmo?

AL- Não, mas, 30, 40 pessoas querendo invadir o negócio lá, pra chegar no caminhão, e os 8 seguranças, que eram tudo bom de briga, oito caras segurando 30, 40 pessoas.

GA- Na porrada?

AL- No cacete. Rapaz, foi muito engraçado, a gente olhando de cima do caminhão. Porque se desse problema, o cara ligava o caminhão e saía com todo mundo.

GA- Mas poderia ter tido tiroteio?

AL- Poderia. Quase que deu merda lá. O meu pai era a estrela do comício, ele fechava o comício. Teve problema também em Manicoré, eu não fui. Todo mundo lá, era a lancha Piraíba, que prestava serviço pro governo. O Prefeito de Maués era doido, rapaz.

ANEXO IV:



Figura 4: Da esquerda para a direita: o empresário Adib Mamed Assi, Amazonino Mendes, Fábio Lucena e João Thomé (filho de Gilberto Mestrinho)- Visitando obras de saneamento da Vila Mamão em Manaus. Jornal A Crítica, fevereiro de 1984.

ANEXO V:

Almirante processa Fábio

BRASÍLIA (AE) — O presidente do Grupo Executivo para a região do Baixo Amazonas, contra-almirante Roberto Gama e Silva, distribuiu nota à imprensa, ontem para comunicar que vai processar o senador Fábio Lucena, que o acusou de contrabandista de automóveis da tribuna do Senado.

A nota diz que "o desfecho do processo configurará o perfil do parlamentar, que insiste em confundir liberdade democrática com licenciosidade", e finaliza dizendo: "ficará patente que a Marinha, como instituição nacional, permanente e regular, não faz concessões àqueles que se desviam dos caminhos da honra, do caráter, da probidade e da coragem moral. Por adotar rigidamente esses princípios é que permaneço, ainda na atividade, após 35 anos de efetivo serviço".

Gama e Silva lembra que, meses atrás, foi alvo de "ataques caluniosos" do então vereador Fábio Lucena, tendo sido defendido, na época, pelo Ministro da Marinha e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Esta foi a razão porque não contestou o vereador, que, agora, como senador eleito a 15 de novembro, voltou a acusá-lo.



O senador Fábio Lucena, que vai ser processado pelo almirante Gama e Silva, aparece no flagrante, ladeado pelo ex-prefeito João Mendonça Furtado, o governador Gilberto Mestrinho, o vereador Francisco Marques e o deputado Arthur Virgílio Neto.

Jornal A Crítica de 18 de março de 1983

Figura 5: Matéria do Jornal A Crítica sobre o processo movido pelo contra-almirante Gama e Silva contra Fábio Lucena.

ANEXO VI:



Figura 6:Foto de Fábio Lucena no Bar Caldeira, seu bar preferido, sentado o escritor e compositor Vinícius de Moraes

ANEXO VII:



Figura 7: Fábio Lucena ao lado do governador Gilberto Mestrinho e do empresário, deputado federal e senador pelo Amazonas Carlos Alberto Di Carli

ANEXO VIII:



Figura 8: Fábio Lucena tomando posse de seu segundo mandato de senador em 1986, e tornando-se bi-senador da República. À sua esquerda seu amigo e seu segundo suplente, o padre Vitório Cestaro; à sua direita, sentado, seu amigo, o deputado federal José Dutra.

ANEXO IX:



Figura 9: Lucena discursando na Câmara Municipal de Manaus.

ANEXO X:



Figura 10: O primeiro suplente de Fábio Lucena, Leopoldo Peres Sobrinho, que assumiu a cadeira de senador com a renúncia de Lucena em 1986, de seu mandato de 1982.

ANEXO XI:

Matérias de jornais reportam a comoção da população com o falecimento de Fábio Lucena:

Saudade de Fábio Lucena

Lágrimas do povo no adeus ao grande líder

Antonio Martins

- 1 **Multidão incalculável no adeus**
- 2 **Povo chorou durante o enterro**
- 3 **Espetáculo comovente no final**

Uma multidão incalculável compareceu, ontem à tarde, ao sepultamento do senador Fábio Lucena, no cemitério São João Batista. O povo chorou. O pranto começou no Palácio Rio Negro, onde o corpo de Fábio foi velado.

O sepultamento de Fábio Lucena foi um espetáculo comovente. O presidente do Senado Federal, senador Humberto Lucena, o governador Amazonino Mendes, o ex-governador Gilberto Mestrinho e o prefeito Manoel Ribeiro carregaram o caixão de Fábio Lucena na entrada do cemitério. O povo chorava. Pelotões da Polícia Militar homenagearam o grande líder político disparando tiros de festim. Na beira do túmulo, um momento de intensa emoção:

Antonio Lucena, o "Toni", filho de Fábio, fez um discurso comovente, despedindo-se do pai, chorando. José Cardoso Dutra e Amazonino Mendes também se pronunciaram, lembrando passagens da vida do extraordinário homem público que foi Fábio Lucena.

Emocionado, o povo quis romper os cordões de isolamento da Polícia Militar. Houve um princípio de tumulto. Foi preciso muita sensibilidade para evitar o que poderia ser uma tragédia.

As 18h20min o corpo de Fábio Lucena descia à sepultura. Estava encerrada a trajetória de um dos maiores políticos e jornalistas que o Amazonas já conheceu (Páginas 3 e 5).



No impacto da tragédia, o pranto do povo sobre o corpo do grande líder.



Adversários políticos do senador também foram solidários na dor.

Alessandra inconformada com a morte de seu pai



Fábio, seu neto João Batista Júnior, Alessandra (filha) e esposa Socorro Lucena

Alessandra Lucena Bittencourt Bezerra, 22 anos, casada com João Batista Bezerra, mãe dos três únicos netos do senador Fábio Lucena, viajou ontem às 13 horas pela Vasp a Brasília e hoje retorna a Manaus no mesmo avião que traz o corpo de seu pai.

Chorando e lamentando a morte do senador em Brasília, Alessandra disse que não "estava acreditando no telefonema que recebeu às 6 horas da manhã do seu irmão mais velho Antonio

Lucena (Tony), dizendo que seu pai havia falecido com um tiro na cabeça".

O senador deixou viúva dona Socorro Lucena Bittencourt e seis filhos: Antonio (Tony), Alessandra, Fábio Filho, Michelle, Tatiana e Fabíola, e os netos, João Batista Bezerra Júnior (6 anos), Marcelo Victor (um ano e dois meses) e Carla Fabiana (três meses). Alessandra viajou ontem acompanhada do seu marido e do seu sogro Francisco Bezerra, presidente do Sinetram.

